



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

LUANA COSTA VIANA

**A COLONIZAÇÃO DE CORPOS, CORAÇÕES E MENTES: EDUCAÇÃO E
HIGIENISMO EM ESCRITOS DE PERIÓDICOS PEDAGÓGICOS NO PARÁ
(1891-1912).**

Belém- PA
2015

LUANA COSTA VIANA

**A COLONIZAÇÃO DE CORPOS, CORAÇÕES E MENTES: EDUCAÇÃO E
HIGIENISMO EM ESCRITOS DE PERIÓDICOS PEDAGÓGICOS NO PARÁ (1891-
1912).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, Linha Educação, Cultura e Sociedade, do Instituto de Ciências da Educação, como requisito para a obtenção do título de doutor em educação. Orientadora: Prof^a Dr^a Sônia Maria da Silva Araújo.

Belém- PA
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Viana, Luana Costa, 1982 -

A Colonização de corpos, corações e mentes: educação e higienismo em escritos de periódicos pedagógicos no Pará (1891-1912). / Luana Costa Viana. - 2015.

Orientadora: Sônia Maria da Silva Araújo.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2015.

1. Educação sanitária - Pará - História - Periódicos. 2. Higiene escolar - Pará. 3. Saúde escolar - Pará. I. Título.

CDD 22. ed. 372.3705098115

LUANA COSTA VIANA

A COLONIZAÇÃO DE CORPOS, CORAÇÕES E MENTES: EDUCAÇÃO E HIGIENISMO EM ESCRITOS DE PERIÓDICOS PEDAGÓGICOS NO PARÁ (1891-1912).

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará como requisito para a obtenção do título de doutor em educação.

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Sônia Maria da Silva Araújo – Orientadora (PPGED/UFPA)

Prof^ª. Dr^ª. Laura Maria Silva Araújo Alves – Membro interno (PPGED/UFPA)

Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco – Membro interno (PPGA/UFPA)

Prof. Dr. José Gonçalves Gondra – Membro externo (UFRJ)

Prof^ª. Dr^ª. Maria do Perpétuo Socorro de Souza Avelino de França – Membro externo (UEPA)

Belém-Pará
2015

Dedico esta tese ao meu amado e único Deus que me encorajou e ajudou para que este sonho se tornasse real. Tudo o que tenho e sou vem d'Ele e é para Ele.

AGRADECIMENTOS

À minha querida família que sempre acreditou em mim e me deu a base necessária para chegar a este momento: meus pais Adalberto Viana e Darciléa Viana; meu irmão Thiago Viana; minhas tias Dóris Costa, Diana Silva, Lilian Melo e Dalila Assis. Agradeço pelo carinho que sempre me deram e pelas suas orações.

Aos meus amigos que me apoiaram e torceram por mim: Maria do Socorro Andrade, Pr. Francisco dos Santos Bahia, Sheila Alves, Dagmar Valente, Gina Reinert, Darci Lima, Aleilza Santos, Josiane Trindade, Socorro Lima, Maria Lúcia Martins e Leandro Passarinho.

À minha estimada orientadora, prof^a. Dr^a. Sônia Araújo, que pacientemente me ajudou. Ela é um exemplo de educadora e de pessoa. Sempre serei grata por ter tido a honra de aprender com ela.

Aos meus professores do doutorado que me ensinaram com dedicação e amor. Agradeço as importantes contribuições dos professores Laura Alves e Agenor Sarraf em minha trajetória acadêmica.

Ao prof. Salomão Hage por ter me ensinado a dar os primeiros passos na área da educação. Mais do que um educador comprometido com sua missão, o considero um verdadeiro amigo.

Aos meus colegas de doutorado pela maravilhosa jornada de aprendizado e amizade que trilhamos juntos.

À Universidade Federal do Pará e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela inigualável oportunidade.

O caminho do insensato parece-lhe
justo, mas o sábio ouve os conselhos.
Há palavras que ferem como espada,
mas a língua dos sábios traz a cura.
(Provérbios 12: 1, 15,18).

RESUMO

O estudo aborda o tema Educação e Higienismo. O objetivo é analisar a relação entre educação e higienismo e sua materialização nos discursos de homens de ciência, veiculados em periódicos pedagógicos produzidos no Estado do Pará, Brasil, publicados entre os anos 1891- 1912, para entender o sentido epistêmico que assumiram no contexto da colonialidade latino-americana. Neste sentido, esta tese partiu da seguinte questão: no contexto da colonialidade latino-americana, que sentidos assumiram os discursos que relacionam educação e higienismo, produzidos por homens de ciência do Pará, entre os anos 1891-1912, materializados em periódicos educacionais? Para tanto, adotou-se a pesquisa documental e bibliográfica. Epistemologicamente, nos pautamos na Nova História Cultural e na Teoria Decolonial. As fontes exploradas são artigos sobre educação e higienismo publicados nos periódicos: “Revista Educação e Ensino”, “A Escola”, “Revista do Ensino”. Para sua análise foram articuladas ao *corpus* das fontes documentos oficiais como: Legislação educacional (regimentos escolares, decretos e pareceres); Relatórios de órgãos governamentais responsáveis pela instrução e pela saúde no Brasil, particularmente no Pará. Os resultados revelam que ao tratar de educação em associação com o ideário médico-higienista, as publicações constantes nos periódicos produziram representações que negavam os saberes das populações originárias do continente e de outras consideradas inferiores, como negros e brancos empobrecidos. Nestas produções os alunos dessas populações são comparados à cera e às plantas por serem frágeis e influenciáveis pela ação de adultos considerados incivilizados. Desta forma, os discursos em defesa da higienização do espaço, do tempo e das atividades escolares indicados nos periódicos acabaram por tentar moldar corpos, corações e mentes de crianças e adolescentes num processo onde a colonialidade do poder se manifesta em seus âmbitos epistemológico (colonialidade do saber) e ontológico (colonialidade do ser). Portanto, a tese defendida neste estudo é que a racionalidade médico-higiênica materializada nos discursos de homens de ciência presentes nos periódicos pedagógicos produzidos no Estado do Pará, Brasil, publicados entre os anos 1891-1912 corroborou a Colonialidade que se instaurou na América Latina.

Palavras chave: Educação. Higienismo. Colonialidade.

ABSTRACT

The study approaches Education and Hygienism. The objective is analyze the relationship between education and hygienism in Latin America and the materialization in the speeches of men of science, in the periodic of education produced in Brazil, Pará State, published between the years 1891 to 1919, to understand the epistemic sense that assumed. In this sense, this thesis proposes the question: in the context of Latin American colonialism, which senses had the discourses that was related education and hygienism produced by Pará men of science, between the years 1891-1912, materialized in educational journals? Therefore, was adopted the document and literature. Epistemologically, has guided us in New Cultural History and Theory colonialist. The papers that was read in the research is composit of articles of educational periodicals published: "Revista de Educação e Ensino", "A Escola" and "Revista do Ensino". For their analysis were articulated others documents such as, educational legislation (scholar regiment, decrees and opinions); Reports of government agencies responsible for instruction and health in Brazil, particularly in Pará. The results show that when dealing with education in association with the medical-hygienist ideology, the constant publications in periodicals produced representations that denied the knowledge of populations originating from the mainland and other less considered, such as black people and poor white people. These productions the students of these populations are compared to the wax and plants because they are fragile and influenced by the action of adults considered uncivilized. Then, the speeches in defense of cleaning the space, time and school activities indicated in the periodic try to shape bodies, hearts and minds of children and adolescents in a case where the colonialism of power is manifested in its epistemological fields (colonialism of knowledge) and ontological (colonialism of being). Therefore, the argument of this study is that the doctor-hygienic rationality embodied in the discourses of men of science present in educational journals produced in the State of Pará, Brazil, published between 1891-1912 confirmed the colonialism which arose in Latin America.

Keywords: Education. Hygienism. Coloniality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-	Categorias da Nova História Cultural que foram adotadas neste estudo.	54
Figura 2 -	Categorias do Pensamento Decolonial adotadas neste estudo.	64
Figura 3 -	Capa da Revista de Educação e Ensino.	68
Figura 4 -	Capa da Revista A Escola.	74
Figura 5 -	Capa da Revista do Ensino.	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Artigos, ano e mês de publicação, número e volume da Revista de Educação e Ensino.	72
Quadro 2 -	Número e volume da Revista A Escola.	77
Quadro 3 -	Artigos, ano e mês de publicação, número e volume da Revista do Ensino.	82

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	HOMENS DE CIÊNCIA NO FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX	34
3	PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO	54
3.1	A História Cultural de Roger Chartier	57
3.2	Pensamento Decolonial Latino-americano	62
3.3	Educação e Higienismo em periódicos de educação do Pará, Brasil	72
3.3.1	A Revista de Educação e Ensino	74
3.3.2	A Escola – Revista Oficial de Ensino	80
3.3.3	Revista do Ensino	85
4	A RELAÇÃO HIGIENISMO E EDUCAÇÃO NOS ESCRITOS DE HOMENS DE CIÊNCIA: UMA ESTRATÉGIA IDEOLÓGICA DO COLONIALISMO EM DIREÇÃO À COLONIALIDADE NA AMÉRICA LATINA?	90
	Uma análise da relação entre Educação e Higienismo em periódicos	90
	O estudo de periódicos.....	91
	Educação e Higienismo em periódicos pedagógicos do Pará, Brasil: representações que permeiam as redes e os nós da colonialidade	98
4.1	Higiene e educação numa perspectiva do Sistema Mundo Colonial	100
4.2	O corpo e a Colonialidade do Ser	127
4.3	A arquitetura escolar e a Colonialidade do Poder	146
4.4	O conhecimento e a Colonialidade do Saber	171
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
	FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	216

1 INTRODUÇÃO

Abordar o tema Educação e Higienismo na produção de homens de ciência no fim do século XIX e início do século XX é explorar uma relação complexa e singular, uma vez que se refere ao contexto no qual configurou-se uma concepção de educação relacionada à área da saúde para alcançar o ideal de civilização¹ e progresso no Brasil.

A relação entre educação e higienismo se configura em elemento primordial para compreender a origem de políticas públicas e de práticas educativas implantadas no Brasil que adotaram a racionalidade médico-higiênica² na transição do século XIX para o século XX. Esta relação deve ser foco de pesquisas e debates realizados na área da educação, pois historicamente, educação e saúde fizeram parte de um só projeto de desenvolvimento para o Brasil.

O tema deste estudo é Educação e Higienismo e o objeto de investigação é a relação entre educação e o higienismo na América Latina e sua materialização nos periódicos pedagógicos produzidos no Brasil, Estado do Pará, publicados entre os anos 1891 a 1912. O objetivo é analisar a relação entre educação e higienismo e sua materialização nos discursos de homens de ciência, veiculados em periódicos pedagógicos produzidos no Estado do Pará, Brasil, publicados entre os anos 1891-1912, para entender o sentido epistêmico que assumiram no contexto da colonialidade latino-americana. Os objetivos específicos são: Identificar os periódicos pedagógicos do Pará que apresentam discursos de homens de ciência a respeito da relação entre a educação e o higienismo no contexto do período republicano; Situar quais os escritos que abordam a relação entre a educação e o higienismo nos periódicos pedagógicos circulantes no Pará entre 1891-1912; Analisar os sentidos que a educação assumiu nos periódicos pedagógicos divulgados no estado do Pará entre 1891-1912.

¹ “O conceito de civilização refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Mas se examinarmos o que realmente constitui a função geral o conceito de civilização, e que qualidade comum leva todas estas várias atitudes e atividades humanas a serem descritas como civilizadas, partimos de uma descoberta muito simples: este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional”. (NORBERT, 1994, p. 22).

² Ferreira e Gondra (2006, p. 126) postularam que a racionalidade médico-higiênica foi um movimento que objetivou construir um discurso especializado a respeito da infância, “[...] capaz de prescrever as regras para assegurar a continuidade da vida, afastando as crianças das práticas e sujeitos convertidos, na lógica da ciência, em ignorantes, curiosos e indiscretos”.

Esse estudo está inserido no projeto desenvolvido pelo grupo ECOS/UFPA “Um estudo comparado do pensamento educacional na América Latina - Brasil e Venezuela (1819-1928)”. O projeto do grupo ECOS objetiva

Analisar, por meio da história comparada do pensamento social, a concepção de educação defendida por pensadores das letras e da ciência do primeiro quartel do século 19 ao primeiro do século seguinte na América Latina e, assim, identificar o lugar de importância que ela – a educação – ocupa na formação das nações ameríndias. (ARAUJO, 2011, p.14).

Assim, a presente pesquisa visa contribuir com esta discussão explorando o referencial teórico-temático que trata da relação entre o higienismo e a educação, bem como sobre o intelectual na perspectiva dos homens de ciência do final do século XIX e início do século XX no Brasil.

Antes de abordar a forma como a higiene se inseriu no contexto da América Latina e, particularmente no Pará, Brasil, é necessário situar o motivo de minha aproximação deste tema. Minhas primeiras reflexões sobre saúde se deram na graduação em Fisioterapia na Universidade da Amazônia (UNAMA) entre 2000 e 2004. Tal experiência me permitiu compreender o ser humano de forma integral e, conseqüentemente, sua saúde como fruto de fatores sociais, políticos, culturais, biológicos e psicológicos. Porém, senti que atuar na clínica com o tratamento de pacientes portadores de lesões neurológicas, minha especialidade, não atendia plenamente aos meus anseios profissionais, por isso busquei especializar-me também na área da educação.

A tendência de relacionar o estudo das áreas de educação e saúde fortaleceu-se quando cursei a especialização em Docência no Ensino Superior na Universidade Federal do Pará (UFPA), onde pesquisei sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP) dos cursos de Fisioterapia do Estado do Pará. O estudo foi realizado em 2005 e baseou-se em uma pesquisa documental e bibliográfica onde foram analisados os documentos pedagógicos da UNAMA e da Universidade do Estado do Pará (UEPA), visando contextualizar a realidade dos referidos cursos no estado do Pará. (VIANA, 2006).

Outro momento de aproximação com a educação e a saúde foi o meu ingresso no mestrado em educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA em 2008, linha “Currículo e formação de professores”. Minha dissertação teve como objeto o currículo do ensino fundamental expresso nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e sua relação com o currículo de uma escola multisseriada do município de Marapanim³, Estado do Pará. A

³ O Município de Marapanim faz parte da mesorregião do nordeste paraense e da microrregião Salgado.

pesquisa respaldou-se em dados documentais e de campo, e foi realizada na Escola Professora Carmen Rabelo Magalhães. O estudo analisou a concepção de saúde presente nos PCNs, expressa especificamente em um dos temas transversais que aborda a saúde, refletindo sobre a maneira como a saúde e o campo são considerados nesses documentos, nos livros didáticos utilizados por essa escola, e na concepção de saúde de professores, alunos, pais e responsáveis. A análise dos dados indicou a predominância da concepção unicausal⁴ de saúde com foco higienista nos PCNs, nos livros didáticos analisados, bem como entre professores, alunos e pais entrevistados, evidenciando um distanciamento em relação aos diversos aspectos da vida e da saúde dos povos do campo (VIANA, 2010a).

Em 2009 realizei a pesquisa intitulada “Educação Nutricional: uma intervenção nas turmas de Ensino Fundamental” como requisito para a conclusão do curso de Pedagogia da Universidade Luterana do Brasil. A pesquisa-ação realizada no Ensino Fundamental da União Amazônica de Educação e Assistência⁵ (UNAMEA) surgiu da inquietação diante da ocorrência de problemas como a obesidade e a má qualidade da alimentação no espaço escolar, bem como das atuais orientações postuladas pelo governo brasileiro em políticas públicas voltadas à saúde escolar. Observou-se que a intervenção auxiliou os alunos e suas famílias a compreenderem importância de uma alimentação saudável e adequada e a modificarem sua rotina alimentar. Além disso, os atores sociais da escola passaram a utilizar a pesquisa como forma de aprofundar as informações que mais lhes despertam o interesse e se tornaram multiplicadores dos conhecimentos adquiridos (VIANA, 2010b).

Após esta sucinta apresentação é relevante salientar o contexto no qual a higiene se inseriu na América Latina considerando a origem oriental⁶ de seus preceitos e a posterior apropriação desse saber pelos povos do Ocidente.

⁴ A concepção unicausal de saúde atribui unicamente a fatores de ordem biológica a saúde dos indivíduos, o que a relaciona intimamente às práticas higienistas e a uma responsabilização do indivíduo por sua saúde ou sua doença em detrimento da relevância de fatores de ordem social.

⁵ Mantenedora dos Colégios Paulino de Brito e Sete de Setembro, foi fundada em 1960 na cidade de Belém do Pará. Localiza-se no bairro do Marco na travessa Humaitá n. 2412.

⁶ Os cuidados com a higiene foram inicialmente relatados entre os egípcios e os mesopotâmios. Há cerca seis mil anos foram encontrados em Ur na Mesopotâmia tratados médicos em escrita cuneiforme que continham preceitos de higiene pessoal e defendiam a limpeza das cidades para a manutenção da saúde. O Egito, por sua vez, desenvolveu estratégias para manter seus povos e suas cidades limpas mesmo em um clima quente e seco. Do ano 4.688 a.c (antes de Cristo) a 1.552 a.c foram produzidos seis livros de cunho religioso que retrataram a medicina egípcia. Desta forma, esses povos foram os pioneiros ao desenvolverem cuidados de saúde como os direcionados à alimentação e às condições sanitárias. Entre os elementos em comum que estas civilizações apresentaram vale destacar a forte influência que a religião exercia sobre os cuidados de saúde por eles adotados. (BUENO, 2007; MENEGHELLI, 2006).

A partir de viagens realizadas por médicos europeus, cuja função era empreender levantamentos médico-geográficos, durante os séculos XVI e XVII foram identificadas as doenças tropicais nas áreas colonizadas. Tendo como base uma lógica eurocêntrica e imperialista foi construída a representação de que as cidades dos países não desenvolvidos, especialmente os tropicais, eram locais insalubres⁷. (CORRÊA, 2011).

A estigmatização da América Latina como local insalubre servirá de argumento para justificar a intervenção de cunho higienista tanto nos espaços públicos como nos espaços privados destas áreas coloniais. O advento da “medicina das luzes”, fenômeno ocorrido no século XVIII, deu espaço para que o higienismo ditasse as regras. Inicialmente de caráter assistencialista, a medicina predominante nesse período era focada no tratamento e cura do homem visto numa perspectiva individual, representação esta denominada posteriormente de *medicina científica*, tendo perdurado até o século XIX. Porém, com o processo de industrialização e urbanização, simultaneamente desenvolveu-se uma *medicina coletiva* direcionada ao homem. Esse, por sua vez, passou a ser considerado como força de trabalho necessária ao novo sistema econômico de cunho capitalista. Assim, a atenção desloca-se do corpo individual para o corpo coletivo e a intervenção dos governos locais organiza-se a fim de assegurar o desenvolvimento e o progresso das nações sob sua responsabilidade tendo a higienização das cidades como estratégia. (Ibid., 2011).

A partir desta reflexão é possível estabelecer relações entre a medicina científica e a medicina coletiva, levando em conta a assistência dirigida às pessoas de menor poder aquisitivo. Anteriormente, o homem do povo foi controlado por meio da ação de religiosos e outros filantropos evitando, desta forma, uma suposta desordem e barbárie ocasionadas por problemas de ordem biológica e moral. Mais tarde, o homem das classes populares no continente latino-americano passou a ser considerado pela elite intelectual como escravo que precisava ser uma mão de obra saudável e forte, cooperando, deste modo, para o progresso⁸

A sociedade indiana também atribuiu lugar de destaque à religião, principalmente ao budismo, que desde VI a.c preconizava orientações como a dieta vegetariana, a abstinência de álcool, os banhos diários, o uso de óleos e de sabão, os cuidados com o cabelo e a maquiagem, entre outros. (BUENO, 2007; TURKIEWICZ, 1995).

⁷ Refere-se a locais que propiciam doenças e oferecem riscos à saúde das pessoas.

⁸ Nesta tese a ideologia do progresso que permeia as discussões é aquela vinculada ao positivismo que teve grande influência no Brasil a partir do século XIX. Neste sentido, a sociedade é compreendida como possuindo fases evolutivas do pensamento humano (teológica, metafísica e positiva) cujo ápice é o pensamento positivo ancorado na razão e na ciência. Nesta lógica, o progresso engloba a ideia de evolução em direção a uma sociedade civilizada que abrange diversos aspectos como a natureza humana, a economia e a política. Na área da educação Herbert Spencer foi um dos ícones que adotaram o ideário positivista tendo influência sobre os educadores no Brasil. (ISKANDAR; LEAL, 2002).

destas nações. O foco afasta-se da preocupação moral e religiosa e passa a ser econômica. Porém, a mudança de caráter histórico, possui um elemento que se perpetua: a necessidade de *controlar* a sociedade, particularmente os povos subalternos. Ainda que a América Latina tenha se tornado independente, no sentido político do termo, as estruturas de poder coloniais permaneceram. Elas deixaram de ter a tônica da violência física para assumir uma feição simbólica que podemos chamar de *colonialidade*. (MIGNOLO, 2003).

Em face deste contexto, é interessante fazer uma reflexão a respeito da origem da higiene, pois a elevada circulação de bibliografias sobre o tema oriundas da Europa e posteriormente dos Estados Unidos da América (USA) entre os intelectuais latino-americanos ao longo do século XIX e início do século XX, pode gerar a falsa ideia de que a higiene foi “inventada” e sistematizada a partir do pensamento ocidental. Porém, a existência de uma cultura higiênica entre povos do Oriente, como vimos, é bem anterior à emergência da concepção ocidental de higiene⁹.

As narrativas eurocêntricas da modernidade fazem crer que o higienismo originou-se e desenvolveu-se num processo histórico linear e universal tendo como berço a cultura européia. No entanto, observa-se a nítida influência de práticas culturais orientais e, até mesmo, de questões de cunho religioso que envolveram a sistematização de uma ciência considerada “redentora” da sociedade: a higiene. Com base nesses dados e nas análises de Goody (2008) é possível realizar uma leitura alternativa do nascimento da higiene, bem como das supostas formas de apropriação desse saber pela Europa.

⁹ A Grécia clássica, considerada o berço da medicina na concepção ocidental, teve como um de seus principais representantes Hipócrates (médico grego nascido em 460 a.C. que postulou serem as doenças fruto da influência do ambiente, da raça e da alimentação, entre outros. Sua concepção delimitou as bases racionais da medicina moderna). (RIBEIRO JÚNIOR, 2003).

Embora nesse período inicie uma sistematização dos conhecimentos médicos fundamentados na razão não houve uma ruptura dramática e total em relação ao elemento religioso na Grécia, visto que histórias sobre deuses embasaram a criação de símbolos e representações da Medicina e da Higiene. As filhas do deus da medicina, Asclépio, chamavam-se Higéia ou Hígia (deusa responsável pela manutenção da saúde) e Panacéia (cujo nome e função remetiam a doença e seu tratamento). Da palavra Higéia originou-se o termo “higiene” que se refere a ações e condições que asseguram a saúde. (BUENO, 2007; HACQUARD, 1996).

O império romano recebeu muitas contribuições da medicina grega e puderam, a partir de sua influência, elaborar uma sofisticada engenharia sanitária. Para os romanos o uso de aquedutos a fim de obter suprimento de água foi necessário, pois as cidades dependiam disso para poder fazer uso de canalizações, banheiros e fontes públicas. Descrições detalhando o benefício da adoção de aquedutos para a saúde datam do ano 97 d.C. Desta forma, o hábito do banho era acessível a todos os romanos e foi associado à higiene e à cura, obtida pelas supostas propriedades medicinais da água. Vale também destacar o sistema de esgoto de Roma inicialmente construído para drenar pântanos. (ROSEN, 1994).

Nesta concepção, a Europa não “inventou” tudo o que trouxe crescimento e evolução para as nações do mundo, mas se apropriou do que “descobriu” conferindo às suas descobertas uma representação de “novo”, quando na realidade o “novo” já fazia, há muito tempo, parte das práticas culturais dos “outros” povos. Nesta lógica, a racionalidade médico-higiênica que chegou aos países latino-americanos não foi, certamente, uma produção neutra e nem pura, não veio direto de sua “origem” e sim de um processo onde foi reinventada. (Ibid., 2008).

Neste sentido, a teoria decolonial auxilia a compreender a forma sutil com que a concepção eurocêntrica, particularmente a médico-higiênica, foi construída e propagada entre os povos colonizados, especificamente entre a população das nações latino-americanas, com o intuito de colonizar mentes, sentidos e corpos. Sobre isso, Aníbal Quijano esclarece que o paradigma de conhecimento europeu traz em seu bojo a *colonialidade* ao definir que as demais culturas podem ser consideradas apenas “objetos” e em nenhuma hipótese “sujeitos” da razão, o que contribui para hierarquizar a cultura europeia como sendo a mais avançada:

La emergencia de la idea de “occidente” o de “Europa”, es una admisión de identidad, esto es, de relaciones con otras experiencias culturales, de diferencias con otras culturas. Pero para esa percepción “europea” u “occidental” en plena formulación, esas diferencias fueron admitidas ante todo como desigualdades, en el sentido jerárquico. Y tales desigualdades son percibidas como de naturaleza: sólo la cultura europea es racional, puede contener “sujetos”. Los demás, no son racionales. No pueden ser o cobijar “sujetos”. En consecuencia, las otras culturas son diferentes en el sentido de ser desiguales, de hecho inferiores, por naturaliza. (QUIJANO 1992, p. 443).

Antes de aprofundar a questão da intervenção higiênica na América Latina, e particularmente no Brasil, é relevante compreender como as estratégias cunhadas pela higiene se configuraram e chegaram até a América Latina. A higiene se organizou e assumiu um caráter de “movimento higienista” na Europa no contexto da industrialização, século XVIII e XIX, cuja urbanização mal planejada avançou principalmente na Inglaterra e França, trazendo consigo consequências para a saúde da população como as epidemias. Compunha-se de uma frente ampla que abrigava várias posições políticas.

Esse movimento preconizou o estabelecimento de normas e hábitos para conservar e aprimorar a saúde coletiva e individual. As práticas preconizadas pelo higienismo almejaram mudar a vida das pessoas enfatizando a responsabilidade individual no que se refere à mudança de hábitos ou de estilos de vida. Assim, tais ações empreenderam a divulgação de

informações, sem considerar a relevância da sensibilização de todos os sujeitos aos quais se destinaram as ações empreendidas.

No século XIX existiam duas concepções que embasavam a representação cultural do corpo como uma máquina, a saber: a *ideia populacionista*, que considerava os homens trabalhadores o capital da nação, compreendendo a riqueza de um país como sendo relacionada ao número de trabalhadores saudáveis que ele poderia ter. Por esse motivo a livre procriação era incentivada e qualquer doença que afetasse a produtividade gerada por estes indivíduos passou a ser alvo de atenção e cuidados; já o conceito de *fadiga*¹⁰ aparece como um elemento importante que limita a atuação do trabalhador. Esses dois ideários, embasados pelas descobertas científicas, foram os pilares do “movimento higienista” na Europa. Observa-se no Higienismo uma forte associação entre a saúde da população e a produtividade demandada pelo mercado de trabalho. (RABINBACH, 1992).

Gois Junior (2000) apontou 3 (três) correntes de pensamento higienista no Brasil: (1) a Eugenia ou pensamento fatalista, (2) o nacionalismo de defesa ou Ufanismo e (3) o higienismo intervencionista.

O pensamento eugenista era embasado em teorias da Antropologia Social, do Darwinismo social, de Galton, Lamarck e dos interventores sociais em relação à raça. A corrente mais tradicional entre as supracitadas era a etnológico-biológica, oriunda da Antropologia Social, que estudava as peculiaridades físicas das raças. Conforme apontaram Skidmore (1989), Gusmao, Silveira e Cabral Filho (2013) o médico francês Pierre Paul Broca¹¹ averiguou que o cérebro dos negros era menor que o dos brancos, dado que o levou a considerar a superioridade intelectual dos brancos. As pesquisas desenvolveram o conceito de que funções corticais específicas poderiam ser localizadas na superfície cerebral. Esse médico localizou a área cerebral que, uma vez lesada, comprometia a fala: a área de Broca. Ele foi um dos precursores a fazer descrições detalhadas da anatomia cortical e desenvolveu estudos sobre antropometria craniana. Deste modo, esta teoria preconizava o determinismo racial. Gois Junior (2002) aponta que esse ideário entrou em desuso no Brasil no século XX visto que os higienistas não fizeram alusão ao mesmo nos Congressos de Higiene e Eugenia aqui realizados.

¹⁰ Fenômeno multicausal cuja gênese envolve aspectos físicos, cognitivos e emocionais. A fadiga seria um estado em que o corpo apresenta um esgotamento das energias que o impulsionam a funcionar corretamente. Isto ocorreria pelo excesso de esforço empreendido ocasionando uma queda na eficiência e na produtividade do trabalhador. (MOTA; CRUZ, 2005).

¹¹ Anatomista, cirurgião e antropólogo francês que nasceu em 28 de junho de 1824 em Saint-Foy e faleceu em 9 de julho de 1880 em Paris. Fundou a Sociedade Antropológica de Paris (1859) e a Escola Antropológica de Paris (1876).

Os darwinistas sociais, por sua vez, adotavam a teoria evolucionista de Charles Darwin que defendia a existência de raças superiores capazes de melhor adaptação ao meio garantindo, desta forma, sua sobrevivência, o que não ocorreria com as raças inferiores que estavam destinadas a serem extintas. Nesta concepção, a raça humana caminhava em direção à evolução, tornando-se cada vez mais homogênea e apta. Gois Junior (2002) indica que o evolucionismo embasou a campanha de embranquecimento do Brasil ao relacionar a elevada taxa de mortalidade da população negra do país à sua suposta inferioridade. No entanto, a forma como alguns eugenistas brasileiros se apropriaram desta ideia, como Afrânio Peixoto¹², por exemplo, introduziu novos elementos a esta lógica como a defesa da miscigenação enquanto estratégia para o desaparecimento do negro e do indígena do país.

A corrente de Francis Galton era baseada no evolucionismo de Darwin, mas acrescentava que a evolução natural poderia sofrer influência da intervenção médica. Isso se daria por ações como a seleção de indivíduos mais aptos para constituir família e pela esterilização de doentes mentais. Para Galton os caracteres adquiridos pelos hábitos e pelo uso e desuso eram transmitidos hereditariamente em graus insignificantes, o que se opunha à concepção de Darwin que destacava a importância de caracteres adquiridos. Jean Baptiste de Lamarck, por sua vez, postulou que as necessidades geradas pelo meio no qual o ser humano vive influenciam no surgimento de características que podem vir a fazer parte do arcabouço genético do indivíduo. Entre os eugenistas brasileiros defensores da corrente de Galton, podemos citar Renato Kehl¹³. Manoel José do Bonfim¹⁴, por sua vez, foi um médico brasileiro cujo trabalho foi influenciado pela concepção de Lamarck. (GOIS JUNIOR, 2000; MARQUES, 1997).

¹² Médico baiano nascido em 1876 que se formou na Faculdade de Medicina da Bahia. Atuou nos seguintes cargos: inspetor de Saúde Pública no Rio de Janeiro em 1902; Diretor do Hospital Nacional de Alienados em 1904; professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1907; diretor da Escola Normal do Rio de Janeiro em 1915; diretor da Instrução Pública do Distrito Federal em 1916; deputado federal pela Bahia entre 1924 e 1930; professor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro em 1932. (PICCININI, 2006).

¹³ Médico paulista que nasceu em 1889, tendo concluído os estudos na Universidade do Brasil (1915). Fundou a Sociedade Eugênica de São Paulo em 1918, atuou como inspetor sanitário rural do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), criou o Museu de Higiene em 1922, ingressou na Academia Nacional de Medicina em 1933 e escreveu muitos livros e artigos sobre eugenia. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2009).

¹⁴ Médico sergipano que nasceu em 1868 e se formou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1890. Dirigiu o *Pedagogium* em 1897, foi deputado federal em 1907, atuou na imprensa brasileira em diversos periódicos como a *Revista Pedagógica Educação e Ensino*, da qual foi diretor e *Tribuna* do qual foi jornalista. Ele também escreveu diversos livros didáticos, bem como obras sobre Psicologia e História. (PRIORI; PEREIRA, 2009).

O Ufanismo, por sua vez, configurou-se como um nacionalismo de defesa fundamentado na ideia de opor-se às críticas estrangeiras que defendiam a suposta inferioridade das raças existentes no Brasil. Esta corrente nacionalista exaltava a beleza do país e o valor da diversidade das raças. Entre os intelectuais brasileiros adeptos desta corrente, Gois Junior (2000) destaca Afonso Celso, cuja publicação intitulada “Porque me ufano do meu país” (1943), ressalta a valorização dos recursos naturais, da cultura popular e do índio do país.

Finalmente, o pensamento intervencionista, que para Gois Junior (2000) foi predominante no século XX, culpabilizava as autoridades governamentais pelos problemas sociais enfrentados no Brasil posto que a educação e a saúde da população não recebiam a atenção adequada. Os interventores sociais almejavam tornar as regras higiênicas e o atendimento médico acessíveis a toda população. Para tanto, era necessário que reformas de cunho social fossem materializadas por meio da ação governamental promovendo, assim, o saneamento do país sob a ótica da higiene. Entre os médicos brasileiros que pertenciam a esse grupo destacou-se Belisário Augusto de Oliveira Penna¹⁵.

Esta diversidade de correntes de pensamento e os conflitos dela gerados leva-nos a refletir sobre as relações de poder existentes na definição do que conta como conhecimento válido para formar determinado tipo de sujeito. Observa-se que na corrente eugênica a ênfase está em formar uma raça superior, determinada por questões de ordem biológica. Já na corrente Ufanista verificou-se o predomínio do nacionalismo e por fim, o higienismo intervencionista passou a questionar a atuação do governo em relação aos problemas de saúde da população.

Refletir sobre as correntes higiênicas no Brasil é importante porque a forma como esta ciência influenciou ações empreendidas por cada governo latino-americano teve suas peculiaridades. Corrêa (2011), por exemplo, diferencia o caráter das intervenções higiênicas na Argentina das que foram adotadas no Brasil. Na Argentina prevaleceu a medicina embasada na revolução pausteriana¹⁶ que teve como princípio a prevenção por meio da imunização e do controle de ambientes insalubres. No Brasil, por sua vez, predominou

¹⁵ O referido médico nasceu em 1868 e se formou na Faculdade de Medicina da Bahia. Atuou como inspetor sanitário do Rio de Janeiro a partir de 1904, tendo participado de diversas campanhas organizadas por Oswaldo Cruz. (THIELEN, 2002).

¹⁶Revolução liderada pelo francês Louis Pasteur (1822-1895). Ela atribuiu a ocorrência de doenças aos micróbios e postulava ser possível melhorar a saúde dos indivíduos por meio de vacinas.

inicialmente a influência da teoria miasmática¹⁷, cujo enfoque recaiu sobre o saneamento das cidades de forma a combater focos de contaminação. Como será possível observar ao longo desse estudo, o Brasil irá mesclar contribuições de diferentes correntes para materializar suas ações de cunho higienista, particularmente no campo educacional.

É relevante salientar que entre os intelectuais latino-americanos predominou uma concepção que associava a saúde e a educação como questão de extrema relevância para o desenvolvimento dos países latino-americanos. Sobre a questão, Silva (2008) analisou a concepção educacional de Manoel Bonfim, relacionando-a com a implantação dos grupos escolares no Brasil durante a República. Esse médico, historiador e sociólogo compreendia a educação como estratégia para o progresso do país, comparando a instrução popular com o remédio apto a salvar o Brasil da doença chamada atraso. Neste contexto, a autora realizou uma análise de documentos de cunho educacional e concluiu que a educação proposta durante o período republicano objetivava civilizar a nação, moralizar os costumes e disciplinar as atividades.

Borges e Boarini (2006) destacam a participação de Manoel Bonfim na Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) criada em 1923, no Rio de Janeiro, pelo médico Gustavo Riedel, tendo como finalidade a construção de programas de higiene mental propagados principalmente por meio do sistema educacional. O referido médico compreendia a criança como ser moldável e acreditava que a educação poderia transformá-la em uma pessoa moralmente saudável. Assim, Bonfim foi uma referência no projeto de higienização dos costumes engendrado pelo governo brasileiro nas primeiras décadas do século XX.

Sobre a relevância do higienismo vale ressaltar a pesquisa de Gondra (2004, p. 279) que, ao analisar produções acadêmicas de médicos brasileiros durante o império, no século XIX, averiguou que a concepção educativa nelas proposta assumia a função redentora da sociedade por meio de projetos educativos que preconizavam a educação integral. Esta devia contemplar o aspecto físico, moral e intelectual dos alunos brasileiros e adotar os princípios, métodos e prescrições da higiene a fim de “formar sujeitos fortes, saudáveis, inteligentes e moralizados”. Para tanto, propuseram e implantaram recursos diversos (arquitetura escolar, livros escolares, etc.) veiculadores de representações que foram apropriados e transformados em práticas pedagógicas que extrapolaram os limites espaciotemporais da corte oitocentista.

¹⁷ Teoria originada das reflexões de pesquisadores como Athanasius Kircher que desenvolveu no século XVII estudos apontando serem as doenças transmitidas pelo ar atmosférico contaminado por partículas geradoras de decomposição de matérias: os corpúsculos antropofágicos de Kircher. O médico Thomas Sydenham também discutiu a questão apontando a existência de partículas no ar que contaminavam o corpo humano gerando doenças (CORBIN, 1987).

Rocha (2003) realizou estudo que analisou a materialidade dos dispositivos de higienização, ordenação e controle da população menos favorecida de São Paulo entre 1918 e 1925. Enfatizando as estratégias utilizadas para centralizar tais ações no Instituto de Higiene, a partir de 1918, a autora observa o papel desempenhado pelos atores sociais envolvidos: homens de ciência, médicos e higienistas. A pesquisadora verificou que o referido instituto interveio principalmente no ensino primário por meio da formação de educadoras sanitárias para atuar nesses espaços e do uso de tecnologias educativas como livros, cartilhas, cartazes e murais como suporte a ações educativas em sala de aula.

A articulação entre a educação e a saúde, neste contexto, objetivou *regenerar a população* formando uma *consciência sanitária* e evitando, deste modo, *atitudes viciosas* da população. Tais ações desencadearam reformas políticas nas áreas da saúde e da educação que, influenciadas pela concepção de educação norte-americana, moldaram as ações educativas no Brasil em prol de uma higienização dos costumes na sociedade. (Ibid., 2003).

Filho Palma (2005) abordou a educação durante o período da República no Brasil a partir da análise das reformas empreendidas. Apontou a tendência à uniformização do ensino, à liberdade de ensino, à redução de conteúdos curriculares, à seriação e à imitação de modelos estrangeiros como a adoção do método intuitivo. Esse método particularmente preconizava entre os conteúdos a aplicação das noções de Química, Física e História natural à Higiene, bem como exercícios ginásticos e militares.

França (2004) analisou as contribuições de José Veríssimo Dias de Mattos para a reorganização da educação escolar brasileira, particularmente no Pará, durante as décadas iniciais do regime republicano. Veríssimo destacou que a Educação Física deveria entrar nos programas escolares brasileiros como estratégia para o desenvolvimento de corpos saudáveis e robustos que atendessem às demandas do mercado de trabalho em expansão no país. Tal posicionamento foi inspirado no ideário já adotado nos países tidos como mais desenvolvidos no período que postulavam serem os exercícios promotores do desenvolvimento moral, do espírito nacional e patriótico dos educandos. Além disso, ele preconizou que a Educação Física fosse conteúdo das Escolas Normais e que abarcasse os temas de higiene e saúde. O educador também recomendou uma série de alterações a serem implantadas nas escolas primárias do Pará, após visitas de inspeção realizadas por ele, entre elas: selecionar locais para construir escolas dentro das normas de higiene e adequar à mobília escolar as prescrições higiênicas.

Moraes (2011) pesquisou as mudanças implantadas na educação do Estado do Pará durante o período de 1886 a 1897, no qual o governo de Lauro Sodré aprovou diversos

encaminhamentos legais. Entre eles, o pesquisador analisou o *Regulamento escolar - programas, horários e instruções pedagógicas para as escolas públicas do Estado do Pará* aprovado em 1890. Entre as alterações estabelecidas pelo referido documento ele ressaltou a introdução da disciplina “Educação Física” nas escolas primárias, cuja justificativa relacionou-se à necessidade de regenerar a população paraense posto que a mestiçagem supostamente gerasse preguiça e indolência.

As pesquisas de França (2004) e Moraes (2011) permitem constatar que os ideários higienista e eugenista¹⁸ foram adotados na tentativa de justificar a introdução de disciplinas no currículo escolar do Pará que abarcaram conteúdos de saúde e de higiene. Esta tendência esteve presente em todos os Estados brasileiros durante o período que abarca o fim do século XIX e início do século XX.

Como exemplo desta tendência destaca-se a iniciativa pioneira do médico Menezes de Vieira que fundou em 1875 um Jardim de Crianças no Colégio Menezes de Vieira no Rio de Janeiro. Bastos (2011) analisou a proposta pedagógica ali adotada oriunda das contribuições de Pestalozzi, Froebel e Mme. Pape-Carpenter: o Método Intuitivo. O principal objetivo da instituição era auxiliar a família e a escola primária a combater os maus hábitos e vícios por meio do ensino da ordem e do asseio. Tendo como fundador um médico, a instituição naturalmente destacava o ensino da Higiene e da Educação Física. Neste contexto, critérios higiênicos foram adotados para todo o ambiente da escola como a mobília escolar, a iluminação, o asseio e os trajes dos alunos e dos professores, a localização do prédio escolar, jogos ginásticos que imitavam os movimentos realizados no ambiente laboral, entre outros.

Enfim, as discussões sobre educação e higienismo tem se mostrado importantes para a compreensão da educação e de sua história e é na direção desse debate que esta pesquisa se insere. A questão particular que procuraremos responder de modo a corroborar o debate é: no contexto da colonialidade latino-americana, que sentidos assumiram os discursos que relacionam educação e higienismo, produzidos por homens de ciência do Pará, entre os anos 1891-1912, materializados em periódicos educacionais?

Neste sentido a tese defendida neste estudo é que a racionalidade médico-higiênica materializada nos discursos de homens de ciência presentes nos periódicos pedagógicos

¹⁸ Eugenismo foi um movimento elitizado, engendrado por intelectuais como médicos e psicólogos, que procurou estabelecer um tipo ideal de ser humano vinculado às questões de ordem genética. Presumiu-se que a Eugenia era uma estratégia para salvar a humanidade posto que por meio dela fosse possível classificar as pessoas segundo sua raça e elaborar ações para atuar sobre a degenerescência de um determinado povo.

produzidos no Estado do Pará, Brasil, publicados entre os anos 1891-1912 corroborou a Colonialidade que se instaurou na América Latina.

Trata-se, portanto, de uma tese de cunho documental e bibliográfico, que abrange fontes variadas, produzidas no Pará, Brasil. A pesquisa documental é um procedimento que faz uso de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos. Oliveira (2007, p. 69) indica que esta pesquisa “[...] caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, jornais, revistas, cartas, filmes, (...) entre outras matérias de divulgação.” Entre as vantagens da adoção da pesquisa documental destacam-se: o documento é uma fonte rica e estável de dados que sobrevive ao tempo; baixo custo da pesquisa; não exige contato com os sujeitos do estudo. Entre as desvantagens estão a não-representatividade e a subjetividade dos documentos. (GIL, 1991).

Diehl (1997) ao tratar dos componentes regulativos da pesquisa histórica analisa a crítica de fontes que possui três processos: a) a crítica externa examina a autenticidade ou o valor do que a fonte diz; b) a crítica interna examina a qualidade das informações oriundas das fontes na perspectiva do tempo presente a fim de assegurar a sua plausibilidade; c) a operação de pesquisa que reconstrói, considerando as fontes existentes, as estruturas de veracidade.

No processo de garimpagem de fontes e subsequente interpretação das mesmas é necessário considerar a subjetividade dos documentos. Para Chartier (1987) a realidade, longe de ser um dado objetivo, é resultado de um processo de objetivação que remete às práticas concretas dos homens. Desta forma, os textos, os saberes, a subjetividade e a cultura não possuem um sentido único e absoluto a ser descoberto. Partindo desta concepção não é possível tomar os documentos como verdades em si, mas como elementos carregados de subjetividade. Os documentos são escritos por pessoas que falam a partir de um lugar, de uma cultura, o que revela suas concepções de mundo. É necessário compreender que mesmo um documento dito oficial é carregado de subjetivações daquele que escreve ou por quem escreve e defende. Neste sentido, o pesquisador deve problematizar quem é esse oficial, qual seu interesse ao fazer aquele registro, que projeto de sociedade, por exemplo, ele defende. Sobre a questão Diehl (1997, p. 38) explica:

Essa pretensão de plausibilidade, porém, é limitada pela própria natureza intrínseca da História. Mas, isso ocorre porque a valorização do conteúdo das fontes levantadas somente é um saber - *exato* - sobre o que nós, com certa consciência, queremos ou não saber. Além disso, as informações das

fontes manifestadas no conteúdo factual em si ainda não são *garantias históricas*. Somente a interpretação, como operação de pesquisa, traz essa consistência para o conteúdo.

Nesta tese, o sentido que se atribui a documentos é aquele preconizado pela Nova História Cultural que possibilitou o alargamento do campo do historiador e, conseqüentemente da tipologia da sua fonte:

O documento não é inócuo. É antes de mais o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntaria ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. [...] É preciso começar a desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos. (LE GOFF, 1984, p. 103-104).

Desta forma, cabe ao pesquisador, que aderiu à concepção da “história vista de baixo”, atentar para a variedade de evidências produzidas pela vida em sociedade. Nesta lógica, é possível considerar como documentos não somente o documento oficial, mas também os periódicos, as imagens, os objetos artísticos, os depoimentos e os sons. Burke (1992, p. 13) ressalta “[...] que os registros oficiais em geral expressam o ponto de vista oficial. Para reconstruir as atitudes dos hereges e dos rebeldes, tais registros necessitam ser suplementados por outros tipos de fonte.”

Frequentemente a pesquisa bibliográfica é confundida com a pesquisa documental, porém, Gil (1991) esclarece que a diferença encontra-se na natureza das fontes, ou seja, enquanto a primeira enfoca contribuições de autores diversos em materiais impressos, a segunda refere-se a materiais variados que ainda não receberam tratamento analítico ou que ainda podem sofrer reelaboração segundo o objeto da pesquisa.

O *corpus* da pesquisa são artigos de periódicos pedagógicos divulgados especificamente no Brasil, Estado do Pará, e que foram produzidos por homens de ciência a respeito da relação entre educação e higienismo. Para sua análise foram articulados outros documentos como: a Legislação educacional (regimentos escolares, decretos e pareceres); os Relatórios de órgãos governamentais responsáveis pela instrução e pela saúde no Brasil, particularmente no Pará, a respeito do referido tema.

Os documentos que compõem o *corpus* foram coletados no Arquivo Público do Pará (APEP) e na Biblioteca Pública Arthur Vianna. O APEP é um órgão público situado em

Belém do Pará, na travessa Campos Sales, nº 273, bairro do Comércio fundado em 16 de Abril de 1901 e tem como função gerir, recolher, tratar tecnicamente, preservar e divulgar o patrimônio documental sob sua responsabilidade. Esse órgão foi escolhido para coleta de dados desta pesquisa, pois é o local onde se encontram documentos administrativos do Estado do Pará. (APEP, 2014).

Entre os documentos recolhidos no APEP estão mensagens e relatórios apresentados ao governo paraense a respeito da saúde e da educação no estado, bem como regulamentos escolares. Entre eles destacam-se: o “Regulamento Geral da Instrução Pública e especial do ensino” (1890); o “Regulamento escolar: programas, horário e instruções pedagógicas para as escolas públicas do Pará” (1890); o Relatório “A instrução pública no Estado do Pará” (1891) de autoria de José Veríssimo.

A Biblioteca Pública do Estado Pará, por sua vez, foi fundada em 25 de março do ano de 1871, e em 1986 passou a localizar-se no Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves (CENTUR), ocasião na qual foi denominada “Biblioteca Pública Arthur Vianna – BPAV”. A referida instituição objetiva fomentar o acesso à informação e à divulgação dos bens culturais da região amazônica, bem como o conhecimento e preservação da memória cultural do estado paraense. As consultas referentes a esta tese se deram no setor de “Obras raras” da BPAV. (NUNES et al, 2011).

Em levantamento realizado na BPAV, setor de obras raras, os periódicos levantados foram: Revista de Educação e Ensino (1891-1894); A Escola - Revista Oficial de Ensino (1900-1903) e Revista do Ensino (1911-1912). Esses foram os periódicos de maior importância que circularam no Pará entre 1891 e 1912. Eles foram selecionados por meio de uma pesquisa exploratória, a primeira etapa do procedimento metodológico documental. Esse levantamento almejou mapear quais revistas circulavam no período estudado, identificar se o higienismo estava presente nas discussões de tais impressos e observar a disponibilidade do material para a construção desta tese.

Esse primeiro momento viabilizou a delimitação temporal (1891-1912), levando-se em conta os seguintes critérios: 1) Esse período abarca a Primeira República, um dos momentos históricos nos quais se observou uma atenção redobrada a questões educacionais não somente por parte dos governantes do Brasil, como também pelos intelectuais que tratavam do referido tema; 2) O recorte temporal se relaciona com a localização da revista pedagógica mais antiga que circulou no Pará; 3) Optou-se por incluir duas décadas na pesquisa levando em conta o tempo disponível para sua realização e o período em que tais revistas foram publicadas.

O contexto histórico no qual esta pesquisa está inserida é de extrema relevância para o Brasil, pois se situa num momento no qual o regime monárquico deu lugar ao regime republicano expressando um período no qual um novo projeto de desenvolvimento estava sendo construído para a nação.

No Brasil, os partidos Liberal e Conservador começaram a destacar-se por ocasião do fim do período regencial. Prado (2009, p.74) aponta a diferença fundamental entre liberais e conservadores no Brasil: os primeiros viam a monarquia como algo provisoriamente útil enquanto que os conservadores acreditavam ser ela a única opção para manter a ordem social. A posição era diversa em relação à ideia de centralização do poder, os *conservadores* entre os quais predominavam os fazendeiros de Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia a defendiam, enquanto que os fazendeiros de áreas mais novas, os *liberais*, como de Minas Gerais, de São Paulo (SP) e Rio Grande do Sul (RGS) se contrapunham.

O governo imperial no Brasil chegou ao fim juntamente com a abolição da escravidão e entre os defensores desta estiveram intelectuais, jornalistas e militares que sob influência positivista criam ser este um passo necessário ao progresso da nação. Assim, em 1889 os militares e seu líder Marechal da Fonseca impetraram um golpe de Estado proclamando a república. A nova constituição foi aprovada em 1890 tornando o país federal no período conhecido como República Velha. Neste período o poder concentrou-se nos militares, de forma que metade das províncias foi governada por militares. A vida política de tais províncias era dirigida pelos coronéis e predominou a influência de políticos de Minas Gerais (MG) e São Paulo (SP). (POZO, 2009).

Neste contexto, a Amazônia paraense atravessou um período de expansão e desenvolvimento como nunca havia ocorrido antes. Sarges (2002a) indica que entre 1870 e 1910 ocorreu o maior surto econômico da região, inserindo, conseqüentemente, a Amazônia no sistema mundo colonial capitalista num papel de destaque. Este processo iniciou a partir da metade do século XIX quando Belém, a capital do Pará, vivencia o crescimento oriundo da produção e exportação do látex.

Desta forma, Belém passou a ser nesse período um lugar de trocas, de caráter não apenas comercial, mas também cultural. Este processo influenciou importantes transformações na cidade no período que ficou conhecido como *Belle-Époque*. Estas mudanças centralizaram-se em um processo de “embelezamento visual da cidade” que abarcou questões de caráter econômico, demográfico e de valores estéticos oriundos da concepção republicana que apregoava a necessidade da busca do progresso e da modernidade para tornar o Brasil uma nação civilizada. Entre estas questões se encontra a *política*

saneadora preventiva que preconizava a limpeza e a ordem, principalmente do centro urbano de Belém, por meio de intervenções de cunho estrutural e comportamental. Assim, o disciplinamento dos hábitos dos habitantes de Belém foi empreendido não só por meio de aparatos legais, como leis e códigos de posturas municipais, mas também pela atuação de instituições governamentais como escolas e hospitais que assegurassem o controle do poder público sobre os padrões de comportamento da população. (SARGES, 2002a).

Neste sentido, a estratégia higienista veio atender às demandas geradas pelo processo de urbanização, industrialização e crescimento econômico do Pará, fornecendo explicações e soluções de cunho científico para os problemas trazidos por esta nova realidade: as epidemias; as altas taxas de mortalidade infantil; os efeitos deletérios do acúmulo de sujeira nos espaços públicos e privados; a mendicância; a prostituição, etc.

Rodrigues (2008) aponta que os serviços sanitários do Pará passaram por reformas importantes nos anos de 1891, 1896, 1898, 1904 e 1914 indicando o papel central que a higiene e os médicos higienistas assumiram após a proclamação da República. Isso culminou na criação de diversas instituições como o Asilo dos Alienados (1892) e o Hospital Domingos Freire (1900).

Sarges (1998, p. 138) aponta algumas medidas engendradas pelo governo durante o regime republicano paraense a respeito da saúde, por ocasião da gestão do intendente Antonio Lemos: “[...] a cidade foi dividida em distritos e os médicos incumbidos, entre outras coisas, da vacinação e revacinação da população.” A pesquisadora aponta que durante a epidemia de varíola, ocorrida em Belém em 1899, Lemos realizou uma parceria com o governo paraense para convocar os médicos a realizarem visitas domiciliares a fim de vacinar a população. Esta invasão da privacidade das famílias não foi bem aceita pela população e Lemos atribuiu parte desta resposta negativa a publicação de artigos que incitavam a revolta. Isso demonstra como a imprensa tinha importância na formação de opinião naquele período.

A gestão de Antônio Lemos foi marcada por ações que reforçavam o lugar da higiene como fundamental para construir um ideal de cidade civilizada, moderna e higienizada, como indica Sarges (1998). Entre essas ações destaca-se a criação do necrotério (1899) e de postos médicos (1907); a demolição de cortiços (1905); a inspeção de hotéis, pensões e padarias, bem como de alimentos e amas de leite; a criação do orfanato municipal (1908), entre outros.

Com relação à educação da Amazônia paraense durante o regime republicano Lima e França (2014) indicam que a escola passa a ser um local destinado a divulgar a concepção integral de educação desse regime. Neste contexto ocorreu a criação dos oito primeiros grupos escolares do Pará no governo do médico Paes de Carvalho (1897-1901). O governo seguinte,

de Augusto Montenegro (1901-1910), prosseguiu com as iniciativas para a disseminação de grupos escolares. Desta forma, entre 1899 e 1905 haviam sido criados 25 grupos escolares, com a criação de mais 14 grupos de 1906 a 1907. Em 1907 aproximadamente 14.424 alunos encontravam-se matriculados nestas instituições escolares.

O ideário higienista influenciou a nova proposta educacional do regime republicano e esteve presente como argumento para a construção de grupos escolares. Isso pode ser observado no relatório de 1891, apresentado por José Veríssimo¹⁹, onde ele preconizava a criação de grupos escolares alegando que era uma prática adotada em países modernos, além de ser uma opção que facilitava a fiscalização:

[...] outra vantagem pedagógica, se de tal ordem a posso considerar, é a maior facilidade da inspeção, tão difficil, sinão impossivel de seriamente fazer, com essa disseminação de escolas, funcionando quase todas na mesma casa de residência dos professores (VERÍSSIMO, 1891, p. 81).

Segundo o educador, três pontos eram fundamentais para uma boa qualidade do ensino no Estado: bons professores, instalações escolares adequadas e principalmente a inspeção e a fiscalização do ensino. Veríssimo considerava que as iniciativas adotadas até então para fomentar a fiscalização escolar demonstravam que havia a preocupação com este assunto, mas que a forma como foram organizadas não viabilizou a materialização destas ideias. Os motivos foram vários: falta de pessoas qualificadas para a inspeção de escolas; visitas esparsas; trabalho de caráter temporário; poucos profissionais para elevado número de escolas, etc (PARÁ, 1891).

Desta forma, Veríssimo (1891, p.50) propôs um projeto que incluía inspetores escolares que tivessem o curso normal, fossem formados no Lyceu Paraense ou em outras instituições superiores do país, ou que tivessem notoriamente as condições necessárias para o cargo: “[...] ter reconhecida e notoriamente as habilitações, a capacidade e a moralidade indispensáveis para o exercício de taes funções.”. Entre suas obrigações podemos destacar:

1. Visitar ao menos uma vez por trimestre todas as escolas do seu districto; [...] 3. Inspeccionar rigorosamente os estabelecimentos do ensino público primário, secundário ou outros, abrangendo na sua inspecção a parte material, as condições hygienicas e a parte technica do ensino. [...] 11. Apresentar trimestralmente ao Diretor geral um Relatorio circunstanciado da sua inspecção [...]. [...] 15. Proceder aos exames dos alumnos das escolas elementares da sua inspectoría (VERÍSSIMO, 1891, p. 50-51).

¹⁹ Diretor da instrução pública do Pará (1890).

Observa-se que a inspeção escolar foi alvo de dispositivos legais como o decreto n. 719 de sete de julho de 1899 que alterou o artigo 28 do *Regimento geral de ensino primário do Pará*. Este decreto aumentou de 12 para 16 o número de inspetores do ensino:

O governador do Estado [...] aumentou o numero destes funcionários, e considerando mais que as necessidades de uma melhor inspeção exige uma melhor divisão da vasta região territorial do Estado, divisão que suporte as exigências de uma boa e perfeita fiscalização escolar, como pondera o diretor geral da instrução pública em ofício desta, decreta: [...] para o exercício das funções dos inspetores do ensino fica o território do Estado dividido em 16 circumscripções (PARÁ, 1899, apud PARÁ, 1900, p. 612).

O Regulamento da instrução pública do Estado do Pará de 1890 prevê que as instalações das escolas sigam as recomendações higiênicas: “[...] para o serviço exclusivo dos alumnos haverá em toda escola latrinas, lavatório e água de beber, tudo installado segundo os preceitos da hygiene.” A atenção voltada à higiene aparece de forma destacada no artigo 9 deste regulamento, quando o mesmo aponta que as instalações dos estabelecimentos educacionais deviam seguir as regras higiênicas em relação ao destino dos dejetos e ao uso correto da água (PARÁ, 1890, Art. 9, p. 9).

As prescrições higiênicas em relação à mobília escolar também estavam presentes no relatório de José Veríssimo (1890, p. 85):

Foi com esta convicção que solicitamos de vós providencias sobre tal e tão lastimável situação das nossas escolas, pedia-vos fossem ellas fornecidas pelo menos de: a) mobilia escolar bastante para o numero de alumnos, construida segundo os ensinamentos e as exigências da hygiene escolar, adoptando-se pelo menos, três typos de bancos-carteiras, correspondentes ás idades de 6 a 8, 9 a 11 e 12 a 14 annos. [...]; b) um estrado para a mesa do professor; c) uma mesa ou carteira para o professor e uma cadeira para o mesmo; d) Um armário envidraçado para colleções feitas pelo professor e alumnos, para as lições de coisas, guardados cadernos e do material de ensino; e) Um bom quadro preto de madeira ardosiada [...]

Verifica-se neste trecho do relatório a atenção voltada para a adequação da mobília escolar à idade dos alunos, e de recursos para o trabalho docente como o armário destinado, entre outras coisas, à aplicação do método de lições de coisas.

O currículo escolar do Estado do Pará também sofreu alterações durante o regime republicano. Elas incluíam conteúdos relacionados à saúde e à higiene. Podemos observar isto nos *Programas de Ensino para as Escolas Modelo e Grupos Escolares* produzido pela Diretoria Geral da Instrução Pública em 3 de março de 1900 na pessoa do diretor Virgílio

Cardoso de Oliveira. Já no primeiro ano do curso elementar os seguintes conteúdos deviam ser ministrados:

Noções de coisas. Noções muito elementares sobre o corpo humano. Pequenas lições de coisas, sempre com os objectos á vista, sobre: formas, cores, sons, pezo, qualidade dos objectos, etc – Exercícios e conversas familiares sobre [...] nomes dos animaes domésticos, das plantas alimentícias, flores e fructos ai conhecidos: nome e uso dos objectos que estão sob a vista da creança (PARÁ, 1900, p. 33).

O conteúdo destinado ao curso elementar, como exposto, procura esclarecer o aluno sobre as partes do seu corpo, o que pressupõe que esta seria uma base para entender como cuidar do mesmo. O conhecimento sobre a constituição dos diversos objetos, por sua vez, remete à educação dos sentidos, tida também como base para compreender posteriormente os cuidados para com os animais, o uso adequado de plantas para a alimentação e o discernimento sobre o que é saudável e o que é prejudicial aos sentidos.

No segundo ano, o método proposto de Noções de coisas dá continuidade à educação dos sentidos, a compreensão de como funciona o corpo humano, se detendo particularmente nos sistemas respiratório e digestivo. Uma vez apresentadas as bases de funcionamento de alguns sistemas e órgãos do corpo humano, o currículo propôs introduzir os alunos no aprendizado da higiene e suas prescrições:

[...] educação dos sentidos. Divisão da natureza em três reinos. Sua distincção. Estudo sobre animaes conhecidos [...]. Principaes funcções da vida: respiração e nutrição. **Preceitos higienicos** relativos á conservação do corpo humano e á regularidade das funcções vitaes (PARÁ, 1900, p. 34, *grifo nosso*).

No curso médio, se pode observar a preocupação em frisar o ensino da disciplina “Instrução Moral e Cívica” no primeiro e no segundo ano. É notória a íntima relação entre a educação de cunho moral, o civismo, a higiene e a pretensão de formar cidadãos civilizados que colaborem para construir um país desenvolvido. Assim, é extremamente comum que a referida disciplina inclua conteúdos que dizem respeito também à saúde da população que almeja formar. Como exemplo, temos a explícita referência ao vício e seus perigos, relacionada historicamente às classes perigosas como citado no decorrer desta pesquisa, no referido documento:

Vícios e virtudes – O alcoolismo e seus efeitos Moraes. – Exemplos sobre o alcoolismo ao alcance da compreensão dos meninos, de modo a inculcar em seu espírito o horror por esse vício.

Instrução cívica: [...] necessidade de governo exemplificando-se com a direção da casa, da escola, da cidade, etc (PARÁ, 1900, p. 20).

As mudanças ocorridas tanto na proposta educacional quanto na organização do atendimento à saúde da população amazônica no Pará demonstram que estes dois elementos estiveram intimamente relacionados na construção de um plano de desenvolvimento para o Estado do Pará no contexto da república, com ações que se concentravam em Belém e irradiavam para os demais municípios.

Em face deste contexto nos propomos a adotar a Nova História Cultural (NHC) como opção metodológica que viabiliza o estudo de diversas questões sociais e que “[...] tem por principal objeto o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é constituída, pensada, dada a ler.” (CHARTIER, 1987, p. 16 e 17).

Assim, é de extrema relevância o diálogo com Chartier (1987) que reflete sobre a história a partir de uma perspectiva cultural:

Ao trabalhar sobre as lutas de representação, cuja questão é o ordenamento, portanto a hierarquização da própria estrutura social, a história cultural separa-se sem dúvida de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social dedica exclusivamente ao estudo das lutas econômicas, porém opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade. (CHARTIER, 1991, p. 183, 184).

Desta forma, compreendemos que na concepção de Chartier as representações construídas sobre o contexto social não são imparciais, mas geram mecanismos que almejam instituir autoridade sobre os outros, validar um projeto reformador ou justificar determinadas práticas para os próprios indivíduos que as realizam.

Para discorrer sobre higienismo e educação desenvolvi as seções que seguem, além das considerações finais. Na seção intitulada “Homens de ciência do fim do século XIX início do século XX” contextualizo esta pesquisa, analisando o papel desempenhado pelos homens de ciência do Brasil, particularmente os médicos, enquanto produtores e disseminadores de representações culturais a respeito da educação e sua relação com o higienismo no contexto brasileiro.

Na seção denominada “Perspectiva Teórico-metodológica” abordo a perspectiva teórico-metodológica desta tese ancorada na Nova História Cultural e na Teoria Decolonial,

bem como a descrição das etapas para sua realização, a saber: pesquisa exploratória; busca, catalogação e identificação das peças; criação das categorias; e tratamento analítico do *corpus*, objetivando elucidar o caminho traçado para analisar o objeto de tese.

Na última seção, intitulada “Análise da relação Higienismo e educação nos escritos de homens de ciência” procuro situar pesquisas de caráter histórico sobre periódicos, principalmente no Brasil, ressaltando os objetos de estudo, o referencial teórico, os métodos utilizados e os avanços alcançados. Em seguida, inicio a análise dos artigos que relacionaram educação e higienismo, que foram veiculadas em periódicos pedagógicos divulgados no Pará, cidade de Belém, no fim do século XIX e início do século XX. A análise busca refletir criticamente sobre as representações culturais, os princípios, as diretrizes e os direcionamentos presentes em tais escritos à luz da Teoria Decolonial.

2. HOMENS DE CIÊNCIA NO FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Esta seção busca analisar o papel desempenhado por homens de ciência do Brasil, particularmente os médicos, enquanto produtores e disseminadores de representações culturais a respeito da educação e sua relação com o higienismo no contexto brasileiro. Para tanto, discute a representação de intelectual e homem de ciência, situando o processo pelo qual os médicos atuantes no Pará no fim do século XIX e início do século XX se organizaram para alcançar legitimidade e reconhecimento nas diferentes esferas sociais da Amazônia paraense.

Homens de ciência, situados temporalmente no século XIX, que viviam da publicação de suas ideias sobre a vida, tanto no plano das Letras, das Artes quanto da Ciência, podem ser correntemente identificados como intelectuais. A origem mais provável do que hoje se chama intelectuais foram os *philosophes* do século XVIII, mas o aumento do número dos que vivem pelas e das ideias deu-se com a invenção da imprensa. Se nas cidades gregas a figura do intelectual era a do orador, após a imprensa surgir a figura de destaque passa a ser o escritor, o autor de livros e artigos, de manifestos e de cartas públicas. Assim, forma-se o fenômeno da opinião pública e o fenômeno da camada dos Intelectuais no sentido moderno da palavra. (BOBBIO, 1997).

A palavra *intellectual* surgiu na língua francesa no século XIX. Seu aparecimento oficial ocorreu no *Manifeste des intellectuels* publicado em 14 de janeiro de 1898, embora provavelmente seu uso já ocorresse em círculos literários e políticos antes desse acontecimento. (LOPES, 2003).

Norberto Bobbio (1997, p. 109, 110) também concorda com a premissa de que o sentido conferido ao termo “intelectual” precedeu ao uso do mesmo como expõe no trecho a seguir:

O nome é relativamente recente, mas o tema é antigo. [...] Que esses sujeitos históricos sejam chamados ‘intelectuais’ há cerca de um século não deve obscurecer o fato de que sempre existiram os temas que são postos em discussão quando se discute o problema dos intelectuais, quer esses sujeitos tenham sido chamados, segundo os tempos e as sociedades, de sábios, sapientes, doutos, *philosophes*, *clercs*, *hommes de lettres*, literatos, etc.

Bobbio (1997, p. 117) classifica os intelectuais com base na relação entre a política e a cultura, nas diversas tarefas que desempenham como criadores ou transmissores de ideias politicamente relevantes: os *ideólogos* são os que fornecem princípios-guia com ações racionais, segundo o valor e os *expertos* referem-se aos que fornecem conhecimentos-meio ou

conhecimentos técnicos com ações racionais segundo o fim. Apesar da diversidade de sujeitos e de formação presentes nesse grupo, eles possuem em comum a preocupação com “[...] os problemas da incidência das batalhas de ideias no desenvolvimento de uma determinada sociedade.”

Lopes (2003) também contraria a ideia de que os intelectuais na concepção de interventores da realidade política e social tenham passado a existir somente no século XIX. O autor caracteriza os *philosophes* do século XVIII como indivíduos que vincularam o pensamento formal à razão prática intervindo na realidade política e social de seu tempo e citou como exemplo Voltaire, que embora não tenha formado um grupo organizado de pensadores em torno de suas ideias influenciou e impactou a sociedade na qual viveu. Em relação a isto, Lopes (2003, p. 41) aponta:

É certo que no século XVII não existia o nome – a palavra “intelectual”, em seu sentido recente, – e nem sequer havia o número – um grupo de eruditos compacta e organizadamente engajados em causas variadas [...] mas os valores estes já eram bastante claros [...].

Neste contexto, Lopes (2003) procura discutir o conceito de “intelectual” à luz dos pressupostos da História Intelectual. Para tanto, lista algumas particularidades deste perfil: o indivíduo que coloca seu talento retórico e prestígio social a disposição objetivando garantir o bem-estar de seus compatriotas; o sujeito que luta pela defesa da verdade e da justiça, entre outros valores universais.

Ao tratar da história dos intelectuais, Sá (2006) ressalta que a concepção antiga de intelectual como literato²⁰ sofreu um grave abalo no século XX. Os intelectuais passaram a ser associados à elite e desprezados por supostamente desconsiderarem o contexto social, e em lugar desses literatos passa a se destacar a figura do especialista ou homem de ciência. Além disso, verificou-se uma variação semântica da história intelectual em diferentes países, o que levou ao desenvolvimento de diversos conceitos e métodos diferentes.

A polissemia do termo intelectual foi uma questão complexa que merece destaque. No iluminismo esse sentido assumiu uma visão aristocrática de mundo, inerente ao Antigo Regime, já num momento em que a nobreza era vista como adquirindo atributos e qualidades fundamentados na razão. O sábio ou *philosophe* colocava “a razão a serviço da humanidade”, por meio da busca de objetividade, de neutralidade e de crítica. Eles se autoreconheciam

²⁰ Os literatos cultivavam diversos gêneros de estudo simultaneamente e sua formação era de caráter enciclopédico. Entre as peculiaridades que configuraram os literatos, podemos destacar: o patriotismo, a atuação política, o aristocratismo, o cultivo da ilustração e a retórica. (SÁ, 2006).

como “educadores de uma nova sociedade” e “representantes da verdade.” (Ibid., 2006, p. 25).

Na concepção atual o intelectual ainda é visto, muitas vezes, como criador cultural que pode engajar-se civicamente, o que veio consolidando-se em fins do século XIX com o caso Dreyfus na França²¹. Nesse episódio nasceu a representação de intelectual como homem que participa da resolução de questões públicas através de seu engajamento político. Sobre estas mudanças de nomenclaturas, conceitos e representações referentes ao intelectual, Sá (2006) observa que são produtos da história e, portanto, não tem validade universal e permanente.

Chartier (1987) também contribui para a compreensão de uma construção histórica das representações culturais que atribuem diferentes papéis sociais aos indivíduos e que sofre modificações ao longo de seu percurso inerentes a questões de caráter social, cultural e econômico. Desta forma, as diversas representações atribuídas aos intelectuais não são construções que partem do “ponto zero”²², ou seja, de uma visão neutra, mas de conflitos, de interesses e negociações entre os atores da trama social.

No contexto da corte imperial os “homens de letras” destacavam-se produzindo “literatura”. Esta expressão significava os saberes por eles desenvolvidos, englobando a oratória política, a medicina, o direito, a filosofia, as letras, a ciência, a gramática, a filologia, a história e as humanidades. Desta forma, os “homens de letras” é que realizavam o movimento de ideias no Brasil oitocentista através da “literatura” (COUTO, 1842; FIGUEIREDO, 1899; VIEIRA, 1871).

Inicialmente, a atividade intelectual não era considerada uma ocupação profissional, sendo associada ao sacerdócio ou apostolado, por possuir uma pretensa atuação civilizadora e fomentadora de uma identidade nacional. Sobre a questão vale citar o discurso do presidente da Sociedade Médico-Farmacêutica do Pará, Dr. João Godinho (GODINHO, 1901, p. 103):

Na vida das sociedades cultas, entre os homens de ciencia, quer para os nossos associados, assim como para aqueles que tem clara e precisa a noção e segura a consciência da tarefa árdua que sobre os hombros nos pesa, para nós médicos, principalmente, que laboramos no exercício da missão derivada desse **apostolado sublime**, que a um tempo eleva e dignifica, e constitue - a arte de curar [...]. (grifo nosso).²³

²¹ Refere-se à acusação injusta de traição atribuída ao oficial francês Alfred Dreyfus que causou conflitos e divisões no século XIX. A concepção de militância originária desse caso (o direito de participar à esfera política da "polis"), passa a definir a função social do intelectual. (RODRIGUES, 2005).

²² Expressão de Castro Gómez (2007) que será abordada na seção metodológica desse estudo.

²³ Nesta tese optou-se por conservar as citações na linguagem utilizada no período no qual foram produzidas.

Porém, Sá (2006) destaca que em fins do séc. XIX ocorreu uma transformação de posicionamento em relação aos homens de letras que se iniciou com a mudança de regime político e as reformas urbanas promovidas durante a Belle Époque. A concepção atribuída à literatura passou a ser entendida como arte de ficção, afastando-se das ideias de humanidades e de conhecimento. A vasta cultura geral valorizada outrora passou a ser associada ao enciclopedismo, ao bacharelismo, à verborragia e à vaidade intelectual. Isso se deu concomitantemente ao processo de especialização da intelectualidade.

Sirinelli (1998) discute a questão das elites culturais, classificando o *homem de cultura* em dois tipos: os *criadores culturais* que atuam no progresso do saber produzindo arte e literatura; os *mediadores culturais* são os que auxiliam na divulgação e vulgarização dos conhecimentos oriundos desta criação. O estudioso situa no fim do século XIX um período de mutação cultural influenciado pela modificação das leis escolares, pela implantação da rede ferroviária e pela ação da imprensa no qual os intelectuais vão se destacar na cena política e aumentar em número consideravelmente. Esta relação entre os intelectuais e a política, para o autor, lhes confere uma identidade e estabelece íntima ligação com a sociedade.

Ao tratar das elites culturais francesas, Sirinelli (1998) situa no início do século XX a figura do investigador científico, que embora já existisse anteriormente, surge nesse período num contexto de institucionalização e multiplicação dos pesquisadores. O autor também ressalta a importância que as elites culturais conferem ao reconhecimento tanto de caráter endógeno, ou seja, entre os intelectuais, como de caráter externo (oriundo da sociedade). Assim, além de possuir normas e hierarquias que deveriam ser obedecidas entre os membros desta elite, o meio intelectual se diferencia por ser capaz de impor estas questões à sociedade, produzindo um reconhecimento que vem de fora. Sobre isso, Sirinelli (1998, p. 276) esclarece: “As elites culturais, pelo menos em parte, autodefinem-se e autoproclamam-se precisamente porque o seu estatuto induz um poder de ressonância e de amplificação.”

Foi possível verificar que a especialização da medicina, por exemplo, configurou-se como critério para diferenciar os médicos entre si, entre eles e outros profissionais e, mais particularmente, em relação aos leigos que praticavam a medicina. O periódico *Pará Médico* registrou a união da classe médica e farmacêutica para criar em 8 de novembro de 1897 a *Sociedade Médico-Farmacêutica do Pará*, iniciativa do governador e médico Paes de

Carvalho. Tendo como presidente o Dr. João José Godinho²⁴ e como seu vice o Dr. Américo Vitrúvio Gonçalves Campos²⁵, a referida agremiação dividia-se em 7 comissões, como a *Comissão de Higiene* de responsabilidade dos médicos Pereira Guimarães, Francisco Miranda e Mariano d’Aguiar. Tal organização já retrata o intento de especificar as áreas de atuação da instituição como reflexo do processo de especialização pelo qual passava a medicina no Pará. (PARÁ MÉDICO, 1900b).

Esta especialização da medicina veio para superar a figura do médico de família é oriunda do que Mignolo (2007) denominou de “identidade disciplinar” que busca enquadrar, cada vez mais, as formas de construir o conhecimento numa lógica ocidental que se pretende universal. Por outro lado, ao refletirmos sobre a pajelança e outras práticas tradicionais de cura, cuja pesquisa de Figueiredo (2008) aponta serem presentes em Belém nesse período, observa-se “outro modo” de interpretar o conhecimento sobre saúde e doença na Amazônia. Esta cosmovisão representa uma fratura epistêmica e a luta por um direito epistêmico que indígenas e afrodescendentes do Brasil empreenderam como estratégia de perpetuarem seu modo de aprender sobre saúde. Mignolo (2008), por sua vez, aponta a relevância da *desobediência epistêmica* que parte de uma epistemologia pluriversal, ou seja, que compreende a existência de muitas formas de pensar sobre a vida, a saúde, a cura e a morte.

A *Sociedade Médico-Farmacêutica do Pará* lançou em 1900 o Pará-Médico, a primeira publicação médica do Estado. Sobre esse periódico o artigo editorial salienta um elemento fulcral “[...] sem as commoções causadas pela oratória, os consócios e demais cientistas poderão dar a público os resultados de suas meditações, de suas observações e estudos”. Assim, identifica-se o objetivo de divulgar o saber científico entre os profissionais e desses para a sociedade numa linguagem que se distancia da “oratória”, adotada pelos “homens de letras”, e aproxima-se cada vez mais da linguagem científica, considerada mais objetiva e clara. (PARÁ MÉDICO, 1900d, p.107).

A primeira edição da referida revista esclarece que almejava:

²⁴ Médico, Diretor da seção de demografia sanitária da Inspeção Geral do Serviço Sanitário do Pará, Diretor da Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará e Redator do Pará Médico. Atuou na Santa Casa na clínica de crianças. Em 1900 foi nomeado delegado do Governo do Pará no Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, realizado no Rio de Janeiro (MIRANDA, 2010; MIRANDA; ABREU JÚNIOR, 2013; PARÁ MÉDICO, 1900b).

²⁵ Médico demógrafo-sanitário, Diretor da Instrução Pública do Pará, Inspetor Sanitário da capital do Pará vinculado à Inspeção Geral do Serviço Sanitário do Pará, membro da Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará, redator do Pará Médico e da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Na docência atuou na Escola Normal do Pará na cadeira de Higiene e na Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará na disciplina de Fisiologia. (FRANÇA, 2004; PARÁ MÉDICO, 1900b).

[...] um trabalho de **vulgarização científica** em prol da coletividade, [...] servirá para apertar os laços de solidariedade que devem existir entre devotados apóstolos do mesmo ideal, aos quais cabe a responsabilidade de cimentar as bases em que apóiam-se as nossas **aspirações de progresso e civilização**. (PARÁ MÉDICO, 1900a, p. 1, grifo nosso).

Em face do exposto é possível identificar os pilares que apoiaram a instalação de uma nova forma de adquirir e produzir conhecimento científico no Brasil dos fins do século XIX e início do século XX: a especialização e a vulgarização científica. Sá (2006) destaca que na Europa o movimento de especialização da ciência veio acompanhado da vulgarização da ciência e quem se encarregava das mudanças referentes à especialização eram os profissionais especializados. No Brasil, esse movimento se responsabilizou por divulgar a especialização em revistas específicas de cada área e, ao mesmo tempo, de vulgarizar a ciência através de jornais, revistas, palestras e conferências abertas ao público. Dr. João Godinho, em discurso da sessão solene da *Sociedade Médico-Farmacêutica do Pará* realizada em 1901, relatou a realização de Conferências sobre temas científicos por ocasião da Exposição do Lyceu Benjamin Constant. (GODINHO, 1901).

Sobre a questão da vulgarização científica enquanto papel de homens de ciência o Dr. Américo (1900a, p. 28) afirma:

A celeridade com que materialmente temos evoluído, deixou n'um plano inferior a instrução e a educação do povo; e estas so se erguerão do seu abatimento, pela ação corajosa e insistente das classes mais cultas, creando revistas e publicações de caracter scientifico, que exponham à vista do publico os conhecimentos que lhe falecem sobre o assumpto que, muitas vezes tao de perto affectam a existência sua e dos seus.

A preocupação da intelectualidade em divulgar sua cosmovisão por meio de associações, periódicos e palestras, como exposto até aqui, parte do princípio homogeneizador e formador de “exterioridades” que caracterizou a *colonialidade* no Brasil. Neste sentido, se compreende as exterioridades como “[...] o exterior construído a partir do interior para limpar e manter seu espaço imperial.” Desta forma, os homens de ciência do campo médico no Pará pretendiam convencer as pessoas de que a intervenção médica nas diversas esferas do social era desejável, necessária e urgente. Para tanto, era essencial culpabilizar os indivíduos por seu estado de saúde e conclamá-los a se tornarem reféns de um aparato de controle construído pela classe médica, sem, no entanto, reconhecer que a hierarquia instituída não favorecia o grupo subalterno. Como será possível observar a seguir, a “solução” apontada pelos redentores ou apóstolos não elegeu como foco a raiz de muitos problemas de saúde da

população: a miséria, as condições precárias de habitação, alimentação e trabalho do grupo dito subalterno. (MIGNOLO, 2007, p. 291).

No periódico da *Sociedade Médico-Farmacêutica do Pará* o Dr. Américo Campos abordou questões que influenciaram a incidência de mortalidade infantil no Pará. Entre eles salientou os lugares aglomerados, a situação de precariedade econômica e a “[...] educação dos Paes, ignorantes na quase totalidade, das condições precárias de vida dos mesmos.” (CAMPOS, 1901a, p. 61). O médico conclui da seguinte forma:

As condições de vida dos Paes, portanto, influem em primeira linha sobre a mortalidade das crianças, sendo esta tanto maior quando mais numerosos forem os pobres, quanto mais **ignorantes** estes em relação à alimentação, e aos cuidados hygienicos requeridos pelas creaturinhas humanas. (CAMPOS, 1901a, p. 63, grifo nosso).

Observa-se que o inspetor sanitário do Pará associou a mortalidade infantil a um conjunto de elementos de ordem social e, entre eles a “ignorância” dos pais das crianças a respeito das noções de higiene. Tal argumento aponta indiretamente a educação como parte da solução do referido problema ainda que culpabilize os sujeitos por sua condição de saúde. Neste sentido, a higiene assume o papel central “A Higiene serve para prevenir todos os males” (CAMPOS, 1901b, p. 74) e prossegue: “Não faltassem jamais á creança os escudos aconselhados pela hygiene e como seria suave a existência d’essas adoráveis criaturinhas.” (CAMPOS, 1901c, p. 89).

Os argumentos do médico supracitado destacam a falta de conhecimento da família das crianças e do povo paraense em geral como o principal elemento que contribuiu para gerar problemas de saúde em Belém. Assim, ele defende que o aprendizado das normas de higiene solucionará a questão. Mas isso nos leva à reflexão sobre uma série de problemas que precisavam ser solucionados para que a higiene pudesse realmente prevenir as doenças: a) Escolas em número insuficiente e despreparadas para educar todas as pessoas sobre o tema; b) A dualidade na qualidade do serviço médico de forma que o atendimento integral era inacessível a toda a população; c) condições de vida precárias predominavam na faixa mais extensa da população de Belém impossibilitando que a educação em saúde alcançasse os efeitos desejados.

Esta reflexão a respeito dos demais elementos que também podem influenciar a saúde das crianças amazônicas, a despeito da análise restrita do Dr. Campos que prioriza a ignorância dos pais dessas crianças como principal causa da taxa de mortalidade infantil, retrata uma forma mais abrangente de compreender o contexto social do Pará a partir da

reflexão ancorada na “desobediência epistêmica”, tomando emprestado o termo usado por Mignolo (2008). Essa compreensão “desobediente” parte de uma análise que procura considerar a realidade, o modo de vida e as práticas culturais de uma elevada parcela da população (os subalternos) que era analfabeta, começava a trabalhar cedo para sustentar-se e não dava continuidade aos estudos, morava em cortiços, se alimentava mal e não tinha acesso ao atendimento integral de suas necessidades de saúde. Partindo da premissa de que é necessário “aprender a desaprender” o modo de pensar ocidental e dar espaço a um pensamento que surja a partir da exterioridade, ou seja, da posição subalterna, se problematiza as produções dos intelectuais médicos que atuaram em Belém no período em questão.

Para ilustrar a situação na qual Belém encontrava-se nesse período vale citar o inspetor médico Américo de Campos, que observou:

A mortalidade é menor nos círculos abastados, exatamente porque, n'esses meios, os recursos pecuniários permite matender sempre e de prompto a todas as necessidades das creanças [...]. Nas classes pobres falta tempo para tanto zelo, faltam recursos para **alimentação e conforto**, infelizmente. (CAMPOS, 1901c, p. 89, grifo nosso).

No *Pará Médico* eram publicados boletins da seção demógrafo-sanitária da Inspeção Geral do Serviço Sanitário do Pará. Só para nos determos nos dados referentes à infância do Pará vale citar que nos anos 1898 e 1899 as taxas de natalidade foram de 2.502 crianças e 2.745 respectivamente, enquanto que as taxas de mortalidade infantil eram de 1.095 em 1898 e 1.904 em 1899. Nesse período as moléstias do aparelho digestivo correspondiam a 11,5% das causas de mortalidade infantil em 1898 e a 19,6% em 1899. A malária, juntamente com outras doenças classificadas como moléstias zymóticas²⁶, foi responsável por 9,1% e 19% dos óbitos infantis nos anos de 1898 e 1899 respectivamente. (CAMPOS, 1901d).

A respeito do papel atribuído aos levantamentos censitários da saúde na América Latina Castro-Gómez (2005a, p. 146, 149) discute:

No es el cuerpo del individuo sino el *cuerpo social* el portador de la enfermedad. Por esta razón, el diagnóstico de la enfermedad está ligado a *tecnologías poblacionales* como los cálculos demográficos, las estimaciones sobre tasas de mortalidade y esperanza de vida, el estudio racionalmente fundado sobre el papel de la educación [...]. Su mortandade no puede ser atribuída a la voluntad de Dios [...] sino a la ignorância de las personas y a los defectos de una política de salud no iluminada por la ciência.

²⁶ Campos (1901d) esclarece que entre as doenças zymóticas mais recorrentes em Belém estava o sarampo, a febre amarela, a varíola, a coqueluche, a difiteria, a disenteria e a tubérculo.

Essa reflexão nos leva a compreender as mudanças introduzidas pela racionalidade médico-higiênica como encaminhamentos no sentido de atribuir a ocorrência de doenças a elementos que podem ser explicados e solucionados pela ciência colocando, assim, a atuação médica nos diversos espaços sociais, inclusive no âmbito educacional, como sendo indispensável.

Os dados apresentados apontam para fragilidades que podem ter contribuído para a ocorrência desses óbitos: alimentação inadequada (já que a incidência de óbito por patologias do aparelho digestivo é elevada), habitações insalubres, saneamento básico insuficiente e escassa assistência médica. Sobre a questão, Dr. Américo (1901e, p. 115) acrescenta: “Contra a malária só se agirá proveitosamente, saneando Belém por completo.” Além disso, Campos (1901e, p. 114) aponta a questão da necessidade de um atendimento médico específico para as crianças:

No lar do pobre, faltam frequentes vezes, seja grande embora a boa vontade, recursos pecuniários para o tratamento do filho enfermo. A sociedade gastando hoje somas avultadas em hospitaes [...] deve pensar e cuidar nos pequeninos, onde se enraízam as melhores esperanças da presente geração brasileira. Utilíssima seria a fundação de um hospital destinado exclusivamente ao tratamento de moléstias infantis.

Na sequência de artigos publicados no *Pará Médico* de autoria do Dr. Américo Campos (1901f, p.134) destaca-se o intitulado “A cidade de Belém em 1900: Hygiene” sugerindo que as regras de higiene fossem adotadas nas ruas da cidade, na distribuição de água, nas roupas que os paraenses usam e na alimentação.

Com relação á educação adotada nesse período em Belém era compreendida e propagada pelo grupo de médicos atuantes na cidade como sendo integral, portanto abarcando os aspectos intelectual, físico e moral. Neste sentido, a higiene participa de forma relevante do processo que visa formar futuros cidadãos. O Dr. Américo explanava sobre os requisitos higiênicos que deveriam ser adotados nas escolas de Belém, embora fique a dúvida sobre a efetiva materialização de tais recomendações, tarefa para pesquisas futuras. As escolas:

[...] devem ser amplas, claras limpas e ventiladas; não poderá aglomerar-se número maior de alumnos, - ultrapassando a capacidade rasoavel da sala; não será aceito quem não for bem vaccinado e não estiver livre de moléstia contagiosa ou repellente/ é expressamente pohibido todo o castigo corporal; não serão admittidos á licção os meninos que sujous se apresentarem á classe; a mobília é toda conforme quer a boa regra hygienica. (CAMPOS, 1901f, p. 134).

As orientações do médico adotam a higiene como recurso que estabelece a ligação entre a ciência médica e a educação. Com isso, alcançou duplo objetivo: conferir à categoria médica a justificativa científica que embasaria a relevância de sua atuação também no ambiente escolar e convencer a sociedade de que tal aliança era necessária para elevar o Pará ao *status* de civilizado. Desta forma, a higiene como ciência é alçada nas produções de médicos brasileiros ao patamar de saber superior e seus detentores, portanto, deveriam ocupar papéis de destaque na sociedade.

É evidente que a visão que se pretendeu divulgar da educação em Belém nesse periódico soa pouco realista e exalta em demasiado a participação estatal num período em que a adoção de ideias liberais aponta claramente para uma educação que privilegia determinadas camadas sociais e cujos investimentos não atendiam às necessidades educacionais de totalidade da população. Porém, o próprio Dr. Campos (1912, p. 119) se desencantou com esta visão romântica das ações governamentais publicando posteriormente uma obra em que expôs suas impressões sobre a educação em Belém:

[...] nos principais países civilizados, tudo quanto concerne á escola (publica ou particular), ao tirocinio escolar e á saúde dos alumnos, está oficialmente regulamentado, com o fim de favorecer, methodica e efficazmente, o desenvolvimento normal, physico e intelectual, - do futuro cidadão. Entre nós, infelizmente, a legislação nada determina neste sentido, limitando-se a marcar as disciplinas a ensinar e os methodos a seguir, o que, realmente, é insufficiente.

É possível observar no ideário desse homem de ciência atuante em Belém a resistência, fruto das contradições e do distanciamento entre a proposta oficial e as práticas adotadas no sistema educacional paraense. Para ele, não bastava que a legislação determinasse disciplinas e métodos cujo enfoque era a higiene, nem que se garantisse que todos os alunos fossem vacinados, era necessário que ocorresse a correta fiscalização destas escolas:

[...] aqui, em ultima analyse, a fiscalização só visa o professor, isto é, verificar se este cumpre satisfactoriamente o seu dever. Quanto às condições de salubridade do meio, - manda-se unicamente que o inspetor escolar (tirado, de preferênciã, dentre os professores públicos que forem diplomados pela Escola Normal) examine o prédio escolhido para o funcionamento do grupo (só para grupo!), indicando as modificações de que porventura careça, quer sob o ponto de vista pedagogico, quer da hygiene escolar. (CAMPOS, 1912, p. 119-120).

O médico critica no trecho acima a fiscalização de caráter predominantemente pedagógico que se centralizava na figura do professor limitando o inspetor escolar a vigiar e

aplicar punições que, para ele, desprestigiavam o professor diante dos alunos. Além disso, o inspetor só verificava o estado do prédio escolar de grupos escolares deixando de fora os demais tipos de instituições, como as escolas isoladas, que predominavam no interior do Pará. Como ele mesmo explicita em sua obra, a escola deve ter uma série de cuidados higiênicos que vão além do estado do prédio escolar e os alunos também precisam ser examinados por um profissional competente. Assim, finaliza dizendo que “[...] em vez da inspeção puramente pedagógica, seria mais proveitoso instituir a inspeção medica nas escolas”. Diante disso o intelectual possibilita uma reflexão: a fiscalização escolar sugerida deveria contemplar os saberes médicos não somente pelos benefícios que traria à saúde dos sujeitos envolvidos na escola, mas também como uma possível estratégia para justificar a presença do médico no espaço escolar e, deste modo, reforçar sua inserção em mais um campo social de importância significativa. (Ibid., 1912, p. 120).

Desta forma, o Dr. Américo Campos (1912, p. 125) procurou estabelecer papéis bem definidos para o professor e para o médico no espaço escolar, legitimando assim as hierarquias de poder tão necessárias a manutenção do sistema mundo/colonial:

[...] o professor seria o principal fiscal da Direccção geral do ensino, a quem relataria, além do referente á instrucção, tudo quanto dissesse respeito á hygiene da sua escola, solicitando providencias ou melhoramentos, quando coubesse; o medico interviria para dar seu parecer sobre plantas dos prédios destinadas a escolas isoladas ou a grupos escolares, sobre as condições dos prédios alugados, [...] interviria para prevenir as moléstias contagiosas e, visitando regularmente a escola, [...] inspeccionaria todos os alumnos, um por um, declarando immediatamente ao professor quaes os sãos, os suspeitos e os doentes.

A parceria entre a educação e a saúde, salientada no trecho anteriormente destacado, era um alvo comum de muitos intelectuais brasileiros. Pesquisas como as de Gondra (2004) ressaltam que este era um tema relevante em produções científicas de médicos desde o período imperial. O autor analisou teses defendidas por médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro entre 1850 e 1890, influenciadas fortemente pela literatura europeia. O Dr. Américo Campos (1912), inclusive, utilizou como sustentação para seus argumentos em defesa desta aliança entre a educação e a saúde ideias do Dr. L. Dufestel em “Guide pratique Du médecin-inspecteur des écoles”, obra francesa publicada em 1910. Como exposto, verifica-se que esta aliança era propagada e defendida também por intelectuais europeus.

Na obra brasileira “Noções Geraes de Hygiene” (1912, p. 15) o Dr. Américo destaca a importância da Higiene:

A Hygiene nos indica como preservaremo-nos dos males physicos, tornar favoraveis e beneficos os meios, facilitando assim o viver.

A Hygiene nos ensina as regras que devemos observar sempre em relação: á limpeza do nosso corpo; á confecção das nossas roupas; aos nossos hábitos, moradia, profissões, relações de cortezia ou de amizade; á comunhão, ao meio em que agimos e, enfim, em relação a tudo quanto directa ou indirectamente possa influir sobre o nosso tão complicado organismo ou prejudicar a saúde pública.

Ao abordar a abrangência da higiene para “facilitar o viver” Campos (1912, p. 14) traz reflexões que superam a concepção de saúde como ausência de doença, associando a higiene até mesmo às relações interpessoais na sociedade. Esta relação estabelecida com elementos que não tem relação direta com a saúde da população, mas que a influenciam indiretamente, nos mostra que as prescrições oriundas da racionalidade médico-higiênica buscavam regular não somente os comportamentos nos espaços públicos como as escolas e as ruas, mas também instituir as regras de convivência que se davam no espaço privado de convivência familiar. Assim, a higiene dá sustentação a um projeto de formação de um determinado tipo de pessoa:

[...] quem não afastar-se dos conselhos que a Hygiene prodigaliza, poderá sempre apregoar sua saúde e jamais será perigoso para seu semelhante ou damnoso a uma collectividade. Pelo facto de cuidar bem e desveladamente da própria entidade, em todos os sentidos, o homem, alem de beneficiar a si mesmo em primeira linha, presta também um serviço relevante á sua família, aos de suas relações sociaes, aos seus concidadãos e Patria [...].

No trecho destacado acima se observa a estreita ligação entre o sujeito que internaliza e pratica os preceitos higiênicos e o bom cidadão que, agindo desta forma, presta um importante serviço a sua família e à sua pátria. A relação entre uma educação eminentemente moral, cívica e higiênica já foi ressaltada por diversos pesquisadores como Coelho (2008), que identificou esta representação cultural nos documentos e periódicos do Pará por ela analisados nesse período.

Como já exposto verificamos que o projeto de formação de um cidadão comprometido com o progresso do Brasil no processo de construção de uma nação civilizada contou com o aparato produzido pela ciência apoiada principalmente na Higiene para se solidificar e obter reconhecimento. Desta forma, a educação assumiu um caráter indispensável para que as raízes da higiene encontrassem solo fértil no coração e na mente dos brasileiros do fim do século XIX e início do século XX.

Refletindo sobre a questão, Campos (1912, p. 14) recomendou:

[...] é preciso que as regras da Hygiene sejam pertinazmente espalhadas, imperem em todos os lares, tornem-se vulgares. [...] Dever cívico e humano é fazer sentir á infância taes vantagens, prevenir a mocidade, advertir os rudes.

Desta forma, era necessário propagar tais conhecimentos, razão pela qual se multiplicaram reflexões sobre o tema em periódicos especializados, jornais e debates políticos com consequente implantação de leis, entre outras iniciativas.

Os profissionais desse período de transição dos fins do século XIX e início do século XX se preocupavam em construir uma representação de si mesmos para a sociedade de forma a conquistar cada vez mais um lugar de reconhecimento e influência social e política. Sobre isso vale destacar as estratégias adotadas pelos médicos atuantes no Rio de Janeiro entre 1850 e 1890, nas quais Gondra (2004, p. 112) identificou a representação do médico como “agente privilegiado de um processo civilizatório”. Figueiredo (2006, p. 2) identificou no Pará dos anos 1914 a 1922 que “A constituição da imagem da autoridade médica, do herói da cura e do benemérito cidadão fazia parte dessa estratégia das associações médicas”.

Neste contexto, vale frisar que em Belém, os pediatras Ophir Loyola, Hilário Gurjão e Francisco de Souza Pondé, entre outros, foram alguns dos pioneiros que disseminaram suas pesquisas especializadas e, desta forma, foram de encontro à antiga tradição do médico de família²⁷. Entre esses médicos muitos despontaram na organização de uma sociedade profissional com uma proposta diferenciada a *Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará*, fundada em 1914, fruto de uma divisão ocorrida na *Sociedade Médico-Farmacêutica do Pará*, publicando também um periódico com o mesmo nome do anterior.

A *Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará* era composta pela elite médica do Estado, cujo presidente foi o Dr. Camilo Henrique Salgado Júnior²⁸. A instituição objetivava lutar pela ética médica, resguardar os interesses da classe, debater questões médicas e científicas, desenvolver congressos e conferências, disseminar ensinamentos de higiene para a população,

²⁷ O médico da família era o profissional de formação generalista que acompanhava a saúde das famílias ao longo do tempo tratando de diversos males, muitas vezes, no próprio ambiente domiciliar.

²⁸ Nascido em Belém em 1874, estudou no Lyceu Paraense e concluiu o curso de Medicina na Faculdade de Medicina e Farmácia em 1896 no Rio de Janeiro. Especializou-se em Paris e voltou a Belém instalando aqui um consultório e uma Farmácia. Está entre os fundadores da Sociedade Medico-Pharmacêutica do Pará (1897), militou no Partido Republicano Federal e foi aliado de Lauro Sodré. Entre os cargos políticos que ele assumiu vale destacar: atuou em 1918 no Senado Estadual e foi reeleito em 1927; foi indicado como vice e depois como presidente do Congresso Estadual; assumiu a função de vereador da Câmara Municipal de Belém em 1935. Atuou como diretor da Faculdade de Medicina do Pará desde 1922. (MIRANDA, A.; ABREU JÚNIOR, 2009).

estabelecer comissões científicas para os diversos ramos das ciências médicas, criar uma revista, uma biblioteca e um arquivo. (MIRANDA, 2010).

Foi iniciativa de médicos envolvidos em associações da área, com destaque para a Associação Científica do Pará da qual o dentista Antônio Magno e Silva era diretor, a criação da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, em janeiro de 1919. Tendo como diretor o Barão de Anajás e como vice o Dr. Camillo Salgado. Sobre isso, o orador da solenidade de inauguração da instituição em 1919, Dr. Acilino de Leão, teve sua fala descrita em relatório: "[...] explicou que o magno problema no Brasil, era o povoamento do solo [...] cujas populações estão entregues à côrte dos pagés e mandingueiros e reputa como [...] solução desse problema, a acção da sciencia médica." (ABREU JUNIOR, 2010a; ABREU JUNIOR, 2010b; FACULDADE DE MEDICINA DO PARÁ, 1940).

Pelo exposto até aqui, observa-se que os médicos atuaram no sentido de construir espaços sociais onde sua relevância como profissionais fosse debatida, reconhecida e divulgada. São inúmeras as iniciativas em todo o país deste período de transição dos fins do século XIX e início do século XX, que não caberiam no limite desta tese ser citadas e/ou analisadas. Porém, é relevante reconhecer o movimento que esta produção de saberes assumiu em nosso contexto, uma vez que a despeito das instituições brasileiras terem sido criadas embasando-se nos moldes europeus e americanos adquiriram peculiaridades de acordo com as demandas apresentadas pela realidade do país.

Inicialmente, verificou-se a presença de profissionais de formação diversificada atuando juntos em determinadas agremiações como no caso da Academia Paraense de Letras (APL) que objetivou fomentar o desenvolvimento cultural do Pará, no setor artístico e científico. Só para exemplificar a atuação de médicos na instituição a Biblioteca da APL chama-se até hoje "Dr. Acilino de Leão", em homenagem ao médico, escritor, jornalista, professor de Medicina e ex-presidente da APL durante três mandatos. Posteriormente, surgiram novas propostas de associação e mesmo de formação profissional que especificavam critérios de inclusão mais específicos, ou seja, agregavam em seu bojo apenas os especialistas em cada área de conhecimento. Este foi o caso da já citada *Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará* e da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará. (APL, 2014).

A atuação de médicos paraenses não se restringiu apenas a instituições associativas médicas locais, mas também figura entre profissionais que contribuíram para o

desenvolvimento da Academia Nacional de Medicina (ANM)²⁹. Entre os paraenses que atuaram nesta instituição podemos citar: Manoel da Gama Lobo (1835-1883) especializado em Oftalmologia. Foi o primeiro brasileiro a atuar nesta especialidade no Brasil; Carlos Pinto Seidl (1867-1929) que atuou como Diretor Geral da Saúde Pública de 1911 a 1918 e presidiu a ANM de 1912 a 1913; Affonso da Gama Costa Mac-Dowell (1881-1958) que se especializou em Tisiologia e compôs a equipe de Oswaldo Cruz para a erradicação da febre amarela no Pará, etc. (MIRANDA; MIRANDA, A.; ABREU JÚNIOR, 2011).

Além de constituir associações profissionais os médicos ocuparam diversos cargos em órgãos públicos de saúde brasileiros, nos quais poderiam tentar materializar seus planos e mostrar a relevância de sua atuação. No Pará, por exemplo, segundo relatório da Inspetoria de Higiene de 1889, a comissão de Higiene era composta pelos médicos Augusto Pinto (inspetor), Pedro Arbutense dos Navegantes (médico do Instituto Paraense e membro da referida inspetoria), Cypriano José dos Santos (membro) e Antonio Janse Ferreira (secretário da inspetoria). Além desse órgão existia um serviço de desinfecção de habitações que, a despeito de todos os esforços, não conseguia atender o elevado número de cortiços existentes no Pará. Desta forma, julgou-se recomendável a demolição destas habitações consideradas insalubres:

Na impossibilidade de exercitar a fiscalização eficaz sobre os cortiços, já pelo seu grande numero, já porque a hygiene é impossível nestas casas, acabar com ellas seria um serviço real prestado as classes pobres. (PARÁ, 1889a, p. 3).

Além da intervenção médica nas residências do Pará, identificou-se a atuação desses profissionais nos colégios do Estado como referido no relatório de Visconde de Maracajú, administrador da Província, datado de 1884. Na enfermaria do Colégio do Amparo mais de 115 alunas foram atendidas pelo Dr. João Chrysostomo da Matta Bacellar, médico daquele estabelecimento. Como resultado desta atuação o Sr. Visconde celebra porque entre as alunas daquele colégio: “[...] nenhuma falleceu dentro do estabelecimento e apenas uma fora delle.” O médico Jaime Pombo Bricio que atendia os alunos do Instituto Paraense de Educandos Artífices, por sua vez, aconselhou o diretor da instituição a providenciar outro prédio para

²⁹ A mais antiga associação médica brasileira foi fundada em 28 de maio de 1829 por Joaquim de Meirelles, José Jobim (brasileiros), José Sigaud, Jean Faivre (franceses) e Luiz De-Simoni (italiano). A sociedade objetivava contribuir para o desenvolvimento da medicina por meio de esclarecimentos ao governo de questões de saúde pública com emissões de pareceres sobre a higiene pública, atendimentos prestados a classe economicamente desfavorecida, divulgação entre os colegas de profissão de questões referentes á salubridade do país, entre outros. (ANM, 2013).

instalar a escola, pois aquele: “[...] não tem as necessárias proporções para um estabelecimento desta ordem e ameaça ruína.” (PARÁ, 1884, p. 57). Além disto, o Dr. Jaime sugeriu fazer modificações no horário escolar a fim de evitar o cansaço nos alunos:

[...] os educandos cansados do trabalho braçal em que se ocuparam [...] não pode, ter a necessária applicação ao estudo e pouco aproveitam, o que se evitaria facilmente se as horas do ensino primário fosse das 6h às 8:30h da manhã, abrindo-se as officinas às 9 h. (PARÁ, 1884, p.53).

Até políticos que não tinham formação médica adotaram a racionalidade médico-higiênica, trabalhando conseqüentemente em favor da classe médica. Como exemplo disto destaca-se o papel de Justo Pereira Leite Chermont, nascido em Belém em 1857, advogado e jornalista que governou o Pará de 1889 a 1891. Durante seu mandato aprovou o *Código de Posturas da Intendência Municipal de Belém* cujo objetivo era: “[...] promover o asseio, hygiene e embelezamento da capital e prover a todos os serviços concernentes à polícia municipal, ao desenvolvimento do município e bem estar da população.” Entre as ações indicadas pelo código estão: a vacinação e revacinação “[...] sob pena de multa”; a proibição do exercício da medicina “[...] sem diploma legal”; a obrigatoriedade de informar à intendência casos de moléstias contagiosas; a multa aplicada aos pagés, curandeiros, feiticeiros e adivinhos. (PARÁ, 1890a, art. 80, 89, 90, 91, p. 4).

Esse interesse do aparato governamental pelas questões de saúde da população tinha relação com o contexto econômico e político que caracterizou o sistema mundo colonial naquele período. Sobre isso Castro-Gómez (2005a, p. 157, 160) afirma:

La medicalización de la pobreza impieza sólo cuando la salud y la enfermedad devienen variables económicas, es decir, cuando el hospício se convierte em um dispositivo de curación al servicio del aparato productivo. [...] La racionalidade económica del Estado exigia, pues, la extirpación de la ociosidade y la promoción del trabajo útil.

Desta forma, o regime republicano demandava a criação e a manutenção de aparatos legais e instituições que assegurassem a formação para o trabalho e a conservação da saúde destes cidadãos trabalhadores. Porém, a “cura” da sociedade, na concepção do Estado, não poderia ser um projeto levado a cabo por pessoas sem formação científica, razão pela qual foi realizado um movimento no sentido de restringir este poder aos homens de ciência detentores desse conhecimento considerado válido.

Sobre a questão vale ressaltar o estudo de Aldrin Figueiredo (2009) que abordou a pajelança em Belém considerada pelos intelectuais atuantes no Pará como um problema social

que permeou o fim do século XIX e início do século XX. Neste sentido, a classe médica deste período uniu-se aos esforços da imprensa periódica do Pará e das ações governamentais para debelar a ação de feiticeiros considerados “charlatões”. Esses se apropriaram de práticas oriundas tanto da cultura indígena como da cultura afro-brasileira para “enganar”³⁰ a população com “falsas curas”. Assim, o pesquisador discute as produções veiculadas pelos intelectuais, principalmente na imprensa paraense, sobre a questão, que denunciavam as práticas da pajelança tidas como ilegais e conduziam a consequente atuação da polícia. Ainda que esse estudo tenha apontado conflitos nesta produção intelectual amplamente veiculada no período em questão, o pesquisador destaca a construção de uma representação negativa sobre a atuação da medicina popular em função da demanda de uma elite intelectual por elaborar e divulgar uma imagem civilizada para o Estado do Pará e, portanto, distante do ideário de que esta era uma “terra de índios”.

Esta construção de uma nova imagem para os povos do Norte era ancorada em argumentos científicos e na medicina reconhecida internacionalmente, folclorizando a figura do pajé, o curandeiro que exercia a medicina primitiva, algo que para os intelectuais ficou no passado e deu lugar a uma nova realidade: de um lado estavam os *feiticeiros* que supostamente enganavam as pessoas usando elementos do curandeirismo, sem, no entanto, exercê-lo na forma “pura” como ocorria nas sociedades indígenas, mas mesclando suas práticas à cultura religiosa africana; de outro estavam os médicos cuja formação ocorreu em instituições reconhecidas e que defendiam a medicina nos moldes da modernidade, ou seja, ancorada na ciência e na razão, distante dos elementos místicos e religiosos. Desta forma, é possível identificar um movimento da intelectualidade paraense em prol dos interesses da classe médica e o apoio de aliados que desejavam usar o embasamento científico, o reconhecimento e a legitimidade desta classe como argumentos para definir uma representação moderna, desenvolvida e civilizada da Amazônia Paraense. (FIGUEIREDO, 2009).

A luta dos médicos contra formas alternativas de cura foi apontada também pelo Dr. Campos (1901i, p. 180): “O charlatão audaz, ou o pagé boçal não hesitam em propinar, aqui, drogas a enfermos.” Ainda falando sobre a atuação do “charlatão” o médico prossegue o

³⁰ Palavras de cunho pejorativo utilizadas pela classe médica, pela polícia e pelos jornais da época para referir-se aos indivíduos que praticavam intervenções de cura nos moldes indígenas e africanos são colocadas entre aspas na presente tese por que acreditamos que não existe um ideal perfeito e neutro de medicina, mas diversas visões que contribuíram/contribuem para prevenir e tratar a saúde das populações amazônicas em seu percurso histórico.

classificando de “[...] concorrente incapaz, cientificamente incompetente e prejudicial à segurança geral.”

Neste contexto, Michel Foucault (1996, p. 34) problematiza a questão da pretensão de superioridade da ciência trazendo para a discussão a contribuição de outros tipos de saberes que, mesmo não sendo reconhecidos como ciência, são relevantes para sociedade:

A ciência não tem normatividade nem funciona efetivamente como ciência numa época dada, segundo um certo número de esquemas, modelos, valorizações e códigos, é um conjunto de discursos e práticas discursivas muito modestas, perfeitamente enfadonhas e cotidianas, que se repetem incessantemente. Existe um código desses discursos e práticas. Não há razão para se orgulhar disso; e os cientistas – eu lhes asseguro – não têm nenhum orgulho particular em saber que o que fazem é ciência. Eles o sabem [...] e isto por uma espécie de comum acordo, que é a comunidade do código, e a partir do qual podem dizer: “Isso está provado, e aquilo não está.” E existem, lado a lado, outros tipos de discursos e práticas, cuja importância para a nossa sociedade e para a nossa história independem do estatuto de ciência que possam vir a receber.

A reflexão de Michel Foucault denuncia a visibilização de conhecimentos considerados científicos e a invisibilização de outras formas de conhecimento num processo que colabora para o estabelecimento de uma hierarquia entre os seus respectivos detentores. Ainda que o pesquisador aponte esta desigualdade na valorização e no reconhecimento conferido a diferentes tipos de saberes, indica a existência de possibilidades que viabilizem uma reflexão sobre as contribuições oriundas de saberes que se configuraram numa estrutura diferente do conhecimento científico.

Outra figura ilustre da medicina foi José Paes de Carvalho, médico paraense que assumiu o cargo de governador do Estado do Pará em 1897. Nesta condição aprovou o Regulamento Geral do Ensino Primário (Decreto nº 625, de 2 de janeiro de 1899) estabelecendo que o ensino primário público seria ministrado também em grupos escolares, recomendação de muitos higienistas. Em seu mandato construiu grupos escolares dentro dos moldes da higiene, como o grupo “José Veríssimo” que em 1901 já funcionava em Belém. Em sua mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará em 1900 defende a hygiene:

O nosso povo ainda se mostra indiferente aos conselhos da hygiene, não quer comprehender a necessidades das visitas domiciliares dos inspetores sanitários, occulta doentes que muitas vezes morrem ao abandono, difficulta o isolamento e foge sistematicamente da vaccinação, que se fôra praticada obrigatoriamente pouparia muitas vidas e nos livraria da vergonha de termos endêmica na mais adiantadas cidades do paiz uma moléstia pestilenta e

gravíssima, cujo contágio seria tão fácil evitar e combater. (PARÁ, 1900, p. 63).

O governador culpabilizou o povo pelo insucesso de algumas ações sanitárias, ancoradas nos princípios higiênicos, visto que os indivíduos supostamente não compreenderam e não aceitaram as visitas feitas aos domicílios e as ações de vacinação empreendidas pelo governo do Estado. Por fim, de todos os problemas decorrentes desta situação o médico salientou a má reputação gerada pela ocorrência de endemias no Pará, o que reforçou um dos motivos principais pelos quais a higiene foi adotada no Brasil: construir uma imagem de nação civilizada para o país. Neste sentido, Paes de Carvalho defendeu que todos os habitantes do Pará se engajassem nesse projeto civilizatório, pois ainda que os intelectuais se mobilizassem para elaborar e aprovar leis sua efetiva materialização estava nas mãos do povo, por meio da higiene individual:

[...] Entretanto, as leis e regulamentos sanitários de pouco servirão, enquanto não nos quisermos convencer de que a hygiene individual e domiciliária é o principal fator da hygiene pública, verdade esta muito banal que o nosso povo capricha em menosprezar. (PARÁ, 1900, p. 65).

Em face do contexto exposto, observa-se que no Brasil, no fim do século XIX e início do século XX, a educação e a saúde configuraram-se como elementos indissociáveis dentro de um projeto civilizatório que buscou equiparar o país à Europa. Sá (2006) defende que não se pode analisar a produção de ideias em nosso país como fruto de mera cópia de ideias estrangeiras, e que tais formulações já vinham sendo gestadas mesmo antes do surgimento das universidades do país. Gondra (2004) salientou, em seu estudo sobre a produção científica de médicos brasileiros no século XIX, uma preocupação com a apropriação dos conhecimentos estrangeiros de forma contextualizada às especificidades do Brasil.

A interseção entre as áreas educação e saúde no projeto civilizador e higienizador da população brasileira foi comprovada por autores como Gondra (2004), Carvalho (2011) e Rocha (2003) que analisaram esse processo no Rio de Janeiro e em São Paulo. A riqueza documental produzida no Pará sobre as regras e recomendações higiênicas para a cidade, para as instituições de uso público em geral e especialmente para as escolas aguarda futuras pesquisas que as explorem. A incursão realizada nesta seção destacou reflexões e iniciativas de um grupo de homens de ciência a respeito desse tema, o que se configura como apenas um dos nós desta rede de significados. Tais elementos são de grande relevância para compreendermos a relação estabelecida entre educação e saúde no fim do século XIX e início

do século XX no processo de configuração de uma sociedade civilizada. Isso nos aponta desafios e possibilidades inúmeras que nos auxiliarão a analisar as práticas educativas que atravessaram o tempo e chegaram até nós.

Nesta seção foi possível observar mudanças nos estilos de produção cultural no período adotado e examinar o processo de especialização da atividade intelectual, com ênfase nos profissionais da saúde, que passaram a construir representações de si mesmos como homens de ciência ou “cientistas”. Estas reflexões se propuseram a compreender a forma como os diversos atores sociais de Belém, em destaque os médicos, configuraram representações culturais sobre si e sobre os outros a fim de possibilitar a criação de uma realidade que lhes favorecesse em detrimento do esquecimento de “outros modos” de ver a saúde, a doença, o tratamento, a cura, a vida e a morte. (CHARTIER, 1987; RESTREPO; ROJAS, 2010).

Desta forma, a especialização intelectual e a profissionalização da pesquisa científica foram diretrizes que nortearam o surgimento de debates e de instituições no Brasil como a Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará e a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, existentes até os dias atuais. Estas iniciativas buscavam diversos objetivos, já discutidos ao longo desse texto, mas, principalmente convencer a sociedade da importância da atuação dos homens de ciência nos diversos âmbitos envolvidos no progresso e no desenvolvimento do país, com destaque para a saúde e a educação da população. Para tanto, assumiu destaque a crença nos métodos científicos como única alternativa para alçar o Brasil à condição de país civilizado.

Ao discutir a respeito da influência do saber médico sobre a sociedade, Castro-Gómez (2005a, p. 130) situa uma mudança paradigmática importante que configurou um projeto de desenvolvimento para a América Latina ancorado na ciência e permeado pela *colonialidade do poder*:

[...] los programas de extirpación de la ociosidade, la promoción del trabajo, los proyectos de colonización de zonas despobladas, las campañas higienistas, la creación de hospicios, en fin, el proyecto entero de la gubernamentalidad, debía quedar legitimado por los resultados “incuestionados” de la nueva ciencia. La “felicidade pública” ya no necesitaba una legitimidad moral ou teológica, sino una garantía científica.

Em face do exposto, a seção a seguir busca situar a perspectiva teórico-metodológica do presente estudo enfatizando as contribuições da História Cultural, por meio de Roger Chartier, e da Teoria Decolonial para a análise empreendida das revistas pedagógicas produzidas no Pará entre 1891 e 1912.

3. PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Esta seção discute a pesquisa histórica, bem como as categorias da Nova História Cultural e da Teoria decolonial que foram selecionadas para a análise dos periódicos pedagógicos que circularam no Pará entre 1891 e 1912. Na sequência, contextualiza a organização e os objetivos das revistas que serão analisadas na seção seguinte, listando os artigos selecionados nesse estudo e que abordam a relação entre educação e higienismo.

A pesquisa histórica demanda que o pesquisador domine o conteúdo histórico e conheça a metodologia do trabalho científico, ou seja, compreenda e faça uso de técnicas, instrumentos de coleta e procedimentos para a análise das fontes coletadas, em relação a um determinado objeto de pesquisa. No caso desta tese, optou-se por adotar como fundamento teórico a história cultural e a teoria decolonial; como base metodológica, o estudo de periódicos.

Na prática, a pesquisa documental visa analisar a realidade social de forma indireta, por meio do estudo de inúmeros tipos de documentos produzidos pelo homem. Estas fontes históricas referem-se a “[...] tudo aquilo produzido pela humanidade no tempo e no espaço; a herança material e imaterial deixada pelos antepassados que serve de base para a construção do conhecimento histórico” Entretanto, se faz necessário compreender a perspectiva a partir da qual esta tese concebe o documento: a Nova História Cultural. (SILVA, K; SILVA, M., 2006, p. 158).

A Nova História está associada ao movimento dos Annales, que foi assim denominado por Burke (1991). Esse movimento iniciou com a criação da revista *Annales* em 1929 na França. O núcleo central do grupo foi formado por Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, Georges Duby, Jaques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie. As ideias diretrizes da revista foram: a substituição tradicional da narrativa de acontecimentos por uma história-problema; a história de todas as atividades humanas; a participação de outras disciplinas.

Burke (1991) divide o movimento em três fases: 1. A primeira fase durou de 1920 a 1945 e teceu críticas à história tradicional, a história política e a história dos eventos. Os líderes desse período foram Lucien Febvre e Marc Bloch; 2. A segunda fase apresentou os conceitos de estrutura e conjuntura e novos métodos como a história serial de longa duração. Entre os teóricos que se destacaram nesse período podemos citar Fernand Braudel; 3. A terceira fase iniciou por volta de 1968 e foi marcada pela fragmentação. Burke (1991) destacou três temas que julgou importantes nesta fase: a) a redescoberta da história das mentalidades ressaltando o trabalho de Philippe Ariès; b) a tentativa de utilizar métodos

quantitativos na história cultural; c) um grupo que teve uma reação negativa à história social e estrutural, passando a propor três soluções diferentes. Uma delas é a mudança antropológica, a outra é o retorno à política e por fim, a terceira, é o ressurgimento da narrativa.

As produções dos Annales e dos materialistas históricos possibilitaram uma renovação na pesquisa histórica, pois o fato histórico passou a ser compreendido como uma construção do historiador a partir da relação entre elementos do presente e do passado. Jacques Revel (1990, p. 16, 17, 18) apresenta uma concepção diferenciada do que sejam os Annales indicando uma diversidade e amplitudes maiores para o movimento:

Postulam a existência de uma <<escola>> quando se trata, sobretudo, de um movimento, de uma sensibilidade, de um conjunto de estratégias: enfim, de uma *actividade* pouco preocupada no fundo com definições teóricas. [...] O programa intelectual de que a revista é porta-voz [...] organiza-se em torno de uma proposta central: a urgência em fazer sair a história do seu isolamento disciplinar, a necessidade de que esteja aberta às interrogações e aos métodos das outras ciências sociais. Esta reivindicação, que afirma claramente a unidade do social para além das abordagens particulares de que é objeto, percorre o meio século de vida dos Annales [...].

Na segunda metade do século XX, destacam-se as contribuições dos pesquisadores da “Nova História” que ampliaram a concepção de fonte histórica passando a incluir a imagem, a literatura e a cultura material enquanto documentos. Outra metodologia histórica que colaborou para a inovação do conceito de fonte histórica foi a História Oral por criar o que considerou também um documento: as entrevistas.

Karnal e Tatsch (2011) indicam a ocorrência de um processo, no qual a NHC teve relevante contribuição, onde se alargou o campo do historiador, incluindo temas diversos como a história das crianças, das mulheres e do corpo. Isso contribuiu para a ampliação da tipologia das fontes. Neste sentido, Febvre (1949, p. 428 apud LE GOFF, 1984 p. 98) auxilia a compreensão dos diversos tipos de fontes:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permitir utilizar. [...] Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a actividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.

Le Goff (1984, p. 104) considera o documento como sendo gerado pela sociedade num complexo processo de relações de poder. Assim, o documento resulta de uma seleção das sociedades históricas, seja ela voluntária ou não, para construir e transmitir ao futuro uma

determinada representação de si. Isso nos leva a compreender que existe um processo de construção do que Le Goff denomina de documento-monumento no qual é realizada uma montagem, ou seja, é configurada uma falsa aparência. Desta forma, cabe ao pesquisador do campo da história “[...] começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos”.

Karnal e Tatsch (2011, p. 24) ao discutirem sobre documento e história elaboraram um conceito de documento “[...] é qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita”. Assim, um documento reveste-se de valor pela teia social no qual se encontra envolvido e pelo que pode revelar a respeito de um período histórico ou de uma sociedade. Partindo desta concepção, o documento é visto como construção permanente que permite múltiplas leituras e adquire um novo “estatuto de verdade” ao possibilitar que fontes não tradicionais sejam consideradas nas análises realizadas.

Prost (1998, p. 137) esclarece que a história cultural concentra-se em analisar as produções simbólicas do grupo social, destacando os discursos produzidos nesse processo. Desta forma, considera que toda cultura pertence a um determinado grupo, e nesta lógica a história cultural relaciona-se ao que diferencia um grupo de outro. Ao considerar a cultura como elemento que viabiliza ao indivíduo refletir sobre sua experiência e formular sua vivência, o historiador passa a ter a necessidade de conhecer a experiência vivida: “a história cultural deve transitar constantemente da experiência ao discurso sobre a experiência”. Ao considerar a cultura como mediadora para a compreensão da experiência vivida é possível refletir sobre a forma como os sujeitos se veem, como explicam a si mesmos, sua própria experiência e como a comunicam aos outros. Esse processo se reveste de um caráter social, o que reforça a indissociabilidade entre o cultural e o social. Neste sentido, Prost (1998, p. 137) afirma:

Não devemos renunciar a essa história total que une num só conjunto os aspectos múltiplos e solidários de uma mesma realidade, porque isso seria renunciar a compreender. Toda história é, ao mesmo tempo e indissociavelmente, social e cultural.

A mudança de abordagem ocorrida na pesquisa em história passou a enfatizar a história cultural da sociedade e tem em Roger Chartier uma referência indiscutível. Assim, o que os historiadores anteriores consideravam como estruturas objetivas deviam ser vistas, na reflexão de Chartier, como culturalmente construídas. Tomando emprestadas as palavras de Burke (1991, p. 98) sobre esta questão: “A sociedade em si mesma é uma representação

coletiva”. Partindo da premissa de que as práticas culturais são compartilhadas por vários grupos, Chartier seguiu as proposições de Pierre Bourdieu e Michel de Certeau e impactou irreversivelmente a história.

3.1 A História Cultural de Roger Chartier

As reflexões de Roger Chartier assumem um papel importante no sentido de realizar pesquisas que foquem a história cultural do social, ou seja, estudos que tomem por objeto a compreensão das representações do mundo social que descrevem a sociedade tal como os atores sociais pensam que ela é ou como gostariam que fosse:

As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 1987, p. 17).

Assim, é possível observar que as percepções do social na concepção de Chartier (1987) não são neutras, mas produzem estratégias e práticas que buscam impor uma autoridade à custa de outros, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Nessa direção, observamos que as representações culturais sobre educação e higienismo, presentes em artigos de periódicos escritos por homens de ciência brasileiros, particularmente os produzidos e divulgados no Estado do Pará (Brasil) entre o período de 1891 e 1912, são frutos de relações de poder que visam legitimar estratégias para a formação de cidadãos civilizados e modernos, supostamente capazes de contribuir para o progresso da nação brasileira.

Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. (CHARTIER, 1987, p. 17).

Nesse jogo de poder é possível identificar as estratégias utilizadas pelos intelectuais das referidas revistas pedagógicas do Pará para conquistar o interesse dos docentes atuantes nas escolas do Estado a respeito da relação entre educação e higienismo a fim de formar cidadãos higienizados e adequados ao projeto de desenvolvimento construído para o Pará. Há a possibilidade de que eles tenham tentado alcançar legitimidade por meio destas publicações.

Por fim, a forma como os leitores eram incentivados a aderir às concepções de educação presentes nesses escritos também leva em conta a importância que eles assumiam ou não na concretização desse projeto. Chartier (2011, p. 27, grifo nosso) esclarece:

As representações não são simples imagens, verídicas ou enganosas, do mundo social. Elas têm uma energia própria que **persuade** seus leitores ou seus espectadores que o real corresponde efetivamente ao que elas dizem ou mostram.

Como exposto acima, o conceito de representações culturais contribui para que se identifique não somente a presença de representações sobre educação, higiene, saúde, doença, entre outras, nas revistas pedagógicas publicadas no Pará entre 1891 e 1912, mas também que se problematizem os motivos pelos quais esses intelectuais divulgaram tais concepções. Levando em conta o lugar ocupado pela educação e pela higiene no regime republicano paraense, bem como a forma pela qual estas representações vinham sendo construídas em países considerados civilizados naquele período, é possível realizar uma interpretação desses escritos que considere também a questão cultural que envolveu esse processo.

Chartier (1987) inova ao criticar a visão que compreende o homem como sujeito universal e abstrato. Na contramão desses posicionamentos defende a história de longa duração na qual a individualidade dos sujeitos varia historicamente, ou seja, não é fixa. Partindo desse pressuposto, compreende-se que a análise dos escritos de intelectuais brasileiros, presentes em periódicos que circularam no Pará entre o período de 1891 e 1912, podem vir a indicar consensos em relação ao pensamento educacional e higienista que prevaleceu no ideário europeu e norte-americano e que teve sua origem na Revolução industrial, mas também há a possibilidade de que apresentem peculiaridades inerentes à busca pela adequação das referidas produções ao contexto histórico da Amazônia paraense. Esta apropriação da concepção médico-higiênica por parte dos intelectuais brasileiros possivelmente gerou novas representações culturais sobre os conceitos do que é ser civilizado, ser saudável, ser doente, prevenir, tratar e higienizar.

Nesta tese também comungamos da forma como Chartier (1987, p. 63) compreende o texto, quando esclarece que “[...] nenhum texto mantém relação direta com a realidade que apreende”. Assim, o texto documental deve ser entendido enquanto sistema construído consoante categorias, esquemas de percepção e de apreciação, regras de funcionamento, que remetem para suas próprias condições de produção. Desta forma, ao realizar a análise dos textos sobre educação e higienismo dos periódicos em circulação no Pará, há que se

considerar a trama que envolveu e que influenciou a configuração destas representações culturais, ou seja, o lugar a partir do qual os intelectuais as produziram, bem como o envolvimento e comprometimento desses atores sociais com as concepções defendidas.

A cultura, também assume papel importante na análise empreendida nesta pesquisa à medida que procura compreender os escritos dos intelectuais brasileiros como fruto não apenas de determinações de caráter econômico e social, mas também de caráter cultural. Chartier (2011, p. 261) aponta uma acepção da palavra cultura:

[...] a que articula as produções simbólicas e as experiências estéticas subtraídas das emergências do cotidiano com as linguagens, os rituais e os comportamentos graças aos quais uma comunidade vive e pensa sua relação com o mundo, com os outros ou consigo mesma.

O trecho acima destaca a percepção de *cultura* no sentido mais amplo que inclui tanto os saberes produzidos pela elite como os saberes oriundos das minorias, sem, no entanto, hierarquiza-las. Assim, é possível compreender que a cultura é uma construção histórica, influenciada por diversos âmbitos da vida; não existe uma cultura que seja “naturalmente” a ideal ou a referência para as demais. Deste modo, Chartier (1987) oferece reflexões que auxiliam a compreender os escritos dos homens de ciência brasileiros que publicaram em periódicos no Pará como fruto de um processo histórico permeado de influências diversas entre as quais a europeia, a norte-americana, a latino-americana e, particularmente a brasileira. Isso aponta para a possível ocorrência de conflitos e disputas presente nesses escritos, resultantes do emaranhado de forças atuantes na construção do pensamento educacional brasileiro que é local e, ao mesmo tempo, global.

Roger Chartier parte do pressuposto de que a leitura envolve a interação entre autor e leitor, sujeitos que estão ligados a determinações inerentes ao seu contexto e que produzem suas falas a partir desta rede de significados. Sobre a questão afirma:

As obras não têm sentido estável, universal, congelado. Elas são revestidas de significações plurais, móveis, construídas na negociação entre uma proposição e uma recepção, no encontro entre as formas e motivos que lhes dão sua estrutura e as competências ou expectativas dos públicos que dela se apoderam. (CHARTIER, 1994, p. 107).

Assim, o diálogo com as reflexões de Roger Chartier nos permite compreender os artigos dos periódicos pedagógicos que circularam no Pará entre o fim do século XIX e o início do século XX como escritos que se destinaram a construir identidades, ou seja, um determinado perfil de professor, de aluno e de escola. Esse processo ocorreu considerando que

os autores desses textos imprimiram neles sua marca, tendo como referências sua formação profissional, suas experiências de vida, bem como as leituras nacionais e estrangeiras com as quais tiveram contato. Os leitores, por sua vez, também se apropriaram de tais escritos usando para tanto o aparato cognitivo adquirido ao longo de suas experiências sociais. Este processo denominado apropriação foi adotado por Chartier com base nas reflexões de Michel de Certeau. Para Chartier (1995, p. 184):

A apropriação tal como a entendemos visa a elaboração de uma história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os constroem. [...] Se permite romper com uma definição ilusória da cultura popular, a noção de apropriação, utilizada como instrumento de conhecimento, pode também reintroduzir uma nova ilusão: a que leva a considerar o leque das práticas culturais como um sistema neutro de diferenças, como um conjunto de práticas diversas, porém equivalentes. Adotar tal perspectiva significaria esquecer que tanto os bens simbólicos como as práticas culturais continuam sendo objetos de lutas sociais onde estão em jogo sua classificação, sua hierarquização, sua consagração (ou, ao contrário, sua desqualificação).

Desta forma, é possível identificar um processo por meio do qual os indivíduos selecionam e se apropriam dos saberes presentes em seu contexto numa relação de caráter desigual, mas não desprovida de negociações e conflitos. Nesta lógica, Chartier enfatiza a existência de culturas e saberes diversos, que viabilizam modos diferentes de compreender, adotar e utilizar produções culturais: “A vontade de inculcação de modelos culturais nunca anula o espaço próprio da sua recepção, do seu uso e da sua interpretação.” (Ibid., p.186)

No Brasil, por exemplo, o surgimento e a circulação de periódicos médicos e pedagógicos, bem como de folhetos e manuais que trataram sobre higiene prescrevendo um determinado perfil de cidadão buscavam, entre outros objetivos, construir uma representação a respeito de conteúdos a serem ensinados e comportamentos que deviam ser introjetados por seus leitores. Assim, quem possuísse e soubesse aplicar tais preceitos era tido como civilizado e higienizado. Partindo do pressuposto otimista de que tais conteúdos chegassem à maioria dos leitores brasileiros, provavelmente muitas recomendações desses escritos não poderiam ser materializadas em sua plenitude por limitações relacionadas a diversos elementos como: a infraestrutura disponível; o acesso a determinados bens e serviços; os saberes culturais já adotados pelo indivíduo, etc. Desta forma, não somente as representações construídas nestas produções possuem caráter excludente, mas também as maneiras de se apropriar delas irão variar de acordo com o contexto da pessoa que as utiliza. Sobre a questão, Chartier (1995, p. 184) afirma: “Em toda sociedade, as formas de apropriação dos textos, dos códigos, dos

modelos compartilhados são tão ou mais geradoras de distinção que as práticas próprias de cada grupo social”.

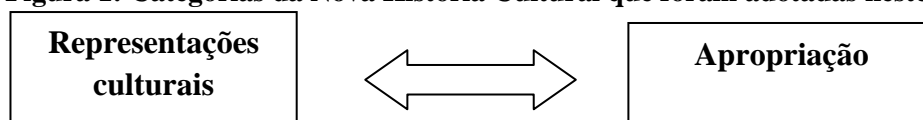
Michel de Certeau (1998, p. 39, 40) procurou ilustrar estas questões ao tratar da colonização espanhola sobre etnias indígenas na América Latina:

Esses indígenas faziam das ações rituais, representações, ou leis que lhes eram impostas outra coisa que não aquela que o conquistador julgava obter por elas. [...] Elas eram outras, mesmo no seio da colonização que os “assimilava” exteriormente, seu modo de usar a ordem dominante exercia o seu poder, que não tinham meios para recusar, a esse poder escapavam sem deixá-lo. A força de sua diferença se mantinha nos procedimentos de “consumo”.

Ao apresentar diferentes formas de apropriação de um determinado saber cultural Certeau (1998) constrói uma inteligibilidade que pode ser aplicada à produção e ao consumo, à escritura e à leitura, às diversas formas de conversar, de frequentar diferentes lugares, de alimentar-se, entre outras atividades. Assim, o consumidor não é mais considerado passivo, mas alguém que se apropria do que lê, do que vê, do que ouve, enfim daquilo que vivencia. Nesta concepção, é possível compreender os intelectuais brasileiros como escritores, mas também como leitores, cuja produção cultural presente nas revistas pedagógicas do Pará (1897-1912) é fruto de apropriações realizadas ao longo de suas trajetórias e experiências. O leitor destas revistas, ou seja, os docentes do Estado do Pará, por sua vez, se apropriaram dos escritos desses intelectuais levando em conta os saberes que já trazem de sua formação pedagógica, de suas experiências em sala de aula, enfim, de suas vivências em múltiplos aspectos. Assim, o conceito de apropriação nos ajuda a refletir sobre o lugar ocupado por esses sujeitos na sociedade paraense do fim do século XIX e início do XX, bem como as representações culturais que lhes interessavam ser difundidas e estabelecidas.

Uma vez apresentada a contribuição de Roger Chartier para as reflexões a serem realizadas nesta tese, optou-se por utilizar as categorias “Representações Culturais” e “Apropriação” expostas a seguir.

Figura 1: Categorias da Nova História Cultural que foram adotadas neste estudo



Fonte: Arquivo Pessoal. (VIANA, 2013).

Nesse item foi discutido o referencial teórico da Nova História Cultural, com ênfase em Roger Chartier, bem como as categorias escolhidas para analisar o *corpus* desta tese. Em seguida, serão realizadas reflexões sobre a Teoria Decolonial e a contribuição de suas categorias de análise.

3.2. Pensamento Decolonial Latino-americano

O programa de investigação da Modernidade/Colonialidade, grupo Modernidade/Colonialidade (MC) ou coletividade de argumentação da Inflexão decolonial pode ser compreendido como um grupo de pensamentos críticos a respeito do lado oculto da modernidade³¹ que visa modificar não somente o conteúdo senão também os termos e condições nos quais o eurocentrismo e a *colonialidade* tem sido reproduzidos no sistema-mundo. Neste sentido, o pensamento decolonial denuncia a lógica voraz com a qual a modernidade tem inferiorizado pessoas (colonialidade do ser), marginalizado e ocultado sistemas de conhecimento (colonialidade do saber) e hierarquizado grupos humanos e lugares, situando-os em uma organização do poder de caráter global com fins de explorar para servir aos objetivos da acumulação de capital (colonialidade do poder). (ESCOBAR, 2003; GROSGOUEL, 2006; GROSGOUEL; MIGNOLO, 2008).

O pensamento decolonial para Escobar (2003, p. 70) se configura como um “paradigma outro”, ou seja, “[...] El objetivo es labrar nuevas formas de análisis, no contribuir a los ya establecidos sistemas de pensamiento (eurocêntrico), si importar cuán críticos sean éstos”. Desta forma, o grupo de pensadores que se interconectaram, principalmente na América Latina e nos USA desde o fim da década de 1990, tem realizado debates, investigações e publicações que propõem “mundos e conhecimentos de outro modo”. Esse coletivo também reflete sobre a realidade cultural e política latino-americanas, destacando os conhecimentos subalternizados dos grupos explorados. Para tanto, recebeu influências teóricas da Teologia da Libertação, da Teoria da Dependência, dos Estudos

³¹ Ao descrever as peculiaridades da modernidade Dussel (2000) destaca: 1. A civilização moderna se considera como mais desenvolvida que as demais; 2. A superioridade coloca a exigência moral de desenvolver os mais primitivos; 3. O caminho do desenvolvimento é unilinear como ocorreu na Europa; 4. Quando o bárbaro se opõe ao sistema de colonização é necessário usar de violência; 5. O processo de colonização ocorre de forma que o colonizador se veja como um herói civilizador que faz de suas vítimas um holocausto necessário à vitória, a violência e a dominação então se fazem necessárias, algumas vezes, para que ocorra o sacrifício salvador; 6. O colonizado, na visão da modernidade, é culpado de sua situação, o que torna a modernidade supostamente inocente e emancipadora desta culpa; 7. O caráter civilizatório da modernidade torna inevitáveis os sacrifícios da modernização de povos atrasados, de raças escravizáveis e de sexo débil.

Culturais (EC), dos debates sobre a modernidade e a pós-modernidade, do grupo latino-americano de estudos subalternos nos USA, entre outros.

O *paradigma outro* tem em comum a tarefa de pensar a partir da dor da diferença colonial:

El ‘paradigma outro’ es, en última instancia, el pensamiento crítico y utopístico que se articula en todos aquellos lugares en los cuales la expansión imperial/colonial le negó la posibilidad de razón, de pensamiento y de pensar el futuro. (MIGNOLO, 2003, p. 20).

Restrepo e Rojas (2010), por sua vez, acrescentam que esse *paradigma outro* não ocorre apenas na zona de subalternidade colonial (África, Ásia meridional e América Latina), mas também na zona de subalternidade imperial (o sul da Europa).

Neste contexto, Mignolo (2007, p. 213) conceitua *opção decolonial* como possuindo um entendimento do presente e do futuro do qual vários projetos políticos que são críticos do eurocentrismo confluem e são oriundos de reflexões de indígenas, afrodescendentes, mestiços e imigrantes da América do Sul. Assim, *a opção decolonial* é “[...] a diferença frente a expansão do pensamento monotípico eurocentrado em sua diversidade (cristã, liberal, marxista)”. A *ferida colonial*, por sua vez, diz respeito aos vestígios deixados pela dor originada de experiências vivenciadas pelos condenados da terra.

Entre os teóricos que se destacam no pensamento decolonial podemos citar: Walter Mignolo, que discute questões de ordem epistêmica; Aníbal Quijano, que destaca a economia política; Enrique Dussel, que parte da Filosofia da Libertação para suas reflexões; Catherine Walsh, que tece críticas sobre a ciência que funciona segundo o modelo ocidental; e Ramón Grosfoguel, que relaciona as questões de raça, sexualidade e gênero em suas análises, entre outros.

O grupo MC é transdisciplinar, destacando-se nele o diálogo entre os seguintes campos: Filosofia, Estudos Culturais, Sociologia, História, Economia Política, Teorias literárias e Educação.

A despeito das variações de ordem conceitual que possam existir no pensamento decolonial, Restrepo e Rojas (2010) destacam seis postulados centrais desta matriz teórica. A primeira questão refere-se à diferenciação entre os significados de *colonialismo* e *colonialidade* onde o *colonialismo* diz respeito ao processo e ao aparato de domínio político e militar que ocorreram para assegurar a exploração das colônias pelo colonizador, enquanto que a *colonialidade* é um fenômeno de maior complexidade cuja existência histórica permanece até a atualidade e se caracteriza por um padrão de poder que procura estabelecer e

naturalizar hierarquias territoriais, raciais, culturais e epistêmicas com fins de manter relações de dominação.

O segundo elemento central do pensamento decolonial é que esta teoria permite identificar a *colonialidade* como o “lado obscuro” da modernidade. Isto quer dizer que existe uma relação de co-constituição entre a *modernidade* e a *colonialidade*, ou seja, uma não existe sem a outra. Mignolo (2003) considera a *colonialidade* como a face invisível da modernidade e a parte visível seriam representadas pelas correntes de pensamento já consagradas e reconhecidas que são o cristianismo, o conservadorismo, o liberalismo e o socialismo. Esses ideários, de forma geral, alimentam o *eurocentrismo*³² como premissa do sistema mundo moderno/colonial.

A problematização dos discursos eurocentrados e intra-modernos da modernidade é a terceira reflexão da teoria decolonial. Assim, questiona-se a ideia de que a modernidade tenha se originado na Europa e se difundido para as demais regiões do mundo, assumindo um caráter supostamente universalizante. Em contrapartida, os teóricos decoloniais propõem que é necessário analisar a questão a partir da concepção de sistema-mundo que aponta que todos os lugares são influenciados de algum modo pela modernidade, defendendo inclusive que muitos artifícios da modernidade foram primeiro implantados em territórios coloniais para, posteriormente serem transportados e sistematizados na Europa.

Refletir a partir da ideia de sistema mundializado de poder é outro exercício de análise realizado pela Inflexão decolonial. Assim, o sistema mundo moderno/colonial, conforme as reflexões de Mignolo (2003) é fundado na *diferença colonial*³³ e na relação constitutiva entre *colonialidade* e modernidade. Para Mignolo (2003, p. 43), a *diferença colonial* tem um princípio fundamental que é “[...] la lógica de clasificación y jerarquización de las gentes del planeta, por sus lenguas, sus religiones, sus nacionales, su color de piel, su grado de inteligencia, etc. [...]”

Para os intelectuais da inflexão decolonial esse sistema mundo moderno/colonial surgiu desde a colonização da América Latina e prossegue mantendo sua estrutura

³²Eurocentrismo é a combinação de etnocentrismo (ocorre ao considerar-se a formação cultural e o consequente modo de vida de um determinado povo superior aos de outras culturas) com o sociocentrismo (um processo de desqualificação e abandono de costumes e ideologias de setores sociais diversos dos que se pertence por compreendê-los como inadequados) onde, seja por meio de imposição física ou do convencimento ideológico, o modelo de sociedade europeu se coloca como universal e acaba ganhando a adesão e a aceitação dos sujeitos coloniais. (RÉSTREPO; ROJAS, 2010).

³³A *diferença colonial* remete à realidade de indivíduos submetidos à inferiorização por parte de indivíduos que se consideram superiores dentro da realidade colonial. (MIGNOLO, 2003).

caracterizada pela *colonialidade do poder* que “[...] é, sobretudo, o lugar epistêmico de enunciação no qual se descreve e se legitima o poder. Neste caso, o poder colonial.” (Ibid., p.39).

Outro traço marcante da inflexão decolonial é que a mesma apresenta-se como um “paradigma outro” a partir do qual o conhecimento é compreendido como sendo situado historicamente, corporalmente e geopoliticamente, além de ser influenciado pela ideia de diferença colonial. Assim, coloca em suspenso a falácia apregoada pela modernidade de que é possível existir um conhecimento sem sujeito, a-histórico e neutro que seja oriundo do que Castro-Gómez denomina de “hybris del punto cero” (ponto zero), ou seja, um conhecimento produzido por um sujeito que tem um “olhar de deus” (onipresente e onisciente) e que, ao mesmo tempo, não é visto. Para Castro Gómez (2007, p. 83) o conhecimento a partir desse ponto de vista é construído do seguinte modo:

Como Dios, el observador observa el mundo desde una plataforma inobservada de observación, con el fin de generar una observación veraz y fuera de toda duda. Como el Dios de la metáfora, la ciencia moderna occidental se sitúa fuera del mundo (en el punto cero) para observar al mundo, pero a diferencia de Dios, no consigue obtener una mirada orgánica sobre el mundo sino tan sólo una mirada analítica. (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 83).

O trecho destacado auxilia a compreensão da categoria *colonialidade do saber* cujo núcleo “[...] consiste el gobierno de los otros y de sí em nombre de la verdad producida por el saber experto (del teólogo, filósofo, gramático o científico)”. Desta forma, é possível entender a lógica da arrogância epistêmica ou superioridade epistêmica do conhecimento ocidental que se fundamenta na pretensão de universalidade, objetividade e neutralidade do conhecimento. (RESTREPO; ROJAS, 2010, p. 137).

A consolidação de um projeto decolonial é o último postulado da inflexão decolonial apontada por Restrepo e Rojas (2010). Esta tentativa de tornar possível a existência de “outros mundos” está ancorada na *pluriversalidade* que propõe a visibilização de múltiplos conhecimentos, formas de ser e pensar sobre o mundo.

Escobar (2003) elenca posicionamentos considerados centrais no pensamento decolonial e que o diferenciam das teorias propostas pela modernidade, a saber: 1. As origens da Modernidade remetem à exploração da América e não ao século XVIII³⁴; 2. A noção de

³⁴ Para Dussel (1994) a primeira modernidade é um processo que inicia no século XV com o surgimento do sistema mundo onde ocorre a conquista e colonização da América, enquanto que a segunda modernidade teria surgido a partir do século XVIII com a revolução industrial e a ilustração.

que o colonialismo e o sistema mundial capitalista são constitutivos da modernidade; 3. A modernidade é compreendida a partir de uma perspectiva planetária em oposição à visão de modernidade como fenômeno intra-europeu; 4. A visibilização de “outros”, que se encontram fora do padrão europeu, cuja subalternização do conhecimento e das culturas é um fenômeno característico da modernidade; 5. A crítica ao *Eurocentrismo* como forma de conhecimento que assume o papel de referência na modernidade/colonialidade.

Quijano (2000b, p. 345) propõe, seguindo esta linha de pensamento, que as relações de poder no sistema mundo moderno colonial devem ser analisadas como relações sociais de exploração/dominação/conflito que estão imbricadas na luta que ocorre nos cinco âmbitos sociais descritos a seguir:

(1) el trabajo y sus productos; (2) en dependencia del anterior, la “naturaleza” y sus recursos de producción; (3) el sexo, sus productos y la reproducción de la especie; (4) la subjetividad y sus productos, materiales e intersubjetivos, incluido el conocimiento; (5) la autoridad y sus instrumentos, de coerción en particular, para asegurar la reproducción de ese patrón de relaciones sociales y regular sus cambios. (QUIJANO, 2000b, p. 345).

Conforme o trecho destacado é possível compreender o sistema mundo/colonial como sendo configurado por um padrão de poder que articula suas determinações sobre diferentes âmbitos sociais com fins de explorar e dominar a população. Neste processo, verifica-se a articulação das questões que envolvem etnia, raça, gênero, produção de conhecimento, relações de trabalho e sistema capitalista, entre outros. Partindo desta lógica de dominação fica mais evidente o motivo pelo qual a *colonialidade* assume o caráter de trilogia (*colonialidade do poder, do saber e do ser*) que abarca diferentes âmbitos da sociedade, ou seja, o político, o epistêmico e o ontológico. Desta forma, assume importância a noção de *Heterogeneidade histórico-estrutural* de Quijano (2000b) que se refere à articulação estrutural de elementos heterogêneos historicamente que apresentam conflitos e semelhanças entre si. Assim, as diferentes formas de relações de dominação e exploração que envolvem as disputas pelo poder em diversos âmbitos são determinadas por uma diversidade de elementos heterogêneos.

A reflexão apontada por Quijano (2000b) também inclui a noção de *totalidade histórico-social* que aponta para um campo de relações sociais que é configurado pela relação heterogênea entre diversos âmbitos de existência social, ou seja, cada parte desta totalidade tem sua particularidade e especificidade, possui uma autonomia relativa que pode ser,

algumas vezes, até conflituosa com o restante do conjunto. A partir desta compreensão é possível compreender a noção de mudança histórico-social.

O termo “*colonialidade do saber*” surgiu pela primeira vez na obra de Edgardo Lander. Esse conceito ressalta a dimensão epistêmica da *colonialidade* do poder e implica em um processo de subalternização, folclorização ou invisibilização de conhecimentos que sejam diferentes das formas de produzir o conhecimento ocidental. Para Walsh (2007, p.19) a *colonialidade do saber* elegeu o eurocentrismo como única concepção de conhecimento em detrimento da produção intelectual indígena e africana. Neste sentido, a *colonialidade do saber* exalta a perspectiva eurocêntrica de conhecimento e prossegue “[...] negando o legado intelectual dos povos indígenas e negros, reduzindo-os como primitivos a partir da categoria básica e natural raça.” A colonialidade do saber pode ser observada, por exemplo, na constante necessidade que os intelectuais brasileiros demonstram em fazer referência em seus livros e artigos à produção intelectual europeia sobre o higienismo para que suas produções sejam consideradas válidas, importantes e conseqüentemente sejam materializadas no ambiente escolar do Brasil, discussão esta que aprofundaremos posteriormente.

Mignolo (2008) contribui com esta reflexão ao problematizar a identidade disciplinar imposta pela modernidade/colonialidade com o objetivo de nivelar o mundo e estabelecer uma cosmologia ocidental pretensamente universal. Para ele, as epistemologias decoloniais possuem, ao contrário, um caráter pluriversal, ou seja, abrem espaço para múltiplas formas de pensar a partir da exterioridade e de uma posição epistêmica subalterna. Assim, descolonializar é *aprender a desaprender* o modo de construir conhecimento segundo o padrão eurocentrado e se lançar à tarefa da *desobediência epistêmica*, segundo a qual há necessidade de produzir fraturas epistêmicas e aprender de forma diferente a construir o próprio conhecimento enquanto direito epistêmico de negros, índios, mulheres, enfim, de grupos excluídos. Lutar pela configuração de saberes e práticas que reproduzam vida ao invés de uma civilização da morte³⁵.

Neste sentido, Mignolo (2007) propõe pensar decolonialmente por meio do conceito de *identidade em política*. Essa compreensão vai de encontro às políticas imperialistas de identidade, promovendo o desvinculamento epistêmico da cosmovisão europeia embasada nas línguas gregas, latinas e nas seis línguas imperiais europeias. Assim, os sujeitos subalternos podem construir suas identidades a partir de seu legado cultural, de sua língua nativa e de seu

³⁵ Mignolo (2007) se refere à morte como produto de uma concepção de mundo de uma civilização que desconsidera o valor das pessoas e enfatiza o valor das mercadorias. Por outro lado, a concepção decolonial postulada pelo autor defende que todos os extratos sociais possuem o direito epistêmico de pensar e existir no mundo livre das amarras do pensamento ocidental.

sistema de pensamento, não tomando como base as línguas de origem ocidental, a cultural europeia e o homem europeu.

A *colonialidade do ser*, por sua vez, se refere à dimensão ontológica da *colonialidade do poder*, ou seja, o processo que se desenvolve no sistema mundo moderno/colonial de forma que haja a desumanização e a inferiorização de determinadas populações, enquanto que outras se colocam como representando supostamente a humanidade em seu estágio máximo de evolução.

Mignolo (2001) foi quem primeiro debateu sobre a *colonialidade do ser* relacionando-a com a exterioridade ou totalidade do ser. Além disso, a ideia de “ser” representado pelo eurocentrismo como homem branco, europeu e pós-renascentista é marcada pela dimensão racial, de gênero e de geopolítica. Por fim, outra peculiaridade desta exterioridade é uma ontologia à margem e silenciada da história europeia.

Quijano (1992) contribui também para esta discussão ao ressaltar que existe uma *racionalidade-modernidade europeia* que apregoa: a ideia de um sujeito cartesiano isolado que nega a noção de totalidade como produtora de conhecimento; a percepção que separa o objeto do conhecimento do sujeito; a *exterioridade* das relações entre sujeito e objeto. Desta forma, compreende-se que o paradigma de conhecimento europeu é componente da *colonialidade* ao estabelecer que as outras culturas possam ser apenas “objetos” e nunca “sujeitos” da razão, gerando uma hierarquização naturalizada que coloca a cultura europeia no ápice da civilização.

Neste contexto vale ressaltar as reflexões de Maldonado-Torres (2008, p.96) sobre a *colonialidade do ser*: “A *colonialidade do ser* refere-se ao processo pelo qual o senso comum e a tradição são marcados por dinâmicas de poder de caráter preferencial: discriminam pessoas e tomam por alvo determinadas comunidades”.

Escobar (2003, p. 62) também explana sobre o conceito de *colonialidade do ser*:

Colonialidad del ser [...] como la dimensión ontológica de la colonialidad en ambos lados del encuentro. Basado en Levinas, Dussel y Fanon, la colonialidad del ser apunta hacia el “exceso ontológico” que ocurre cuando seres particulares imponen sobre otros y, más allá de esto, la efectividad potencial o actual de los discursos con los cuales el otro responde a la supresión como un resultado del encuentro [...].

Restrepo e Rojas (2010) consideram que a *colonialidade do ser* é a materialização da *colonialidade*, ou seja, sua influência na experiência vivida dos subalternos coloniais, mas

também tem seus efeitos nos setores dominantes da sociedade. A *colonialidade do ser* gera a inferiorização do subalternizado colonial, e em seu ponto mais extremo leva à desumanização.

Uma vez situadas as principais categorias do pensamento decolonial é de fundamental importância salientar uma das estratégias de dominação que o sistema mundo moderno/colonial tem utilizado para classificar as pessoas e impor a elas um determinado papel social: o racismo.

Quijano (1993) desenvolveu a categoria *racialização* do conceito de *colonialidade do poder* vista como uma concepção naturalizada, de ordem biológica, das diferenças e das desigualdades entre indivíduos que procura explicar as razões da dominação colonial e que permeia todas as esferas da existência social. Entre as consequências disso estão classificações como negro, índio, mestiço, europeu e branco usadas para hierarquizar as relações sociais. Assim, os próprios colonizados adquiriram uma imagem negativa a seu respeito ficando restritos em subculturas.

O destaque dado à raça e ao racismo para Quijano (2000a) não se dá em todas as colonizações já ocorridas, mas particularmente na colonização da América do mundo colonial capitalista. Em países como Japão e Índia o enfoque recaiu sobre a ideia de *Etnia* e não na de *raça*, colocando em questão a valorização social e cultural do modo de vida de cada grupo populacional. Desta forma, longe de ser uma condição “natural” ou biológica, raça é um padrão de classificação social que hierarquiza e categoriza pessoas em europeus e não europeus. Assim, ele condena a postura de pessoas que acreditam ser a raça uma questão natural e apenas o racismo uma questão social.

Quijano (2000a) também problematiza a importância da “cor” nesta discussão, destacando que esse só passou a ser critério importante a partir do século XIX. O pesquisador indica que os índios foram a primeira raça a ser explorada e só depois, com a escravidão, os negros passaram a ser foco de discussão. Assim, existem para Quijano (2000a) três fases da produção da ideia de raça: 1. No século XVI Valladolid estabelece uma diferença de ordem biológica entre europeus e não europeus que justifica desenvolvimento díspare em relação às capacidades mentais e culturais; 2. No século XVII o mito da modernidade passa a construir uma lógica na qual a sociedade se desenvolve historicamente da barbárie à civilização; 3. No século XIX Gobineau e outros teóricos constroem uma elaboração teórica sobre a ideologia em questão.

Para Mignolo (2007) existem diferenças entre etnia e raça. Na primeira, a ênfase recai sobre aspectos culturais e na segunda sobre questões de ordem biológica. Porém, esses

conceitos não estão completamente distantes e ambos são utilizados pelo racismo para discriminar grupos subalternizados. Sobre estas categorias Mignolo (2007, p. 42) afirma:

[...] a raça se refere a genealogia sanguínea, genotípica ou de cor da pele e a etnia inclui a língua, a memória e um conjunto de experiências compartilhadas passadas e presentes, pelo que compreende um sentido cultural de comunidade, o que as pessoas tem em comum.

A partir da compreensão das concepções de raça e de etnia é possível conceituar o racismo. Desta forma, Mignolo (2007, p. 42) considera que:

O racismo surge quando os membros de uma certa “raça” ou “etnia” tem o privilégio de classificar as pessoas e influir nas palavras e nos conceitos deste grupo. O “racismo” tem sido uma matriz classificadora que não só abarca as características físicas do ser humano (sangue ou cor da pele, entre outras), mas também se estende ao plano interpessoal das atividades humanas, que compreende a religião, as línguas [...] e as classificações geopolíticas do mundo (Oriente-Occidente; Norte-Sul; Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo [...]).

O trecho em destaque esclarece que o racismo é um fundamento ou uma justificativa para que se estabeleça uma hierarquia entre as pessoas no sistema mundo colonial. Nesta lógica, Maldonado-Torres (2007) caracteriza as relações que compõem as classificações sociais como sendo de caráter vertical. Neste processo, ocorre a desumanização dos que são vistos como ocupando posições subalternas e em destaque na América Latina estão os índios e os negros. Para o autor, a ideia de raça, apesar de ter tido mudanças ao longo do tempo, manteve a ideia de suspeita permanente, ou seja, do que o autor chamou de “esceptismo maniqueo misantrópico” que coloca em suspenso a humanidade e a racionalidade do subalterno colonial. Assim, ao tratar da “heterogeneidade colonial” Maldonado-Torres (2007) aponta para a diversidade de estratégias de desumanização cujo eixo é a ideia de raça.

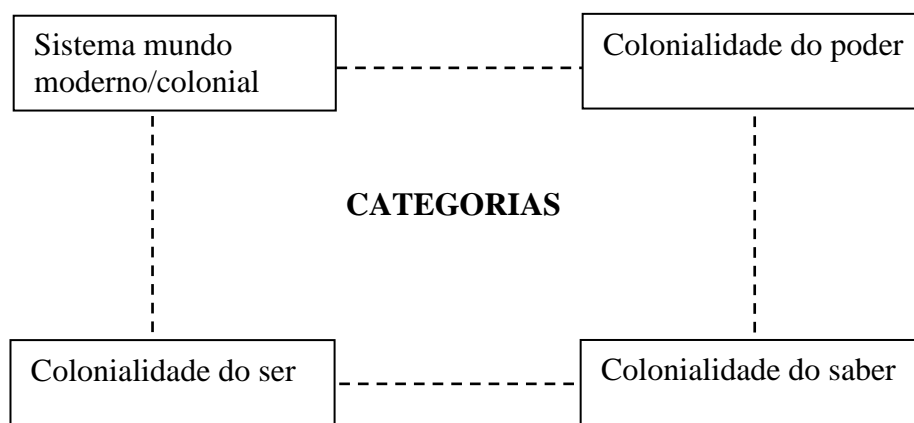
De forma geral, Restrepo e Rojas (2010) identificam consensos entre os intelectuais do pensamento decolonial a respeito da raça: 1. Esta noção é consequência do processo colonizador e se expressa como traço da *colonialidade*; 2. A mudança de sentido na concepção desde o século XVI até o XIX; 3. Entre os indivíduos-alvo (ou vítimas) desta concepção destacam-se os africanos e índios.

Desta forma, elegeu-se para a presente tese as categorias: 1. “Sistema mundo/colonial” a partir da qual se pretende situar os objetivos dos intelectuais brasileiros, homens de ciência, ao buscar legitimar e inculcar sua concepção de educação e de higienismo na sociedade; 2. “*Colonialidade do poder*” que permite compreender que determinadas

representações ficaram registradas e circularam em periódicos educacionais no Pará, entre 1891 e 1912, por serem possivelmente oriundas e/ou apoiadas por líderes do aparelho governamental e profissionais de elevado prestígio social como os médicos higienistas; 3. “*Colonialidade do saber*” que possibilita descortinar as estratégias utilizadas pelos professores e médicos do Pará para convencer o público-alvo das revistas de cunho educativo da importância de suas propostas para a educação e para a saúde brasileira; 4. “*Colonialidade do ser*” que viabiliza a reflexão sobre a hierarquia que se pretendia instalar na sociedade paraense por meio da educação articulada ao higienismo no período analisado e desvelar os argumentos utilizados para tal classificação social.

As categorias escolhidas para articular a discussão empreendida nesta tese estão expostas em seguida.

Figura 2: Categorias do pensamento decolonial adotadas neste estudo



Fonte: Arquivo Pessoal. (VIANA, 2013).

Na análise serão considerados os seguintes aspectos nos materiais utilizados: a) o título dos textos; b) o corpo dos textos. Serão adotados os seguintes critérios de seleção: 1. Os exemplares que destacam de maneira direta o higienismo e a educação; 2. Os textos que tratem do higienismo e da educação como questão central; 3. Os textos adotados deverão tratar especificamente do espaço escolar e de suas respectivas práticas educativas.

A sucinta reflexão sobre o Pensamento decolonial latino-americano realizada nesse item lança as bases para compreender a produção e a divulgação de representações culturais oriundas da racionalidade médico-higiênica por meio dos periódicos pedagógicos que circularam no Pará entre 1891 e 1912 dentro de um contexto histórico permeado pela *colonialidade do poder*. Como temos discutido desde as seções anteriores, as propostas

oficiais tem relevante valor para entendermos a materialização do processo de colonização de corpos e mentes.

É provável que nas representações culturais presentes em aparatos legais, periódicos e livros sobre a higiene produzida no Brasil nesse período haja a finalidade de construir uma imagem do país e de seus habitantes como sendo civilizados, ordeiros e higienizados. Neste sentido, os homens de ciência brasileiros que, como heróis, assumem a função de modelar a imagem de suas nações e de seus compatriotas por meio de suas produções, possivelmente buscavam desmistificar a representação de que o povo brasileiro era atrasado, selvagem, bárbaro, doente e inculto. Assim, ao apropriarem-se da linguagem científica sobre a qual paira a influência da matriz eurocêntrica e norte-americana de pensamento os intelectuais brasileiros podem ter usado as brechas e lacunas deixadas pela racionalidade médico-higiênica para obter o reconhecimento e a legitimidade que foi negada ao Brasil pela *colonialidade do poder*. Tais lacunas provavelmente são oriundas de uma série de prescrições higiênicas construídas para serem realizadas no contexto dos países desenvolvidos e que, na visão dos intelectuais brasileiros, necessitavam de reapropriações e adaptações a fim de poderem ser aplicadas no Brasil.

A despeito dos benefícios que o higienismo possa ter trazido para a qualidade de vida da população brasileira, não se pode perder de vista que esse movimento pode ter se configurado como estratégia no contexto do sistema mundo moderno/colonial para assegurar a configuração e a manutenção de determinadas hierarquias sociais. Estas estruturas de poder possivelmente objetivavam atribuir lugar de destaque aos médicos, políticos e educadores que detinham os conhecimentos sobre higiene. Esta complexa teia reúne negociações, conflitos e diversas interpretações, algumas das quais serão exploradas ao longo desta seção. Desta forma, abordaremos a seguir a relação entre higienismo e educação em periódicos conforme estudos de cunho histórico, já realizados, principalmente no Brasil.

3.3 Educação e Higienismo em periódicos de educação do Pará, Brasil

A construção de uma pesquisa precisa ser esclarecida e devidamente descrita em seu percurso. Isto corrobora que os dados sejam analisados de forma pertinente, agregando-lhes validade e possibilidade de reprodução por parte de outros pesquisadores interessados no estudo do tema. Neste sentido, é relevante que em todos os tipos de pesquisa sejam esclarecidas as etapas que fizeram parte do processo. Nesta tese organizou-se o percurso metodológico para a análise do *corpus* em quatro estágios, a saber: (1) pesquisa exploratória; (2) busca,

catalogação e identificação das peças; (3) criação das categorias; e (4) tratamento analítico do *corpus*.

A seleção das fontes e a delimitação temporal da pesquisa, já relatadas na introdução, representaram a primeira etapa, chamada de pesquisa exploratória. Em seguida, por meio da busca de documentos nos arquivos das instituições do Pará, fizemos uma primeira leitura das peças encontradas para mapeá-las em direção à identificação dos periódicos e dos artigos sobre educação e higienismo. A leitura inicial do material apontou a ocorrência do tema nos artigos sobre educação presentes na “Revista de Educação e Ensino”, em “A Escola” e na “Revista do Ensino”.

Posterior à localização dos periódicos, organizamos as publicações por ano e descrevemos os periódicos. No total, 31 artigos foram identificados. Na sequência os artigos selecionados foram organizados em eixos relacionados às quatro categorias da Teoria Decolonial adotadas neste estudo: Sistema Mundo Colonial, Colonialidade do Poder, Colonialidade do Ser e Colonialidade do Saber.

Neste sentido os eixos desse estudo contêm os artigos dos periódicos paraenses “A Escola”, “Revista de Educação e Ensino – REE” e “Revista do Ensino”, selecionados para análise, a saber: a) *Higiene e educação numa perspectiva do Sistema Mundo Colonial* que contém 8 artigos; b) *O corpo e a Colonialidade do Ser* apresentando 5 artigos; c) *A arquitetura escolar e a Colonialidade do Poder* contendo 5 artigos; d) *O conhecimento e a Colonialidade do Saber* com 9 artigos. Nestes eixos constam 27 artigos selecionados e os 4 restantes foram analisados no item “Educação e Higienismo em periódicos de educação do Pará, Brasil” que se propõe a situar essas revistas pedagógicas enfocando seus objetivos, público-alvo e organização.

É importante esclarecer que a organização dos eixos se deu de forma a facilitar a compreensão da análise realizada enfatizando, para tanto, em cada eixo uma categoria de análise da teoria decolonial. Estabelecer um eixo condutor para cada um dos quatro itens estabelecidos não significa que as demais categorias não estejam relacionadas. Assim, ao tratar do corpo o eixo intitulado “*O corpo e a Colonialidade do Ser*” que enfatiza a categoria *colonialidade do ser* também traz em sua discussão a *colonialidade do poder e do saber*, bem como as representações culturais e as apropriações envolvidas.

A fim de situar os periódicos nos quais estes artigos foram publicados serão abordados a seguir os objetivos e características das revistas.

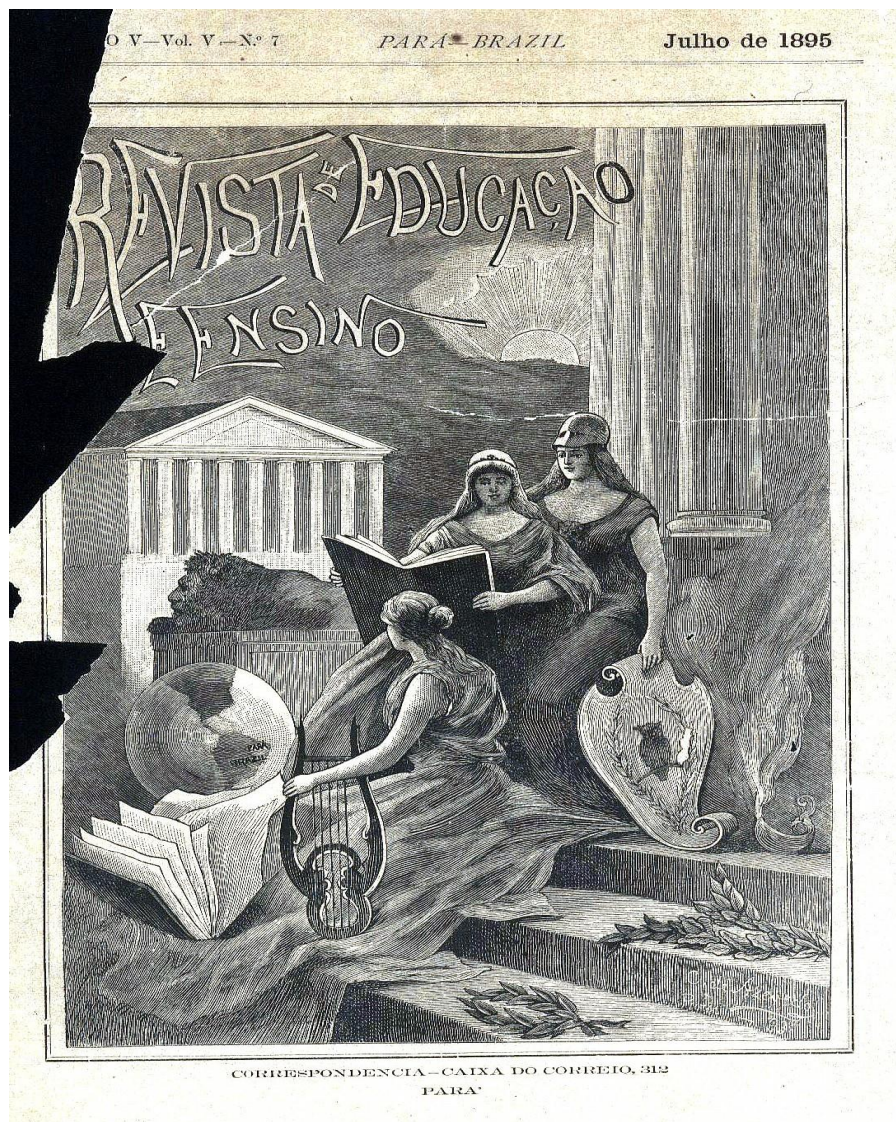
3.3.1 A Revista de Educação e Ensino – REE.

A *Revista de Educação e Ensino (REE)* foi um periódico paraense de circulação mensal do final do século XIX. Fundado por volta de 1891, teve como um de seus fundadores e colaboradores o professor paraense José Veríssimo. Foi dirigido pelo professor Octavio Pires e teve como colaboradores profissionais de diversos ramos da ciência, em sua maioria professores, entre eles: Dr. Alexandre V. Tavares (Diretor da Instrução pública do Pará), Prof. Severiano Bezerra d’Albuquerque, Prof.^a Maria Guajarina de Lemos, Augusto Ramos Pinheiro, Dr.^a Sirena Valente, Hilário de Sant’Anna, Prof. Alfredo Dias, Prof. Bertoldo Nunes.

Em sua capa de julho de 1895 a imagem (figura 3, página seguinte), cuja autoria não foi informada, tem muito a dizer, se levarmos em conta as contribuições de Chartier (1987) sobre representações culturais. A figura 3 remete a um ambiente onde a arquitetura clássica predomina com suas colunas largas e altas. Com base nesse dado, é possível inferir que a ciência nos molde da cultura ocidental é predominante nos artigos e notícias da REE. Outro elemento importante é o instrumento musical nas mãos de uma das jovens retratadas na imagem, a Lira. A utilização desse instrumento se refere à civilização grega e ao valor que a mesma atribuía à arte culta em geral. (REE, 1895).

As três mulheres retratadas na capa parecem estar estudando, visto que interagem com o livro, de forma que a jovem que se encontra no centro da figura segurando o livro possivelmente representa o mestre que conduz a atividade de aprendizagem. O destaque dado à função docente possui relação com o principal público ao qual a revista é destinada: o professorado atuante no Pará. Por fim, a presença de um globo terrestre no contexto de um ambiente de aprendizado destacando as palavras “Brasil” e “Pará” provavelmente refere-se ao valor atribuído ao conhecimento para que os locais em questão, Brasil e Pará, sejam considerados modernos, civilizados e cultos. Desta forma, observa-se na figura o delineamento de um perfil de leitor que por meio do aprendizado, configurado segundo a visão eurocêntrica de conhecimento válido, tomaria parte no cenário mundial como integrante de uma nação desenvolvida. (REE, 1895).

Figura 3: Capa da REE.



Fonte: REE de julho (1895, p. 47).

A partir de julho de 1893 a revista passou a ser distribuída gratuitamente. Está organizada em cinco seções: 1. Editorial (que trazia esclarecimentos de algum membro da equipe editorial da revista sobre os posicionamentos teóricos que a revista adotava em relação a temas ligados a educação); 2. Pedagogia (seção destinada a abordar temas relacionados à educação); 3. Ciências (espaço destinado a discussões teóricas sobre as ciências de modo geral); 4. Literatura (local onde eram publicadas poesias e contos); 5. Instrução Pública (seção que apresentava documentos legais sobre a educação no Estado do Pará); 6. Noticiário (espaço onde eram divulgadas notícias sobre os avanços nacionais e internacionais na área educativa). Também existiam seções que variavam quanto à sua ocorrência como a seção “Modas”, que ensinava corte e costura. (PIRES, 1893).

A fim de compreender o objetivo ao qual se destinava esse periódico vale ressaltar o editorial intitulado “1892”, presente no primeiro número desse periódico do ano de 1892, publicado em janeiro com uma mensagem destinada a estimular a luta assumida pelos editores e colaboradores da revista:

O domínio dos conhecimentos humanos entre os habitantes de um paiz é o triumpho breve e seguro da sua autonomia e independência. [...] Para que o novo sistema político não adquira inimigos poderosos [...] é forçoso convencer as massas de que devem procurar instruir-se e fazer educar os seus filhos; é forçoso até mesmo convencer os mestres que se devem **ilustrar** o máximo possível, para com mais certeza de êxito, saberem **fecundar** a inteligência e ellucidar a consciência da população que ensinam. (REE, 1892a, p. 1, grifo nosso).

Como está exposto no referido trecho do editorial, a educação se reveste de uma função patriótica por meio da qual tanto o povo como os mestres devem tomar parte na construção de um projeto de nação que vise autonomia e independência. Esse processo de ensino aprendizagem é caracterizado por uma trajetória de desenvolvimento intelectual ancorado no uso da razão e na ciência que lhe é inerente. Esta concepção possui, possivelmente, relação com o iluminismo ou “século das luzes”³⁶ e com a concepção de que a razão traria a “luz” para clarear ideias e afastar as trevas, em alusão à superação da cosmovisão do período medieval, o qual era referido como a “idade das trevas”.

A referência ao termo “fecundar” remete, provavelmente, à ideia comum entre os higienistas de que a mente das crianças pode ser desenvolvida ou mesmo prejudicada pela influência de estímulos externos, assim como a semente que, se for bem cuidada, crescerá e dará bons frutos. O recurso a metáforas botânicas é frequente entre os higienistas brasileiros que, influenciados pelo higienismo europeu, associam o desenvolvimento infantil ocasionado pelo aprendizado ao crescimento das plantas que devem ser cuidadas e alimentadas

³⁶ Conceito criado por Imanuel Kant em 1784 para definir a filosofia predominante na Europa Ocidental no século XVIII. “A palavra Iluminismo vem de *esclarecimento* [...] usada para designar a condição para que o homem, a humanidade, fosse autônomo. Isso só seria possível [...] se cada indivíduo pensasse por si próprio, utilizando **a razão**.” As principais ideias do Iluminismo eram: “a defesa do pensamento racional, a crítica à autoridade religiosa e ao autoritarismo de qualquer tipo e a oposição ao fanatismo.” De caráter elitista e progressista, o iluminismo expressava os anseios de educar os “bons burgueses” possibilitando, assim, uma trajetória de crescente progresso. Esse ideário tornou-se a base dos novos Estados que se formaram a partir de lutas travadas desde o fim do século XVIII até o transcorrer do século XIX. Entre as transformações desencadeadas a partir da influência desta concepção podemos citar a independência dos USA, a Revolução Francesa e a independência da América Latina. Por fim, alguns dos principais conceitos trabalhados no Iluminismo são: “a razão acima da fé, o progresso, o governo representativo da vontade popular, as liberdades individuais, o culto à ciência.” (SILVA; SILVA, 2006, p. 210, 212).

continuamente. Neste sentido, vale citar o papel de Marie Pape-Carpantier (1815-1878), professora francesa que escreveu muitos livros³⁷ abordando os cuidados higiênicos para com a infância e atuou como delegada para a inspeção de espaços escolares. Defendia a educação integral e destacava o papel do asseio e das atividades físicas no ambiente escolar. Ela usava esta metáfora frequentemente referindo-se à necessidade do professor em cultivar hábitos de asseio adequados entre seus alunos, comparados a flores. A professora influenciou educadores brasileiros como Joaquim José de Menezes Vieira³⁸ que instalou em 1875 um “Jardim de crianças”, o primeiro estabelecimento desta natureza no Rio de Janeiro, anexo ao Colégio Menezes de Vieira. (BASTOS, 2011).

Desta forma, Octavio Pires ressalta a relevância de modificar a consciência da população por meio dos conhecimentos científicos tendo o professor como estratégia de materialização desse alvo. A seguir, o editorial esclarece o público-alvo da revista:

Utilizemos este vigor novo, que nos trouxe o ano de 1892, em espargir mais luzes, mais sciencias, no seio do **nosso professorado primário**, cuja maioria ainda se ressentia [...] da preparação incompleta, fraca e anêmica, que apenas lhe concedia o ex-reinado da sepulta dynastia. (REE, 1892a, p. 2, grifo nosso).

O posicionamento de Octavio Pires é que o sistema político anterior não preparou de forma satisfatória os professores para que esses exercessem corretamente seu papel. Porém, os intelectuais que produzem esse periódico, na visão do diretor da revista, possibilitariam naquele novo ano o acesso do corpo docente das escolas do Pará às “luzes” ou à “ciência”, de forma a tornar viável esta sensibilização da população, o que a tornaria supostamente civilizada.

No editorial de julho, Pires (1893a) trata do principal fim da REE, justificando desta forma, o interesse do Congresso Legislativo do Estado na distribuição gratuita da revista “[...] para todos os professores públicos primários” do Estado do Pará:

Incentivar os professores a utilizarem as suas horas vagas, em vez de as desperdiçarem no **ócio**, em estudo e redação de assumptos relativos ao seu ministério, tendo francas e gratuitas as columnas da Revista publicações dos

³⁷ Entre as obras da professora podemos citar: “Jeux gymnastiques avec chants, pour les enfants des salles d’asile” de 1864; “Premières notions d’hygiène de physique et de chimie” de 1867 e “Hygiène de physique et de chimie” de 1878.

³⁸ Médico e professor brasileiro que foi o pioneiro no trabalho com alunos surdos mudos por meio do método intuitivo. Ele inspirou-se em educadores como Froebel, Pestalozzi e Pape Carpentier. (BASTOS, 2011).

seus trabalhos, **poucos** entretanto, raros, podemos dizer, são os que tem bem compreendido este benefício e d'elle se aproveitado.

O combate ao ócio entre os docentes, como exposto acima, possivelmente tem relação com o controle do tempo e das atividades do maior número possível de cidadãos forjada pela racionalidade médica em consonância com o sistema mundo moderno colonial. Neste sistema, onde prevalece o capitalismo, é necessário fazer com que o público alvo introjete a representação de amor ao trabalho e de amor à pátria como sentimentos inter-relacionados. Durães (2011, p. 472, 473, grifo nosso) pôde contribuir com a elucidação desta representação de professor quando analisou o perfil de professor do século XIX e a influência de pensadores como Pestalozzi sobre sua configuração. Entre as qualidades humanas necessárias ao professor, Durães aponta que Pestalozzi indicou virtudes como “[...] moral social, **obediência** (à hierarquia escolar e ao governo), carinho, **amor** e vocação.” Além, desta obediência/amor ao governo, o professor precisava ver seu trabalho como uma “nobre missão” de educar pessoas e “iluminar mentes”. Deste modo, a função docente se ampliou sobremaneira:

A escola, e concretamente, o professor deixaram de ter a função exclusiva de ensinar a ler e escrever e passaram a ter a responsabilidade de *moralização social do indivíduo*. Moralização mesclada pela lógica do trabalho (capitalista) e da ciência (cartesiana). (DURÃES, 2011, p. 473).

Estas responsabilidades atribuídas ao professor, possivelmente se relacionam ao triste diagnóstico dado por Octavio Pires (1893a, 97) em relação “[...] a educação do passado, que não nos habituou a amar com verdadeiro e vivo ardor as letras e as sciencias.” Assim, os trechos destacados até aqui permitem observar que a REE vinha fomentar no professor a valorização da ciência, do trabalho e da pátria.

Em face do exposto, é evidente o lugar central que a educação ocupa na consolidação do regime republicano. Entre as intenções dos homens de ciência se destaca a de dominar e explorar os cidadãos brasileiros submetidos à sua proposta educacional com a finalidade de manter a estrutura de poder necessária ao Sistema Mundo Moderno Colonial. Esta colonialidade do poder que se manifesta nas ações da imprensa pedagógica visa dominar os âmbitos sociais do trabalho (ao definir o perfil de professor e o de aluno que se queria produzir), da sexualidade (ao propor uma moralidade livre de vícios e de ociosidade) e da subjetividade (ao definir os conteúdos e o modo de ensiná-los nas escolas do Pará). (QUIJANO, 2000).

Para efeito desse estudo foram selecionados alguns artigos da REE de autoria de Octavio Pires que trataram especificamente da higiene no ambiente escolar publicados nos anos de 1891 a 1893.

Quadro 1: Artigos, ano e mês de publicação, número e volume da Revista de Educação e Ensino.

Ano	Seção e Título	Núm.	Mês	Vol.
1891	Pedagogia/ Higiene Escolar e suas vantagens	8	Out	1
1892	Editorial/ “1892”	1	Jan.	2
1892	Pedagogia/Higiene dos internatos: Da localização.	2	Fev.	2
1892	Pedagogia/Higiene dos internatos: Da Edificação.	3	Març.	2
1892	Pedagogia/Higiene dos internatos: Do numero de alumnos.	4	Abr.	2
1892	Pedagogia/Higiene dos internatos: Do numero de alumnos.	5	Mai.	2
1892	Pedagogia/Higiene dos internatos: Da alimentação.	6	Jun.	2
1892	Pedagogia/Higiene dos internatos: Da alimentação.	7	Jul.	2
1892	Pedagogia/ Higiene dos internatos: Higiene da intelligencia.	8	Ag.	2
1892	Pedagogia/Higiene dos internatos: Dos recreios.	9	Set.	2
1892	Pedagogia/Higiene dos internatos: Dos Exercicios phisicos.	10	Out	2
1892	Pedagogia/Higiene dos internatos: das precauções a tomar sobre a saude de cada educando.	11	Nov.	2
1893	Preleção aos meus alunos/ Ensino de cousas.	6	Jun	3
1893	Editorial/A nossa distribuição gratuita.	7	Jul	3

Fonte: Revista de Educação e Ensino. (1891, 1892, 1893).

O quadro 1 apresenta quatorze artigos da *Revista de Educação e Ensino* que tratam especificamente da higiene voltada ao espaço escolar. A maior concentração de artigos sobre o tema está nesse periódico dos quais dez se constituem em uma série com o mesmo título “Higiene dos internatos” e subtítulos diferentes ocupando a seção Pedagogia. O espaço destinado ao trato do tema e a proposta de continuidade na revista indica a importância que o higienismo assume na publicação. Além disso, a supracitada revista também traz um artigo mais amplo sobre a higiene escolar, dois editoriais sobre os objetivos desse periódico e uma proposta de aula sobre o tema higiene na seção intitulada “Preleção aos meus alunos.” Observa-se o enfoque nas prescrições higiênicas para o espaço escolar, em especial para os internatos, em detrimento do aprofundamento das discussões teóricas.

Em face do exposto sobre “Revista de Educação e Ensino” o item a seguir abordará os objetivos, as principais características e a listagem dos artigos selecionados na revista “A Escola.”

3.3.2. A Escola – Revista Oficial de Ensino

A revista “A Escola” de distribuição mensal fundada pelo diretor geral da Instrução Pública, Dr. Virgílio Cardoso de Oliveira, teve como Vice-presidente, o desembargador Augusto Olympio de Araújo e Souza. O periódico de caráter oficial circulou no Pará de 1900 a 1905. Esta revista foi organizada e disponibilizada em volumes contendo em média 300 páginas cada. É possível encontrar publicações de vários meses juntas em um volume.

Os principais redatores foram: João Pereira de Castro Pinto; João Marques de Carvalho; Dr. Geminiano de Lira Castro; Normalistas Arthur Vianna e Francisco Ferreira Vilhena Alves. A revista encontra-se organizada em 5 seções: 1. Doutrinas; 2. Contos e Biografias; 3. Exercícios escolares; 4. Conselho Superior; 5. Administração; 6. Legislação; 7. Noticiários e Correspondências.

A distribuição da revista “A Escola” iniciou em maio de 1900, por meio do Regulamento Geral da Instrução Pública (Decreto nº 625, de 1899) que instituiu a publicação de um periódico pedagógico a fim de auxiliar na promoção do desenvolvimento da instrução pública, bem como divulgar os progressos da política educacional no Pará. Além disso, era obrigatória aos professores do ensino primário a aquisição da revista por meio do Decreto n. 840 de 30 de abril de 1900: “[...] a contribuição da assinatura anual para cada professor será de seis mil reis [...] por meio de desconto nos vencimentos.” (PARÁ, 1901; PARÁ 1900d apud A ESCOLA, 1900).

A vinculação do periódico em questão ao governo é explicitada no artigo do editorial intitulado “A Escola”, escrito pelo redator Castro Pinto³⁹ (1900, p.3): “Este periódico é o órgão da instrução pública no Estado do Pará”. O contexto do surgimento da revista tem relação com um grande desafio colocado pelo regime republicano “[...] fazer o mestre, tendo em vista o discípulo, é, por um lado dos mais sérios problemas, fazer o cidadão”. Construir determinadas representações culturais de professor e de seus respectivos alunos como cidadãos era uma demanda do período republicano, pois, segundo Pinto (1900, p. 3), “a época presente é ainda, [...] a da consolidação da Republica”.

Em seguida anuncia o principal objetivo da revista:

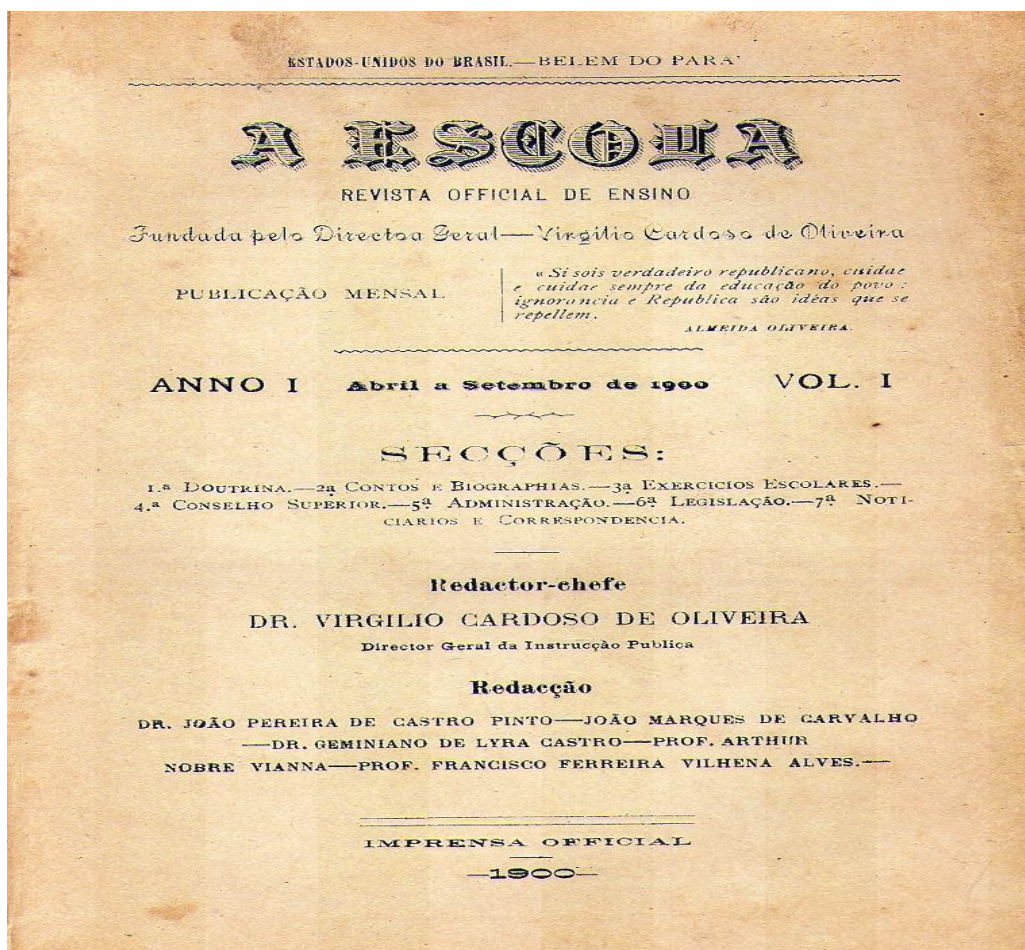
É uma ampliação do meio intelectual que pretendemos criar, como foco de **vulgarização** no professorado paraense, que na leitura de semelhante

³⁹ Redator do jornal “A Província do Pará” que foi fundado por Antônio Lemos, intendente de Belém. Castro Pinto também foi senador da república e governador da Paraíba. (SARGES, 2002b).

dissertação encontrará o melhor dos preparos theoreticos para o seu **patriótico** mister. (PINTO, 1900, p. 6).

A partir do trecho supracitado os docentes do Pará surgem como principal público-alvo do periódico em sua missão de divulgar saberes sobre a educação. Neste sentido, o docente era representado como o executor das reformas educacionais promovidas pelo regime republicano: “[...] Com efeito, devemos prover de bons professores a instrução, se quisermos ver o que instituímos, nas mais belas reformas do século.” Na figura a seguir é possível visualizar uma capa da revista, onde se destaca uma frase muito representativa a respeito dos objetivos da revista: “Si sois verdadeiro republicano, cuidae e cuidae sempre da educação do povo. Ignorancia e Republica são idéas que se repelem.” (OLIVEIRA apud A ESCOLA, 1900, p.1; PINTO, 1900, p. 5).

Figura 4: Capa da Revista A Escola.



Fonte: A Escola (1900).

Tendo como seu principal alvo o docente atuante no Pará, o periódico “A Escola” não poderia deixar de esclarecer a função atribuída a esse profissional que superava o ato de:

[...] prontificar a memória do discípulo com a arte de ler e escrever. Esta última aquisição é apenas um meio, o fim é muito mais nobre e elevado: **cultivar** methodicamente as faculdades intellectuaes do menino, para torná-lo adulto no espirito, quando for adulto no corpo, isto é, torná-lo apto em conhecer por si, autônomo no raciocínio, homem feito no pensar.

É a **ginnastica do espirito**, tao logica efficaz como a dos musculos e articulações. Depois vem o methodo, na coordenação das matérias, não so conforme a teoria geral do ensino, como em face das particularíssimas condições de cada um dos seus discípulos, especialmente no que toca à maior ou menor energia cerebral, á saúde e ás tendências, germen da **vocação**. (PINTO, 1900, p. 4).

Pelo exposto acima, o professor deve cultivar o intelecto do aluno levando em conta, para tal finalidade, as particularidades do mesmo. Entre os elementos que devem ser avaliados pelo mestre estão: a situação de saúde dos educandos; a maior ou menor capacidade intelectual; as tendências de caráter e a vocação profissional. Esse poder de classificar os alunos contribui para construir polaridades que incluirão alguns e excluirão outros: de um lado, os alunos saudáveis, inteligentes, com boa moral e vocacionados para elevados cargos no regime republicano; de outro, os alunos doentes, anormais, que aprendem de forma diferente, que só tem capacidade para trabalhos manuais. Esta hierarquização de alunos atua servindo de base para a manutenção do sistema mundo moderno/colonial, ancorado na divisão social do trabalho e na desumanização de pessoas. (GROSFOGUEL, 2008).

Outra parcela dos leitores da revista é anunciada por Pinto (1900, p. 5) ao abordar a finalidade da seção “Contos e Biografia” que objetivava ensinar lições de moral, de civismo e incentivar a criatividade por meio de poesias, histórias e novelas: “[...] a infância discente fara parte de seus leitores”. Ainda tratando sobre o público-alvo Pinto (1900, p. 5) o amplia consideravelmente:

Fora do circulo propriamente do ensino, nas relações do mestre e do discipulo, esta revista não é uma desnecessidade. Sobre tão importante ramo da administração publica, a respeito de uma tao relevante necessidade de ordem social há muito que aprender e que ensinar, que discutir e **vulgarisar** no Estado do Pará, onde o progresso é n'estes últimos anos mais rápido do que em qualquer outro Estado da União.

O trecho em destaque situa o objetivo do periódico de alcançar outros nichos sociais além do que faz parte do ensino. Esta ampliação do público-alvo faz refletir sobre os outros possíveis motivos pelos quais o periódico esteve em circulação: convencer não somente a elite

intelectual brasileira, mas todas as pessoas que tiverem acesso ao periódico da necessidade e importância do projeto educativo engendrado pelo regime republicano, obtendo assim apoio desses extratos sociais; divulgar o ideário médico-higienista, bem como as ações governamentais realizadas para atender a estas prescrições; construir uma representação civilizada, ordeira e higienizada dos professores e alunos do Pará. Maldonado-Torres (2007) aponta que existem formas sutis de colonizar pessoas, estas estratégias podem envolver materiais pedagógicos trabalhados na escola, a construção de imagens a respeito de si mesmo e a respeito dos outros e os desejos incutidos na mente dos sujeitos. Nesta lógica, o periódico “A Escola” assume um papel relevante como parte do projeto de desenvolvimento republicano para o Brasil e, particularmente, para o Pará.

Ao comentar as seções da revista, Pinto (1900, p. 5) destaca a seção de “Exercícios escolares” que servirá de norteadora para o uso e aplicação nas salas de aula a respeito de determinados temas do currículo escolar: “Cabe ao professor, segundo os modelos, multiplicá-los, adaptando-os às necessidades das classes que ele dirige”. Conferindo uma liberdade vigiada ao professor, a proposta do periódico era controlar os conteúdos ministrados nas escolas paraenses de modo a assegurar a execução da proposta educacional oficial.

Outra seção que o redator comenta é “Noticiários e Correspondências” que serve para noticiar o ensino em outros Estados e países, bem como possibilitar a troca de informações com os leitores da revista.

Em junho de 1903 o editorial informa que o governo incentivava a revista, destacando o apoio dos políticos José Paes de Carvalho e Augusto Montenegro: “[...] O governo concorre com o trabalho de impressão e brochura nas oficinas do Estado”. Além disso, havia assinantes da revista até mesmo em outros Estados do Brasil “[...] em alguns dos quaes a instrucção publica atingiu maior desenvolvimento do que entre nós.” (A ESCOLA, 1903, p. 65).

O balanço positivo da “patriótica tarefa” da revista veio acompanhado de “[...] um pedido ao nosso professorado” a respeito da necessidade de colaboração “[...] que tem sido até hoje diminutíssima, quando, ao contrario, devera ser abundante e continua.” Assim, o editorial aponta que, a despeito da oportunidade dada aos professores leitores da revista “A Escola” para contribuírem com “[...] estudos, valiosos dados, que reunidos a outros do mesmo gênero, constituirão base solida para acertadas resoluções.” isso não vinha ocorrendo como esperado. (A ESCOLA, 1903, p. 65).

É possível refletir sobre o silenciamento desses professores partindo do pressuposto de que esses leitores podem ter se apropriado dos conteúdos desta revista de diferentes maneiras (CHARTIER, 1987; CERTEAU, 1998). As propostas educativas divulgadas pela revista

poderiam não estar sendo compreendidas e/ou aceitas como os autores dos textos almejavam. Além disso, existe a possibilidade de que a representação de educação veiculada nesse periódico tenha tido sua materialização limitada por fatores como a formação docente, a infraestrutura disponível, a participação dos pais dos alunos no processo, etc. As dificuldades na aplicação de tais prescrições supostamente seriam fatores capazes de influenciar a postura considerada “passiva” desses leitores.

Ao problematizarmos esse contexto a luz da Teoria Decolonial é possível que surjam conflitos, resistências e negociações resultantes do choque entre diferentes representações de educação, de professor, de aluno e de higiene escolar dos atores sociais envolvidos na leitura e na escrita do periódico. Estas diferenças existem porque a revista “A Escola” declara ser a divulgadora do projeto educativo do Estado do Pará pensado por homens de ciência envolvidos no aparelho estatal, a começar pelo redator chefe da revista, o Dr. Virgílio de Oliveira. Porém, a mera existência e divulgação de um projeto educativo oficial não anula a existência de outras formas de pensar a educação. (RESTREPO; ROJAS, 2010).

Costa (2011, p. 91) apontou em seu estudo sobre a revista “A Escola” que um dos principais objetivos desse periódico era formar o “mestre-escola” levando em conta o discípulo. Assim, por meio do trato de leis, temas e métodos educativos divulgados na revista os professores eram instrumentalizados para sua nobre missão. Neste sentido, o modelo de formação pensado pelo Estado e propagado nesse periódico propunha a atualização, a homogeneização e a “republinização” do professor considerado como: “um sacerdote esclarecido a favor do Estado republicano laico, na manutenção de uma nação temente a Deus e que almeja a civilização.”

Desta forma, a análise dos artigos selecionados da revista “A Escola” que relacionam a educação e o higienismo poderão indicar a representação cultural construída pelos seus autores, homens de ciência, sobre a relação entre a educação e a higiene escolar.

Quadro 2: Artigos, ano e mês de publicação, número e volume da Revista A Escola.

Ano	Seção e Título	Núm.	Mês	Vol.
1900	Doutrinas/ Da Higiene Escolar	1	Abr.	1
1900	Exercícios Escolares/ Higiene: qual a utilidade dos dentes?	1	Mai.	1
1900	Exercícios Escolares/ Higiene: O que é água?	3	Jun.	1
1900	Exercícios Escolares/ Higiene: O pé.	4	Jul.	1
1900	Exercícios Escolares/ Higiene: Varíola – qual o melhor meio para evitar o contágio.	6	Set.	1
1900	Doutrinas/ Higiene Escolar	6	Set.	1

1900	Doutrinas/A Escola	1	Mai.	1
1901	Doutrinas/ Escola, Família e Pátria	20	Nov.	4
1901	Doutrinas/O hypnotismo em pediatria e pedagogia	21	Dez.	4
1902	Doutrinas/A sugestão heterogenetica em pediatria e pedagogia.	25	Abr.	5
1903	Duas palavras ao professorado (Editorial)	44	Nov.	7

Fonte: Revista A Escola (1900).

O periódico “A Escola” apresenta onze artigos, seis localizados na seção “Doutrinas” e voltados para a reflexão sobre o ambiente escolar e sua relação com os princípios da higiene e quatro que abordam exercícios escolares sobre higiene. Na revista “A Escola” predomina a preocupação com a materialização dos princípios higiênicos no ambiente escolar, orientando os atores sociais da instituição escolar, principalmente os professores, em suas lições sobre higiene e alertando sobre a organização das atividades escolares.

Uma vez tendo sido apresentada a revista “A Escola”, o item a seguir abordará os objetivos, as principais características e a listagem dos artigos selecionados na Revista do Ensino.

3.3.3 Revista do Ensino

O periódico “Revista do Ensino” teve distribuição mensal com a publicação de 2 tomos anuais. Possui uma média de 400 páginas em cada tomo e 70 páginas por número publicado. Foi dirigida pelo Desembargador Augusto Olympio e teve como redator-chefe Flexa Ribeiro. Seus redatores foram Leopoldino Lisboa e Jurema Franco. Os principais colaboradores foram: D. R. Moreira de Souza, Prof. João de Figueiredo, Alves de Souza, Dr. Acilino de Leão Rodrigues, Prof. Eustachio da Costa Rodrigues, Dr. Theodoro Braga, A. Ducke, Alfredo Lamartine, Dr. Virgilio Cardoso, Dr. João Chaves, Dr. Oscar de Carvalho. Como peculiaridades dos redatores o periódico aponta “[...] colaboração dos membros do magistério público e pessoas dedicadas ao estudo das questões do ensino [...]” (RIBEIRO, 1911, n.1, p. 2).

A revista foi organizada nas seguintes Seções: 1. Redação (destinada a apresentar a proposta da revista em cada número publicado); 2. Discussões teóricas (apresenta artigos diversos sobre educação)⁴⁰; 3.História (procura situar o leitor sobre as diferentes fases da história do planeta terra); 4.Questões de Grammatica e filologia (aborda ortografia e

⁴⁰ No sumário só aparece o nome dos artigos e não da seção, para efeito de organização nomeamos esta seção como “Discussões teóricas”. Esta seção vem logo após a “Redação”

gramática da língua portuguesa); 5. Curiosidades Científicas (procura despertar o interesse do leitor para inovações científicas); 6. Ensino Público (apresenta trechos de relatórios do governo paraense do período); 7. Pelo Magistério (contém decretos e portarias relacionadas ao corpo docente do Pará); 8. Notas e Notícias (contextualiza o leitor sobre os avanços na área educacional); 9. Legislação do ensino (prescrições legais voltadas a educação do Pará).

Figura 5: Capa da Revista do Ensino.



Fonte: Revista do Ensino. (1911).

O vínculo entre a revista e o governo paraense pode ser identificado na mensagem do governador do Pará, Dr. João Antônio Luiz Coelho, em setembro de 1912:

Com o intuito de facilitar a cultura do professorado primário, de divulgar conhecimentos pedagógicos e servir de incentivo à classe, determinei a fundação duma publicação mensal de sciencias, letras e especialmente de pedagogia – Revista do Ensino. Esta publicação que, como sabeis, começou a circular no dia de vossa reunião, a 7 de Setembro do anno passado, tem tido excelente acolhida no paiz e no estrangeiro, havendo já completado o seu primeiro anno de publicidade. (COELHO, p. 26, 1912).

O trecho supracitado aponta que a revista circulava por todo o Brasil e até mesmo fora do país, objetivando possivelmente construir entre seus leitores uma representação de educação republicana civilizada presente na proposta do governo paraense. A fim de esclarecer qual era a concepção educativa desse governo nesse período vale ressaltar a mensagem de Coelho (1910 p. 48,49, grifo nosso):

Usando da autorização que me confere a lei n. 10802, de 14 de outubro do ano passado, decretei em 28 de abril do corrente a reorganização do ensino primário. [...] Era uma necessidade inadiável substituir no ensino primário o método mnemônico pelo **intuitivo**. O esforço excessivo da memória prejudica o cérebro; seu exclusivo desenvolvimento enfraquece a inteligência. [...] O ensino primário, o mais valioso fator de evolução social, foi desenvolvido e facilitado sob o pensamento de **aparelhar** a juventude que constitui a geração de amanhã para as grandes conquistas intellectuaes, tornando-a apta para as luctas da vida e preparada para cooperar conscientemente na grande obra do engrandecimento da **pátria**.

João Coelho aborda no trecho acima o nacionalismo, que traz em seu bojo as ideias de progresso e civilização. Esse argumento ocupa o eixo central do projeto de desenvolvimento almejado para o Pará. Desta forma, Coelho (1910) ressalta a educação como parte essencial desse projeto, pois se configura como um recurso indispensável para instrumentalizar os indivíduos a fim de que ocupem o papel social a eles destinado. Para tanto, o método intuitivo foi eleito como o mais adequado.

Coelho e Silva (2010) apontam que o método intuitivo, divulgado na Europa no século XIX, foi adotado no Brasil a partir de 1879 e preconizado no Pará por meio do Decreto 1689 de 1910, tendo influência nas escolas do Estado durante as quatro primeiras décadas do século XX. Esse método pedagógico deslocava a atenção para o aluno ao explorar o potencial existente na educação dos sentidos por meio da experiência. Na representação dos intelectuais paraenses que escreviam nos periódicos *A Escola* (1900-1905) e o *O Ensino* (1911-1912 e 1918-1919) esse método era o que havia de mais avançado na educação europeia daquele período e possibilitou encaminhar “[...] a escola para o ideal de modernidade [...]” almejado para o Brasil. Não apenas a defesa do método intuitivo, mas também iniciativas como a publicação e circulação de periódicos pedagógicos, “[...] corresponderam à afirmação oficial da escola como signo do progresso e da civilização da nova sociedade que surgia com a república.”

Neste contexto de definição de um projeto de desenvolvimento para o Pará a higiene no espaço escolar estava entre as principais preocupações do governo paraense nesse período, conforme observação do Dr. João Coelho (1911, p. 33): “Tenho como evidente que o conforto

e a hygiene são condições que precisam estar plenamente asseguradas em organização escolar que pretende ser tida como perfeita”.

No editorial de janeiro intitulado “A Revista do Ensino” o jornalista e advogado paraense José de Flexa Ribeiro (1911, p. 2, grifo nosso) esclarece a orientação pedagógica da Revista do Ensino:

A **instrução experimental**, de longa data familiar aos **ingleses**, é sem contestação o único meio pedagógico de tornar o alumno desde logo apto ao exercício das disciplinas estudadas, hábil na prática e aplicação dos elementos científicos que lhe deu a escola, sem fazel-o perder as suas qualidades éticas de individuo.

No trecho em destaque Ribeiro (1911) cita que os ingleses já adotavam a instrução experimental, e esse argumento serve para justificar a importância desta concepção pedagógica para a educação paraense demonstrando a *colonialidade do saber* que se estabelece como o eixo dos escritos de intelectuais brasileiros nas revistas pedagógicas analisadas nesse estudo. (CASTRO-GÓMEZ, 2005b). Se por um lado, a educação experimental era defendida, por outro o “systema mnemônico” era duramente criticado e considerado um método:

[...] fora da realidade objectiva, contrariando-lhes [os alunos] o instinto de natural curiosidade, obrigando-os ao tédio torturante de decorar conceitos abstractos, sem lembrar-se de que somente a experiência gera o verdadeiro conhecimento das coisas. (RIBEIRO, 1911, p.2).

Neste sentido, Ribeiro (1911, p. 1, 2) tece sua crítica ao regime político anterior tendo como eixo a educação “mnemônica” por ele proposta, e salienta ao mesmo tempo, a viabilidade da educação experimental defendida pelo regime republicano. Esta educação representava uma “[...] fonte vital de progresso da nacionalidade” capaz de influenciar a formação do “typo social” ideal, tanto quanto os demais elementos que o influenciam: a “hereditariedade, meio e momento.” Desta forma, a expectativa é que por meio da *Revista do Ensino* o professor aumente sua “[...] capacidade psicológica de observar a criança que instrue e educa -,” e desta forma a revista “[...] commeterá acção verdadeiramente patriótica, fecunda em benefícios para o país”.

Os textos sobre educação e higienismo identificados na “Revista do Ensino” estão listados no quadro abaixo.

Quadro 3: Artigos, ano e mês de publicação, número e volume da Revista do Ensino.

Ano	Seção e título	Nº	Mês	Vol
1911	Redação/A Revista do Ensino	1	Jan	1
1911	Discussões teóricas /Hygiene social: seleção natural da humanidade.	1	Set	1
1911	Discussões teóricas /Hygiene Social: seleção natural da humanidade.	2	Out	1
1912	Discussões teóricas/Hygiene escolar: a cultura intellectual e o exercício physico – “summernarge” escolar – O trabalho do cérebro nos exercícios difíceis; o automatismo nos exercícios fáceis.	12	Abr	1
1912	Discussões teóricas/A missão do professor	9	Mai	1
1912	Discussões teóricas/Hygiene escolar	12	Set	1

Fonte: Revista do Ensino. (1911, 1912).

A *Revista do Ensino* aparece com a ocorrência de seis artigos sendo 1 editorial esclarecendo a proposta da revista e 5 artigos tratando sobre a relação entre educação e higiene. A *Revista do Ensino* traz uma proposta que privilegia a discussão das bases teóricas do conhecimento pedagógico com especial enfoque sobre a contribuição da higiene. Neste sentido, procura construir representações de educação, de professor, de aluno e de higiene escolar, muito mais do que trazer prescrições objetivas que norteiem a aplicação das regras higiênicas ao espaço escolar.

A contextualização dos periódicos pedagógicos paraenses supracitados permite identificar o forte vínculo entre a educação e a configuração de uma nação que pretendia assumir o caráter civilizado, ordeiro e higienizado. Neste sentido, a imprensa especializada buscou divulgar os saberes ocidentais considerados válidos para a materialização desse objetivo utilizando para tanto as produções de homens de ciência que narraram uma versão de Brasil que lhes interessava. Esses homens de ciência brasileiros, como será detalhado na próxima seção, desejavam contribuir para a construção da narração do Brasil como sendo um país de povo higienizado, o que nada mais é do que uma representação cultural que, dentre outras, luta por seu lugar, por reconhecimento: “Las naciones, como las narraciones, pierden sus orígenes en los mitos del tiempo y sólo vuelven sus horizontes plenamente reales en el ojo de la mente [mind's eye]” (BHABHA, p.1, 2000).

4. A RELAÇÃO HIGIENISMO E EDUCAÇÃO NOS ESCRITOS DE HOMENS DE CIÊNCIA: UMA ESTRATÉGIA IDEOLÓGICA DO COLONIALISMO EM DIREÇÃO À COLONIALIDADE NA AMÉRICA LATINA?

Esta seção objetiva situar sucintamente a produção científica atual sobre periódicos que tratam da relação entre educação e higienismo no Brasil. Em seguida apresenta a análise realizada sobre os artigos que tratam de educação e higienismo selecionados nas revistas pedagógicas que circularam no Pará entre 1891 e 1912: Revista de Educação e Ensino; A Escola e Revista do Ensino.

Uma análise da relação entre Educação e Higienismo em periódicos

A importância do uso de periódicos em pesquisas históricas começou a ser reconhecida a partir da superação de uma tradição dominante no fim do século XIX e primeiras décadas do século XX que preconizava o uso de fontes cuja marca era a objetividade, a neutralidade e a credibilidade. Desta forma, delimitou-se uma hierarquia entre os documentos que poderiam ser utilizados pelo pesquisador na qual os periódicos eram considerados pouco úteis por supostamente conter representações distorcidas da realidade.

Luca (2006) explicita algumas mudanças no campo de interesses dos historiadores que alteraram esse quadro, dentre as quais se destacam: a diversificação dos objetos de estudo; o surgimento de novos problemas de pesquisa; a interlocução da História com outras ciências humanas como a Antropologia e a Sociologia; o deslocamento do foco da análise macroeconômica para os sistemas culturais; o desejo de contar a história a partir da perspectiva dos vencidos, etc.

Em relação à análise de periódicos em pesquisas de cunho histórico, Luca (2006, p. 132) destaca o papel da materialidade de diferentes períodos, enfatizando elementos como diversidade de formatos, tipos de papel, impressão, cores e imagens: “As diferenças na apresentação física e estruturação do conteúdo não se esgotam em si mesmas, antes apontam para outras, relacionadas aos sentidos assumidos pelos periódicos no momento de sua circulação.” A autora considera que as opções realizadas no que concerne à materialização desses impressos não são neutras, mas indicam as funções sociais que lhes foram atribuídas.

Partindo do pressuposto de que a imprensa periódica opta por narrar de uma determinada forma assuntos considerados válidos para divulgação a certo tipo de grupo, o

pesquisador que trabalha com esses objetos deve atentar a muitas questões. Entre elas Luca (2006, p. 139) ressalta:

O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas [...] que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa.

Deste modo, o pesquisador deve problematizar as motivações que engendraram a divulgação de determinados discursos e/ou acontecimentos, bem como o destaque dado a esses na publicação. Assim, a localização de um artigo dentro de uma seção de maior ou menor destaque fornece pistas sobre a relevância que o tema tratado assume na publicação analisada. Seguindo a mesma lógica, elementos diversos como o uso de ilustrações, cores e linguagens possuem relação com o público-alvo e a mensagem a ser transmitida. Conforme já discutimos, esta concepção também é defendida por Roger Chartier.

Ao relacionarmos a reflexão sobre a pesquisa histórica de periódicos ao contexto da proposta desta tese compreendemos que a análise que melhor se adequa ao objeto de estudo e ao objetivo a ser alcançado concebe os periódicos pedagógicos em questão enquanto produtos de uma determinada sociedade e momento histórico. Desta forma, é necessário considerar a análise da materialidade, do conteúdo, bem como do contexto social e cultural que envolveu a elaboração, a produção e a divulgação das representações oriundas dos intelectuais brasileiros presentes nos periódicos pedagógicos selecionados.

Não são reduzidos os estudos históricos que se pautam em análises de periódicos. No campo da história da educação já há um grupo consolidado de pesquisadores que realizam a análise da história da educação com base em publicações do passado. No caso particular desta tese, cujo tema é educação e higienismo, a experiência de pesquisadores que se valeram desse tipo de fonte nos é especialmente importante já que há inúmeros escritos sobre educação e higienismo produzidos e largamente divulgados no continente latino-americano, particularmente nas cidades que iam se instituindo como capitais dos estados republicanos.

No sentido de ampliar o debate sobre a relação educação e higienismo na América Latina, nesta tese os documentos, *corpus* da pesquisa, analisados sob a regência da História Cultural e da Teoria Decolonial, se limitam aos artigos escritos e publicados por homens de ciência, os intelectuais, em periódicos pedagógicos da Amazônia brasileira, situados no Estado do Pará, cidade de Belém, no período de 1891 a 1912. Este estudo considera que a cidade de Belém se inseriu num contexto vivenciado por muitas outras cidades contituídas

apartir da colonização. Deste modo, abordar a educação sob o enfoque da produção de intelectuais brasileiros em revistas pedagógicas é uma tarefa que possibilita compreender a concepção educativa almejada e divulgada entre os professores e demais atores sociais do ambiente escolar. Esta empreitada pode revelar quais as diretrizes que embasaram a educação num dado lugar e período histórico, além de identificar os exemplos de origem nacional e internacional tomados como ponto de partida e apropriados pelos intelectuais em suas peculiaridades para traçar um projeto de desenvolvimento por meio da educação.

O estudo de periódicos

Em relação aos estudos que elegeram como foco as revistas pedagógicas destaca-se a coletânea de artigos organizada por Catani e Bastos (2002) onde diversos pesquisadores abordaram a questão. Nóvoa (2002) analisou a concepção e a organização de um conjunto de periódicos pedagógicos portugueses (530 títulos) nos séculos XIX e XX. Para tanto, classificou o material em tipologias verificando que predominou na amostra a tipologia “professores”, que se refere ao grupo de periódicos que apresentam as produções dos agentes educativos permitindo a análise da formação da imagem, da função assumida e do poder desta categoria específica de profissional.

Nóvoa (2002) elaborou fichas de análise estabelecendo cabeçalho, objetivo, conteúdo e dados técnicos das revistas. Entre as razões pelas quais o autor aponta a relevância do estudo de periódicos destacamos três pontos: 1. A imprensa oferece oportunidade de apreender a multiplicidade da área educacional abarcando tanto a perspectiva interna do sistema de ensino como externa ao analisar o papel das demais instâncias de socialização da infância; 2. A imprensa permite estabelecer um elo entre as orientações oriundas do Estado e a materialização destas no ambiente escolar; 3. Os periódicos são também um lugar de afirmação de grupos sociais, de suas reivindicações e debates.

Para o pesquisador, os periódicos apresentaram, inicialmente, um caráter mais genérico no trato dos temas educativos ligado aos acontecimentos sociais de interesse, para, posteriormente adquirirem um âmbito especializado caracterizando um período de institucionalização das iniciativas editoriais. Por fim, ele destaca relevância da pesquisa histórica sobre periódicos ao salientar que é possível analisar a emergência de vozes que antes não eram ouvidas em outros meios de comunicação como a dos professores primários, a dos estudantes e a das mulheres engajadas intelectualmente no trato dos temas educacionais.

Caspard (2002), pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisa Pedagógica de Paris, analisou 305 revistas pedagógicas francesas do período de 1815 a 1939. Para o pesquisador esses periódicos assumiram a função de formação contínua dos professores. Ele periodizou a produção desta imprensa pedagógica em 3 fases: 1. *Do início do século XIX até 1850* os periódicos trataram de temas de ordem prática e teórica propagando as concepções de intelectuais de origem universitária e de forte atuação política; 2. Dos anos 1860 a 1909 cerca de 45% dos periódicos destinaram-se a serem guias cotidianos aos professores abarcando conteúdos de ensino, exercícios a serem adotados em sala e relatando exposições dos trabalhos dos alunos; Dos anos 1910 a 1939 a atenção voltou-se para as inovações pedagógicas oriundas do diálogo entre as diferentes ciências e a educação, destacando a psicologia da criança e a sociologia da educação. Esta *imprensa inovadora* abarcou conteúdos que, anteriormente, não tiveram muito destaque nos debates como a higiene, a música e a ginástica.

Em relação aos autores da literatura periódica 83% da produção pertencem ao grupo dos professores primários, 33% aos inspetores escolares, 30% aos docentes de ensino médio; 20% aos professores universitários e 13% a políticos e médicos. Lembrando que, embora Caspard (2002) não tenha explorado esta questão, era comum no período estudado que profissionais liberais em geral atuassem em diversas frentes de trabalho, por exemplo, exercendo simultaneamente os cargos de políticos e de docentes.

Dentre os autores supracitados predominavam artigos de reflexão pedagógica entre os inspetores escolares; artigos de cunho prático sobre inovação curricular ou metodológica entre os docentes primários; artigos de reflexão mais ampla sobre as demandas sociais e a resposta que a educação poderia lhes oferecer a partir da contribuição de diversas ciências, escritos em sua maioria por intelectuais do grupo dos profissionais liberais como médicos, psicólogos, universitários, etc.

Caspard (2002) concluiu que os periódicos se configuram em uma mídia mais interativa que os tratados ou manuais permitindo observar o movimento social existente na escola e na formação docente.

Em seu estado da arte sobre o uso de periódicos como fonte em pesquisas históricas realizadas no Brasil a partir da década de 1970, Luca (2006) indicou a progressiva valorização dos periódicos como objetos de estudo capazes de dar importantes indicativos sobre a vida social do país em determinados períodos históricos. Entre os temas mais abordados estão: o mundo do trabalho, a imprensa, o sanitarismo e a higiene das cidades, questões de gênero, literatura brasileira, infância e política. Também indica que a concentração anterior de

pesquisas que abordavam o período da República Velha deu lugar a pesquisas situadas em períodos mais recentes.

Ramos (2005) realizou um estado da arte sobre o uso das revistas pedagógicas em pesquisas prioritariamente brasileiras identificando que os estudos precursores sobre os periódicos apresentam uma tendência “positivista” de adotar períodos amplos, priorizando a catalogação das revistas, a classificação, a descrição, e o mapeamento de seus temas e editoras. Apesar da relevância que esses estudos iniciais de caráter amplo apresentaram, ela apontou a ocorrência de alguns levantamentos inovadores, como os de Pierre Caspard e António Nóvoa que também se preocuparam em analisar as revistas pedagógicas e não somente em catalogá-las.

No Brasil, de acordo com Ramos (2005), as pesquisas iniciais sobre as revistas periódicas priorizaram períodos mais curtos, e com frequência analisaram uma revista ou um grupo de revistas de curto espaço de tempo ou de determinada localidade.

Com relação ao embasamento teórico-metodológico das pesquisas analisadas Ramos (2005) verificou uma tendência “reprodutivista” oriunda de análises marxistas ainda presente. Porém, novas abordagens teóricas que utilizam as contribuições de pesquisadores como Roger Chartier, Michel de Certeau e Michael Foucault tem sido adotadas para refletir sobre o conteúdo das revistas educacionais. A pesquisadora também verificou que o século XIX não tem sido estudado com frequência com respeito às revistas pedagógicas.

A produção das pesquisas relacionadas às revistas educacionais, para Ramos (2005), está prioritariamente no campo da Educação. Carvalho (2003) considera que isso se deve à crescente consolidação do estatuto de saber historiográfico especializado que as ciências da educação vêm adquirindo atualmente. Por outro lado, o campo da História não tem valorizado a educação e o ensino.

Em relação à história das disciplinas escolares, que vêm crescendo, Ramos (2005) constatou que somente a “Educação Física” tem sido destacada nas revistas educacionais, em detrimento de outras disciplinas. Os estudos sobre periódicos analisados priorizam as revistas educacionais especializadas, cujos docentes e discentes são o público-alvo. A autora sugere que sejam também pesquisados outros tipos de periódicos, considerados como “cultura de massa”.

Catani e Faria Filho (2002) realizaram um estado do conhecimento sobre a produção científica do Grupo de Trabalho História da Educação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd) de 1985 a 2000. Entre as fontes utilizadas nesses estudos as revistas perfazem 15,3% da amostra. A maior parte destas pesquisas restringe-se à

classificação, tiragens, temas mais recorrentes, descrição e ciclos de vida, etc., ou atribuem às revistas educacionais a função de reproduzir o discurso do Estado.

Na 16ª reunião anual da ANPEd, ocorrida em 1993, cujo tema foi *História da Educação* com ênfase nas revistas periódicas de educação apresentou-se de forma mais desenvolvida. No evento, quinze trabalhos sobre revistas foram apresentados até 1997, onde figuraram estudos de revistas oficiais de associações ou órgãos governamentais. Na produção analisada, Catani e Faria Filho (2002) identificaram uma lista de autores mais citados como referência teórica, são eles em ordem decrescente: Bourdieu, Chartier, Foucault, Le Goff, Certeau, Chervel, Marx, Burke, Ariès e Scott.

Rocha (2008) analisou a origem e o desenvolvimento da Educação Física escolar em Fortaleza no período que abrange 1860 e 1930, tendo consultado para tal finalidade os seguintes periódicos: *Revista do Instituto do Ceará*; a *Revista da Academia de Letras*; *Álbum de Fortaleza*; *Ceará Ilustrado*; *O Almanach do Ceará* e o *Ba-ta-clan*; *Terra e Luz*; *Verdes Mares* e a *Revista Escolar do Instituto de Humanidades*.

O pesquisador averiguou que nesses periódicos o ensino de exercícios físicos era defendido e destacado como extremamente relevante nas escolas do Ceará. Além desse tema, outros relacionados à saúde escolar eram discutidos como: a higiene dos escolares e dos prédios, a educação moral, o ensino patriótico, a “gymnastica militar”, a vestimenta adequada para os alunos, exames biométricos, etc. A Educação Física era vista como ferramenta para educar o povo e civilizar a raça. A busca pela modernidade norteou a adoção de concepções que justificassem e configurassem o novo projeto educacional como científico e, portanto, reconhecido. A Educação Física assume, então, a função de mudar o corpo para auxiliar a formação do homem moderno, culto e civilizado. Esta representação frequentemente recorria a exemplos de ações adotadas em países desenvolvidos como a Suécia e as adotava como padrão.

Braga (2009) estudou a arquitetura e o espaço dos grupos escolares de Juiz de Fora descrita em documentos e periódicos do período que vai de 1907 a 1927. Periódicos como “A Revista do Ensino de Minas Gerais” discutiram assuntos como miopia escolar, iluminação das salas de aula, prática de esportes e exames oftalmológicos. Além disso, publicaram os debates do primeiro Congresso de Instrução Primária realizado em MG que tratavam de higiene e educação física, explorando questões como a quantidade de alunos por sala, a arquitetura e o espaço escolar.

Para a pesquisadora as ações empreendidas pelo governo de MG foram uma estratégia embasada na concepção de que a educação era parte de um projeto de modernização da cidade

e de seus cidadãos realizado por autoridades supostamente comprometidas em colocar MG no mesmo patamar de desenvolvimento e de modernidade que possuíam outras regiões desenvolvidas no Brasil e mesmo fora dele. Também era uma tentativa de atender à crescente demanda da população pela oferta educacional e de, ao mesmo tempo, buscar através da implantação dos grupos escolares uma alternativa mais econômica para os cofres públicos.

Souza (2001) investigou a *Revista do Ensino* no período de 1925 a 1930, por ser esse um canal de comunicação entre o governo e os professores divulgando os encaminhamentos a serem adotados a partir de reformas educacionais implantadas no período. Os artigos analisados da revista apontavam a estreita interdependência entre a moral e a higiene, bem como a relevância da participação da família a fim de assegurar uma formação de qualidade para os estudantes. A ligação entre a constituição física do sujeito e sua moralidade destacava o papel da Educação Física como estratégia primordial para alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo, nos aspectos físico e espiritual. (SOUZA, 2001).

Por fim, na referida revista os estudantes eram considerados agentes eficazes para a reeducação de suas respectivas famílias fazendo com que as concepções de moral, de civismo e de higiene fossem adotadas pelas mesmas. (SOUZA, 2001).

Coelho (2008) analisou a *Revista Escola – Revista do professorado do Pará*, publicada pela diretoria Geral de Educação e Ensino Público do Pará entre 1934 e 1936. A autora diferenciou a autoria dos conteúdos publicados nesta revista em relação às publicadas anteriormente no Estado, pois esta era a única até então que contava com artigos escritos, em sua maioria, por professores primários que atuavam nas escolas do Estado do Pará. Entre os temas abordados destaca-se: educação física infantil; descrição dos serviços de inspetoria de higiene do Estado; educação sanitária escolar; disciplina, etc.

A pesquisadora concluiu em sua análise que a escola primária no Pará caracterizou-se por possuir uma cultura escolar que visava formar um cidadão e uma sociedade ideais numa articulação entre a apropriação de valores morais, cívicos e ações de higienização da sociedade. (COELHO, 2008).

O estudo de Andrade (2006), por sua vez, objetivou investigar os conteúdos propagados pela “*Revista do Ensino*”, periódico que circulou em Minas Gerais no fim do império, 1886-1889. Entre os temas abordados pela revista, destacaram-se: questões de caráter estruturais da escola como o uso de determinados tipos de mobília e construção de prédios adequados; Ensino de coisas, Exercícios físicos, etc.

Andrade (2006) concluiu que a *Revista do Ensino*, ao eleger um público leitor, exerceu a função de divulgação do caráter científico da educação e procurou simultaneamente

centralizar as notícias oficiais inerentes às iniciativas oficiais de difusão de educação escolar, configurando-se também como um espaço de questionamentos a esta mesma educação escolar.

Coelho e Silva (2010) realizaram a análise das revistas *A Escola (1900-1905)*, *O Ensino (1911-1912)* e *O Ensino 2ª fase (1918-1919)*. As revistas apresentaram artigos sobre higiene escolar e civilidade com o objetivo de aperfeiçoar os docentes do Pará. A pesquisa concluiu que a ação de divulgação de conhecimentos sobre educação através desses periódicos atuou como promotora do progresso e da civilização da nova sociedade que surgia com a república.

Assunção (2004) analisou a *Revista do Ensino de Minas Gerais*, periódico publicado pelo Governo do Estado de Minas Gerais desde março de 1925 a março de 1970. O pesquisador verificou a presença de temas como a organização de clubes de saúde, a divulgação dos preceitos básicos de Puericultura, a Higiene e a Educação Sanitária.

Oliveira e Pykosz (2009) analisaram os seguintes periódicos paranaenses: *A Escola (1907)*; *A Sulina (1919)*; *O Ensino (1923)*. Nas revistas *A Sulina* e *A Escola*, os artigos tratavam de temas como a Educação Física defendendo sua adoção como forma de emancipar o homem. Eles concluíram que a fim de atingir a "modernidade" os brasileiros deviam ser formados para ter força e virilidade, por meio de disciplinas como a Educação Física, o Canto, as Prendas Domésticas, os Exercícios Militares, etc. Neste contexto, a instituição escolar exercia um papel central na afirmação de uma modernidade pela força, buscando a cultura *physica, intellectual* e moral. Assim, determinados temas eram recorrentes como o papel do médico escolar no acompanhamento do grupo; a classificação dos estudantes em grupos homogêneos a partir de critérios biológicos.

Ozelin (2010) investigou os periódicos educacionais da Escola Normal de São Carlos entre 1911 e 1923. Os periódicos pesquisados foram: *Excelsior!* (1911-1916), a *Revista da Escola Normal de São Carlos (1916-1923)* e o jornal *O Raio Verde (1917-1918)*. Os temas privilegiados nos artigos sobre higiene coletados foram: a problemática dos vícios e como evitá-los através da educação; o edifício escolar; iluminação da escola; mobiliário escolar, etc. No contexto da república os problemas sociais do país eram atribuídos principalmente à ignorância do povo brasileiro, assim, a educação passou a ser considerada a solução para tais obstáculos. A pesquisa indicou que os professores e os alunos desta instituição também compreendiam a educação como recurso essencial para alcançar o progresso do Brasil. Neste contexto, o papel do professor era fundamental para ensinar e propagar os preceitos higiênicos considerados indispensáveis para desenvolver a unidade nacional. O aluno, por sua vez, era

tido como o elo entre a escola e a família, reproduzindo em seu ambiente familiar as práticas higiênicas vivenciadas na escola.

Esse item destinou-se a situar a atual produção acadêmica, principalmente a brasileira, a respeito do uso de periódicos pedagógicos em pesquisas de cunho histórico. Como foi exposto, esses estudos tem aumentado e ressaltado a relação entre a educação e o higienismo nas reflexões presentes nas produções de intelectuais brasileiros. O item a seguir abordará a análise dos artigos que discutem a relação entre educação e higienismo nas revistas pedagógicas do Pará selecionadas neste estudo.

Educação e Higienismo em periódicos pedagógicos do Pará, Brasil: representações que permeiam as redes e os nós da colonialidade

O advento da República no Brasil foi parte importante do processo durante o qual o país foi se constituindo enquanto nação. Para tanto, neste contexto surgiu a necessidade de adequar a legislação, a organização administrativa, e criar e/ou modificar as instituições públicas para atender aos objetivos colocados pelo novo regime. Para a realização de tal empreitada entraram em ação os intelectuais oriundos de uma elite que teve a oportunidade de aprender sobre os ideais liberais e positivistas, provenientes da Europa e USA que defendiam ser a educação parte essencial de um projeto nacional de configuração de um país civilizado e ordeiro.

A educação preconizada pelo ideário republicano apresentou um caráter público, gratuito, universal, obrigatório e laico. Apesar do papel central conferido à ideia de educação para o exercício da cidadania, o que se verificou na realidade, foi uma revolução de caráter conservador que, na prática, não incluía de forma satisfatória as classes sociais historicamente excluídas como a população negra, os índios, as mulheres e os mestiços em geral. Para Quijano (2003) esse processo conduziu à naturalização de uma visão destas populações como sendo de caráter exterior à modernidade (não modernas) e compreendidas na lógica da negatividade (ou da inferiorização). (ARAÚJO, 2010; FRANÇA, 1997; SABINO, 2012; STRECK, 2010).

Para a formação da identidade nacional a educação foi utilizada como meio de fomentar o patriotismo, o civismo e a homogeneização sociocultural contribuindo desta forma, para integrar às regiões centrais, onde se concentravam as lideranças, às regiões periféricas, evitando conflitos e produzindo uma consciência comum. Mignolo (2008) aponta que a concepção de nacionalismo, dentro do molde de Estado burguês, almejava convencer as

pessoas de que o poder do povo supostamente se igualava ao poder do Estado, que seria nesta visão o legítimo representante da luta pelos ideais da nação, tidos como homogêneos. No entanto, ele apontou a existência de *fraturas epistêmicas* engendradas por povos cuja visão não cabia dentro dos limites da cosmologia ocidental. As possibilidades geradas pela *desobediência epistêmica*, oriunda das populações indígenas e afro-descentes, promoveram o temor entre a elite dominante que, por sua vez, elaborou concepções educativas modeladoras e higienizadoras como recurso primordial capaz de assegurar seu intento de dominação.

A relação entre educação escolar e o higienismo se estabeleceu com o objetivo de formar indivíduos num perfil elaborado e almejado pelos estados liberais. Para atingir esta finalidade a Higiene configurou-se como fundadora de um modelo organizativo para a educação que passou a disputar a responsabilidade pela formação das crianças com a família e a religião.

A racionalidade médico-higiênica se apresentou como possuindo muitas vantagens para o povo brasileiro: evitar doenças que poderiam ser produzidas ou agravadas na escola como desvios posturais e problemas de visão; internalizar hábitos saudáveis num período no qual é possível moldar a mente e os comportamentos (infância); promover a formação de multiplicadores desse ideário que divulgariam e reproduziriam os ensinamentos higiênicos nos demais espaços sociais no quais atuariam; assegurar a formação de indivíduos saudáveis e produtivos para atender às necessidades do mercado de trabalho; evitar que o ciclo de *crise moral*⁴¹ que comprometia o desenvolvimento da nação perdurasse, por meio do combate aos vícios, à ociosidade, à prostituição, entre outros problemas sociais existentes naquele período; aliviar os gastos públicos com a saúde e com as instituições prisionais, etc.

A Higiene direcionada ao problema educacional abarcou diversas questões desse cenário que se referem aos pilares do modelo higienista, a saber: a localização dos prédios escolares; a demanda por edificações especificamente construídas para fins educacionais; as condições para a matrícula escolar; a organização do tempo e do currículo escolar; a

⁴¹ Esta *crise moral* é compreendida nesse estudo como um processo no qual a maior parte da população, especialmente os menos favorecidos economicamente, recorria a formas alternativas de assegurar sua subsistência e enfrentar as dificuldades: o ganho de renda por meios escusos; a adesão a estilos de vida considerados inadequados pela elite dominante como a prostituição, a libertinagem, a prática de vícios (bebidas alcoólicas, onanismo, etc.), a crença em práticas de religiões de origem africana e indígena; entre outros. É importante ressaltar que esta concepção da elite intelectual brasileira era preconceituosa e não considerava, em sua maior parte, a existência de problemas de ordem econômica, social e cultural que influenciavam esta *crise*. Nesta concepção, não é possível culpar ou estigmatizar uma determinada classe social pela ocorrência desses problemas. Porém, partindo desta crença foi que muitas intervenções higienistas se justificaram como a alteração da organização do espaço urbano e de instituições como as escolas, os asilos e os hospitais. (GONDRA, 2004; SARGES, 2002a).

alimentação; a vestimenta adequada; a regularidade e a forma correta de realização de atividades como o banho o desenvolvimento da moral e da inteligência, entre outros. Desta forma, os eixos a seguir reúnem a análise realizada a respeito desses temas tendo como base as publicações de homens de ciência nos periódicos pedagógicos paraenses.

4.1 Higiene e educação numa perspectiva do Sistema Mundo Colonial

Este item desatina-se a situar a forma como a higiene e a educação foram discutidas nas produções de homens de ciência divulgadas nos periódicos pedagógicos do Pará selecionados para este estudo. Deste modo, a análise procura identificar representações culturais a respeito da higiene e da educação, bem como o papel exercido pelos professores e alunos neste contexto. Para tanto, as reflexões realizadas sobre esses materiais partem de uma compreensão decolonial dessa realidade considerando o Sistema Mundo Colonial. Neste sentido, o pensamento decolonial se propõe a compreender a relação entre a educação e a higiene numa perspectiva geopolítica de escala global que analisa as experiências ocorridas no Pará sem perder de vista a influência do Sistema Mundo Colonial.

Castro-Gómez e Grosfoguel (2007, p. 17) procuram explicar o Sistema Mundo Colonial como sendo caracterizado pelo capitalismo numa perspectiva que supera a ideia de economia-mundo:

Debemos entender que el capitalismo no es sólo un sistema económico [...] y tampoco es sólo un sistema cultural [...], sino que es una red global de poder, integrada por procesos económicos, políticos y culturales, cuya suma mantiene todo el sistema.

Desta forma, o Sistema Mundo Colonial possui “[...] múltiplos dispositivos de poder [...] considerados como sistemas complejos vinculados en red”. Isso quer dizer que esse sistema influencia diversos âmbitos sociais como a cultura, a política, a economia e a divisão étnica/racial, com a finalidade de promover a exploração, a dominação e a acumulação capitalista. (CASTRO-GÓMEZ E GROSGOQUEL, 2007, p. 18).

Deste modo, os oito artigos analisados a seguir enfocam princípios gerais da higiene escolar que regem a matrícula e a delimitação da faixa etária dos alunos, a organização do tempo escolar, as medidas preventivas de saúde e a atuação do médico escolar levando em conta o contexto no qual estes encaminhamentos foram configurados: o Sistema Mundo Colonial.

Na “Revista de Educação e Ensino” publicada em fevereiro de 1892, figura um artigo intitulado “Hygiene dos internatos (aos directores de collegios): Da localização” (PIRES, 1982b, p.17). Como coluna destinada às reflexões sobre a educação e, portanto de grande destaque, a seção Pedagogia, traz a proposta de apresentar uma série de artigos a serem publicados ao longo das edições desse periódico naquele ano sobre o mesmo tema, mas frisando em cada edição um tópico diferente. Desta forma, Octavio Pires (o diretor da revista) assumiu essa tarefa importante. Por ser esse o primeiro artigo da série e, portanto, ter um caráter introdutório, iniciaremos analisando nesse item parte do artigo supracitado para identificar as representações de educação, de higiene, de professor e de aluno nele veiculadas, deixando para o item “A arquitetura escolar e a Colonialidade do Poder” a discussão sobre a localização dos prédios escolares realizada pelo autor.

A educação é compreendida como missão nobre, estratégia de colonizar mentes, corpos e almas a fim de “[...] crear, para a pátria, cidadãos ao mesmo tempo robustos e sadios.” (PIRES, 1892b, p. 17). Como exposto, a retórica nacionalista impera na definição da missão redentora da educação que deveria abarcar os aspectos mental, físico e espiritual dos indivíduos. Embora a educação da inteligência e do físico tenha recebido maior destaque nas discussões de Pires, a educação moral aparece de forma sutil e interligada quando o professor fala da organização do espaço e do tempo escolar de modo a permitir a constante vigilância sobre os alunos, evitando assim problemas como a masturbação e a desordem.

A higiene escolar, por sua vez, é representada como uma ciência na qual:

[...] se procura estabelecer **princípios** geraes e **regras** invariaveis que harmonizem o desenvolvimento da intelligência com o crescimento do corpo, e a formação do caracter com a constituição physica do individuo. (PIRES, 1892b, p. 17).

O trecho acima ilustra que a higiene no espaço escolar acompanha a mesma lógica da educação integral, ou seja, abarca o desenvolvimento do corpo, da mente e da alma. Como ciência cuja origem remonta às nações consideradas mais civilizadas, dialoga com outras ciências, entre as quais a fisiologia e a neurologia, para assegurar a prevenção de doenças, o seu tratamento, bem como a conservação da saúde dos alunos. Gondra (2003a) identificou no Tratado de Higiene publicado em 1864, pelo médico francês Alfred Becquerel, a representação da higiene como “ciência compósita⁴²” que visa conservar e aperfeiçoar a saúde. Sendo assim, a atenção voltada a crianças e adolescentes em idade escolar se justifica por ser esse um período de formação e amadurecimento.

⁴² Que resulta da aplicação de diversas ciências.

Constituída como *colonialidade do saber*, a higiene se impõe aos conhecimentos escolares pré-existentes e se apropria deles para manifestar-se tanto no currículo oculto como no oficial da escola. Enquanto *colonialidade do ser*, a higiene modela corpos e comportamentos compatíveis com uma referência de homem/mulher higiênicos. Assim, a higiene engloba várias temporalidades simultaneamente ao propor formar alunos multiplicadores de seu ideário, busca atingir as famílias dos alunos no presente e no futuro. (CASTRO-GÓMEZ, 2005b; MIGNOLO, 2005).

O papel dos professores, neste contexto, é o de formar cidadãos saudáveis, “[...] instruídos e moralizados.” Uma vez que o desenvolvimento da criança e do adolescente pode ser alterado pela intervenção de terceiros, o professor assume a tarefa de auxiliar e regularizar esse desenvolvimento. O professor é reconhecido, na representação de Octavio Pires, como detentor de um saber necessário ao processo educativo, no entanto, o sucesso desta empreitada depende da cooperação do médico e da colaboração dos saberes que ele traz consigo. Se por um lado, a formação da criança em idade escolar passa a ser responsabilidade do educador, em detrimento da família e da igreja, colocando seu saber em posição privilegiada, por outro se faz necessária a orientação de intelectuais diversos, entre os quais os médicos, e conseqüentemente, de múltiplas ciências para assegurar a formação do homem e da mulher higiênicos. Esse princípio se materializa quando verificamos a presença de médicos entre os redatores da REE como o Dr. Alexandre Vaz Tavares.⁴³ (PIRES, 1892b, p. 17).

O aluno é representado por Pires (1892b, p. 17) como sendo moldável em seus diferentes aspectos (intelectual, físico e moral), portanto sujeito a influências externas: “[...] o movel do educador não se restringe unicamente á índole e ao intellecto do infante ou adolescente; estende-se também á parte physica ou corporal dessas entidades.” Neste sentido, as prescrições higiênicas são anunciadas como sendo capazes de evitar a ocorrência de patologias e outros danos nos alunos. Esse enfoque aponta para uma perspectiva preventiva que procura justificar a constante proteção e vigilância sobre os discentes. França (2014) aponta que no Regulamento da instrução pública do Estado do Pará de 1890 é recorrente a ênfase nos deveres do professor de manter a ordem e a disciplina por meio de uma ação educativa que preparasse para a vida, tendo a higiene grande destaque nesse processo. Neste sentido, a higiene ditava regras que definiam desde os critérios para a matrícula escolar,

⁴³ Macapaense nascido em 1858, o Dr. Alexandre Tavares se formou em medicina, atuando no Pará como Diretor da Instrução Pública em 1895 e Diretor da Secretaria de Saúde Pública do Pará em 1916. Ministrou a disciplinas de Física e Química na Escola Normal de Belém onde também foi diretor. Atuou também como deputado Estadual (1891) e prefeito de Macapá em 1920. (BARBOSA, 1998).

passando pela organização e asseio do ambiente, pela inspeção diária da aparência das crianças, bem como pelo currículo adotado.

Na mesma série de artigos de 1892, Octavio Pires (1892L, p. 163) aborda a “Higiene dos internatos - das precauções a tomar sobre a saúde de cada educando”. O professor inicia sua discussão diferenciando os diretores que objetivam tão somente formar “[...] alunos bem preparados e o maior numero d’elles possível nos exames do fim de cada ano letivo.” e aqueles que se preocupam também com “[...] a conservação da saúde do educando no presente e na garantia do futuro”. Assim, aos diretores caberia muito mais que formar exclusivamente o intelecto do alunado, mas dedicar-se igualmente ao seu “[...] estado de saúde”.

Em relação à matrícula na maioria dos colégios de Belém, Pires (1892L, p. 163) questiona que o critério seja apenas a apresentação de um atestado médico que muitas vezes não retrata a realidade do aluno: “[...] a única exigência de um atestado médico que é cedido, com raríssimas exceções, graciosamente no qual muita vez falsamente se jura a bondade de vacinas que não se viu e a melhor saúde que não se verificou”. Desta forma, Pires (1892L, p. 163) questiona: “[...] quantas moléstias não seriam prevenidas no futuro [...] se ao entrarem crianças para um internato fossem [...] inspecionados não só quanto á sua constituição, mas ainda quanto aos antecedentes dos seus progenitores?”.

O questionamento de Pires (1892L) se refere ao artigo 192 do *Regulamento da Instrução do Pará* (1890b) que afirma: “A creança que pretende matricular-se numa eschola deve apresentar [...] certificado medico atestando que não sofre de doenças que possam prejudicar a saúde dos outros alunos, e que é vacinado”. Esta exigência de vacinação foi estendida a todos os cidadãos do Pará no Código de Posturas aprovado 6 meses depois da aprovação do supracitado regulamento (PARÁ, 1890a).

Objetivando defender a avaliação da constituição do aluno no exame admissional, Pires (1892L, p. 163, grifo nosso) ressalta a especificidade com relação à “[...] distinção de idade, temperamento e desenvolvimento” que determinarão o regime disciplinar a ser aplicado a fim de “[...] **igualar** as forças de todos [...] como se as organizações constitucionais fossem as mesmas em todos os indivíduos.” Para aferir esta constituição é necessário ter “[...] o conhecimento preciso do gráo de robustez orgânica de cada educando”, o que viabilizaria definir a quantidade de trabalho a ser empreendida pelo aluno, as horas de descanso, os exercícios corporais indicados e a dieta alimentar necessária. O paradoxo existente na exposição do professor Pires é que, a despeito de haver a preocupação com as particularidades de cada aluno, esta representação da *constituição enquanto diferença* culmina num objetivo

homogeneizante: igualar a força física dos alunos. Nesta lógica, o professor deve eleger as estratégias certas que, possivelmente, garantirão esse objetivo.

Entre as consequências da adoção de um regime disciplinar igual para “[...] educandos de um physico débil e temperamento lymphatico” e para o grupo de alunos “robustos e sanguíneos” Pires (1892L, p. 163) destaca que a “[...] predisposição nervosa” dos sanguíneos “[...] aumenta progressivamente, ao lado de qualquer molestia chronica de fundo discrasico” caso as estratégias de intervenção higiênica não sejam as mais indicadas. Os argumentos do professor recorrem a elementos de cunho fisiológico que envolve tanto a higiene física como a higiene mental dos indivíduos, mostrando a íntima relação entre eles no plano formativo engendrado pela racionalidade médica. Porém, isso nos leva a pensar em outros motivos de ordem social que poderiam explicar esta relação. Não seria interessante formar um cidadão robusto e forte se ele não pudesse controlar suas paixões.

O controle das emoções do indivíduo foi uma necessidade que surgiu aliada ao desenvolvimento das classes burguesas. Assim, a representação de civilidade passou a designar um “[...] comportamento social aceitável – civilidade entendida como controle de emoções e formação disciplinada como um todo”. (VEIGA, 2002, p. 95). Desta forma, a disciplina almejada se tornava ampla incluindo o controle do corpo e da mente. Um corpo saudável produziria muito mais dentro do sistema moderno colonial, porém, era necessário tentar adestrar também as emoções para obter a formação de indivíduos completamente sãos e obedientes.

Para Elias (1994, p. 145) o autocontrole é “[...] a capacidade do indivíduo de restringir suas necessidades e comportamento de acordo com o os sentimentos mais atuais sobre o que é desgostoso”. Ao tratar de como esse processo é desenvolvido nas crianças Norbert Elias afirma: “[...] a vida instintiva delas tem que ser rapidamente submetida ao controle rigoroso e modelagem específica que dão à nossa sociedade o seu caráter e que se formou na lentidão dos séculos”.

A representação construída por Octavio Pires a respeito da saúde dos alunos foi anunciada na epígrafe do artigo, “Mens sana in corpore sano”, oriunda da concepção greco-romana. Esta apropriação de Pires (1892L) foi enriquecida pelos novos conhecimentos da fisiologia, da biologia e da higiene para a construção de uma determinada representação do que é ser saudável no ambiente escolar.

Os antecedentes familiares, na representação de Pires (1892L, p. 163), também auxiliam na verificação das necessidades orgânicas dos indivíduos:

[...] a sciencia destes pormenores todos facilitaria muitíssimo o diagnostico, aos primeiros symptomas, de qualquer enfermidade, prevenindo a sua explosão, quando contagiosa [...] ou colocando o alumno ao abrigo da sua manifestação intensiva.

O trecho destacado traz a representação da saúde como sendo fruto de cuidados preventivos e no centro desta organização está a figura do médico e de seu saber: a higiene. O perigo de contágio é apontado como o principal risco da ausência de cuidados de saúde no ambiente escolar, pois o mesmo poderia tornar a escola um foco de contaminação e configurar um ambiente propício para eventuais epidemias. De todos os prejuízos que uma epidemia poderia trazer o que mais os higienistas temiam era que a divulgação de tais notícias reforçasse a representação do Pará como local insalubre e do Brasil como país doente. Pires (1892L, p. 164) se pronuncia a esse respeito: “[...] graças á bondade dos bons ares que possuimos, não temos felizmente a lamentar estas frequentes e variadas epidemias”.

O Álbum do Pará de 1908, enquanto publicação que objetivava construir uma representação de Estado civilizado para pessoas de outros lugares do país e, até mesmo, do planeta, destaca a concepção do Dr. João Severiano da Fonseca sobre esta questão “[...] o Pará apesar de situado debaixo do Equador, é muito menos cálido, como é muito mais salubre do que geralmente pensam os que não o conhecem ou apenas tem-no visto de passagem”. A suposição de que muitos pensam ser o Pará um local muito quente e conseqüentemente insalubre levou o médico a defender a posição contrária, bem como o fez Octavio Pires. (ÁLBUM DO PARÁ, 1908, p. 16).

Na sequência, o médico aparece como personagem relevante do processo educativo nos internatos paraenses:

Forçoso se torna que todo o internato tenha o seu Facultativo de confiança, e que este o visite pelo menos uma vez por dia, demorando-se o maior praso possível, e cedendo uma parte d’este tempo ás prescripções aos acamados e outra ás consultas aos que sentirem a menor alteração no seu estado normal. (PIRES, 1892L, p. 163,164).

Machado et al (1978, p. 298) tecem considerações importantes ao tratarem da origem da medicina social brasileira no tópico referente à escola:

[...] não aplicar o saber medico no estabelecimento de ensino significa comprometer o futuro da sociedade e, mais imediatamente, tornar o colégio, de centro de formação de cidadãos sadios e úteis que deve ser em uma ameaça a internos.

Pires (1892L, p. 164) indicou que a presença diária do médico no espaço escolar favoreceria tanto ações preventivas como curativas, além de permitir a realização de anotações “[...] em um livro apropriado” a fim de fornecer dados que facilitem o diagnóstico de enfermidades e o seu controle. Sobre a provável dificuldade em colher o histórico familiar Pires (1892L, p. 164) sugere uma solução que é solicitar a presença dos pais dos alunos no exame admissional ou enviar um “[...] boletim minucioso, para ser cheio por eles ou por pessoa de sua confiança”. A preocupação com o registro na rotina escolar pode ser influência da postura cientificista que influenciou os intelectuais brasileiros nesse período. José Veríssimo, em seu relatório intitulado “A instrução pública no Estado do Pará em 1890” indicou que no Estado não se investia em produzir estatísticas sobre a educação e que esse registro era de suma importância para compreender a realidade educacional. (PARÁ, 1891).

Por fim, Pires (1892L, p. 164) indica os motivos pelos quais “[...] as moléstias chronicas abundam” nos colégios do Pará: a) “[...] a predisposição herdada, não sendo combatida no organismo infantil, desenvolve-se na mocidade” de forma a oportunizar o desenvolvimento de doenças; b) o descaso e a negligencia, ou seja, “[...] o nenhum caso que se liga á saúde e á hygiene da mocidade estudiosa nos nossos internatos”. c) durante a ocorrência de enfermidades agudas o aluno retorna ás aulas antes que “[...] sua convalescença se complete” de maneira que contamina os demais alunos; d) entre as recorrentes doenças que afetam a pele como “[...] a empigem, os dertos, as sarnas [...]” o correto seria isolar o aluno enquanto ele se trata com medicação, mas isso não ocorre, permitindo a contaminação de outros educandos.

Para finalizar o artigo Pires (1892L, p. 164) deseja: “Oxalá podessem estes nossos reparos achar ecco em cada um dos nossos diretores de collegios”. Na sequência o exame de admissão escolar continua sendo discutido, desta vez em outro periódico, pelo médico Lira Castro que também abordará a organização do tempo escolar.

O Dr. Castro (1900a, p. 34, grifo nosso) aborda o tema “Da Hygiene escolar” na edição do mês de abril da revista “A Escola” indicando inicialmente um dos principais motivos pelos quais se deve discutir esse assunto: “É uma questão de **actualidade** o estudo da Hygiene aplicada ao ensino escolar. Nos paizes **mais cultos** da velha Europa [...] somente nestes últimos vinte anos se tem tratado seriamente deste assumpto”. O termo *atualidade* e a referência a países europeus aponta a higiene escolar como sendo representada pelo que há de mais avançado, moderno e civilizado. Neste sentido, esta referência europeia deve ser imitada indicando a *colonialidade do saber* presente no escrito do Dr. Castro. (MIGNOLO, 2005).

Apesar da importância da higiene, Castro (1900a, p. 35) lamentou: “Os nossos collegiaes são, não raras vezes, anêmicos, pouco desenvolvidos e muitas vezes adquirem moléstias oriundas da falta de hygiene escolar.” Na sequência, Castro (1900, p. 35) explica os motivos: a) a inserção precoce das crianças na vida escolar “[...] desde os cinco anos de idade”; b) o posicionamento corporal que deve ser mantido por “[...] longas horas em repouso e de livro na mão”; c) Os edifícios escolares que “[...] não obedecem aos preceitos elementares aconselhados pela hygiene”; a ausência de “[...] um exame medico rigoroso” e de “[...] facultativos responsáveis por este exame de admissão”. Entre os problemas indicados pelo Dr. Castro encontram-se diversos elementos que são alvos de intervenção da racionalidade médico-higienista como a faixa etária, a postura corporal, a infraestrutura escolar, critérios para matrícula e atuação médica. Como vimos na discussão realizada na REE, esses eixos nortearam os escritos sobre higiene escolar que circularam na Amazônia paraense desde 1897 e continuam presentes no início do século XX.

Zucoloto (2007) apontou em sua pesquisa sobre teses médicas da Bahia do fim do século XIX que os higienistas baianos também indicaram existir uma inadequação das escolas da Bahia e de seu respectivo funcionamento em relação às prescrições higiênicas, mostrando que havia um consenso sobre a necessidade de intervenção higienista no ambiente escolar entre os intelectuais de diversas regiões do país.

Neste contexto, o equilíbrio do funcionamento corporal, objetivo caro à racionalidade médico higiênica, deveria ser promovido por meio da aplicação dos preceitos higiênicos a fim de que “[...] os gastos orgânicos sejam compensados [...] estimulando as forças phisicas do organismo e com ella as funções orgânicas em geral”. Assim, a “[...] educação pedagógica e hygienica” tornarão possível formar “[...] um individuo são e robusto, capaz de abraçar qualquer carreira, um medico, um advogado, um engenheiro, um militar, etc”. Observa-se nesse trecho a rede de significados estabelecida entre a pedagogia e a higiene que deviam convergir em suas ações para formar cidadãos qualificados para a nação. As profissões postas em destaque eram de trabalho predominantemente intelectual, gozavam de respeito e permitiam aos que as detinham ocupar os cargos de maior prestígio social e poder naquele período. É possível inferir que dada à hierarquia estabelecida naquele sistema mundo moderno colonial, em relação aos postos de trabalho, o ensino proposto pela educação higiênica era elitista (CASTRO, 1900a, p. 34; SÁ, 2006).

Depois de um breve diagnóstico da educação no Brasil, o Dr. Castro (1900a, p. 35, grifo nosso) explana sobre as possíveis soluções. Um dos primeiros pontos é a admissão dos alunos na escola, pois “[...] Não basta um atestado e este é geralmente um documento

gracioso; é necessário que haja facultativos responsáveis por este exame de admissão”. O trecho supracitado coloca em suspenso a validade de um atestado produzido fora do contexto escolar, pois era necessário que o médico estivesse presente nesse espaço. É possível supor que o reconhecimento do papel do médico escolar visasse construir uma hierarquia, visto que o processo de inserção desse profissional na escola deve ter envolvido diversos interesses políticos e critérios específicos. Para Zucoloto (2007) o médico escolar era representado nas teses médicas da Bahia como um profissional que devia estudar diversos saberes, além de conhecer a organização do trabalho pedagógico. Assim, verifica-se que um dos critérios é o acesso a determinados conhecimentos.

Sobre a questão política vale citar os elogios do Dr. Castro (1900a, p. 36) ao Dr. José Paes de Carvalho, governador do Pará naquele período: “[...] Na capital, S. Exc. resolveu, em boa hora, reunir as escolas publicas em prédios apropriados [...] este é um passo avantajado na organização do ensino, visando a hygiene escolar, o qual devemos agradecer ao iniciador da reforma”. Neste sentido, vale citar a inserção do paraense Geminiano de Lira Castro na vida política e em cargos públicos, pois atuou como Diretor do Serviço de Higiene Pública do Pará e do Serviço Sanitário Estadual do Pará, foi deputado líder da bancada paraense na Câmara Federal e ministro da Agricultura no governo de Washington Luís (1926-1930). Apesar das inúmeras vantagens da adoção de prédios escolares apropriados, já referidas nos artigos da REE analisados, é importante analisar se a carreira profissional do referido médico influenciou seus escritos claramente tendenciosos a favor do governo do Pará. Como formador de opiniões entre os intelectuais atuantes no Pará suas colocações certamente influenciaram as representações que circularam sobre o governo em 1900. (MEIRA, 1986).

Outro ponto crucial era a organização do tempo escolar de forma que “[...] as horas de estudo e a destinada aos recreios devem ser estabelecidas de acordo com a *idade* e o desenvolvimento physico da criança.” Esta preocupação com a organização do tempo escolar pode ser vista nos artigos 189 e 190 do Regulamento da instrução do Pará (1890b, p. 32): “Nenhuma classe durará menos de 30 nem mais de 45 minutos. [...] Entre cada classe haverá um recreio de 15 minutos.” (CASTRO, 1900a, p. 35).

A faixa etária é levada em consideração na recomendação para que sejam criados jardins de infância “[...] onde a criancinha principia a travar conhecimento [...] de comum com os folguedos próprios de sua *idade*.” Além disso, vincular o desenvolvimento da criança a organização do tempo escolar e a adequação por faixa etária introduz nesses escritos a noção de dependência do saber pedagógico em relação ao saber médico, pois a manutenção do equilíbrio das funções orgânicas que levava a um bom desenvolvimento era uma necessidade

gerada em função de argumentos de fundo biológico e fisiológico. (CASTRO, 1900a, p. 35, 36, grifo nosso)

Em face do exposto, o artigo de Castro (1900a) defende uma educação integral onde exista o cuidadoso equilíbrio das funções orgânicas por meio do controle do tempo, do espaço, enfim, da cultura escolar com a finalidade de formar cidadãos cultos e saudáveis, o que engloba tanto a aparência como a inteligência dos alunos: “[...] somente um corpo sã e robusto pode aninhar inteligência culta e capaz de grandes desenvolvimentos”.

O enfoque preventivo presente no artigo supracitado de Lira Castro ao referir-se à necessidade da atuação médica no espaço escolar, bem como ao tratar da organização do tempo escolar continua inspirando seu próximo artigo que tratará das prescrições higiênicas para evitar a ocorrência de varíola no ambiente escolar.

A varíola é o foco da publicação do mês de setembro da revista “A Escola”, intitulada “Hygiene”, onde Castro (1900g, p. 665) prescreve cuidados para evitar a doença no ambiente escolar, uma vez que é considerada “[...] contagiosa e deve ser evitada cuidadosamente”. A atenção voltada à escola é justificada pelo higienista porque esse “[...] é um centro onde se reúnem muitas crianças e por isso se torna fácil aho o contagio d’esta como de outras moléstias transmissíveis”.

O Dr. Castro (1900g, p. 666) inicia questionando: “Qual o melhor meio para evitar o perigo do contagio?” Em seguida responde “[...] encontra-se na vacina o meio poderoso de impedi-lo; baste que os professores não aceitem alunos sem verificar se estão vacinados e de quando data a vacinação”. A vacina, como meio de prevenir a doença, é uma das estratégias forjadas pela ciência para garantir a manutenção da saúde da população: “[...] a imunidade por ella creada perdura por 7 a 10 annos e dentro de cada descenio é necessário proceder-se a vacinação.” No regulamento da instrução pública do Pará a questão da vacinação também é abordada quando responsabilizava o professor pela tarefa de acompanhar se seus alunos haviam sido vacinados: “[...] fazer vacinar até 30 dias, contados da data da matrícula os alunos que ainda não tiverem sido ou não mostrarem sinais de haverem tido varíola” (PARÁ, 1890b, p. 53).

Neste contexto, a vacinação quebra o ciclo que leva a epidemias e, conseqüentemente a gastos públicos bem maiores e a divulgação de notícias que podem contribuir para reforçar a representação de Belém, do Pará e do Brasil como lugares insalubres. Deste modo, as complicações de uma epidemia são bem maiores do que os estragos que ela pode causar à saúde da população paraense. O médico Campos (1901b, p. 68, 69) tratou da “Hygiene de Belém” preocupado em construir uma representação saudável da cidade:

Podemos gritar bem alto, [...] estar Belem, apesar de ser cidade tropical [...] em boas condições higiênicas, levando vantagens a outras plantadas em melhores zonas. [...] Belém não é o matadouro que alguns espíritos, no estrangeiro sobretudo, figuram como medonho.

O Dr. Paes de Carvalho indica que esta era uma questão importante naquele período: “Desde março desenvolveu-se epidemicamente a varíola importada da Hespanha e dos Estados do Sul pela grande leva de imigrantes”. A culpabilização de outras localidades como focos de contágio reforça a ideia de que a varíola não surgiu no Pará. Seguindo a lógica de desvincular o Pará da representação de lugar insalubre, o foco pestilento aparecia associado ao imigrante da Espanha e do sul do Brasil. É interessante observar que para construir a representação civilizada e higienizada do Pará que era almejada o referido político contrariou a forte tendência de pensar que tudo o que existe de melhor e mais moderno vem da Europa. Por um momento Paes de Carvalho se apropriou da racionalidade médico-higiênica para defender a boa imagem do Pará, ainda que, como exposto anteriormente por Américo Campos, muitos homens de ciência tenham utilizado a mesma racionalidade para estigmatizar as cidades da América Latina como lugares insalubres. Na sequência ele lamenta que as pessoas não cooperem para que a ação de inspetores sanitários se dê de forma efetiva, o que pode causar a vergonha de uma epidemia “[...] na mais adiantada das cidades do paiz” (PARÁ, 1900b, p. 63, 65).

Campos (1900a, p. 28) também culpou pessoas que supostamente traziam de fora diversas doenças gerando prejuízos para Belém: “[...] entre os imigrantes, não é pequena a mortalidade: estes também levão pro tumulo, as nossas esperanças e o nosso dinheiro”. Na sequência, Campos (1901a, p. 58) tece elogios ao governo do Pará pelas medidas higiênicas adotadas para evitar a epidemia de varíola: “[...] as medidas prophylaticas recomendáveis, vacinação, revaccinação, e isolamento são praticadas com zelo e rigor”.

Sarges (2002b) indica que em 1899 ocorreu uma epidemia de varíola em Belém, razão pela qual a vacina contra esta doença foi importada de Paris com urgência para ser aplicada na população por meio de visitas domiciliares. Esta invasão da privacidade das pessoas inicialmente não foi bem recebida pela população. Como exposto, a varíola era um problema que ameaçava a saúde da população e a boa imagem do Pará, o que possivelmente influenciou o Dr. Castro a escrever sobre o tema nos anos posteriores.

Amaral (2006) registra uma campanha contra a varíola no Pará no ano de 1905 que contava com visitas do Serviço Sanitário a espaços públicos e privados, bem como a aplicação de multas aos cidadãos que se negassem a cooperar. Entre as estratégias estavam desinfecção de moradias e objetos contaminados, vacinação e revaccinação da população e isolamento dos

doentes, entre outros. Desta forma, a campanha enfrentou resistência da população e demandou a divulgação de informações na imprensa a fim de convencer os cidadãos sobre a importância da vacinação e outras medidas capazes de prevenir a varíola. Entre estas publicações Amaral (2006) destaca a do Dr. Lira Castro, diretor do Serviço Sanitário do Pará, no periódico “O Município de Belém” (1905) na qual o médico esclarecia sobre os perigos da doença, as vantagens da vacinação e atribuía a origem da varíola aos navios que vinham do Sul do Brasil. Interessante constatar a preocupação do diretor em culpabilizar outros estados do país pela epidemia de varíola, deslocando assim, a atenção de problemas sociais diversos que poderiam estar contribuindo para esse quadro assolador da saúde do Pará.

Para finalizar, Castro (1900g, p. 666) coloca nas mãos do professor uma responsabilidade que se não for respeitada configura “[...] um duplo crime: expõe o seu aluno e infringe as leis sanitárias”. Nesta representação do que é ser docente o amor e o respeito ao aluno, bem como o cumprimento das leis de higiene são considerados como respeito às leis da nação, conferindo maior peso às prescrições da higiene.

Em face do exposto, o Dr. Castro (1900g) destacou o caráter preventivo de prescrições higiênicas especificamente voltadas à varíola fazendo desse espaço de divulgação de representações sobre a higiene escolar sua estratégia de colonização de corpos, recurso que continuaria utilizando nos anos posteriores como mostrou a pesquisa de Amaral (2006), desta feita combinado com ações políticas de intervenção sobre a população paraense. A atuação médica em diversos espaços sociais, por meio da imprensa e do exercício de cargos oficiais, foi um recurso frequentemente utilizado entre os homens de ciência que escreveram nos periódicos analisados nesta tese. A seguir discutiremos sobre a contribuição do Dr. Acilino Rodrigues na divulgação da racionalidade médico higiênica no espaço escolar.

Acilino de Leão Rodrigues foi outro médico de destaque que nasceu em Macapá no ano de 1882, e colaborou com a Revista do Ensino ao abordar a higiene. Ele foi um dos fundadores da Sociedade Médico Cirúrgica do Pará (SMCP), tornou-se professor de Medicina Legal da Faculdade de Direito do Pará em 1918. Além disso, fundou a Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará onde foi diretor e professor, e ocupou a cadeira 29 da Academia Paraense de Letras (APL). Por fim, atuou como presidente da APL por três vezes (de 1930 a 1931; de 1932 a 1933 e de 1945 a 1949).

Nesta tese analisaremos artigos escritos pelo Dr. Rodrigues, um deles intitulado “Hygiene Escolar” (1912) e dois deles intitulados “Hygiene social”, sendo um a continuação do outro, publicados em Setembro e Outubro de 1911 respectivamente. Rodrigues (1911a, p.

16) inicia anunciando os temas que serão abordados em sua série de artigos intitulados “Hygiene Social”:

Dissertarei a respeito da seleção natural na humanidade, entraves e dificuldades que o desenvolvimento social lhe impôs, e meios artificiaes de corrigil-apela assistência ás creanças, hygiene escolar do talhe e da vista, inspecção médica de professores e alunos, prophylaxia das moléstias transmissiveis, e combate ao alcoolismo e às intoxicações alimentares.

A despeito da impossibilidade de focar esta variedade de temas elencados por Rodrigues (1911a) na série de artigos publicados em 1911, optamos pelos dois que tratam do sub-tema “Seleção natural da humanidade” por julgar que eles fornecem a base de argumentação para os demais. Neste sentido, Rodrigues (1911a, p. 16) começa situando a teoria da seleção natural como a que explica a evolução do homem: “[...] o homem primitivo [...] chegou, través de um lento evoluer, até á perfeição physica e intelectual da éra contemporânea, modificando-se continuamente por seleção.”

Buscando facilitar a compreensão da teoria, Rodrigues (1911a, p. 17, 18) explana resumidamente sobre algumas experiências realizadas com animais e plantas capazes de provar que:

[...] melhorando uma raça, se durante um tempo muito longo se afastam todos os indivíduos inferiores, ella tenderá evidentemente a fixar-se. [...] Os organismos menos privilegiados devem necessariamente succumbir, sobrevivendo os mais fortes, que conseguem perpetuar-se. [...] É essa conservação, durante a lucta pela vida, das variedades que têm uma vantagem qualquer de estrutura, de constituição, de instincto ou de intelligência, que se designa como o nome de seleção natural.

A partir desse embasamento científico Rodrigues (1911a) procura diferenciar a forma como se desenvolveram as “raças civilizadas” e a raça dos “selvagens:”

As raças humanas civilizadas variam mais do que os selvagens, por causa da influencia da diversificação das condições nos países mais cultos, onde os indivíduos ocupam categorias diversas, e se entregam a ocupações variadas, apresentando um conjunto de caracteres mais numerosos que entre os povos bárbaros.

Actualmente, os selvagens augmentam pouco de número. E os motivos da falta d’esse accrescimo de gente são a fome, a miséria, a moléstia, as dificuldades impostas ao casamento, e principalmente o infanticídio, largamente praticado entre eles, com o fim de manter a população em limites constantes por causa da dificuldade de alimentação. (RODRIGUES, 1911a, p. 20).

O argumento supracitado indica que Rodrigues (1911a) situa as variações ocorridas nas raças civilizadas como vantajosas e indicativas de sua adaptação ao meio. Em

contrapartida, os “bárbaros” não se multiplicaram e não eliminaram as variações “nocivas” à sua evolução. A explicação para esse processo encontra-se numa combinação de elementos de caráter ambiental, cultural, econômico e biológico. A respeito disso, Rodrigues (1911b, p. 73) afirma:

Nos estados primitivos da sociedade, os sujeitos mais sagazes, os que inventaram ou empregaram as melhores armas e armadilhas, e que melhor souberam defender-se, produziram a mais numerosa descendência. As tribos que possuíam a maior quantidade de homens assim dotados cresceram e suplantaram as outras, do mesmo feitio que hoje os povos occidentaes conquistam e avassalam as gentes bárbaras.

Na lógica de Rodrigues (1911b) as raças consideradas civilizadas desenvolveram estratégias para se defender de perigos diversos, o que permitiu a multiplicação de sua prole. Estas conquistas evoluíram até as formas mais atuais de colonização empreendidas pelos povos ocidentais sobre os bárbaros. Neste sentido, o médico considera que o domínio político exercido sobre determinadas populações se justifica para que os mais fortes sobrevivam. Desta forma, é possível compreender que ele situa seu papel como médico e intelectual, que pode contribuir para desenvolver e disseminar uma nova forma de domínio denominada *colonialidade do poder*. Esta *colonialidade* fornece argumentos que buscam explicar tanto a origem como o “aperfeiçoamento” da raça humana tendo como base a ciência, especificamente a biologia. A teoria da evolução de Darwin, defendida pelo Dr. Rodrigues, pode ser considerada nesse contexto como uma materialização da *colonialidade do saber* e da *colonialidade do ser* porque impõe uma explicação científica que justifica a hierarquia entre as raças e, desemboca na definição de papéis sociais diferenciados para os integrantes das supostas raças. (QUIJANO, 2002).

Para Rodrigues (1911b, p. 75) a capacidade de adaptação das raças modificou-se influenciada também por fatores culturais como o destino dado aos indivíduos considerados improdutivos. Para exemplificar isso, aponta que alguns bárbaros abandonavam idosos e doentes, além de matarem as crianças portadoras de alguma anormalidade para assegurar que somente os indivíduos mais fortes subsistam. O médico prossegue afirmando que entre os povos civilizados anteriormente existentes as antigas práticas de abandono de crianças doentes ou deficientes, ocorridas entre os Espartanos, por exemplo, foram substituídas pelas ações conservadoras da medicina:

Compreende-se que os povos occidentaes, educados sob o influxo da moral do christianismo, não possam praticar semelhante seleção. Ao contrário, as

gentes civilizadas fazem todos os esforços para sustentar a marcha da eliminação natural: constroem-se asilos [...], hospitais [...].

A medicina surge nos escritos de Rodrigues (1911b) como uma forma atual e diferente de excluir os indivíduos “inúteis” e “nocivos sociais”, que de acordo com a moral cristã não poderiam ser eliminados, mas deveriam ser orientados a ocuparem seus papéis inferiores na sociedade. Sarges (2002b, p. 162) aponta que a “ação filantrópica” configurou-se na razão alegada para que a intendência municipal de Belém criasse e/ou mantivesse asilos, orfanatos e hospitais no início do século XX. Neste sentido, o intendente Antônio Lemos considerava esta filantropia como um “remédio social”, mas Maria Sarges analisa estas iniciativas não só como formas de aquisição de prestígio social para o governo, mas também como implantação de parte das estratégias saneadoras e civilizadoras em Belém nesse período. Neste contexto, a medicina e a educação estiveram presentes dando suas contribuições a fim de atingirem os objetivos desejados.

Uma vez que para Rodrigues (1911b, p. 76) a medicina assumia um caráter “conservador” da raça humana, restava então evitar por meio de seus recursos que as doenças “[...] transmitidas por contato ou por herança” encontrassem em ajuntamentos como os da escola uma oportunidade de gerar epidemias na cidade. Ao mesmo tempo em que a escola era representada como espaço que demandava cuidados, a ela também foi atribuído o progresso de muitas nações europeias que investiram no “[...] difundimento da instrução” e no “estudo metódico da ciência”.

Neste sentido, Dr. Rodrigues (1911b, p. 76) cita Herbert Spencer para quem a seleção natural atua definindo o espírito do homem e levando “[...] ao avanço da inteligência, ao refinamento da sensibilidade, à firmeza dos atos volitivos.” Isso demonstra o lugar assumido pela educação no projeto de desenvolvimento pensado para o Brasil e a influência que os homens de ciência europeus exerceram sobre esse projeto. Sobre a questão, França (2009) indica que os princípios educativos propostos por Spencer estiveram presentes em instituições de educação paraenses como foi o caso do Colégio Americano, fundado em 1884 por José Veríssimo. O fundador desse colégio teve a oportunidade de propagar seu ideário educacional no Pará enquanto atuou como diretor da instrução pública desse estado, bem como por todo o Brasil por meio de sua produção intelectual.

Ao finalizar seu artigo Rodrigues (1911b, p. 77, grifo nosso) exalta o poder de decisão detido pelos “povos civilizados”, adquirido ao longo da evolução, e que permitiu a instalação de uma hierarquia entre esses e os povos considerados selvagens:

Na systematização dos atos volitivos, encontrou o homem um meio de se impor á natureza toda. [...] O selvagem, **volúvel** como as creanças, não tem ainda a tenacidade do querer; mas as raças civilizadas demonstram a sua fortaleza justamente por essa união de esforços sustentados, a que as nações fracas têm que ceder: foi assim que o branco conquistou e povoou a América e ora conquista e povôa o continente africano.

No trecho em destaque Rodrigues (1911b) compara as crianças aos selvagens no sentido de que eles podem ser dominados em suas vontades por indivíduos mais aptos. Machado et al (1978, p. 297, 298) identificaram em teses médicas do século XIX a representação da infância como a “idade de cera”. Neste sentido, a criança era vista como “um pequeno monstro” que deve ser transformado em “[...] uma criança saudável no físico e no moral” por meio de processos educativos como o que ocorre na escola.

Ao situar o motivo pelo qual os brancos colonizaram a América e a África, Rodrigues (1911b, p. 76) nada mais faz além de indicar que a situação de inferioridade de negros e latino-americanos pode ser mantida pelo processo educativo proposto. Desta forma, a educação integral defendida pelo médico não pretendia transformar a hierarquia social estabelecida pela República, mas conservar a ordem e promover o progresso por meio da manutenção do *status quo*.

Neste sentido, Elias (1994, p.113) analisa a forma como o conceito de civilização se desenvolveu na Europa durante o século XIX:

O processo de civilização - ou em termos mais rigorosos, uma fase desse processo - fora completado e esquecido. As pessoas [da Europa] querem apenas que esse processo se realize em outras nações, e também, durante um período, nas classes mais baixas de sua própria sociedade.

A análise de Norbert Elias se materializa nos escritos de Rodrigues (1911a, 1911b) um médico que tendo estudado em Portugal e na França trouxe consigo a referência da sociedade europeia considerada, naquele período, a mais civilizada em todo o mundo. Como professor da Faculdade de Medicina teve a oportunidade de divulgar suas representações sobre civilização entre seus alunos e, certamente, ampliou seu público ao escrever para periódicos como “A Província do Pará.” Porém, esses preceitos não se restringiram somente a discussões teóricas. Enquanto atuou como presidente da *Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência*, o Dr. Rodrigues geriu a implantação de obras de proteção e amparo à maternidade e à infância no Pará. (MEIRA, 1986).

Nos artigos sobre “Higiene social” Rodrigues (1911a, 1911b) traz em sua discussão a racialização das relações de poder. Quijano (1998, p. 173) indica que este processo de

racialização é um condicionamento imposto sobre o mundo intersubjetivo dos dominados que tem levado “[...] a los latino-americanos a vernos todo el tempo com los ojos del dominador.” Assim, os latino-americanos são convencidos a considerar a cultura europeia como referência para a produção de conhecimento de modo a naturalizar a hierarquia estabelecida entre europeus brancos conquistadores, de um lado, e os negros, índios e mestiços conquistados de outro.

Na sequência, o artigo “Hygiene escolar” que também foi autoria de Rodrigues, A. (1912, p. 65, 66, grifo nosso) ressalta a importância da higiene justificando que “[...] a saúde das crianças é o **promissor** futuro da **nação** e da raça.” Desta forma, o médico relaciona a saúde das crianças ao progresso do país. Campos (1900a, p. 28) também estabelece vínculos entre o cuidado com a saúde das crianças e o dever patriótico: “[...] humanitário, útil, econômico e patriótico sera garantir, proteger de todas as formas, conservar o quanto possível as vidas das crianças que nascem neste solo fecundo”.

Para que se alcance o êxito almejado a educação assume uma função central na representação de Rodrigues, A. (1912, p. 66): “[...] é mester d’esde a mais tenra idade assoberbal-o com as exigências cada vez mais prementes da instrução científica e literária.” Porém, o médico alega que existe uma série de riscos aos quais as crianças são expostas no espaço escolar:

Certos desvios e deformidades do corpo, certas paradas no desenvolvimento physico ou intelectual, sobretudo perturbações orgânicas ou funcionais, moléstias epidêmicas podem ser a consequência das condições em que a criança atravessa esta phase perigosa da existência.

A criança, como exposto acima, está sujeita a adquirir alterações em seu desenvolvimento decorrentes de variados fatores que incidem sobre ela durante esta fase. Assim, Rodrigues, A. (1912, p. 66) destaca que a despeito de vários governos ao redor do mundo terem estipulado a escolarização obrigatória não foram tomadas as devidas providências para impedir a ocorrência de patologias no ambiente escolar. Para exemplificar as medidas adequadas, cita:

[...] muito se há feito de útil, no estrangeiro e no sul do país, onde já se aclimou a criação racional do **medico inspetor**; entre nós, os albores da nova era surgiram com a ultima reforma do ensino, um justo titulo de gloria da actual administração.

Sobre a questão do médico escolar, vale citar o estudo de Rocha (2010) a respeito do 2º Congresso de Higiene Escolar e Pedagogia Fisiológica realizado em Paris no ano 1905 pela

Liga dos médicos e das famílias para a Higiene Escolar. Nesse evento que reuniu intelectuais de diversos países discutiu-se a formação e a atuação do médico escolar mostrando a atualidade e as vantagens da proposta. Os participantes recomendaram que o médico recebesse em sua formação inicial noções de higiene, bem como de pedagogia fisiológica a fim de que pudesse atuar em conjunto com os professores para promoverem a vigilância sobre o desenvolvimento fisiológico da criança em idade escolar e a aplicação da pedagogia experimental. Alegando que esta parceria desembocaria na construção de um dossiê médico pedagógico de cada aluno para evitar ou tratar moléstias que afetam o desenvolvimento infantil, os homens de ciência participantes desse evento construíram uma representação do médico escolar como o profissional capaz de orientar os professores e as famílias dos alunos sobre a forma mais adequada de preservar a saúde das crianças na escola.

Neste sentido, Rodrigues, A. (1912, p. 66) desqualifica indiretamente o trabalho dos professores que não contam com a orientação dos médicos escolares, pois isso representa “[...] um recuo chronológico, em que a pyciologia precede a physiologia.” Para esse médico tal situação possivelmente favoreceria a ocorrência de problemas como a “[...] sedentariiedade” e a “[...] fadiga cerebral” podendo levar ao “[...] estafe ou ergasthenia, a que os franceses denominam surmenage⁴⁴”.

Seguindo esta lógica Machado et al (1978, p. 301) identificaram em teses de médicos brasileiros do século XIX a representação de que “[...] a presença médica não deve se restringir ao espaço da enfermaria; seu poder de decisão e organização deve ser amplo, ocupando toda escola”. É evidente que a imagem que se desejava construir era a de que o médico era indispensável às instituições escolares.

A necessidade de mudanças é a tônica do artigo de Rodrigues, A. (1912, p. 68) que recomenda aos governos não:

[...] esquecer nas reformas a alta valia da educação physica, pois os paes, por ignorância ou indiferença não se importam d’essa educação; do mesmo feitio agem os mestres, pessoalmente entregues de modo ás vezes exclusivo, á cultura literária ou scientifica [...].

Nesse trecho o médico culpabiliza os pais por ignorância e os docentes por privilegiarem o desenvolvimento intelectual em detrimento do desenvolvimento físico. Vale ressaltar que o Dr. Rodrigues A. fala a partir de sua experiência como docente⁴⁵ no Colégio

⁴⁴ Excesso de trabalho mental.

⁴⁵ Atividade exercida para complementar seu sustento enquanto estudava no Lyceu Paraense. (MEIRA, 1986).

Minerva a fim diagnosticar a situação educacional no Pará. Para o professor Rodrigues esse quadro desfavorável desembocou numa representação negativa da atividade física entre os alunos: “[...] não é raro ver, sobre essas influencias, numerosos adolescentes desprezar tudo o que se liga à vida *physica*”.

Para Jurandir Costa (2004) a medicina desenvolveu uma estratégia para ser vista pelas famílias como tradutora ou ajudadora alegando que as famílias prejudicavam os filhos não por vontade, mas por ignorância. Isso permitia que as famílias entendessem as boas intenções da racionalidade médico-higiênica. No contexto desta representação a família não poderia ser penalizada, pois não tinha conhecimentos, mas poderia ser normalizada. O saber higiênico viria, então, preencher a lacuna de conhecimento que lhes faltava.

Com base nesse diagnóstico da situação escolar do Pará Rodrigues, A. (1912, p. 66) recomenda “[...] reduzir a duração do trabalho escolar” e regular o tempo destinado ao sono, ao repouso e aos exercícios físicos, de acordo com as prescrições do higienista francês Albert Mathieu.⁴⁶ Se, por um lado, o repouso era necessário, por outro a sedentariedade era combatida. Com base nas argumentações do médico italiano Ângelo Mosso, Rodrigues, A. (1912, p. 67) condenava a permanência dos alunos em bancos escolares “[...] durante trez ou quatro horas seguidas”, pois:

[...] a acção corporal é uma condição da crecença, pelo aceleramento das funções nutritivas: a inercia provoca a engorda [...] que vae ser a causa de maior esforço do coração para irrigal-o, com prejuízo dos tecidos nobres, quaes a célula nervosa e a fibra muscular.

O trecho em destaque demonstra a preocupação do Dr. Rodrigues, A. (1912, p. 66) tanto com o aspecto da aparência quanto com a fisiologia do aluno que, submetido aos efeitos deletérios da inatividade, poderia não somente engordar como também sofrer alterações em suas estruturas nervosas e musculares decorrentes do acúmulo de gordura corporal. Na lógica exposta, o conjunto desses elementos afeta a capacidade produtiva do indivíduo, tanto a de caráter intelectual como a manual. Isso está relacionado à representação da educação nesse período como forma de preparar cidadãos para o mundo do trabalho, o que caracteriza o sistema mundo moderno colonial capitalista.

O controle do tempo destinado a cada atividade na escola era de suma importância no ideário higienista e foi adotado em aparatos legais referentes à educação paraense. Podemos verificar isso nos “Programas e instruções pedagógicas para o ensino primário do Estado do

⁴⁶ Médico que fundou da Liga dos médicos e das famílias para a Higiene Escolar em 1902.

Pará” (PARÁ, 1890c) que recomendavam uma determinada organização do tempo para as Escolas populares:

Curso Elementar:

Das 7:30 ás 8 – Inspeção dos alunos á entrada – Revista de aceio – Noções de hygiene e moral.

Das 8 ás 8:30 – Leitura e calculo.

Das 8:30 ás 9:30 Recreio

Das 9 ás 9:30 – Escripta.

Das 9:30 ás 10 – Recreio.

Das 10: 11 – Lingua materna.

Das 3 ás 3:30 Escripta.

Das 3:30 ás 4 – Recreio.

A busca pelo equilíbrio no desenvolvimento de qualidades físicas, intelectuais e morais do indivíduo que se almeja formar por meio da pedagogia experimental propõe a alternância de atividades de modo a tornar o processo educativo prazeroso e saudável. Desta forma, Rodrigues, A. (1912, p. 67) considera as recomendações de Ângelo Mosso para afirmar que “[...] o recreio é uma condição essencial do trabalho, porque regenera as energias phisicas, dá uma nova força de resistência ao cérebro, e calma a excitação dos músculos, que demandam movimento”.

Ao recomendar atividades recreativas Rodrigues, A. (1912, p. 69) especifica quais os tipos de exercícios que mais favorecem os alunos: “[...] é razoável adoptar, d’entre as diversas gymnásticas, aquellas que associam o menos possível o cérebro aos trabalhos dos músculos.” Desta forma, os exercícios indicados são aqueles em que predominam os movimentos automáticos⁴⁷ como o “[...] passeio de estrada”, “[...] a corrida, e as dansas infantis.” que produzem fadiga de carácter exclusivamente muscular. Por outro lado, exercícios como a esgrima exigem “[...] dispêndio de força nervosa” devido à realização de movimentos voluntários que demandam trabalho cerebral.

As inúmeras vantagens da adoção dos exercícios automáticos foram apontadas por Rodrigues, A. (1912, p. 70):

[...] Aceleram o curso do sangue, activam a respiração, regularizam as funções digestivas, sem necessitar ao mesmo tempo a superactividade das funções cerebrais, que acompanha sempre os exercícios difficeis [...] A creança delicia-se [...] e cria amor ao ensino, que lhe dá, em premio, tao agradáveis distracções.

⁴⁷ Os movimentos automáticos são aqueles que uma vez tendo sido aprendidos não exigem concentração para serem realizados e gastam menor quantidade de energia. Os movimentos voluntários, ao contrário, demandam planejamento e extrema atenção. Como exemplo desse processo, podemos citar o ato de dirigir um automóvel. No início o aprendizado desse ato é voluntário, mas à medida que o individuo se habitua a realizá-lo ele se torna automático. (LUSSAC, 2009).

O artigo de Rodrigues, A. (1912, p. 69) sobre a higiene escolar busca justificar a importância da atuação médica e de seu saber para assegurar que o corpo e a mente dos educandos sejam devidamente cuidados, protegidos, modelados e preparados para suportar a “sobrecarga de trabalho” gerada pelas “[...] condições da vida moderna”. Recorrendo a uma representação patriótica da atuação médica no ambiente escolar, o Dr. Rodrigues se apropria de prescrições de higienistas europeus para situar a importância da educação e da saúde como elementos primordiais do processo formativo de crianças brasileiras. Ainda que a educação física apareça como destaque em sua discussão, Dr. Rodrigues não deixa de relacionar os cuidados com o desenvolvimento físico dos alunos ao processo de formação intelectual, ou seja, o médico considera que ambos se complementam. Ao parafrasear o Dr. Arnould⁴⁸, Rodrigues, A. (1912, p. 68) sintetiza seu ideário: “O racional é estabelecer o equilíbrio entre a cultura intelectual e a cultura *physica*, sabendo de antemão que a segunda é a base racional de toda a educação”.

Barbosa, Matos e Costa (2011) destacam que a disciplina e o controle sobre o corpo, tão característicos da era moderna, configuraram indivíduos para serem subservientes ao Estado. França (2012, p. 110) aponta que existiam dois objetivos principais em propor a educação física nas escolas paraenses no fim do século XIX e início do século XX: “[...] a preparação para suportar o trabalho ou para servir á Pátria.” Esta dualidade da proposta educativa republicana vinha ao encontro das necessidades produtivas de um mercado de exploração do látex em franca expansão naquele período que, situado num regime político estruturado em uma divisão social do trabalho de cunho capitalista demandava a força de trabalho tanto de uma massa de proletários como de uma elite de intelectuais. Assim, era possível se deparar com realidades opostas como o Colégio Americano, uma instituição particular, que foi o primeiro a adotar a educação física no Pará, e a maioria das escolas públicas do Pará que não dispunham de infraestrutura para que fossem realizados os exercícios físicos prescritos. Na retórica a educação integral traria benefícios a todos, porém, na prática o acesso a ela foi desigual.

Villela (2010) salientou a dualidade no ensino brasileiro onde a educação elementar destinou-se à massa da população enquanto que o ensino médio e superior cabia a uma elite de futuros administradores. Esta hierarquização de pessoas a partir da formação educacional se inscreve na lógica da *colonialidade do poder* (QUIJANO, 2005).

⁴⁸ A única informação que Rodrigues (1912) fornece sobre Arnould é que ele escreveu o Tratado de Higiene.

O artigo do Dr. Rodrigues, A. abordou a higienização do tempo escolar, a prática de atividades físicas, bem como a importância da atuação do médico escolar. A seguir a produção do inspetor Luiz Barreiros enfocará também a relevante contribuição do médico escolar.

Na edição de Setembro de 1912 da “Revista do Ensino” o inspetor escolar do Pará Luiz Barreiros (1912, p. 450) escreveu o artigo intitulado “Hygiene escolar” traçando um diagnóstico da realidade educacional do Estado seguido de sugestões visando o seu aperfeiçoamento. O inspetor inicia elogiando a gestão daquele período:

[...] No Pará já se há introduzido alguma coisa útil e proveitosa ao ensino publico primário, no domínio da pedagogia moderna. [...] O ensino primário, sob o methodo actual, já se acha nos grupos escolares da capital, regularmente encaminhado para a execução [...] por parte do corpo do professorado de quem depende, incontestavelmente, a imediata ou tardia colheita dos resultados.

Ao responsabilizar o governo do Pará pelos avanços alcançados por meio da adoção da pedagogia moderna Barreiros (1912) cumpre a função de construir uma representação positiva a respeito da liderança paraense. Simultaneamente, o inspetor atribui aos docentes os resultados bons ou ruins que a educação venha a atingir, suprimindo uma infinidade de outras questões que fogem ao controle do professor.

O inspetor Barreiros (1912, p. 452) procura justificar a necessidade de mudanças na educação paraense alegando que “[...] a creança [...] é suceptivel de contrair numerosas afecções” entre elas a “[...] scoliose e a myopia.” Além disso, aponta a aglomeração de alunos nas escolas como “[...] elemento favorável a propagação de tantas moléstias.” A teoria do contágio embasa mais uma vez uma das principais preocupações dos escritores das revistas pedagógicas analisadas nesta tese: as epidemias. Neste sentido, o inspetor argumenta a partir de sua experiência profissional:

[...] em nossas visitas a algumas das escolas, já temos notado a presença de crianças cuja **physionomia mórbida** esta a exigir intervenção medica, para livrar a tempo a classe inteira de um provável **contagio**. (BARREIROS, 1912, p. 452, grifo nosso).

Na sequência é possível identificar a aproximação entre a linguagem da área da educação e da saúde como um artifício que Barreiros (1912, p. 451, grifo nosso) usa repetidamente num esforço de estabelecer a relação entre esses dois saberes, a fim de introduzir argumentos em prol da presença do médico na escola: “[...] para quem tem

assegurado, como o Pará, a justa tradição de **curar** com disvélo de sua intrucção [...] é tempo já de atacarmos resolutamente o problema da **hygiene** escolar.” Como referência para esta proposta oriunda da “medicina escolar” o inspetor cita:

Em todos os paizes que curam seriamente da instrucção de seu povo, dando-lhes novas escolas, é hoje o medico escolar reclamado como um colaborador indispensável do governo, que vem facilitar a tarefa tao pesada do professor. [...] Na França, o primeiro projecto de criação do medico escolar é de 26 de junho de 1793. [...] Na Alemanha [...] em 1892, Leipzg crêa os primeiros médicos escolares. [...] A Inglaterra estabeleceu pela lei de 1 de janeiro de 1908 a instituição do medico escolar. (BARREIROS, 1912, p. 452, 453).

Recorrer aos exemplos das nações europeias foi um recurso amplamente utilizado pelos intelectuais que divulgaram seus escritos nas revistas pedagógicas analisadas nesta tese, indicando a influência da *colonialidade do saber* presente nestas produções. (MIGNOLO, 2005). Neste sentido, Barreiros (1912) repete esta tendência ao ocupar três páginas de seu artigo citando o processo de implantação do médico escolar em diversos países europeus, o que reforça a dependência do saber eurocêntrico para garantir o reconhecimento da racionalidade médico-higiênica proposta pelos homens de ciência do regime republicano no Pará. Ao mesmo tempo, isso também aponta para um processo de construção e divulgação de representações culturais que atribuam aos governos do Brasil e do Pará, bem como aos higienistas e demais intelectuais brasileiros que escreveram sobre a realidade educacional do Pará o caráter ordeiro, civilizado e moderno das nações europeias.

Deste modo, Barreiros (1912, p. 451) defende um trabalho multiprofissional onde o professor, o inspetor e o médico atuem juntos em busca dos mesmos objetivos:

A grave responsabilidade do inspetor na elevada missão que lhe compete [...] só efetivar-se-á mediante a intervenção do higienista aliada á acção do professor. O medico não vem desviar a atenção inteligente do professor; ao contrario, vem auxiliá-la, dar-lhe força e completá-la.

A proposta de Barreiros (1912) de introduzir o médico no ambiente escolar fazia parte de um consenso que culminou em ações voltadas a esse objetivo em vários locais do país no início do século XX. Marques e Farias (2010) apontam que a inspeção médico-escolar foi introduzida no Paraná pela lei n. 2095, de 31 de março de 1921. No Pará, Coelho (2008) ressalta a criação da Diretoria de Higiene Escolar por meio do decreto 3503 de 11 de março de 1919, sob a direção do Dr. Virgílio Martins Lopes de Mendonça, que objetivava inspecionar e controlar as moléstias transmissíveis nas escolas primárias tendo a orientação do

médico inspetor. Nesse período também foi criado o curso de higiene para professores primários com duração de 2 meses. É possível inferir que a demanda pelo médico escolar divulgada nos artigos dos periódicos pedagógicos analisados nesta tese tenha contribuído para que estas iniciativas fossem materializadas em encaminhamentos legais e intervenções na educação do Pará. Além disso, Rocha (2010) aponta ações de divulgação da higiene escolar em nível internacional por meio de congressos que ocorreram entre o fim do século XIX e o início do século XX, os quais defendiam a atuação do médico escolar.

Entre as funções do médico escolar Barreiros (1912) aponta a capacidade de avaliar a adequação do prédio escolar e as condições de saúde dos alunos, o que se relaciona com os temas abordados pelo Prof. Octavio Pires na REE, bem como a outros temas analisados por autores das revistas aqui analisadas:

[...] o médico é que melhor pode conhecer e reclamar em dado edifício e suas dependências onde funcionem as aulas, as condições de capacidade cubica, as de penetração do calor solar, ventilação e claridade, decorrentes da situação da casa e da abertura das janelas nas salas de aula, assim como desembaraçar a classe, de um alumno que por uma enfermidade ou outra rasão qualquer, não pode acompanhar com proveito as lições de sua turma facilitando, d'esse modo, extraordinariamente, o papel do professor. (BARREIROS, 1912, p. 452).

A semelhança entre os argumentos de homens de ciência, construtores de representações sobre a higiene escolar, nas revistas pedagógicas que circularam no Pará no fim do século XIX e início do século XX não é mera coincidência. A esses homens de ciência interessava contribuir para que o regime republicano fosse bem sucedido, e para alcançar tal finalidade medidas de higienização dos estudantes se apresentaram como formas de controle social. Neste sentido, nos coadunamos com a afirmação de Coelho (2008, p. 6) para quem “[...] a função social da escola foi ampliada e para além de ensinar a ler e escrever precisava cumprir o papel patriótico de difusora da higiene e da moral.” Desta forma, a introdução do médico escolar é apontada por Barreiros (1912, p. 452, grifo nosso) como um investimento que pode auxiliar no “[...] **progresso** gradativo e consciente do nosso ensino publico primario”.

O inspetor Barreiros (1912) preocupou-se também em citar o médico Louis Dufestel cujas obras tiveram grande repercussão na França: “[...] além d'essa nossa observação pessoal, temos a opinião autorizada do Dr. Dufestel, cuja recente obra *Hygiene Scolaire* nos forneceu valiosos apontamentos para as presentes considerações”. Isso demonstra o seu desvelo por comprovar a força de suas ideias fazendo menção a um higienista reconhecido em

nível internacional, mas também indica um silenciamento em relação a discussão sobre o tema entre os homens de ciência brasileiros. Tomar como referência as obras europeias, principalmente as francesas, ao tratar da higiene escolar, foi uma estratégia frequentemente adotada pelos homens de ciência que produziram os periódicos pedagógicos analisados nesta pesquisa, fornecendo pistas para identificar o quanto a *colonialidade do saber* predominava na produção de representações sobre a educação e a higiene no Brasil. (STRECK; ADAMS, 2012).

Neste contexto, Quijano (1992, p. 6) discute a dominação colonial que abarca a cultura e a colonização do imaginário dos dominados caracterizando a “*colonialidade cultural*”. Desta forma, verifica-se uma “europeização cultural” que passou a controlar os padrões de produção de conhecimento sendo impostos a determinados dominados como forma seletiva de acesso a algumas esferas do poder. Esta relação então, se converte em um controle implícito, sedutor que opera por meio da interioridade estruturante sobre a subjetividade do dominado:

Só a cultura europeia é racional, pode conter “sujeitos”. As demais não são racionais. Não podem ser nem almejar “sujeitos”. Em consequência, as outras culturas são diferentes no sentido de serem desiguais de fato inferiores por natureza. Só podem ser “objeto” de conhecimento ou de práticas de dominação. Nessa perspectiva, a relação entre a cultura europeia e as outras culturas se estabeleceu e, desde então, se mantém como uma relação entre “sujeito” e “objeto”. Bloqueou, em consequência, toda relação de comunicação e de intercâmbio de conhecimentos e de modos de produzir conhecimentos entre as culturas, já que o paradigma implica que entre “sujeito” e “objeto” não possa haver senão uma relação de exterioridade.

O exemplo de Bruxelas encantou Barreiros (1912, p. 455) que destacou a presença constante de médicos nas escolas desse país. O registro das avaliações realizadas nestas instituições era realizado nas “cadernetas de saúde” que incluíam medidas de “[...] peso, altura, capacidade pulmonar”, além de observações sobre “[...] o desenvolvimento intelectual do aluno.” A atenção voltada a “crianças debeis”, por sua vez, é realizada pelo uso de “[...] uma medicação preventiva nas escolas [...] fornecidos pela pharmacia da repartição de saúde publica, óleo de fígado de bacalao e extrato de carne”.

As cadernetas sanitárias eram divulgadas e defendidas nos Congressos de Higiene Escolar e Pedagogia Fisiológica realizados em Paris no início do século XX a fim de que o médico pudesse classificar os alunos (normais e anormais), bem como orientar a comunidade escolar sobre a alimentação, a prática de exercícios, entre outros. Nesses eventos propôs-se

inclusive que aliado a esses dados de natureza fisiológica o registro passasse a contar com informações sobre o rendimento escolar dos alunos por meio da cooperação dos professores, assim esses dados poderiam auxiliar a “[...] diminuir os fracassos e possibilitar que cada um utilizasse ao máximo suas aptidões, em benefício da sociedade.” (ROCHA, 2010, p. 253).

Machado et al (1978, p. 302, grifo nosso), que analisou teses médicas brasileiras produzidas no século XIX, identificou a proposta de que fossem realizadas duas triagens nos alunos:

[...] já no momento da matrícula, o médico deve realizar uma **inspeção física e moral**, verificar a vacinação dos jovens, fazer um levantamento geral da saúde do candidato. [...] Os médicos propõem uma **segunda triagem**, que classifica de acordo com as idades constituindo [...] grupos uniformes que facilitarão o controle eficaz de cada um. Cada divisão deve ser presidida por um inspetor encarregado de vigiar o asseio e o comportamento dos alunos.

Ao conferir um caráter científico para a atuação médica na escola, o objetivo foi convencer os atores sociais envolvidos de que a medicina possibilita um conhecimento mais aprofundado da criança por já estar familiarizada com os procedimentos experimentais. (ROCHA, 2010). Porém, esta relação, longe de se dar em bases igualitárias, submetia as famílias, os alunos, os diretores e os professores ao controle da matriz médico-higiênica. Deste modo, a produção e o consumo da cultura escolar⁴⁹ forjada pela racionalidade médico-higiênica deixam brechas para resistências e conflitos num processo permeado por representações culturais de educação, saúde e higiene, bem como por apropriações e reapropriações construídas pelos atores sociais envolvidos com a educação.

Neste sentido, refletir sobre as produções de homens de ciência divulgadas na “Revista de Educação e Ensino”, no periódico “A escola” e na “Revista do Ensino” é identificar representações e apropriações que propõem uma cultura escolar voltada para a formação de sujeitos higiênicos, higienizados e higienizadores, tomando de empréstimo as palavras de Gondra (2003a). Ao discutir sobre o processo de apropriação, Certeau (1998, p. 50) compara os diversos tipos de textos a um apartamento alugado que pode ser usado de diferentes formas por alguém que está de passagem. Esta lógica faz do texto um lugar “habitável” onde “[...] um mundo diferente (o do leitor) se introduz no lugar do autor.” Mas esta análise não se limita apenas a textos, pode ser aplicada a produções culturais em geral onde o “consumidor” reapropria o que lê, o que vê e o que ouve.

⁴⁹ Para Julia (2001, p. 10) cultura escolar “[...] é um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas que podem variar segundo as épocas.”

Na rede de significados construída com base no saber higiênico, os homens de ciência anunciam seus objetivos. Luiz Barreiros (1912, p. 455, grifo nosso) não foge á regra e finaliza seu artigo com as seguintes colocações:

O Pará não deve perder tempo em adoptar e organizar esse serviço que será da maior utilidade á instrucção da infância da nossa terra. Como estamos vendo, todos os paizes modernos ligam a máxima importância ao problema de assegurar à creança um desenvolvimento physico racional e de premuni-la contra as **moléstias** inherentes ao meio ambiente escolar. Fica nestas linhas lançada a nossa primeira pedra para a adopção dessa medida que reputamos útil e inadiável.

[...] É o que anhelamos, para o **bom nome** do nosso Pará.

A construção de uma representação positiva do Pará era como exposto acima, uma preocupação constante entre os higienistas brasileiros que, como Campos (1901b, p. 77) combatiam “[...] o boato exagerado de que o nosso Estado é um fóco pestilento, uma região ingrata”. Desta forma, a educação nos moldes higiênicos se configurava como maneira de incentivar o patriotismo e valorizar o Pará:

É preciso educar convenientemente muitos dos nossos patrícios, corrigindo-lhes a mania de acharem sempre melhor as cidades, as terras, climas, ou produtos do estrangeiro, amesquinhando o nacional, quando nada temos a invejar – ou terra ou clima, força physica ou instrucção. (CAMPOS, 1901b, p. 77).

Sarges (2002b, p. 106) identifica no fim do século XIX e início do século XX um esforço por parte do Intendente de Belém, Antônio Lemos, em fabricar “[...] uma imagem que deveria extrapolar as fronteiras da cidade, do Estado e do país, como forma de adquirir a mesma importância dos chefes das nações ditas civilizadas.” Isso se deu por meio de diversas iniciativas como os relatórios da intendência, a encomenda do Álbum de Belém, o controle sobre a imprensa, bem como a criação e/ou expansão de instituições públicas como orfanatos, asilos e hospitais. A construção desta representação de cidade moderna visava entre outros motivos contrapor-se a ideia errônea de que a região era habitada por pessoas incultas, bárbaras e doentes.

Em face do exposto é possível identificar que as intervenções da higiene na educação, buscavam construir uma representação civilizada e higienizada do Pará, do seu povo e, conseqüentemente do Brasil. Este é um processo de configuração de uma nação que pretende atingir o patamar mais avançado de desenvolvimento na ótica de uma nacionalidade embasada em referenciais eurocentrados.

Esta versão de nação que tem como base a visão ocidental é problematizada por Bhabha. Neste sentido, Bhabha (1998, p. 227) propõe uma construção cultural da nacionalidade onde “[...] a produção da nação” passa por uma cisão entre a temporalidade continuísta do pedagógico e a estratégia do performativo na qual a formação de uma identidade fixa que gere coesão para o povo de determinada nação fica em suspenso. Isso nos leva a refletir sobre o objetivo recorrente entre intelectuais brasileiros, citados anteriormente, de promover a coesão social e construir uma identidade nacional considerada ideal por meio da educação, particularmente estabelecendo relação com o higienismo. Esta tarefa visa construir uma representação de nação e de povo nos moldes da cultura ocidental. Porém, é necessário considerar que nesse processo existem conflitos e negociações entre as diferentes práticas educativas em saúde: de um lado encontram-se as recomendações embasadas na Higiene, de outro as práticas educativas de saúde oriundas das populações tradicionais (negros, índios, parteiras, curandeiros, etc.). Assim, o enfoque dos professores e médicos que divulgaram prescrições embasadas na higiene nos periódicos pedagógicos do Pará aqui analisados indica uma opção por escrever uma história eurocêntrica e ocidental da nação republicana brasileira, desconsiderando nesse processo outros modos de compreender e cuidar da saúde das crianças, o que indica haver diversidade e heterogeneidade na nação brasileira.

Os artigos discutidos nesse item consideraram a divulgação da importância da atuação do médico escolar e da aplicação dos preceitos higiênicos na escola como o passo inicial para garantir a formação de indivíduos saudáveis. Deste modo, Barreiros (1912) reforça a ideia que permeou toda a sua argumentação: a promoção de uma educação que higienize os indivíduos garante a divulgação de uma representação civilizada a respeito do Pará. A seguir a discussão sobre a higiene escolar será aprofundada no que diz respeito aos cuidados higiênicos com o corpo por meio dos exercícios físicos e da higiene pessoal estabelecendo a relação entre essas recomendações higiênicas e a *colonialidade do ser*.

4.2. O corpo e a Colonialidade do ser

O item *O corpo e a Colonialidade do ser*, que diz respeito às recomendações higiênicas referentes ao exercício e ao robustecimento do corpo, bem como à higiene pessoal merece particular atenção. A *colonialidade do ser* é analisada por Maldonado-Torres (2008, p. 96, grifo nosso) a partir das reflexões de Aníbal Quijano:

A colonialidade do Ser refere-se ao processo pelo qual o senso comum e a tradição são marcados por dinâmicas de poder de carácter preferencial: **discriminam** pessoas e tomam por alvo determinadas comunidades. O carácter preferencial da violência pode traduzir-se na colonialidade do poder, que liga o racismo, a exploração capitalista, o controlo sobre o sexo e o monopólio do saber, relacionando-os com a história colonial moderna.

Tendo em vista a discriminação de pessoas ressaltada por Maldonado-Torres como parte do processo que caracteriza a *colonialidade do ser*, as prescrições higiénicas voltadas ao corpo dos alunos assumem um papel importante na iniciativa de avaliar, classificar e modelar os sujeitos que possuem as características necessárias para ocupar as posições sociais que lhes cabem no Sistema Mundo Colonial. É necessário compreender que essas classificações constroem diferenças que não são naturais, mas que são produzidas e envolvidas por um discurso que se proclama científico para, deste modo, obter legitimidade e reconhecimento. Desta forma, as representações de “corpo ideal” e de práticas de saúde voltadas ao aluno amazônida defendidas pela racionalidade médico-higiénica são consideradas à luz da Teoria Decolonial como apenas mais uma das maneiras de pensar a educação e a saúde no ambiente escolar dentre tantas outras que também possuem importância e influência na sociedade. Neste sentido, compreender os possíveis motivos pelos quais os intelectuais brasileiros, que produziram nas revistas pedagógicas selecionadas neste estudo, construíram determinadas representações de aluno forte e saudável de um lado, e de aluno fraco e doente de outro, traçando conseqüentemente o plano de intervenção higiénica sobre cada caso é o que norteia nosso percurso analítico neste item.

É provável que, inicialmente, se pense que os intelectuais do fim do século XIX e início do XX compreenderam a Educação Física como uma disciplina isolada, apenas voltada ao fortalecimento físico do corpo. Porém, diversas pesquisas como a de Sousa e Vago (1997) atestaram que existiam diferentes representações desta disciplina entre os intelectuais do período.

As seguintes representações foram destacadas: 1. A Educação Física como “domadora de corpos” que almejava por meio da higienização e da disciplinarização estabelecer uma ordem na escola e preparar fisicamente a mão-de-obra necessária ao mercado de trabalho; 2. A concepção de Educação Física produtora de raça forte e enérgica, embasada nos preceitos eugênicos, indicava ser essa uma estratégia de melhoramento racial; 3. A terceira representação cria ser esta disciplina um “celeiro de atletas”; 4. A Educação Física enquanto “terapia escolar”, vista como possível recurso para tratar distúrbios de ordem psicológica; 5.

A Educação Física que desenvolve somente a dimensão físico-biológica do aluno. (SOUSA; VAGO, 1997).

Neste contexto, os artigos desse item serão analisados com vistas a compreender a representação da disciplina Educação física, sua relação com a higiene escolar e as implicações disto sobre a educação proposta.

Octavio Pires escreve na edição de outubro de 1891 da “Revista de Educação e Ensino” a coluna “Pedagogia” com o artigo intitulado “Hygiene escolar e suas vantagens” e anuncia o motivo que o levou a elaborar o mesmo: “[...] nosso intuito é apenas fazermos uma compilação dos poucos escriptos que temos lido sobre o assumpto e, com estas **autorizadas opiniões**, mostrarmos em que consiste a hygiene escolar e suas vantagens” (PIRES, 1891, p. 1, grifo nosso). Ao referir-se a opiniões autorizadas, Octavio Pires já aponta um princípio caro aos higienistas brasileiros que é a busca da legitimidade. Deste modo, a concepção médico-higiênica ganhava mais força e reconhecimento à medida que fosse ancorada em pesquisas científicas comprovadas e realizadas por profissionais de inquestionável reputação, com destaque para os higienistas europeus, principalmente os franceses. A *colonialidade do saber*, deste modo, assume um padrão de elevada importância nos textos de Octavio Pires, já que frequentemente ele utiliza esse recurso para abrir seus artigos. Sobre isso, Gondra (2004) salienta a importante contribuição da medicina francesa para a medicina brasileira que tratou de questões de higiene no ambiente escolar na corte do período imperial.

Seguindo a lógica da legitimidade, o autor recorre a exemplos da Antiguidade Clássica para mostrar a importância do tema: “Nos ensina a historia que as nações antigas, que nasceram, a floriram e desapareceram, ligavam, á educação, principalmente á physica, particular cuidado” (PIRES, 1891, p. 1, grifo nosso). A referência às práticas higiênicas dos persas, espartanos e atenienses é consequência da adoção à concepção de história linear, ou seja, a crença de que a evolução da história é progressiva e que teve sempre como referência a cultura e as práticas ocidentais. Ao destacar o exemplo dos espartanos Pires (1891, p. 129) elogia os resultados obtidos indicando relação da prática de atividades físicas com o nacionalismo: “[...] por meio d’este systema de educação conseguiu ter um povo vigoroso, intrépido, ágil, astucioso e habituado a viver pela pátria e para a pátria”.

Jurandir Costa (2004, p. 185) também observou o uso do mesmo recurso por parte dos higienistas brasileiros para justificar a intervenção higiênica na educação:

[...] os médicos faziam apelo a todo tipo de argumento para justificar a importância da educação do corpo. Gregos, romanos, celtas. [...] e mil outros

povos reputados cultos, heroicos e guerreiros eram chamados como testemunhas do valor do cultivo do corpo.

Por outro lado, vale ressaltar o seguinte trecho do artigo: “A causa é **nacional**, o objectivo **humanitário** á salvação da futura geração” (PIRES, 1891, p. 1, grifo nosso). Assim, o autor coloca a questão como sendo de carácter nacional e, portanto, impregnada do contexto e das peculiaridades locais. Porém, ao mesmo tempo, torna o tema um assunto de carácter humanitário, ou seja, muito mais amplo que as necessidades locais.

O que parece uma contradição é, na verdade, fruto de uma tendência modernizadora que influenciou diversos países latino-americanos no século XIX. Nesta concepção, o “ponto cego” a partir do qual se pode supostamente avaliar corretamente o progresso de uma nação é a visão eurocêntrica de mundo. A partir dela, os países outrora colonizados pela Europa avaliam a si mesmos com base na matriz cultural europeia num processo de colonização da subjetividade. (PIRES, 1891, p.1, grifo nosso; RESTREPO; ROJAS, 2010; QUIJANO, 1992).

O artigo apresenta como tema a “higiene pedagógica” e inicia apontando o descaso com o qual o mesmo tem sido tratado em nosso país:

Descurado se acha neste Estado, e quiçá em todo o Brazil este importante ramo da educação publica, é **dever de todo o cidadão** trabalhar [...] a fim de impedir que continue em esquecimento este delicadíssimo assumpto, de grande utilidade para as gerações [...]. (PIRES, 1981, p.1, grifo nosso).

Uma questão importante no trecho supracitado sobre a higiene é que, a despeito da parca atenção direcionada ao tema no país, adotar as prescrições da higiene era considerada uma tarefa de todo o cidadão brasileiro. Isso nos leva a pensar que, para ser considerado cidadão, cumpridor de seus deveres patrióticos, o indivíduo deveria enquadrar sua rotina e seus hábitos às orientações higiênicas. Sem dúvida, envolver a “**todos**” nesta luta em prol da civilização de um povo, soava democrático, mas ao mesmo tempo, delimitava papéis: de um lado, os reputados intelectuais que trabalhavam com a educação e a medicina do país e tinham como função definir o que deveria ser a forma correta de cuidar da saúde dos alunos; de outro, “a massa” ou o povo que precisava aceitar, ainda que não compreendessem de forma crítica e autônoma, os ensinamentos higiênicos e incorporá-los em sua rotina. Esse processo de hierarquização de papéis é discutido pela teoria decolonial que aponta a forma sutil com a qual até mesmo as pessoas, e não somente os recursos materiais de um determinado país, são submetidos à dominação por meio da *colonialidade* (MIGNOLO, 2003).

Um dos argumentos adotados por Octavio Pires em defesa da higiene foi que a mesma é alvo de atenção dos países considerados civilizados:

A hygiene pedagógica é hoje preocupação constante de todos os governos **civilizados**, porque está provado que ella age decisivamente sobre o desenvolvimento da criança e sobre a conservação de sua saúde. (PIRES, 1891, p.1, grifo nosso).

A referência às nações civilizadas traz em si a influência do que Aníbal Quijano chama de *intersubjetividade mundial*, isto é, o domínio hegemônico europeu e ocidental sobre a cultura e o pensamento dos povos dominados. Neste sentido, as dualidades que se apresentam apontam para um *estágio primitivo* de desenvolvimento de um país que se quer superar para evoluir ao *estágio civilizado*. Da mesma forma, a higiene é representada como um recurso por meio do qual é possível assegurar o bom desenvolvimento dos alunos e a manutenção de sua saúde, o que indica que existe a possibilidade de um retardo nesse desenvolvimento e o conseqüente comprometimento da saúde caso as orientações higiênicas não sejam adotadas, ou seja, uma **dualidade** que aponta para diferentes condições: saúde/doença; bom desenvolvimento/retardo no desenvolvimento; bárbaro/civilizado; Europa/não-Europa (QUIJANO, 2000a).

É interessante constatar que a concepção de criança como futuro da nação está presente na produção intelectual brasileira: “[...] a criança é o **gérmen** do futuro cidadão e este é para a pátria a força motriz de todo **progresso** e de toda prosperidade” (PIRES, 1891, p.1, grifo nosso). Desta afirmação compreende-se em parte por que a educação foi tema de tantos debates teóricos e legislações elaboradas nesse período a fim de que por meio desta estratégia se garantisse a formação de cidadãos produtivos que assegurassem o desenvolvimento do Brasil. A retórica do progresso foi uma constante entre os intelectuais e governantes brasileiros, influenciados pelas ideias liberais, que ansiavam por construir uma nação forte, independente, avançada e civilizada nos moldes das nações europeias (COELHO; SILVA, 2010).

O desenvolvimento da criança é comparado a elementos da natureza como as plantas, que exigem controle e vigilância constantes para que os estímulos recebidos alcancem os resultados esperados. Coelho e Silva (2010), ao analisarem revistas pedagógicas publicadas no Pará entre 1900 e 1919, apontaram que a vigilância e o controle foram princípios fundamentais divulgados nesses periódicos cuja concepção de educação, embasada nos

princípios higienistas, almejava o progresso e a civilização da nova sociedade que se configurava com o advento do sistema republicano. (PIRES, 1891).

A criança representada como esperança da nação brasileira também foi apontada pelo professor higienista Campos (1901e, p. 114) que indicou as vantagens econômicas e sociais de cuidar da criança desde a mais tenra idade:

A sociedade gastando hoje somas avultadas nos hospitais, para restaurar, entre outros, a saúde de tanta gente desregrada [...] deve pensar e cuidar nos pequeninos, onde se enraízam as melhores esperanças da presente geração brasileira.

Diante do exposto, Octavio Pires procura desmistificar a ideia de que para formar um cidadão produtivo bastava fomentar nele o desenvolvimento intelectual. Ele acrescenta: “Está hoje provado que o caráter do indivíduo forma-se mais pela educação physica do que pela cultura mental; sem o concurso daquella, esta torna-se improductiva.” (PIRES, 1891, p.1, grifo nosso). A ideia defendida pelo educador se coaduna a concepção de educação integral, ou seja, aquela que inclui os âmbitos físico, intelectual e moral do indivíduo. O higienismo, conforme Gondra (2003a; 2003b, p. 26; 2004), apregoava a proposta de moldar a mente e o corpo das crianças por meio da formação integral cujo objetivo devia ser “[...] produzir sujeitos higiênicos, higienizados e higienizadores”.

O professor José Veríssimo, em sua obra “A Educação Nacional” (1906, p.67, 68), nos esclarece, como mostra o trecho a seguir, a importância de uma educação que abarcasse a formação de um cidadão de modo integral. Esse cidadão deveria ser forte, robusto e são:

[...] como a educação espiritual (intellectual e moral) tem por fim preparar um espírito culto e bom, assim à educação physica compete formar um corpo robusto e são, completando ambas o fim superior da educação, que é tornar o homem bom, instruído e forte.

Em face do exposto observa-se que o lugar ocupado pela Educação Física na proposta educativa de José Veríssimo é destacado e está relacionado aos demais aspectos a serem desenvolvidos na educação. Desta forma, o cidadão a ser formado deveria ser forte, robusto e são. Além disso, a educação necessária para esse fim deveria ocorrer desde a primeira infância. Para Veríssimo (1985, p. 53) esta concepção de educação buscava superar a barbárie e a degenerescência das raças que compunham o mestiço no país e devia ser voltada “[...] para o progresso, para a civilização e para a grandeza de um povo.”

Após a reflexão inicial, Octavio Pires faz o seguinte questionamento: “Como conseguir o desenvolvimento physico?”. Em seguida, o autor responde à pergunta: “Por meio

da hygiene”. Embora ele não tenha abordado a questão do que seria, em sua concepção, a higiene pedagógica, ele afirma não existir dúvida quanto à sua relevância: “[...] É incontestavelmente axiomática ser a hygiene pedagógica a mais importante de todas”. Sua afirmação fornece algumas pistas, entre elas a de que a higiene pedagógica abarca o desenvolvimento físico do ser humano e que esse está intimamente ligado ao amadurecimento das faculdades intelectuais.

Ao lançar questionamentos que levem o público leitor a pensar, recurso muito adotado na maioria dos artigos analisados nesse periódico como será possível observar, identifica-se uma estratégia adotada pelo autor que é fazer uma pergunta seguida de resposta ancorada em argumentos científicos. As questões que são lançadas ao leitor, e que geralmente aparecem após uma introdução na qual se apresenta o tema a ser discutido, chamam a atenção para o desenvolvimento do tema, no qual estão presentes prescrições higiênicas sobre determinado assunto, que no caso desse artigo é o desenvolvimento físico dos alunos. Com base nisso, é possível inferir que o escritor construiu um texto para um público possuidor de uma gama de conhecimentos científicos e que está em formação continuada. O autor espera que esse público, o docente, se aproprie dos conhecimentos divulgados e os aplique à sua realidade. (CHARTIER, 1987).

Desta forma, o autor encerra o artigo e convida os leitores a acompanhar outras produções sobre o referido tema ao longo das próximas edições da revista. (PIRES, 1891).

O artigo publicado em setembro de 1892 tratou da “Hygiene dos internatos – Dos recreios”. O professor Pires abre seu artigo com uma citação de Jean Jacques Rousseau “Le grand secret de l'education est de faire que les exercices du corps et ceux de l'esprit servent toujours de delassement uns aux autres⁵⁰”. A referência ao filósofo europeu Rousseau permite identificar pistas sobre a representação de educação que Pires deseja expor. Neste sentido, vale destacar a obra intitulada “Emílio: ou, da educação” na qual Rousseau almejava a formação integral do indivíduo de forma que o corpo disciplinado é base necessária para a educação do intelecto e da moral a fim de forjar um homem capaz de viver harmonicamente em sociedade (GOELLNER, 1997; ROUSSEAU, 1762 apud PIRES, 1892i, p. 131; ROUSSEAU, 1995).

Para ilustrar o quanto a higiene era importante para Rousseau (1995, p. 33, 112) vale citar sua afirmação “A única parte útil da medicina é a higiene; e a higiene é menos uma ciência que uma virtude”. A seguir Rousseau indica que a educação do corpo e dos sentidos

⁵⁰ “O grande segredo da educação é fazer com que os exercícios do corpo e aqueles do espírito sirvam sempre de lazer de uns aos outros.” (ROUSSEAU, 1762, Tradução nossa).

era inseparável da formação intelectual: “É um erro lamentável imaginar que o exercício do corpo prejudique as operações do espirito: como se essas duas ações não devessem andar de acordo, e que uma não devesse sempre dirigir a outra.” Desta forma, Pires (1892i) prepara o terreno para afirmar que o “repouso” a ser realizado durante o recreio escolar pode e deve educar o corpo como será discutido a seguir.

O professor Pires (1892i, p. 131) defende a necessidade do repouso e indica que ele pode ser obtido com ou sem atividade muscular. Recorre então, à seguinte questão: “Qual das duas maneiras mais convém em um internato de educação?” O mestre responde utilizando o argumento de que o movimento “[...] é uma lei obrigatória da natureza a cada pessoa, no período de seu crescimento, [...] a primeira maneira de diversão é a que deve ser aplicada”.

Pires (1892i) prossegue defendendo a necessidade de equilíbrio entre os sistemas ósseo, muscular e nervoso por meio da atividade física. Para apoiar suas ideias cita Riant para quem o movimento corporal beneficia o metabolismo influenciando, deste modo, a respiração, a circulação, a temperatura e a produção de secreções. Em seguida o professor expõe as consequências de não adotar os exercícios físicos no ambiente escolar:

Ora, entregar a creança ou o jovem a enérgicos exercícios intellectuaes, sem a precisa alternativa das diversões com movimentos [...] é desequilibrar-lhe aquelles três grandes systemas orgânicos [...] predispondo o individuo assim educado a um **exagero** de impressionabilidade, de irritabilidade, de nervosismo, em summa. (PIRES, 1892i, p. 131, grifo nosso).

O trecho em destaque aponta o risco de comportamentos exagerados que se contrapõem a docilidade desejada para o cidadão saudável, mostrando a relação entre a educação do corpo e a formação moral do indivíduo. Além disso, Octavio Pires refere-se ao relatório sobre o ensino secundário da Inglaterra no qual Demogeot descreve a frequência semanal dos exercícios físicos entre os alunos. A necessidade de valorizar suas representações sobre a higiene recorrendo a autores estrangeiros, como temos observado até aqui, é uma prática comum nos escritos desse professor. Lander (2000) considerou a *colonialidade do saber* como um processo por meio do qual os saberes científicos eurocêtricos assumem o caráter universal e normal, ao passo que os demais tipos de conhecimento são estigmatizados como arcaicos e primitivos. Assim, construir uma representação de conhecimento considerada aceitável para ser aplicada nas escolas brasileiras relacionava-se à vinculação dos escritos divulgados pela REE às produções intelectuais dos países tidos como mais civilizados.

Após citar Riant, Pires (1892i, p. 131, 132) afirma: “[...] os recreios formam, portanto, uma parte importante das disciplinas de um internato”. A defesa de atividades físicas parte da

representação de educação integral que a racionalidade médico-higiênica adotava. O Regulamento Geral da Instrução Pública do Pará (1890b, art. 191, p. 22) também considerou os recreios como um momento de aprendizado: “Estes recreios serão ocupados, quer nas escholas de meninos, quer nas de meninas, por exercícios phisicos e jogos infantis dirigidos alternadamente pelo professor e adjuncto, quando o houver”.

Neste sentido, a higiene adverte “[...] ao lado do desenvolvimento cerebral, desenvolva-se igualmente os músculos e o esqueleto”. A moral também era alvo da atenção desse professor como podemos observar a seguir:

Ai do internato cujo diretor fizesse consistir o bom comportamento do seu alumno na inercia corporal [...]. A moralidade ahi seria uma hypocrisia, e, conseguindo ele fornecer illustrações ao mundo, não lograria contudo dar á Patria cidadãos sadios. (PIRES, 1892i, p. 131).

É possível que a defesa de que haja recreios nas escolas tenha relação com o princípio higienista da *moderação*⁵¹ e da *alternância de atividades*. Para Gondra (2004) a alternância de atividades é o estabelecimento de uma relação de equilíbrio entre as atividades intelectuais, físicas e o período de repouso, de modo que não ocorram extremos. Assim, os higienistas defendem que haja uma organização do tempo e da frequência destas atividades para evitar que, por exemplo, o excesso de atividade intelectual acompanhado da falta de exercícios físicos, leve os alunos a adquirir enfermidades que irão comprometer os seus desenvolvimento neural, psicológico e motor. Desta forma, Pires (1892i, p. 131) explica:

Em nossos collegios, graças ao clima da latitude que habitamos, a atividade cerebral não é exercida além de duas horas consecutivas. Há para os nossos jovens estudantes mais frequentes vezes de **descanço**, do que se encontram em certos internatos de França.

Jurandir Costa (2004, p. 183, 184) também auxilia a compreensão da representação construída pelos higienistas brasileiros sobre o recreio nas escolas:

Nos colégios, [...] a recreação deveria ser formativa. De preferencia estimular o corpo e o espírito mediante a escolha seleta das brincadeiras, exercícios e distrações. [...] A recreação deveria servir à recuperação de energias gastas no trabalho. O lazer perdia seu caráter de gratuidade e progressivamente definia-se como **higiene física e mental**.

⁵¹ Os exercícios realizados devem ser regidos pelo princípio da moderação levando em conta a “diversidade na energia vital e na constituição dos sujeitos” sob pena de estagnar, perverter ou debilitar as faculdades da inteligência. (GONDRA, 2004, p. 379).

Os trechos supracitados indicam a configuração da educação física como um elemento capaz de propiciar desenvolvimento global ao aluno. Neste sentido, vale citar Veríssimo que considerava a referida disciplina como um grupo de regras que possibilitavam optar pelos recursos adequados a fim de estimular a ação dos órgãos em diferentes idades, condições e profissões. Para esse professor a educação física abrange também o ensino dos princípios da higiene: “[...] a educação *physica*, não se limita apenas, como vulgarmente se supõe, aos exercícios *physicos*, mas abrange a *hygiene*”. Assim, os exercícios físicos eram representados no contexto do higienismo como sendo planejados e voltados à formação de indivíduos higienizados tanto no que concerne a sua aparência saudável como também em relação ao seu comportamento (PIRES, 1892i; VERÍSSIMO, 1906, p. 67).

Com base nos dados apresentados anteriormente Octavio Pires indica os benefícios trazidos pela prática de atividades físicas durante o recreio, sendo estas de caráter físico, mental e moral:

[...] **lucra** a inteligência com o repouso do cérebro; **lucra** a moralidade com o entretenimento dos jogos, que tomam o tempo em que o educando poderia entregar a pensamentos ou actos mãos; **lucra** a saúde [...] que assim não vem a sofrer de insomnias, [...] nem a perder o apetite; **lucra** enfim, o character do indivíduo com a sua robustez e *vygor physicos*, que lhe dão um aspecto varonil, tornando-o ao mesmo tempo **franco, leal e corajoso**. (PIRES, 1892i, p.132, grifo nosso).

As vantagens inerentes à prática de atividades físicas, como expostas acima, trazem “lucros”. O uso desta palavra provavelmente não foi acidental. Qualquer semelhança entre a linguagem do universo econômico e da higiene não é mera coincidência. Apesar das questões econômicas não serem as únicas a influenciarem a representação do indivíduo saudável, certamente elas estão presentes. Com base nos trechos destacados da REE verifica-se que a apropriação feita por Octavio Pires sobre o conceito de higiene mental ou “higiene da inteligência” possivelmente atendeu a pelo menos dois propósitos: formar o sujeito que maximiza o uso de seu tempo e valoriza o trabalho; formar um cidadão saudável e, conseqüentemente, produtivo à nação brasileira que no período republicano buscava o progresso e a civilização.

A construção de uma dada representação de identidade nacional também permeou as reflexões de José Veríssimo. Para atingir tal finalidade a educação se configurou como estratégia para remediar os males que assolavam o Brasil e disciplinar os indivíduos que dele faziam parte naquele período histórico. Para Veríssimo (1985, p. 79) um dos “males” existentes no Brasil era o desprezo pelo trabalho que seria consequência da escravidão. Com o

fim do regime escravocrata se fazia necessário incentivar “[...] o amor ao trabalho”, por meio da educação que poderia “remediá-lo”. O uso da linguagem médica ao tratar de problemas sociais aponta que, na visão de José Veríssimo, a educação seria parte do tratamento para males que adoeciam o país.

No artigo intitulado *Higiene dos internatos - Dos exercícios físicos*, publicado no mês de outubro, Pires (1892j, p. 147) aborda “[...] várias maneiras que podem ser utilizadas, para pôr em execução o movimento preciso.” Assim, o professor adota a classificação do Dr. Riant para explicar sobre o tema: 1) exercícios de primeira ordem ou jogos livres; 2) Exercícios de segunda ordem.

Os exercícios livres são os jogos, os passeios, as marchas e o salto, podendo ser executados de acordo com a preferência e aptidão de cada aluno. Estas atividades permitem ao aluno “[...] criar as diversões que desejar”. Os exercícios de segunda ordem, no entanto, precisam ser realizados com a orientação de um professor e incluem a esgrima, a equitação, a dança, a marcha ritmada, os exercícios militares, a gymnastica, a natação e os trabalhos manuais. Esses exercícios “[...] devem ter o seu **tempo próprio**, marcado pelo regimento interno da casa.” (PIRES, 1892j, p. 147, grifo nosso). A respeito da racionalização do tempo destinado a cada uma das atividades na escola Campos (2004, p. 183) esclarece: “[...] a finalidade explícita do controle do tempo era de não deixar margem à ociosidade. O ócio induzia à vagabundagem, capoeiragem e aos vícios prejudiciais ao desenvolvimento físico e moral”.

O destaque conferido aos exercícios de segunda ordem nos escritos de Pires (1892j) é evidente na necessidade de maior controle sobre o mesmo, requerendo a presença do professor e a definição do tempo de realização da atividade. O motivo disso possivelmente está relacionado às representações conferidas à realização de algumas destas atividades, consideradas mais comuns entre a elite burguesa do período. A equitação e a esgrima são esportes cujas práticas demandam equipamentos específicos e de alto custo, por exemplo. Nesta lógica, Jurandir Costa (2004, p. 185) potula: “Fazer crer que a natação, a esgrima, o canto, a dança e o piano eram benéficos ao desenvolvimento físico, foi a maneira de tornar conformes à <<natureza>> os sinais da classe burguesa”.

A variedade e a liberdade são apontadas por Octavio Pires como necessárias aos exercícios no espaço escolar de forma a assegurar “[...] seu atractivo e encanto”, evitando, assim, que o aluno se desinteresse e que as atividades percam “[...] cinquenta por cento do real valor que podiam lograr.” A atuação do professor se faz necessária também para evitar que os alunos se apeguem de forma exagerada a determinados exercícios de modo que isso

prejudique “[...] o seu aproveitamento intelectual”. Assim, o professor deve intervir “[...] prevenindo as imprudências e methodizando os exercícios” (PIRES, 1892j, p. 147).

Neste contexto, a natação foi considerada propícia ao clima do Brasil e seus benefícios enumerados a seguir:

Em outros climas, [...] aonde a baixa temperatura das estações védam a imersão prolongada do corpo humano na agua fria [...] a restrição ou mesmo a supressão dos movimentos natatórios é explicada e aceitável. Entre nós, porém, que nos achamos cercados [...] de caudalosos rios de aguas tranquillias, que podemos, com facilidade [...] obter a construção de piscinas, igarapés ou qualquer manancial de agua [...] não possuirmos em todos os colégios de internatos uma aula de natação, - é um verdadeiro crime de lesocuidado. [...] Além do desenvolvimento que uma semelhante pratica empresta á musculatura geral, além da vantagem que ella traz a hygiene do corpo, asseando-o incute a coragem nos indivíduos por ocasião de perigos marítimos. (PIRES, 1892i, p. 148).

Contrariando a crença de que o clima brasileiro era desfavorável á saúde, bem como a prática de exercícios Pires (1892i) defende que a natação seja adotada nos colégios do Brasil. Sobre a questão do clima relacionado à prática de exercícios físicos, Veríssimo (1985, p. 89, 90) recorre a argumentos de diferentes fontes para justificar a importância desta atividade, uma vez que foi adotada em locais como Europa e Estados Unidos da América, considerados como referência de civilização. Numa tentativa de negociação, ele busca justificar a necessidade desta prática entre os brasileiros, ainda que nosso clima “supostamente” não a favoreça:

Se, como o demonstra aquela ciência, os exercícios físicos são um revigorador das energias físicas e, portanto, da saúde, é justamente nos climas enervadores e debilitantes como nosso que convém, mediante eles, reagir contra a ação do meio físico.

O trecho destacado aponta as particularidades de uma representação cultural que, para assumir legitimidade, citava por um lado exemplos de iniciativas adotadas em países de referência e por outro lado, quando esta mesma ideia impossibilitava o objetivo de construir uma educação de caráter nacional que tinha a educação física como um de seus pilares as condições eram negociadas. Desta forma, a suposição de alguns higienistas de que não era possível viver de maneira saudável e até mesmo praticar exercícios em climas tropicais como o Brasil foi posta em suspenso. Outro homem de ciência que combateu a ideia do clima brasileiro prejudicar a saúde foi o demógrafo sanitário Américo Campos (1901a, p. 59) em

seu artigo sobre a mortalidade infantil no Pará. Ali se contrapôs ao ideário do Dr. Uffelmann a respeito da relação entre o clima e a taxa de mortalidade:

Uffelmann dá como uma das causas mais importantes o clima do paiz, em virtude da excessiva mortalidade nas zonas equatorial [...] e polar. Ele próprio [...] **enfraquece** o valor de tal afirmativa, atribuindo, conjuntamente a mortalidade ao desmazelo e ignorância dos paes. [...] Já vimos que a nossa mortalidade infantil é inferior à de cidades edificadas, em zonas consideradas mais benéficas. [...] Não tem o nosso clima acção especial deletéria sobre o tenro organismo do infante.

A confirmação de que o clima brasileiro não impediria a prática de atividades físicas pode ser observada no manual de higiene do Dr. Américo (1912) que destacou no item “A hygiene da circulação” a recomendação da adoção de exercícios higiênicos. Para ele, os referidos exercícios poderiam ser aplicados usando a ginástica sueca que inclui a ginástica e a corrida. Outros exercícios sugeridos pelo professor foram o ciclismo, o remo, a natação e a dança.

Apesar das vantagens oriundas da natação, Octavio Pires se ressentia de que o *Seminário do Carmo*, a única instituição que tinha condições de implantar esta prática esportiva em Belém por ser próxima a Bahia do Guajará, não o tenha feito. Além disso, muito preocupava Pires a ausência desta atividade nos colégios de Belém: “[...] esta deficiência de todos os nossos collegios é certamente bem culposa, lastimosíssima, imperdoável mesmo” (PIRES, 1892j, p. 148).

O intelectual José Veríssimo também defendeu veementemente que a Educação Física fosse alvo de atenção especial nas escolas brasileiras, e preocupou-se com a questão de as propostas políticas não viessem acompanhadas de ações que as traduzissem para a realidade: “[...] a cultura physica está nos regulamentos e programmas; cumpre, porém, esteja igualmente na pratica” (PARÁ, 1891, p. 77).

Ao tratar da “gymnastica” o professor Pires (1892j, p. 148) salienta sua principal contribuição que é “[...] **corrigir** os vícios do desenvolvimento orgânico e como resultado secundário **fortalecer** os membros bem conformados”. O caráter ortopédico, ou seja, de correção e disciplina do corpo era atribuído apenas à ginástica nos moldes higienistas, pois o “acrobatismo” punha em risco a vida com a prática de “[...] exercícios perigosíssimos”.

A especificidade da educação física preconizada pelo higienismo pode ser exemplificada na explanação do professor José Veríssimo: “[...] dois princípios regulam a educação physica: primeiro, nem todos os exercícios convém a todas as idades, compleições e

temperamentos; segundo, o esfalfamento, o cansaço demasiado, é o limite de todo o exercício physico”. Assim, para o professor, a ideia de adequar a prescrição dos exercícios ao desenvolvimento de cada criança diferencia os exercícios destinados ao espaço escolar dos demais tipos de exercícios existentes. Além disso, a preocupação em evitar a fadiga foi uma concepção recorrente entre os higienistas que desejavam formar, por meio de suas orientações, uma população forte, livre de doenças que comprometessem sua produtividade e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico de seu país (PARÁ, 1890a, p. 38).

Carvalho (2003, p. 300) contribui para a compreensão das representações de prevenção e correção nesse contexto ao analisar as principais operações da pedagogia do fim do século XIX e início do século XX, a saber:

Observar, medir, classificar, prevenir, corrigir. Em todas essas operações, a remissão à norma é uma constante. A pedagogia científica, as práticas que a constituíam e as que derivavam dela, caracterizavam-se, assim, por essa remissão constante a cânones de normalidade produzidos, pelo avesso, na leitura de sinais de anormalidade ou degenerescência que a ciência contemporânea colecionava em seu afã de justificar as desigualdades sociais e de explicar o progresso e o atraso dos povos pela existência de determinações inscritas na natureza dos homens.

A referência constante à existência de cânones de normalidade na racionalidade médico-higiênica expressa o que Mignolo (2010a, p.41) problematiza ao tratar da corpopolítica do conhecimento. Deste modo, a formação de homens/mulheres representados como ideais passa por critérios de normalidade oriundos do eurocentrismo. Neste sentido, a discussão sobre a corpopolítica:

[...] es más apropiada para hacer visible el color, el género y la sexualidade del “cuerpo pensante”; visibilizando así la corpopolítica blanca, masculina y heterossexual que reposa, invisible, detrás de las políticas hegemónicas del conocimiento de la modernidade imperial europea.

Para Pires (1892j, p. 148) o corpo a ser evitado ou corrigido era o que fugia aos padrões higiênicos: “[...] peito largo, braços relativamente grossos, mas de pernas finas [...] outros meninos há que são o inverso dos precedentes: [...] o thorax e os braços em desproporção”. A higiene forjava uma política da proporção, e caso os indivíduos não atendessem à norma “[...] convém corrigil-os, tornando proporcionaes [...] as partes viciadas, mediante exercícios ginmasticos apropriados”.

Sobre a implantação dos exercícios higiênicos nas instituições escolares de Belém, Octavio Pires (1892j, p. 148) lamenta a escassez de docentes, bem como a isolada experiência de apenas uma escola, cujo nome não é citado:

A gymnastica propriamente dita só há muito poucos anos começou a ser introduzida em uma das nossas casas de educação. [...] Ultimamente, os collegio públicos consignam nos seus Regulamentos a criação de aulas de gymnastica: mas continuam infelizmente desprovidas de professores.

Pires (1892j) finaliza seu artigo analisando o exemplo dos USA, cujas escolas adotaram a prática de exercícios em todos os níveis de educação, com ênfase nos trabalhos manuais. Ao citar Hippeau, trouxe o exemplo da Universidade de Ithaca onde os alunos trabalhavam nas oficinas gerando dinheiro com o seu trabalho. Hippeau afirmou que os alunos que passavam em média 3 horas nas oficinas obtinham melhor aproveitamento nas demais disciplinas e tinham maior oportunidade de ocupar cargos mais elevados.

Ao defender a importância do trabalho manual Octavio Pires recorre ao exemplo de uma nação considerada civilizada para balizar seu argumento, prática comum nos textos desse professor, o que demonstra a dependência estabelecida entre seus escritos e os saberes estrangeiros “civilizados”, ou seja, a *colonialidade do saber*. Porém, a apropriação feita por Pires sobre o trabalho manual demonstra também uma necessidade do contexto brasileiro no sentido de estimular entre a população o amor ao trabalho e ofertar aos futuros cidadãos uma formação profissional adequada ao lugar que ocuparão na sociedade. (LANDER, 2005; PIRES, 1892j).

Embora não seja o foco desta tese de doutorado analisar quais as instituições de Belém foram destinadas a formar os profissionais considerados de elite e as que se ocuparam em formar trabalhadores braçais, os escritos de Pires sugerem práticas educativas cuja implantação não era viável para todas. Sabino (2012) identificou no Colégio Nossa Senhora do Amparo, fundado em Belém no século XIX, a convivência de pensionistas da elite com pensionistas órfãs, bem como a existência de um currículo diferenciado para as duas classes de alunas com finalidades de formação específicas. Isso nos leva a refletir sobre as possibilidades de diferenciação curricular nos internatos de Belém nesse período: de um lado, a prática da nataçãõ e da esgrima demandava infraestrutura e gastos que não caberiam numa instituição mantida pelo Governo e voltada aos órfãos e desvalidos; de outro, o trabalho manual em oficinas que supostamente geravam retorno financeiro não seria compatível com um colégio de elite cujo valor da pensão atendessee a manutenção dos serviços educacionais.

Neste sentido, vale destacar a contribuição de Barbosa (2011, p. 205) que analisou o atendimento à criança desvalida no Instituto Paraense de Educandos Artífices, fundado em 1872 na cidade de Belém. Ele apontou que no século XIX foram criadas inúmeras instituições educacionais destinadas aos órfãos, desvalidos, negros e pobres no Pará. O papel exercido por tais instituições, com destaque para o Instituto Paraense de Educandos Artífices, era o de “[...] formar homens e profissionais úteis a si mesmo e à nação, e também, desenvolver indivíduos perfeitamente dóceis e ajustados à sociedade”. O pesquisador registra a existência de oficinas de marceneiro, carpina, funileiro, ferreiro e serralheiro na referida instituição, o que é compatível com sua finalidade de formação.

Nos escritos de Pires (1892i, 1892j) a atividade física foi representada como sendo de vital importância para favorecer uma educação integral que beneficie a aparência física, a saúde do corpo e permita um equilíbrio entre a quantidade de atividades voltadas ao desenvolvimento físico e as atividades que favoreçam o desenvolvimento intelectual do educando. Além disso, os exercícios físicos representavam mais uma forma de vigilância e de controle sobre o corpo dos alunos, que deveriam introjetar um padrão higiênico de tal forma a se tornarem vigilantes de si mesmos e dos outros, enfim, multiplicadores dos princípios aprendidos. Sobre a questão, Jurandir Costa (2004, p. 185, grifo nosso) reflete:

[...] Paralelamente criava-se o hábito de aprender a olhar, admirar e **domesticar** o corpo próprio desde cedo. O ginasta infantil não precisava de professor do corpo, quando adulto. Ele mesmo cuidaria com desvelo de todas as suas faltas e excessos.

Por fim, Pires (1892j, p. 149) representa seu projeto educativo para o corpo como um objetivo a ser alcançado no Pará e deseja: “Oxalá pudesse esta sublime idéia criar também proselytos em nosso meio!”. Qualquer semelhança entre os objetivos do ensino da educação física e os objetivos do ensino da higiene não é mera coincidência, pois a tendência era que a higiene estivesse inclusa enquanto conteúdo da educação física e perpassasse outras disciplinas nos currículos escolares do Pará. Como abordado nesse item, a higiene colocou a Educação Física como um dos eixos a partir dos quais emergiram diversos conteúdos que se traduziram em práticas de saúde, consideradas adequadas para formar o cidadão civilizado que se almejava. A iniciativa empreendida pela higiene de impor a visão de corpo eurocêntrica e de construir uma estética ideal para o corpo do brasileiro veio ao encontro de objetivos que implicitamente superavam a retórica da saúde do corpo e da mente para abarcar a modelagem de um corpo destinado ao trabalho, bem como à maximização de seu uso para os fins considerados corretos, revestidos de um caráter patriótico, moral e civilizador.

Neste contexto, observa-se que a Educação física defendida nos artigos analisados nesse item era representada como produtora de uma raça forte, considerando os princípios do Eugenismo, e como “domadora de corpos”, levando em conta sua finalidade de higienizar e disciplinar os corpos dos alunos a fim de promover a ordem e preparar para o mundo do trabalho.

Uma vez tendo sido exposta a discussão sobre os exercícios corporais no ambiente escolar a atenção volta-se a higiene pessoal. Na análise realizada por Gondra (2004) o termo *Applicata* surge ao abordar a higiene pessoal em produções médicas. A *applicata* se refere às recomendações higiênicas relacionadas à vestimenta, roupa de cama, banhos e limpeza do corpo. Tais recursos configuram-se como meio de ensinar aos alunos uma noção de disciplina e de rotina que era desejável que fosse apreendida e expandida pela família dos educandos.

Gondra (2004) identificou entre as recomendações referentes à vestimenta dos alunos presentes nas produções de médicos cariocas: o uso de roupas de lã no inverno e de algodão nas demais estações; a adoção de roupas folgadas e brancas que não limitassem os movimentos, daí a proibição do uso de espartilhos para as mulheres; a troca de roupa pelo menos duas vezes por semana; trocar os lençóis uma vez por semana. Em relação aos banhos, recomendava-se que se utilizasse água fria, de preferência, e que fossem realizados duas vezes por semana.

Neste sentido, vale destacar a seção de “Exercícios escolares” do periódico “A Escola” que contava com a contribuição de especialistas em diversas áreas, entre as quais a medicina, cujo colaborador era o Dr. Lira Castro. O artigo de maio de 1900 tem como título “Hygiene” e foca a higiene bucal. O médico recorre ao recurso das perguntas e respostas iniciando o texto com o seguinte questionamento: “Qual a utilidade dos dentes?” Na sequência explica: “[...] concorrem para a bôa pronuncia e para a importantíssima função da mastigação. Eles servem para triturar alimentos que passando pelo estomago são facilmente digeridos.” Os trechos destacam tanto a importância dos dentes para a função digestiva como para a comunicação, enfocando diferentes aspectos de um indivíduo saudável. Desta forma, é possível compreender tanto a dimensão biológica ou interna do “ser saudável”, como também a dimensão externa, nesse caso, representada pela comunicação. Para “ser saudável” não bastava ser, precisava parecer (CASTRO, 1900d, p. 171).

“Quaes são os meios de impedir as moléstias dos dentes?” Esta segunda questão abre a oportunidade para prescrever cuidados higiênicos com os dentes sob a perspectiva da negação como a recomendação de “[...] **evitar** a ingestão de alimentos quentes e frios sucessivamente”, pois isso altera o esmalte dos dentes. Na sequência são apontados como

prejudiciais outras substâncias e seus resíduos: a) “[...] o abuso de ácidos, sob qualquer forma, corrompe os dentes atacando o esmalte”; b) “[...] o resíduo dos alimentos retidos pelos dentes aí fermentando desenvolvem micro-organismos geradores da carie” (CASTRO, 1900d, p. 171).

Dr. Castro (1900d, p. 171) recomenda uma prática diária capaz de evitar moléstias nos dentes: “[...] convem pois escovar os dentes após as refeições”. A linguagem simples, direta e prescritiva desse pequeno artigo está relacionada ao objetivo da seção que é exercitar os conhecimentos escolares. Apesar de incentivar a memorização, o médico não se furta de explicar as causas e consequências da falta de higiene bucal. No entanto, é possível notar o silenciamento em relação às práticas culturais de alimentação de nossa região, bem como a ausência de orientações sobre como escovar os dentes, mostrando o caráter superficial e descontextualizado da lição proposta. Podemos identificar neste duplo significado da representação de “ser e parecer saudável” uma preocupação em colonizar o corpo dos alunos, usando para tal a base científica adotada pela higiene ao falar de micro-organismos e funcionamento do sistema digestivo, por exemplo.

Sobre a questão da higiene oral vale ressaltar a pesquisa de Rocha (2003) que analisou a “Cartilha de hygiene” de autoria do Dr. Almeida Junior⁵², adotada nas escolas de São Paulo, Ceará e Rio Grande do Norte no início do século XX como estratégia de divulgação de regras higiênicas. Entre as “8 regras de ouro” discutidas nesta publicação tomar banhos diários e escovar os dentes após as refeições apareciam como terceira e quarta regra respectivamente. Esse dispositivo serviu de referência para a publicação de outros materiais impressos por meio das iniciativas do Serviço Sanitário de São Paulo como, por exemplo, cartões postais e slides.

Outra região do corpo recebe atenção no artigo intitulado “Hygiene: O pé” no qual o Dr. Castro (1900f, p. 424) cita moléstias que acometem os pés para justificar a recomendação de “[...] lavar os pés pelo menos duas vezes ao dia”, são elas:

[...] irritações locais devidas às secreções das suas numerosas glândulas sudoríparas e sebáceas [...] favorecendo a maceração da pele e a formação de excoriações e calosidades. (CASTRO, 1900f, p. 424).

A seguir seguem outras prescrições higiênicas como “[...] evitar as unhas encravadas”, o que pode ser feito cortando-as “[...] e não arredondando”. Sobre as calosidades explica: “[...] devem ser destruídas com canivetes não muito amolados, depois de amolecidas em água

⁵² Médico e professor da Escola Normal em São Paulo. (ROCHA, 2003).

morna”. Por fim o sapato que gerar calos “[...] deve ser substituído por outro que se adapte melhor ao pé” (CASTRO, 1900f, p. 424).

Com a mesma preocupação, o Dr. Américo Campos (1912) dá indicações sobre cuidados de higiene com a pele, os cabelos, as roupas, a necessidade de banhos frequentes, o uso do sabão, a limpeza diária do rosto, dos dentes, da gengiva, do nariz, dos ouvidos, das mãos, das unhas, dos pés e os cuidados com os olhos.

O Regulamento Geral da Instrução Pública do Pará conferia tamanha importância aos cuidados com a higiene corporal que instituiu uma inspeção diária dos alunos a ser realizada pelo professor de cada classe:

A primeira meia hora da entrada da manhã será em todas as escolas consagrada á inspecção de aceio, verificação do estado dos dentes, orelhas, cabelo, unhas, dos alunos, acompanhada de observações moraes e recomendações sobre a necessidade e hygiene dos cuidados corporaes. (PARÁ, 1890b, art. 14, p. 9).

O estabelecimento da inspeção diária que incluía recomendações higiênicas objetivava não somente introduzir uma rotina de vigilância na escola, mas introjetar o princípio da vigilância entre os seus alunos. Neste sentido, a criança se apropria desta necessidade de vigiar a si mesma e de vigiar os colegas para atender à demanda diária do professor e passa posteriormente a vigiar as pessoas de sua convivência. Neste processo, ainda que o aluno não recorde detalhadamente das orientações orais do professor sobre higiene há de lembrar-se de sua rotina de limpeza, da representação de uma aparência asseada e do que ela significa em seu ambiente social. Esta formação do homem higienizado que combina a teoria e a prática pode ser coerentemente desvelada pela corpo-política do conhecimento que representa para Mignolo (2010b, p. 33):

La corpo-política describe las tecnologías decoloniaes aplicadas a cuerpos que [...] fueron considerados menos humanos. Por onde, la falta de humanidade atribuida a las poblaciones no Europeas se presenta em actores imperiales, instituciones y conocimientos que tuvieron la arrogância de decidir que, ciertas personas que no les gustaban, eran menos humanas.

Nesta lógica, a higiene funciona como recurso para tornar os homens mais humanos e civilizados, atuando em sua formação desde a mais tenra idade tanto no aspecto intelectual, por meio de lições sobre higiene como as descritas nesses artigos, como no aspecto comportamental, materializado nas rotinas de inspeção, orientação e asseio dos alunos.

Sarges (2002b, p. 127) considera que a fiscalização da vida privada, tomando como base os preceitos higiênicos, foi um aspecto do “controle social” desejado no mandato de Antônio Lemos, fenômeno que a pesquisadora denominou de “saneamento do espaço”.

Os artigos sobre higiene publicados na seção “Exercícios escolares” durante o ano 1900, alguns dos quais foram analisados nesse eixo, assumiram um tom prescritivo e foram didaticamente construídos para serem facilmente compreendidos. Por meio de perguntas e respostas curtas Dr. Castro (1900) aponta uma forma de ensinar esses conteúdos que se assemelha ao uso de questionários, o que remete ao nome da seção onde esses artigos se encontram: “exercícios escolares”. Esse formato indica a clara intenção de definir os conteúdos curriculares e o método de ensino a serem adotados pelos professores leitores da revista. Lira Castro assumiu, deste modo, um lugar de autoridade sobre os professores, partindo da premissa de que os médicos higienistas detinham o saber higiênico tão necessário ao ambiente escolar. Por se tratar de um periódico oficial, o espaço conferido ao médico para a discussão da higiene é uma estratégia para divulgar, valorizar e reconhecer a atuação médica nas escolas do Pará. Nesta rede de negociações sobre as representações que devem fazer parte do currículo escolar fica evidente a *colonialidade do poder* estabelecendo uma hierarquia profissional entre médicos e professores e a *colonialidade do saber* configurando os conteúdos a serem ensinados aos alunos (MIGNOLO, 2005; CASTRO-GÓMEZ, 2005b).

Sobre isso, Gondra (2003) apontou que muitos periódicos, livros escolares e manuais de higiene que circularam no Brasil no início do século XX adotavam provérbios e sentenças curtas que resumiam conceitos e prescrições higiênicas de modo a facilitar a compreensão dos mesmos. Nesta lógica se o leitor fosse um professor esse formato já seria um indicativo de como ele pode trabalhar tais conteúdos em sala de aula e se o leitor fosse um aluno o caráter conciso e objetivo destas sentenças facilitaria seu entendimento. Como exemplo destas publicações Gondra (2003) cita algumas obras do médico brasileiro Renato Kehl: *Bíblia da saúde*, *A fada Hygia*.

Neste sentido, o Dr. Lira Castro preocupou-se em exaltar a higiene como ciência capaz de explicar doenças, bem como os meios de evitá-las anunciando uma representação de higiene como *forma de prevenção*. Pela organização e proposta da referida seção é evidente que a revista “A Escola” propunha não só os conteúdos a serem ministrados, mas também os métodos a serem adotados assumindo, assim, um papel importante na definição de uma representação de educação construída por homens de ciência atuantes no Pará.

Este item tratou sobre a ação da colonialidade sobre o corpo dos alunos com relação à prescrição de exercícios físicos e práticas de higiene pessoal. Em face das questões discutidas

observou-se que a *colonialidade do ser* trabalha para desenvolver um “ser colonizado” que surge “[...] quando poder e pensamento se tornam mecanismos de exclusão [...]”. Isso quer dizer que, a partir da análise dos periódicos pedagógicos supracitados, foi possível identificar a ação da *colonialidade do poder* lançando sua rede sobre a realidade educacional e manifestando seu projeto de formação do “ser colonizado” por meio de recursos como a disciplina Educação Física – uma forma de colonizar o corpo e a mente dos educandos. Este perfil de cidadão a ser formado dentro da concepção de educação integral postulada pela racionalidade médico-higiênica era o de um (a) homem/mulher saudáveis, fortes, higienizados e preparados para atender às necessidades do mercado de trabalho. Deste modo, a formação de um “ser colonizado” no ambiente escolar “[...] é o produto da modernidade/colonialidade na sua íntima relação com a colonialidade do poder, com a colonialidade do saber e com a própria colonialidade do ser.” O próximo item abordará a influência da colonialidade sobre a arquitetura escolar. (MALDONADO-TORRES, 2008, p.89).

4.3 A arquitetura escolar e a Colonialidade do Poder

A questão da *localização e construção* de escolas foi foco dos higienistas que estipularam que os prédios escolares se localizassem distantes dos grandes centros urbanos, em lugares iluminados e ventilados. Além disso, existiam medidas e materiais adequados para a construção desses prédios de forma a evitar doenças. Tal concepção se originou possivelmente da estratégia de adoção do determinismo geográfico e climático embasado na Teoria Miasmática.

Neste sentido, a higienização ou colonização do espaço escolar é uma manifestação da *colonialidade do poder* que, ao construir dualidades produtoras de hierarquização entre lugares e pessoas, estabelece padrões a respeito de espaços e indivíduos considerados sadios. Deste modo, vale citar as reflexões de Castro-Gómez e Grosfoguel (2007, p.17):

Al centro de la colonialidade del poder está el patrón de poder colonial que constituye la complejidad de los procesos de acumulación capitalista articulados en una jerarquía racial/étnica global y sus clasificaciones derivativas de superior/inferior, desarrollo/subdesarrollo y pueblos civilizados/bárbaros.

Mignolo (2003, p.50, grifo nosso) se apropria das reflexões de Aníbal Quijano para destacar que a *colonialidade do poder* precisa ser analisada a partir dos âmbitos sociais influenciados por sua ação a fim de que se proponha a emancipação social:

Todos estos âmbitos están estructurados e inter-relacionados en la medida en que se trata de conflictos de dominación y explotación destinados al control del trabajo, del genero/sexualidade, de la autoridade y de la subjetividade [...]. Los esfuerzos y luchas por la emancipación y la liberación de la explotación implican [...] los cuatros âmbitos. En el âmbito del trabajo, la explotación/dominación está gobernada por la **economia capitalista**; la del genero/sexo, por la estructura de la <<sagrada familia>> que revela la complicitad entre capitalismo, **cristianismo y familia burguesa**. En el âmbito de la autoridade, el control y los conflictos se generan en el orden del **Estado**; y en cuanto el âmbito de la subjetividade, su control y sus conflictos se materializan en el orden del **conocimiento**.

Levando em conta as reflexoes de Walter Mignolo esses âmbitos estão relacionados a higienizaao do espaço escolar na medida em que, como serão expostos neste item: a) fatores de ordem economica influenciaram recomendaoes higiênicas para a instalaao de grupos escolares no Pará; b) elementos ligados à formaao moral dos alunos regeram a organizaao dos espaços nas escolas amazônidas; c) aoes do governo paraense como a construao e a fiscalizaao de escolas promoveram a estruturaao dessa arquitetura escolar; d) a maneira como os espaços foram configurados refletia um currículo oculto no qual o aluno se sentisse como sendo constantemente vigiado a fim de que ele mesmo se tornasse tambem um vigilante dos outros e de si mesmo.

Chalhoub (1996) contribui para compreendermos a forma como a Teoria Miasmtica influenciou a arquitetura escolar. O historiador aponta que os higienistas adeptos dessa teoria acreditavam que as doenças ocorriam por conta da infecao, desencadeada pela aao de *miasmas mórbidos* entendidos como substâncias nocivas com potencial para contaminar o ar e atingir a saúde dos indivíduos. Assim, a pessoa doente alterava o ar ambiente que a cercundava e desta forma, podia contaminar outros indivíduos. Como exemplo desse tipo de doença a malária era citada.

A imprecisão na determinaao da origem e composiao do miasma, que alguns supunham ser oriundo da putrefaao de restos animais e vegetais, abundante em locais como os pântanos, bem como outros lugares abafados onde o ar não circulava, influenciou os higienistas a dirigir a atenao ao ambiente, o que demandou a urbanizaao do mesmo. Tal orientaao, juntamente com as discussões dos infeccionistas, embasou as reformas urbanas que atingiram as cidades ocidentais no fim do século XIX e início do século XX. (CORBIN, 1987).

Dentro da mesma lógica as pessoas que viviam em habitaoes coletivas, muito comuns nos países latino-americanos durante o século XIX, insalubres e onde o ar não circulava adequadamente eram o foco de contaminaao das grandes cidades. Esses indivíduos,

em sua maioria, eram imigrantes, mulatos e negros e tinham em comum a situação de pobreza, o que os levava a não ter acesso a cuidados de saúde e muito menos a condições dignas de vida. A partir desse momento obteve-se uma justificativa para pensar sobre o lugar social das chamadas “classes perigosas”, classes pobres ou viciosas. (CAPONI, 2002; CHALHOUB, 1996).

Neste contexto, a questão da localização das escolas, justificada pelo higienismo, servia a vários propósitos além do que era anunciado de evitar a propagação de doenças na cidade. Entre os interesses paralelos estava o de retratar o Brasil como nação moderna e desenvolvida e, para tanto, era necessário retirar da paisagem dos centros urbanos as crianças desvalidas, as prostitutas, os doentes e os ladrões e substituir as habitações coletivas onde eles se concentravam, e que estavam localizadas nos centros urbanos, por comércio e obras públicas que retratassem a modernização desse país. Este contexto possibilita compreender um dos motivos que levou os governos nesse período a fomentarem a criação e/ou o desenvolvimento de instituições que pudessem acolher o elevado número desses indivíduos como os hospitais, os asilos e as escolas. (RIZZINI; SCHUELER, 2011; SARGES, 2002).

Entre o público-alvo das ações de higienização se destacam mulheres e crianças pobres, associadas, segundo Rago (1985), à representação de doença, degeneração moral e ao enfraquecimento da raça. Tal assertiva nos permite identificar o papel assumido pela educação enquanto um recurso capaz de inserir na mentalidade desses sujeitos uma cosmovisão que atendesse às necessidades da sociedade, ou seja, uma ideologia.

Neste sentido, as recomendações da racionalidade médico-higiênica sobre a arquitetura das escolas, onde as crianças passam boa parte de suas vidas, são manifestações da *Colonialidade do Poder*. Deste modo, Nelson Maldonado-Torres (2007, p. 129, grifo nosso) auxilia a compreensão da forma como essa colonialidade atua na sociedade latino-americana:

[...] la colonialidad se refiere a un patrón de poder que emergió como resultado del colonialismo moderno, pero que en vez de estar limitado a una relación formal de poder entre dos pueblos o naciones, más bien se refiere a la forma como el trabajo, el conocimiento, la autoridad y las relaciones intersubjetivas se articulan entre sí, a través del mercado capitalista mundial y de la idea de raza. Así, pues, aunque el colonialismo precede a la colonialidad, la colonialidad sobrevive al colonialismo. La misma se mantiene viva en **manuales de aprendizaje**, en el criterio para el buen trabajo académico, en la cultura, el sentido común, en la **auto-imagen** de los pueblos, en las **aspiraciones** de los sujetos, y en tantos otros aspectos de nuestra experiencia moderna. En un sentido, respiramos la colonialidad en la modernidad cotidianamente.

A reflexão de Nelson Maldonado-Torres permite identificar a colonialidade do poder como um processo permanente que influencia o ambiente escolar de modo a promover a formação de determinadas “imagens”, ou seja, representações a respeito dos sujeitos envolvidos nesta realidade, a saber: professores, médicos e alunos. Esta engrenagem atua buscando construir um contexto considerado ideal que possibilite alcançar as aspirações de nação e povo civilizados, ordeiros e higienizados.

Neste contexto, a “Revista de Educação e Ensino” dedicou quatro artigos a questão do prédio escolar, escritos pelo professor Octavio Pires, dentro de uma série de artigos intitulada “Higiene dos internatos” no período que vai de fevereiro a maio de 1892. O tópico abordado na publicação de fevereiro é intitulado “Da localização” (PIRES, 1892b, p. 17). O autor afirma que a Pedagogia moderna tem voltado atenção para a higiene na educação e que os higienistas têm discutido em suas obras e tratados reflexões sobre os seguintes temas:

Higiene e educação, hygiene escolar, hygiene dos internatos, etc. Em que se procura estabelecer princípios geraes e regras invariáveis, que harmonisem o desenvolvimento da intelligencia com o crescimento do corpo, e a formação do character com a constituição physica do individuo. (PIRES, 1892b, 1892, p. 17).

Como exposto no trecho acima, Octavio Pires aponta uma divisão de temas que diferencia a *higiene escolar* da *higiene dos internatos*. (PIRES, 1892b, p. 17). Posteriormente, o autor do artigo esclarece que a *higiene escolar* se refere ao ensino realizado em escolas cujo regime de horário é parcial, ou seja, também chamado de externato. Já a *Higiene dos internatos* diz respeito aos estabelecimentos de ensino onde os alunos residem. Isto fica mais claro no seguinte trecho:

Por amor á ordem e ao mhetodo, têm os hygienistas encarado, sob duas faces, a hygiene na educação, que vem a ser: - a hygiene dos internatos, referente aos estabelecimentos onde moram os educandos; e a hygiene dos externatos ou mais propriamente hygiene escolar, que diz respeito ás casas onde os alumnos passam apenas uma parte do dia. (PIRES, 1892b, p. 17).

O título do artigo já indica que o autor centraliza seu debate nos internatos. Gondra (2004) expõe uma polêmica entre os higienistas do Rio de Janeiro durante o período imperial: de um lado estavam os que defendiam os internatos por diversos motivos, entre os quais a proteção e a vigilância constantes dos alunos de forma que eles não se contaminassem com estímulos prejudiciais a sua saúde e à formação de seu caráter; de outro, estavam os médicos que acusavam o internato de não seguir as regras de higiene priorizando apenas o interesse

mercadológico. Esses higienistas defendiam o externato por diversos motivos, entre eles: o contato maior das crianças com suas respectivas famílias e conseqüentemente com os cuidados familiares; as crianças tinham mais liberdade; os alunos se movimentavam e respiravam mais ar puro em virtude da trajetória diária feita da casa para a escola e da escola para casa.

Gondra (2002) realizou análise a respeito do relatório de Celestín Hippeau intitulado “A instrução Pública nos Estados Unidos” (1871) identificando a recomendação para que os internatos fossem extintos da educação francesa. O pesquisador aponta que Hippeau citou o exemplo dos USA onde os internatos eram raros como uma forma de justificar sua recomendação.

Desta forma, é possível inferir que a maior permanência dos alunos no ambiente escolar dos internatos demande maior atenção por parte de professores e médicos ali atuantes em relação ao cumprimento das prescrições higiênicas. Assim, compreende-se o provável motivo que levou Octavio Pires a se lançar nesta discussão.

Ao abordar a higiene dos internatos o educador defende a contribuição do médico para trabalhar em conjunto com os professores a fim de implantar um programa higiênico que incluía a atividade física nestas instituições:

Hoje, portanto, o móvel do educador não se restringe unicamente a índole e ao intellecto do infante ou adolescente: estende-se também á parte physica ou corporal dessas entidades. Elle deve ter em vista [...] crear, para a pátria, cidadãos ao mesmo tempo robustos e sadios. E para isso, forçoso é que a pedagogia invoque o potente **auxilio da medicina**, ou que o mestre entre de braço com o medico no seu collegio. (PIRES, 1892b, p. 17, grifo nosso).

A respeito da educação física podemos ressaltar o Regulamento Geral da Instrução Pública do Pará (1890b, art. 91, p. 19) que indica esta disciplina e os temas que deve abordar: “Noções praticas de higiene [...] exercícios físicos [...] jogos e brinquedos ao ar livre”. Desta forma, observa-se que a educação física inclui orientações higiênicas e exercícios físicos específicos. Esta particularidade da disciplina gera a necessidade de que a racionalidade médico-higiênica intervenha para que a prática da educação física seja efetiva, estabelecendo uma dependência em relação ao saber médico e uma hierarquia no espaço escolar.

Mignolo (2010a, p. 12) afirma que a matriz colonial de poder é “atravessada por atividades y controles específicos”, e para que haja o controle da economia e da autoridade (política) é necessária a formação de “las bases sobre las que se asiente el conocer, el comprender y el sentir.” No caso específico do Brasil a estabilidade política e econômica

desejada para a república demandava um processo educativo que influenciasse os conhecimentos considerados válidos (nesse caso, o saber médico-higiênico), a compreensão desses saberes entre a população (a construção de uma representação higienizada do homem/mulher brasileiros) e o adestramento dos sentidos que Mignolo (2010a, p. 12) descreve como “la colonialidad del ver, [...] la colonialidad del oír” resultando na formação de um cidadão brasileiro cujo corpo é representado como belo, saudável e higiênico.

Em face do contexto observa-se a influência do higienismo que reclamava participação direta na realidade educacional do país a fim de auxiliar a formação de cidadãos saudáveis, ou seja, de bons trabalhadores. Esta tendência dos médicos em buscar conquistar o espaço escolar como mais um lugar de atuação e de legitimidade por meio da higiene é apontada em diversas pesquisas de cunho histórico como Zucoloto (2007) que analisou teses inaugurais da Faculdade de Medicina da Bahia na segunda metade do século XIX. O estudo apontou que os médicos construíram uma representação de formuladores de estratégias de cunho legal e inspetores escolares que deveriam atentar para a prevenção e controle de doenças e "perversões" nos alunos, por meio da análise das condições higiênicas das escolas, o que incluía seus aspectos estruturais, funcionais e as condições físicas dos educandos.

Verifica-se que o desejo de convencer as pessoas de que o controle de suas vidas e dos espaços nos quais viviam, baseado nos princípios científicos oriundos da Europa e dos USA, era desejável e útil foi uma tendência que influenciou a organização escolar no Brasil durante o século XIX e início do século XX. Neste sentido, a construção e a localização das escolas, embasada nos preceitos higiênicos apregoados pela classe médica, pretendia fornecer o alicerce para que os alunos fossem constantemente vigiados e modelados, como será discutido neste item.

Desta forma, Quijano (2000b, p. 380) contribui para a reflexão a respeito das relações de dominação e exploração que caracterizam a colonialidade do poder e seu reflexo sobre o corpo do cidadão que devia ser civilizado no ambiente escolar:

La “corporalidad” es el nivel decisivo de las relaciones de poder. Porque el “cuerpo” mienta la “persona”, si se libera el concepto de “cuerpo” de las implicaciones mistificadoras del antiguo “dualismo” eurocéntrico, em especial judeo-cristiano [...]. Y eso es lo que hace posible la “naturalización” de tales relaciones sociales. En la explotación, es el “cuerpo” el que es usado e consumido en el trabajo y, en la mayor parte del mundo, en la pobreza, en el hambre, en la malnutrición, en la enfermedad. [...] En las relaciones de género, se trata del “cuerpo”. En la “raza” la referencia es al “cuerpo”, “el color” presume el “cuerpo”. [...] la lucha contra la explotación/dominación implica [...] la lucha por la destrucción de la colonialidad del poder [...]. Eso

significa la evolución de las instancias básicas de su existência social: trabajo, sexo, subjetividade, autoridade.

A análise de Aníbal Quijano a respeito da ação da colonialidade do poder sobre os corpos dos indivíduos nos possibilita refletir sobre os objetivos que nortearam a tentativa da racionalidade médico-higiênica em higienizar o espaço escolar e conseqüentemente o corpo dos alunos que transitavam neste espaço. Isso envolve aspectos da formação intelectual, física e mental que colaborem para configurar um perfil de cidadão cristão, heterossexual, robusto, saudável, trabalhador e obediente. Neste processo, diferentes âmbitos da existência social estão envolvidos sendo impossível compreendê-los sem estabelecer a relação necessária entre eles.

No trecho seguinte o professor Pires (1892b) recorre ao exemplo dos países avançados para justificar a atualidade e relevância de empregar os princípios da higiene nas escolas, destacando a questão da localização desses estabelecimentos:

Presentemente, os **países mais adiantados** do globo estão levantando os seus collegios de pensão nos arrabaldes mais afastados dos centros populosos [...] onde a natureza se impõe com toda a sua grandeza ás vistas do educando (PIRES, 1892b, p. 18, grifo nosso).

Ao usar como argumento a adoção da higiene nas nações cujo progresso e desenvolvimento são inquestionáveis, Octavio Pires mostra em sua representação a influência da visão eurocêntrica e, simultaneamente, indica que o Brasil deve seguir esse exemplo se desejar ser elevado ao mesmo patamar. Apesar de se apropriar de uma visão romântica e que valoriza o papel da natureza, não se deve ignorar a sutileza com que o professor defende a inculcação de uma lógica homogeneizadora e colonizadora da estrutura social, particularmente a educacional. Esse processo, sem dúvida, é uma manifestação da *colonialidade do poder*. (QUIJANO, 2002).

Seguindo a mesma lógica o autor do artigo cita como referência os relatórios de Celestin Hippeau⁵³, “A instrução publica nos Estados Unidos (do Norte)” e “A instrução publica na Inglaterra”, onde se destaca, entre outras questões sobre a higiene escolar, a recomendação de instalar escolas em locais distantes do centro da cidade, onde o ar é puro e se apresenta vasta vegetação. (PIRES, 1892b, p. 18).

⁵³ O francês Célestin Hippeau foi professor honorário da Faculdade de Paris, Secretário do Comitê de Trabalhos Históricos e das Sociedades Científicas. Ele defendeu o modelo do liberalismo americano e, conseqüentemente, o modelo escolar em vigor nos EUA. (GONDRA, 2002).

Gondra (2002) destaca pontos interessantes sobre os relatórios de Hippeau que teceu críticas a algumas questões da educação europeia e exaltou as propostas educacionais dos USA e da Argentina, considerando estas como referências para o mundo. O pesquisador apontou que em 1871 já existiam no Brasil versões do relatório de Hippeau, inclusive na língua portuguesa. Para exemplificar a circulação desses relatórios José Gondra citou a tese do Dr. Machado, médico brasileiro, que abordou os trabalhos de Hippeau, tendo sido publicada em 1875.

Desta forma, podemos identificar os conflitos existentes na apropriação que os intelectuais do fim do século XIX fizeram de informações estrangeiras. Pode parecer um paradoxo que um francês tenha admirado e divulgado a educação ministrada em outro continente, mas isso de fato ocorreu e influenciou médicos brasileiros e a educação brasileira de forma geral. Isso demonstra a complexidade do processo de apropriação de concepções, ideias e propostas educacionais por parte dos intelectuais brasileiros envolvendo não somente a Europa como referência, mas também os USA.

A localização do prédio escolar, na visão de Octavio Pires, é uma das primeiras questões as quais se deve voltar atenção quando se deseja criar um internato:

Como para o estabelecimento de uma escola, a escolha de um local apropriado é o primeiro ponto sobre o que se lançam os olhares do higienista, na organização de um internato. Não basta, entretanto que, como aquella, seja este collocado em terreno nas melhores condições de salubridade, e distante da vizinhança encommodativas, para que o julgue-se com todas as condições favoráveis de uma boa localidade. Há, além dessas, uma outra questão [...] é a seguinte: deve-se localizar os internatos dentro ou fora das cidades? (PIRES, 1892b, p. 17).

O questionamento trazido pelo educador em seu artigo visa estimular a curiosidade do leitor para mais uma orientação da higiene em relação à localização do estabelecimento escolar, além das já citadas como a escolha do terreno e da vizinhança, que seria a melhor localização: urbana ou rural? A seguir o professor responde a pergunta e expõe seus argumentos:

Um internato, pois, encravado em uma rua, entre muitas edificações de uma cidade, não somente respira uma atmospheria impura, como torna-se, por seu turno, um **foco de augmento** a estas impuresas, para uma área apreciável [...] não será de admirar que se venha a constituir, [...], em uma fonte perenne de qualquer endemia local. (PIRES, 1892b, p. 18, grifo nosso).

Observa-se que o motivo pelo qual as escolas deviam se localizar em espaços onde o ar circule livremente e, portanto, longe dos centros urbanos era possivelmente fundamentado na teoria miasmática, discutida pela corrente infeccionista, que alertava para os perigos do ar contaminado. Neste sentido, a cidade era compreendida como geradora desta contaminação por possuir uma estrutura que dificultava a circulação do ar e favorecia a produção de miasmas. Além disso, o meio urbano era inadequado para as escolas por conter estabelecimentos que poderiam ser foco de contaminação tanto de ordem biológica como moral. Desta forma, intelectuais que atuaram em Belém como o Dr. Américo de Campos, defendiam o mesmo posicionamento. Outro argumento direciona o risco não para questões externas ao ambiente escolar, mas internas. Ao apontar a probabilidade da escola ser a fonte de endemias⁵⁴, o educador alerta indiretamente para os perigos de reunir em um espaço um número elevado de pessoas, o que demanda constante vigilância em relação ao cumprimento das normas de higiene. Interessante inferir que compreender a escola como propagadora de endemias tem relação com a corrente contagionista, o que aponta para a influência de ambas as correntes higienistas (a do contágio e da infecção) na produção desse intelectual.

Para finalizar seus argumentos em relação ao local ideal para os prédios escolares serem instalados, Octavio Pires enumera algumas das vantagens de seguir a instrução higiênica de afastar as escolas do centro urbano:

Como veremos, a nota hoje dominante na hygiene dos internatos é a localisação distante dos centros populosos, onde o educando, longe dos bulícios da vida activa do trabalho, encontre um **socego** ameno para as meditações em seus livros; [...] onde, posto que retirado das diversões das cidades, ache, todavia, **distracção** nos encantos da natureza. (PIRES, 1892b, p. 18, grifo nosso).

A ênfase em estabelecer até mesmo o local adequado para os prédios escolares podia ser vista em recomendações de higienistas atuantes em Belém como o Dr. Geminiano de Lira Castro⁵⁵. Sabino (2012) identificou em seu estudo sobre o Colégio do Amparo que era adotado no referido colégio um manual de higiene escolar de autoria desse médico, publicado pela primeira vez em 1870, com prescrições alusivas a esta questão. Parte do manual foi publicado na revista “A escola” em maio de 1900. Entre suas recomendações destacam-se

⁵⁴ O termo *endemia* refere-se à prevalência usual de determinada doença, com relação a uma área, cidade, estado ou país. Representa o número esperado de casos em uma população, em determinado período de tempo. (NEVES, 2006).

⁵⁵ Inspetor de Higiene e vice-governador do Estado do Pará.

evitar construir escolas: em lugares pantanosos; com ruídos como os localizados perto de fábricas e em terreno úmido. (CASTRO, 1900g).

A defesa de uma orientação higiênica para o ambiente escolar passa a utilizar também o âmbito moral no trecho acima citado. Gondra (2004) identificou que a ginástica das vontades ou formação moral apregoada pela racionalidade médico-higiênica possuía cinco pontos fundamentais: 1. Moral entendida como o controle das paixões; 2. Moral associada aos princípios religiosos católicos; 3. Moral compreendida como controle da sexualidade que enfatiza as questões do onanismo, prostituição, celibato e homossexualismo; 4. Moral que regula as práticas escolares; 5. Moral como controle disciplinar que possui três aspectos (os castigos físicos, os castigos morais e a premiação).

A ênfase na leitura como forma de ocupar a mente com bons pensamentos é uma prescrição higiênica para as escolas que Gondra (2003a, 2003b) denominou de higienização da leitura. A influência da concepção europeia⁵⁶ sobre esta questão, segundo esse pesquisador, levou os higienistas brasileiros a indicarem fábulas e romances de aventuras como leituras higienizadoras e moralizadoras das escolas em detrimento de obras consideradas imorais e dos romances que defendiam o adultério e outros pecados. Outra questão diz respeito à educação natural defendida por Rousseau (1968) na qual o contato com a natureza permite que o aluno desenvolva um bom caráter. Esse ideário educacional é considerado também pelos higienistas brasileiros como um recurso que pode contribuir para que os educandos distraiam sua mente com boas atividades evitando, assim o isolamento social que predispõe a vícios como o onanismo, também denominado de masturbação.

Na edição de março de 1892, Octavio Pires prossegue com a série de artigos intitulados “Hygiene dos internatos”, desta feita tratando do tópico “Da edificação”. O educador esclarece que existem três tipos de edificações já existentes antes dos higienistas serem introduzidos nos “collegios de moradia” (PIRES, 1892c, p. 33): 1. A construção em forma de quadro, fechando um pátio ou recreio interno, assim como nos conventos; 2. Um corpo com dois apêndices na extremidade no formato de um “E” como era apropriado para os hotéis; 3. Uma só fachada tendo uma varanda ao lado ou um corredor interno de passagem para os demais compartimentos como sempre era usado em internatos e casas privadas.

Para o autor o pior tipo era o primeiro, higienicamente falando porque

⁵⁶ Na representação cultural europeia sobre a higienização da leitura destacou-se a recomendação de Jean Jacques Rousseau quando indica livros sobre fábulas e romances de aventura como a obra intitulada “Robson Crusóé” do autor Daniel Dafoe. Em seu livro “Emilio” de 1762, Rousseau aponta que a leitura devia iniciar por volta dos 12 anos de idade e favorecer o aprendizado de lições de boa moral.

[...] sendo o recreio collocado no centro da edificação, as altas paredes não so embaraçam a livre **circulação do ar**, [...] como interceptam os **raios solares**, que lá penetram durante muito poucas horas, tempo insufficiente para aquecer o solo e expelir delle a humidade (PIRES, 1892c, p. 33, grifo nosso).

Como exposto no trecho citado observa-se a influência de dois elementos na avaliação higiênica das edificações escolares: a circulação do ar (tema já discutido nesta seção) e a luz solar. Lima e Pontes (2009) ao analisarem manuais de higiene escritos por higienistas brasileiros no início do século XX indicam que a questão do ar e da luz era foco de atenção das obras analisadas. Nesses manuais, os médicos defendiam principalmente o aproveitamento da luz natural, que em sua concepção possuía ação antibactericida e prevenia problemas na visão dos alunos, além de favorecer a vigilância dos mesmos. Outros médicos preferiam a luz artificial, pois acreditavam que a incidência direta da luz natural sobre os alunos poderia lhes acarretar problemas na visão. De forma geral, o bom uso da luz contribuía para a saúde dos alunos, o que implicava em prescrições sobre o tamanho das janelas e das salas de aula. O Dr. Américo de Campos também tratou desse tema como relata o trecho destacado a seguir:

Um dos grandes fins da hygiene escolar é evitar a myopia, pelo que é necessário attender bem á maneira de iluminar as salas de classe. Cada um dos alumnos deve receber a luz pela esquerda e, do seu lugar, poder ver o céu. (CAMPOS, 1912, p. 134).

Uma vez esclarecido os três tipos de edificação, Octavio Pires tece considerações sobre a adequação dos mesmos aos princípios higiênicos. Considerando a concepção higiênica, o pior tipo de edificação era o primeiro e o mais higiênico seria o terceiro tipo de construção, como é possível observar nos trechos do artigo a seguir:

[...] sendo o recreio collocado no centro da edificação, as altas paredes não so embaraçam a livre **circulação do ar**, [...] como interceptam os **raios solares**, que la penetram durante muito poucas horas, tempo insufficiente para aquecer o solo e expelir delle a **humidade**.

[...] dos três typos o que melhores codiçoos hygienicas offerencia é o terceiro, se de ordinário não buscou ganhar já em altura, já em **largura** do prédio ganha [...] esta disposição accumula os vários serviços nos diferentes compartimentos (PIRES, 1892c, p. 34, grifo nosso).

Conforme os argumentos expostos, as questões que comprometiam a salubridade do primeiro tipo de edificação eram a insatisfatória circulação do ar e a pouca incidência dos raios solares, esse último não agia em tempo necessário para combater a umidade do solo, de

acordo com Octavio Pires. Já em relação ao terceiro tipo de prédio, seu ponto forte era a largura e a possibilidade de que as atividades fossem divididas coerentemente entre os diferentes compartimentos da edificação. A questão do espaço adequado ao número de alunos era discussão recorrente entre os higienistas. Gondra (2004) indicou que os médicos higienistas brasileiros do século XIX procuravam estabelecer o tamanho das salas considerando os seguintes elementos, a saber: a quantidade de ar demandada por pessoa; o mobiliário escolar; a presença de portas, janelas e corredores; as peculiaridades das crianças como a idade, por exemplo.

Com base nesse padrão em relação à edificação do ambiente escolar Octavio Pires realiza sua análise a respeito de alguns estabelecimentos escolares do Pará. Para o educador o “Asylo de Santo Antonio”⁵⁷ é uma construção do tipo três, o “Seminário do Carmo” é do tipo 2 e o “Collegio do Amparo” é do tipo 1. Sobre a última instituição afirma:

Com efeito: a frente do edifício [...] a fachada lateral [...] e os prédios a este contíguos pelo outro lado do mesmo quarteirão [...] limitam perfeitamente quatro faces do mesquinho pateo ou recreio, roubando-lhe o horisonte e transformando-o num verdadeiro poço. [...] o solo do pateo há de manter sempre alguma humidade, por pouca que seja, pois que nêlle penetram apenas os raios perpendiculares do sol, durante três horas sómente. [...] A remoção deste internato de meninas e moças é hoje, [...] da maior necessidade (PIRES, 1892c, p. 34).

Utilizando novamente os argumentos da circulação do ar e da ocorrência de raios solares Octavio Pires aponta a necessidade de que se providenciasse um local mais adequado para instalar o Colégio do Amparo. Vale citar o relatório de José Veríssimo (1891) que ao visitar e inspecionar a referida instituição apontou ser necessária a mudança de edifício e da localização do mesmo que se encontrava, até então, próximo a um hospital. Entre os problemas do edifício estavam: a falta de espaço, a ausência de quintal, dormitórios abafados, o estado dos refeitórios e dos banheiros, etc.

Em relação ao prédio escolar preconizado pela higiene é bom ressaltar que a implantação de grupos escolares no Pará dentro desses moldes era alvo de educadores como José Veríssimo, pois isso facilitaria a fiscalização das condições de higiene das escolas. Esse projeto se materializou primeiro em Alemquer⁵⁸ com a aprovação do decreto n. 722 em 10 de julho de 1899. Sobre os grupos escolares do Pará o Sr. Augusto Souza, secretário do Estado do Pará, informou em seu relatório:

⁵⁷ Um colégio católico feminino que atendia as pensionistas da elite e a órfãs seguindo os moldes educacionais europeus.

⁵⁸ Município brasileiro do Estado do Pará.

Caminha em bom pé de adiantamento a construção do edifício onde vai funcionar nesta capital o grupo escolar José Veríssimo [...] deve o prédio ser entregue até 30 de setembro do corrente ano.

Das plantas que ilustram este relatório vê-se que todas as **exigências da higiene** e da pedagogia foram cuidadosamente atendidas no elegante e nobre edifício. (PARÁ, 1900c, p. 665).

A adequação da arquitetura escolar aos parâmetros da higiene, como exposto até aqui, foi tema discutido por homens de ciência e, posteriormente implantado na educação paraense. Na sequência, o professor Octavio Pires faz, então, um questionamento que ele mesmo procura responder recorrendo a autores europeus de referência: “Qual, pois, o melhor plano para a edificação de um internato, de acordo com o ideal de higiene?” (PARÁ, 1891; PIRES, 1892c, p. 34).

No artigo o professor cita o exemplo dos USA onde, de acordo com o relatório de Celéstin Hippeau, existem vários edifícios separados ao redor da casa do diretor escolar onde os alunos realizam as atividades. As casas dos professores estão situadas na proximidade e os alunos residem em casas particulares também próximas ao colégio. Em relação à escola inglesa, com base no relatório de Hippeau, a organização se dá em forma de aldeia, de modo que as salas de atividades (locais para aulas, museus, bibliotecas, etc.) fiquem agrupadas ao redor do prédio principal da escola. As casas dos professores ficam situadas próximas às escolas e é ali que os alunos residem como pensionistas. (PIRES, 1892c).

Por fim, Octavio Pires aponta como referência um trecho do livro de Riant⁵⁹:

[...] o melhor plano seria, pois, aquelle que mais se approximassem da habitação particular, da casa de família. [...] o melhor é adoptar-se o systema de pavilhões isolados, de um andar [...] elevado do solo e sobre cavas, contendo cada um delles um **pequeno numero** de alumnos. Cada pavilhão deve ser separado do seu visinho por um espaço bastante largo para a livre **renovação do ar**, espaços estes atapetados de verdura ou adornados de jardins, que servirão, ao mesmo tempo de fontes excellentes de ar puro, de agradável **distracção** á vista e de occupação manual de primeira ordem. (RIANT, 1877 apud PIRES, 1892c, p. 35, grifo nosso).

O trecho em destaque da obra de Riant foi citado por Octavio Pires para apontar a relevância do controle sobre a quantidade de alunos no espaço escolar, a questão da renovação do ar oriunda da teoria miasmática e os jardins como estratégia de ocupar a mente e o corpo

⁵⁹ Aimé Riant foi professor de higiene, médico da escola normal, encarregado dos cursos de higiene no Liceu Charlemagne, publicou em 1877 a obra “A Higiene e a educação dos internatos” a qual Octavio Pires faz referência em seu artigo. (FERREIRA; GONDRA, 2006).

do aluno com a natureza, algo considerado positivo para a formação de sua moral. O artigo do diretor da revista REE finaliza com a ideia de que suas recomendações são embasadas nos planos de intervenção higiênica adotados nos países mais avançados, reforçando assim a concepção de que a legitimidade de seus argumentos repousa na sistematização de conhecimentos que segue os moldes europeus e norte-americanos. Esta representação cultural pode ser compreendida como uma forma de colonizar a mente dos docentes atuantes no Pará aos quais se dirigia esta publicação, pois demonstra que a exposição das concepções do próprio autor poderia não ser o bastante para convencer os docentes em questão, e nesse caso, citar intelectuais de origem europeia contribuiria para ressaltar a importância do tema, ainda que somente esse recurso não garantisse a compreensão mais profunda por parte dos professores do Pará das bases teóricas da higiene enquanto ciência. (PIRES, 1892c).

Na revista publicada em abril de 1892 o artigo “Hygiene dos internatos” continua, desta vez abordando “O numero de alumnos em relação ao edificio” (PIRES, 1892d, p. 49). Octavio Pires inicia sua exposição apontando três elementos que devem ser considerados ao configurar-se um dormitório escolar nos moldes da “bondade higiênica”:

Entre nós, a bondade hygienica de um dormitório modelo cifra-se tão somente em três elementos indispensáveis: - ar, espaço e luz. Os primeiros durante a noite e os três durante o dia. Ar, para a manutenção da vida; espaço, para a commmodidade dos inquilinos; luz, para expurgar de dia toda a humidade da noite. (PIRES, 1892d, p. 49).

O ar enquanto um dos elementos determinantes de salubridade deveria ser puro: “[...] é puro quando contém a mistura de 21% de oxigênio e 79% de azoto, isento de miasmas e quaesquer outras matérias nocivas á saúde. É suficiente, quando em tempos iguaes penetram nos pulmões de um adulto as mesmas quantidades [...]” (PIRES, 1892d, p. 49). O educador recorreu à teoria do miasma em sua explanação estabelecendo uma relação entre o ar puro e a fisiologia pulmonar. Gondra (2004) identificou nas teses médicas analisadas que era frequente a presença da fisiologia enquanto área de conhecimento da medicina do século XIX no Brasil. Recorrer às contribuições da fisiologia representava a garantia de que as recomendações higiênicas tinham como base argumentos científicos e, portanto, comprovados e reconhecidos. Na sequência, Octavio Pires prescreve orientações para que ocorresse a renovação do ar nos dormitórios escolares:

Para evitar a viciação atmospherica de um dormitório, é mister assegurar a constante renovação de ar puro, no seu interior. Isto consegue-se pelos dois modos seguintes: - 1. Localisando-se o salão no andar superior [...] para éste ou nordeste e rasgando. 2. Abrindo as janelas para o lado externo do edificio. [...] as janellas para o exterior asseguram a entrada do ar puro [...] e

as vigias sobre o teto, a saída do ar servido que, sendo no interior da sala, quando ocupados os leitos, mais quente do que o ambiente externo tende a subir e a escapar-se por ellas (PIRES, 1892d, p. 49, 50).

As recomendações expostas no trecho acima destacam a posição adequada do dormitório e de suas respectivas janelas, bem como locais de saída do ar. O autor do artigo acrescenta outra questão que garante a qualidade do ar nos dormitórios: “[...] a amplitude do espaço ou a sua capacidade em metros cúbicos” (PIRES, 1892d, p. 49).

Machado et al (1978, p. 299) identificaram em teses de higienistas brasileiros recomendações semelhantes para “[...] obter uma boa ventilação e [...] evitar sua corrupção.”, a saber: “[...] o edifício deve ter amplas janelas. [...] Os dormitórios devem ser espaçosos e sua dimensões calculadas rigorosamente, segundo a necessidade de renovação do ar.”

Em vista das recomendações, Octavio Pires se ressentia de que esses preceitos higiênicos não sejam adotados no Pará e critica veementemente a situação precária das escolas do Estado: “Este systema péssimo [...] além de más condições hygienicas que crea para o local, em consequencia do acumulo de pessoal em um espaço insufficiente, é mui pouco compatível com a **moral** e difficulta grandemente a **fiscalisação** do diretor.” Um diagnóstico igualmente negativo foi realizado pelo professor Veríssimo em relação à questão da construção de prédios escolares instalados no Pará: “[...] a escola primaria paraense alberga-se em casa em geral impróprias, cujo menor defeito é, de commum, a **falta de espaço** para conter os alumnos que a freqüentam, e ahi vegeta.” (PIRES, 1892d, p. 50, grifo nosso; VERÍSSIMO 1891, p. 93, grifo nosso).

A questão do prédio escolar adequado ao ensino também pode ser vista em outros documentos oficiais do Pará como na mensagem dirigida pelo Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em 1 de fevereiro de 1893:

Deveis auctorizar a construção de um edificio apropriado a accommodar o Colegio do Amparo, que é uma das mais úteis instituições d’este Estado, onde a expensa dos cofres públicos abrigam-se e educam-se mais de duzentas orphãs. Não possui o actual edificio as necessárias condições hygienicas, nem pode prestar-se á pratica do ensino como aconselha a sciencia moderna. (PARÁ, 1893, p. 21).

França e França (2011) apontaram em seu estudo sobre o Colégio do Amparo, que depois veio a ser chamado Colégio Gentil Bittencourt, o ano 1906 como o momento de instalação definitiva desta instituição em um “suntuoso edificio” no Bairro de Nazaré. Isso mostra como a representação higiênica do ambiente escolar influenciou políticos e professores culminando em transformações da infraestrutura das escolas do Pará.

Além de apontar o excesso de alunos para o espaço das escolas em questão⁶⁰, o professor Pires (PIRES, 1892d) elenca dois fatores que ficam prejudicados pelas más condições de higiene do ambiente escolar que é a fiscalização e a moral dos alunos. O tema da fiscalização escolar aparece com frequência nos documentos legais direcionados à educação no Pará no fim do século XIX e início do século XX. Entre os educadores que mais se destacaram, aparece José Veríssimo que defendia a fiscalização em seu relatório sobre a instrução pública do Pará (PARÁ, 1891). Em mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Sr. Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 15 de abril de 1898 podemos observar:

Nó relatório que nos apresentou, o illustrado Director Geral da Instrução Pública estuda as causas que têm contribuído para morosidade do desenvolvimento do nosso ensino primário e aponta como principaes a carência de professores titulados, a falta de inspecção escolar e de predios próprios ao funcionamento das escolas. (PARÁ, 1898, p. 16).

O referido documento salienta a relevância da atuação do inspetor escolar: “[...] o inspetor escolar é hoje reputado o agente mais importante da instrucção publica.” Em seguida, especifica o que pensa ser o ideal para que a inspecção escolar fosse efetiva no Pará: “Para podermos pussuil-o em condições vantajosas penso ser preciso [...] 12 inspetores de districto, que devem residir em 12 circunmscripções, em que o Estado precisa ser dividido para tal fim” (PARÁ, 1891, p. 16).

A educação moral, por sua vez, era um tema caro aos higienistas, pois fazia parte da tríade almejada para a formação de cidadãos higienizados: o intelecto, o corpo e o caráter. Para Rocha e Gondra (2002) a racionalidade higiênica preconizava que o bom exemplo e a vigilância constantes limitariam ou extinguiriam hábitos inadequados como o onanismo, cuja ocorrência aumentava ao deixar os alunos isolados e ociosos.

O recurso exaustivamente adotado nesta série de artigos em citar exemplos da higiene escolar adotada em países mais desenvolvidos não poderia deixar de estar presente quando Octavio Pires aponta que em 1826 o governo da França determinou que a distância entre os leitos do dormitório escolar não poderia ser menor que um metro. Porém, é possível identificar um esforço em adequar as prescrições higienistas para a realidade do Pará, como se observa a seguir:

⁶⁰ Octavio Pires cita que os higienistas recomendam o máximo de 20 a 30 alunos por sala, embora não especifique a fonte da informação. (PIRES, 1892d).

Si nos climas temperados, onde a condensação atmospherica assegura em um espaço dado, maior abundancia de oxigênio, os hyienistas exigem uma altura nunca abaixo de 4 ou 5 metros para o teto dos dormitórios [...] 20 metros cubicos de ar, no minino, á cada leito, em **nossos climas** onde o ar é muito mais rarefeito contém no mesmo espaço menor quantidade daquelle gaz, estes algarismos devem ser [...] muito mais elevados, prohibindo-se terminantemente que a altura mínima destes recintos seja inferior a 6 metros, e a sua capacidade cúbica, menor de 30 metros por hora, á cada pessoa. (PIRES, 1892d, p. 50, grifo nosso).

Esse processo de apropriação que caracterizou a leitura dos escritos de higienistas estrangeiros por parte de educadores brasileiros denota que a intelectualidade do Brasil não desejava apenas legitimidade e reconhecimento ao recorrer às produções científicas europeias e norte-americanas, mas também almejava adequar esses saberes às necessidades e ao contexto de nosso país, produzindo deste modo, novos saberes. A gestação e o nascimento de novos saberes sofrem, nesse caso, influência das representações culturais construídas em relação a questões como o clima. A polêmica relacionada à possibilidade de viver com saúde ou não em climas tropicais não é objeto desta tese, mas vale ressaltar que esta discussão foi permeada de conflitos e negociações a fim de que os intelectuais latino-americanos pudessem defender e justificar a viabilidade de viver com qualidade, trabalhar e construir nações fortes na América Latina apesar dos argumentos contrários que acusavam ser o clima gerador de muitas patologias. (CHARTIER, 1987).

Pires (1892d) destaca alguns elementos que elevam a umidade dos dormitórios: a estação de chuvas; a expiração pulmonar que elimina vapor de água; o suor; a exalação de roupas molhadas e a evaporação de líquidos em vasos presentes na sala. Por fim, indica o correto posicionamento do prédio escolar para que os raios de sol e a ventilação chegassem em quantidades suficientes nas escolas:

A exposição de um dormitório para o lado este, como preferimos, não so assegura em qualquer epocha do anno a entrada do sol nascente que é, sem duvida, muito mais bem fazejo do que o sol poente, como a ventilação que penetra vem para nos das bandas do oceano, que lhe garante a pureza. (PIRES, 1892d, p. 51).

A referida recomendação também se encontra presente no já mencionado manual de higiene escolar que foi republicado em 1900 e adotado em escolas do Pará desde 1870. Nele, Lira Castro destaca o papel da incidência da luz do sol e da ventilação nos prédios escolares e orienta: “Segundo a opinião de muitos higienistas, a orientação do predio escolar deve se subordinada ao clima [...] e as condições hygiênicas da localidade” (CASTRO, 1900g, p.12).

A questão do clima de cada região é uma problemática que abre precedentes para pensar em recomendações higiênicas de forma contextualizada e, ao mesmo tempo, é um argumento que reforça a ideia amplamente difundida de que o clima tropical, característico das nações latino-americanas, tornava mais difícil viver de forma saudável nestas regiões. Embora seja uma concepção estigmatizante, é interessante observar o esforço de intelectuais como José Veríssimo, Américo de Campos e do próprio Octavio Pires em defender que é possível se adaptar ao clima da América Latina adotando determinadas precauções oriundas da higiene e da medicina em geral. Compreende-se esse debate intelectual como vestígio da existência de conflitos, de nuances e de negociações para definir o local adequado, o modo de viver e de ser saudável. (CAMPOS, 1912; PIRES, 1892d; VERÍSSIMO, 1985).

Na edição de maio de 1892, Octavio Pires dá continuidade ao trato do tema “do numero de alumnos em relação ao edificio”, parte da série de artigos intitulados “Hygyene dos internatos” (PIRES, 1892e, p. 65). Ele abre o artigo estabelecendo relação entre novos assuntos e assuntos já discutidos como a influência do clima local, a organização do tempo de aulas e a quantidade de alunos por sala:

Entre nós, felizmente, o clima já fez convencer aos directores e professores a necessidade de não exceder-se de uma hora cada aula, nem de duas cada estudo, de maneira que os recreios, intervallando áquelles dois exercícios, são aqui muito maiores do que em outros paizes. Todavia, nem o maximo de educandos, para cada uma das respectivas salas, é observado em collegio algum nosso, nem estas são sempre distintas, na maioria destes estabelecimentos, executando-se, por isso, no mesmo recinto, quase seguidamente, duas praticas diversas: aula e estudo. (PIRES, 1892e, p. 65).

Observa-se no trecho em questão a crítica à educação do Pará que, na visão do autor, não atende às orientações higiênicas em relação à organização do tempo e do espaço escolar. Assim, ele cita como referência do que é desejável para o ambiente escolar as recomendações do ministro da instrução pública da França em 1865. Em circular enviada às comissões de higiene daquele país ele orientou que: “[...] as aulas devem ser situadas no pavimento térreo. Os estudos serão localizados no primeiro andar superior, [...] por sobre os estudos se instalarão os dormitórios” (PIRES, 1892e, p. 65). Novamente os postulados e ações empreendidas na Europa são considerados como exemplos a seguir na produção intelectual circulante no Pará.

Entre as justificativas da racionalidade médico-higiênica para que os espaços fossem organizados segundo as atividades que ali seriam realizadas figura a obrigatoriedade em manter o ambiente escolar continuamente asseado, evitar a fadiga mental e assegurar uma

formação integral. Para ilustrar esta lógica refletimos sobre o exemplo de um aluno que ao sair da sala de aula para o recreio, conforme o tempo estipulado viabiliza que algumas coisas aconteçam: 1. Que o ambiente da sala, impregnado de ar já expirado pelos alunos, possa ter o ar renovado no momento da ausência dos mesmos por meio da circulação de ar puro no ambiente; 2. Que a mente do aluno envolvida com atividades de cunho estritamente intelectual, outrora realizadas na sala de aula, se dirija a atividades que resultem no movimento adequado do corpo durante o recreio por meio de atividades físicas realizadas de preferência no pátio da escola ou ao ar livre, onde o ar puro deve circular livremente, 3. Que os conteúdos de educação física desenvolvam no aluno noções de higiene, moral e disciplina. (FARIA FILHO; VIDAL, 2000).

Tratando sobre a mesma questão, Octavio Pires ancora seus argumentos na teoria miasmática para reforçar suas recomendações de organização do espaço escolar:

[...] ainda é hoje regra hygienica a distincção ou inteira separação das salas para aulas e estudos [...] ora, utilizando-se o mesmo lugar para os dois diversos misteres, claro está que não haverá tempo suficiente, durante os curtos recreios, de ser completamente **expurgado dos miasmas exhalados** pelos alumnos que sahirem, sendo por isso rapidamente augmentado pelos educandos que entrarem. (PIRES, 1892e, p. 65, grifo nosso).

A centralidade assumida pela teoria miasmática nesse artigo pode ser observada no seguinte trecho que procura explicar seu mecanismo:

Os corpos vivos estão em perene **exalação de miasmas** ou emanações deletérias, que se desprendem na atmosphaera com tanto mais abundancia, quanto mais amplos são os exercícios phisicos, que augmentam a respiração cutânea e a expiração pulmonar. (PIRES, 1892e, p. 66, grifo nosso).

Esta exposição de argumentos de Octavio Pires aponta, inclusive, para experimentos científicos como o realizado pelo higienista Paolo Mantegazza (1831-1910) em sua obra “Elementi d’Igiene” (1875). O cientista em questão foi um neurologista e higienista italiano que lecionou na Universidade e no Instituto de Estudos Superiores de Florença; foi autor do *Almanaco Igienico Popolare*, publicado em 1870, entre outras obras sobre o tema. Além disso, foi deputado e senador. Escreveu um relato de viagem, publicado em 1867, como fruto de uma experiência de quatro anos como médico na Argentina.

O experimento consistiu em prender um pássaro numa redoma de vidro com cal virgem para absorver ácido carbônico e outro pássaro numa redoma com carvão para absorver as matérias orgânicas. O pássaro da segunda redoma viveu mais. Assim, a experiência provou que os miasmas presentes no ar que se respira representam em nossa economia intra-orgânica

um papel muito mais nocivo do que o próprio ácido carbônico liberado pela respiração humana. (PIRES, 1892e, p. 65).

Após contextualizar o leitor sobre os achados científicos mais atuais, Octavio Pires explica como devem ser organizadas as salas de aula e de estudos, de forma a permitir que circule o ar e que a luz solar também colabore com a higiene desses espaços:

Á vista, pois, de todos estes dados scientificos e experimentos, facilmente conclue-se não so que as salas de estudos sejam independentes das de aulas, ambas **ventiladas** e dotadas de bastante **luz**, como que o numero de pessoas, reunidas em um mesmo recinto, tanto maior também a quantidade de miasmas, produzidas no seu interior. (PIRES, 1892e, p. 66).

Assim, o diretor da REE fixa o número de alunos por sala em quarenta visto que assim é possível que cada um deles possa “[...] dispor de 1 mg de área em sala cuja altura mínima seja de 5 m. Assim um alumno ficara com 5 cm de ar, que devera ser corrente, para sua constante renovação.” Além disso acrescenta que esse número máximo de alunos também favorece a “[...] fiscalisação por ocasião do estudo [...]” (PIRES, 1892e, p. 66).

A atenção voltada ao espaço escolar também foi tema abordado no relatório do Dr. Antônio Braga, presidente da Província do Pará em 1889, ao falar sobre o Colégio Nossa Senhora do Amparo. Apesar de atestar que “[...] o estado sanitário é bom” na referida instituição, ele apontou que a mesma “[...] carece de alguns melhoramentos, estando em primeiro lugar o do prolongamento do edificio, por demais acanhado para o avultado numero de pensionistas.” A seguir indica que “[...] o numero de educandas foi abusivamente elevado a 253, o que é excessivo para a lotação [...] e superior ao marcado em lei” (PARÁ, 1889b, p. 9).

Sobre a organização do espaço escolar Machado et al (1978, p. 300) identificaram nas produções de médicos brasileiros as seguintes prescrições:

[...] a sala de aula também deve ter determinadas características: espaço suficiente para que cada menino disponha de quinze metros cúbicos de ar; sistema de ventilação; vidraças que cortem a luz solar, que possam abri-se e fechar-se com facilidade, [...] mesas ligeiramente inclinadas, dispostas de modo a receber a luz de lado, desiguais em altura [...] para que sua vigilância possa se estender sobre todos.

A atenção voltada à iluminação da escola também estava presente no Regulamento Geral da Instrução Pública do Pará (1890b, art. 11, p. 8): “[...] a mobília escolar será installada de acordo com as prescripções de hygiene escolar, devendo os alumnos, quando escreverem,

receber luz pela esquerda.” O referido regulamento também prescreveu orientações a respeito do asseio das salas de aula:

A sala da escola [...] deve ser conservada com o máximo aceio, sendo varrida e espanada duas vezes todos os dias, antes da entrada da manhã e da tarde, e lavada ao menos uma vez por mez. As janelas serão conservadas abertas [...]. (PARÁ, 1890b, art. 7, p. 8).

O professor Octavio Pires toma como base para a definição do número máximo de alunos na escola as reflexões de Aimé Riant, segundo as quais o número aproximado de 300 alunos se configura como o limite que pode existir em um internato sob risco de que não consiga efetuar uma vigilância eficaz. O educador aponta os riscos de não cumprir tais exigências higienistas: “[...] não é so o contagio, é a influencia epidemica, nao so moral como physica, que é preciso temer em um semelhante meio” (PIRES, 1892e, p. 66). Entre os argumentos daquele professor aparecem não somente referências à teoria miasmática, ou seja, ao componente biológico que poderia ocasionar epidemias, mas também às questões de ordem moral, reforçando a concepção integral de educação tão defendida pelos higienistas em todo o mundo.

A necessidade de configurar espaços, tempos e atividades no ambiente escolar tinha relação com a vigilância sobre os alunos preconizada pela higiene. Sobre isso, Machado et al (1978, p. 302, grifo nosso) esplanam considerando as teses médicas brasileiras do período:

Dentro da escola, há uma investida sobre a totalidade da vida dos colegiais, condição para que se opere a transformação desejada e procurada. O dia e a noite são objeto de controle, de vigilância, são momentos detalhadamente esquadrihados. Nada deve escapar ao **poderoso olhar** que tudo conhece, que por todo lugar penetra.

Os parágrafos finais do referido artigo ressaltam a relevância de atentar para esses detalhes, pois:

Felizmente a constituicao medica desta capital é sempre a mais lisonjeira possível, razão porque não temos tido ocasião de lamentar, senão muito esporadicamente, os mãos effeitos de um tão completo abandono da hygiene dos collegios. Comtudo, se não se manifestam francamente, de modo visível aos olhos dos leigos, produzem-se entretanto lentamente e não escapam á observação scientifica, que nelles vê mais um motivo da nossa rápida degeneração physica. (PIRES, 1892e, p. 66).

Para o professor, somente a visão acurada dos homens de ciência poderá apontar os perigos que representam para a saúde o não cumprimento das normas de higiene no ambiente

educacional. Desta forma, ele defende o papel social daqueles que possuem esses conhecimentos e retrata-os como redutores da saúde da população. Em seguida, reforça o motivo pelo qual é necessário ter atenção com a higiene dos espaços onde as crianças permanecem por longas horas, como a escola. Octavio Pires considera que o ar contaminado trará:

[...] desequilíbrio [...] de que se ressentirá o organismo, máxime um organismo de criança, ainda em franco período de crescimento, época em que a despeza sobrepuja á receita na economia animal. A nutrição insuficiente sendo o resultado final de uma máo ambiente respirado, trará, por sua vez, como consequência certa o definhamento geral ou degeneração biológica. (PIRES, 1892e, p. 66).

No trecho acima, a fisiologia do organismo da criança é configurada como sendo específica, peculiar. A criança, na visão do autor, vivencia um período no qual são gastos muitos nutrientes do corpo para assegurar o seu desenvolvimento de forma satisfatória. Assim, o ar contaminado poderia comprometer esta nutrição gerando desordens e patologias de ordem biológica. Desta forma, o diretor da revista salienta o papel de zelar pela saúde das crianças, tendo a higiene como estratégia primordial.

Na revista “A Escola” o médico inspetor Geminiano de Lira Castro (1900c, p. 23) escreveu o artigo “Hygiene escolar”. Ele inicia procurando desconstruir a representação de que as doenças existentes em nosso país são ocasionadas pelo clima: “Não é o clima de nosso bello paiz, este clima tão ameno e constante, mas tão mal apreciado por nacionais e estrangeiros, a causa principal do definhamento de seus filhos.” A despeito desta representação negativa do país Castro (1900c, p. 23) se reapropria da racionalidade médico-higiênica, que para alguns justifica a atribuição de país insalubre ao Brasil e de clima inadequado, para afirmar que a verdadeira causa é a: “[...] falta de observância dos mais cemesinhos preceitos hygienicos, em muitas das nossas habitações particulares e na quasi generalidade das nossas casas de ensino.”

Desmistificar o ideário de que o clima do Pará era inadequado também foi uma preocupação do governador José Paes de Carvalho que afirmou:

[...] sabeis que ainda soffremos as consequências de uma campanha pertinaz, que no exterior se fez durante o extincto império contra o nosso clima, até hoje reputado pestilento e inhabitavel, graças às inverdades interesseiras propagadas. (PARÁ, 1899, p. 49).

Em face da problemática apresentada pelo governador do Pará é apresentada uma proposta de divulgar por meio de publicações uma representação civilizada da região: “[...] o concurso de publicações conscienciosamente feitas e utilmente vulgarizadas entre os que, por interesse nosso, precisamos que nos conheçam como região próspera e futura, como povo civilizado, industrial e progressista.” Deste modo é possível inferir que a publicação desta imagem civilizada do Pará em álbuns, revistas e jornais servisse ao propósito de construir uma representação higienizada do povo e das cidades paraenses. (PARÁ, 1899, p. 50).

Castro (1900c, p. 23) discute a questão da “[...] escolha das casas destinadas às escolas”. Para o médico este assunto merece destaque, pois ele considera a escola “[...] o centro de reunião de centenas de crianças [...] onde passam a maior parte dos dias.” Em seguida, o Dr. Castro diagnostica a situação dos prédios escolares do país, e particularmente os do Pará:

[...] muito nos resta a fazer n’este sentido a par do pouco que possuímos. [...] O mais rudimentar preceito hygienico não preside á escolha das casas onde ellas devem ser instaladas. Quando não lhes falta a luz conveniente, são humidas e mal arejadas e em geral dispõem de espaço demasiado deficiente.

Esta situação denunciada por Castro (1900c, p. 24, grifo nosso) pode ocasionar “[...] anemias, myopia, enxaquecas, etc.” entre os alunos. Por estas razões, o médico conclama a intervenção dos “[...] poderes públicos”, acrescentando ser esse “[...] um problema tão estudado [...] praticamente em todos os **paizes cultos**.” Adotar o exemplo dos países cultos demonstra mais uma vez o quanto a *colonialidade do saber* estava presente nos escritos desse médico (CASTRO-GÓMEZ, 2005b).

Apesar de criticar a realidade escolar do Pará, Castro (1900bc, p. 24, grifo nosso) não deixa de reconhecer as ações do governador Paes de Carvalho que ordenou a construção de prédios escolares, dos quais destaca um que estava “[...] prestes a ser inaugurado, sitio à bela praça Batista Campos”. Inferimos que possivelmente se trata do primeiro grupo escolar da capital paraense denominado José Veríssimo, localizado na proximidade da referida praça, cuja inauguração se deu em 1901. É importante ressaltar que o redator chefe da revista “A Escola”, Dr. Virgilio Cardoso, também era diretor da instrução pública naquele período, o que pode ter influenciado o Dr. Castro a dirigir elogios à iniciativa:

Situado em terreno alto e secco; construído de acordo com os preceitos da sciencia hygienica; amplamente **iluminado**, vantajosamente **ventilado** e

dispondo de salas **espaçosas** para as classes; [...] afastado de fabricas, e habitações ruidosas; nada lhe falta para bem preencher a que se destina.

Os aspectos apontados no trecho acima destacam os elementos de maior importância na discussão higiênica dos prédios escolares: circulação de ar, incidência de luz e espaço. Acrescentou-se também o tipo de terreno e sua localização distante de ruídos. Machado et al (1978, p. 298) analisaram teses de médicos brasileiros no fim do século XIX identificando recomendações quanto a localização da escola:

[...] que ela se localize de preferencia nos arredores da cidade, [...] que se edifique sobre um terreno refratário à umidade, em local arejado e ensolarado, com ruas largas e asseadas; que o seu ambiente afastado dos vícios de conduta e de higiene da cidade, permita o desenvolvimento da saúde física e moral das crianças.

Dr. Américo (1912, p. 126) também apresenta argumentos semelhantes sobre o terreno ideal para construir escolas. Esse deve ser:

[...] espaçoso, de modo a poder o edifício ficar isolado e receber francamente ar e luz por todas as faces; [...] deve ser sêcco e escolhido, preferentemente, em um ponto elevado, longe de qualquer lençol de água estagnada, de lameiras ou igapós, e, também, distante de hospitaes, cemitérios, prisões, fabricas, botequins, de ruas muito frequentadas e barulhentas. [...] Para taes adptações será sempre de bom conselho ouvir o pedagogo e o medico escolar [...].

Na sequência Castro (1900c, p. 24, grifo nosso) prossegue afirmando que o governo “[...] tem procurado nas principaes villas ou cidades do interior, as melhores casas, para nelas instalar as escolas publicas.” Na hipótese dese plano ser materializado o médico prevê que o Pará será representado como “[...] o que se acha mais avantajado em progresso”. A negociação realizada nos escritos desse médico demonstra a retórica da denúncia para justificar a necessidade da higiene escolar, ao mesmo tempo em que confere ao poder público uma atuação positiva no sentido da superação dos problemas apontados. Esta representação positiva do poder público poderia estar ligada ao fato do governador ser um médico, valorizando, assim, a atuação desses profissionais nas diversas esferas de governo. Sobre isto, Dr. Castro afirma: “Nada mais nobre, nada mais útil e nada mais patriótico do que a reforma que o Dr. Paes de Carvalho está fazendo n’esta parte do ensino, por ventura a mais importante”.

Nesta reforma educacional era necessária a contribuição das escolas particulares que deveriam se sujeitar às prescrições da higiene. Para tanto, o Dr. Castro (1900c, p. 25) sugeriu

que “[...] nenhuma casa de instrução fosse aberta sem licença da respectiva directoria, a qual só deveria conceder a licença após exame procedido no prédio destinado a tal mister, por uma comissão de profissionais”.

Após a contextualização da situação educacional do Pará, o Dr. Castro (1900c, p. 25) assume um tom prescritivo em relação ao ambiente escolar ressaltando a importância da: “[...] distribuição de luz e som.”; “[...] devendo o solo ser revestido de cimento, depois de drenado.”; as escadas, “[...] portas e corredores amplos, devem dar fácil passagem aos alunos”. Alegando que a “[...] opinião de muitos higienistas⁶¹” sobre o prédio escolar é relevante, Dr. Castro cita as recomendações para evitar que “[...] a fachada olhe para o Oeste”, bem como que o clima e as condições higiênicas de cada local sejam levados em conta. Em seguida recomenda “[...] o soalho de madeira.”, pois “[...] a madeira absorve a humidade dos pés”.

Para finalizar Dr. Castro (1900c, p. 23, 26) esclarece seu objetivo: “[...] que os srs. professores se dêem ao exame de questão tão importante e geralmente desprezada entre nós, e muito lucrarão a nossa geração e as gerações vindouras”. Esse trecho reforça o público-alvo da revista que são os docentes do Pará, bem como a intenção de que os temas tratados recebam maiores destaques a fim de que surtam efeitos sobre a formação das gerações. As representações veiculadas neste escrito dão ao médico e ao professor papéis essenciais na concretização desse projeto higienizador onde a arquitetura escolar deve ser “[...] o primeiro cuidado do higienista”.

Em face deste contexto, se compreende alguns dos motivos pelos quais os preceitos científicos da higiene foram divulgados e utilizados para justificar as ações empreendidas pelo governo brasileiro. É inquestionável o papel do sistema mundo colonial capitalista nos contornos que tais prescrições assumiram, visto que era necessário controlar a organização e a aparência dos diversos espaços, destacando nesta discussão o ambiente escolar, para que a “*colonialidade do poder*” pudesse aumentar seu controle sobre o campo educacional brasileiro e formar cidadãos asseados e produtivos. Desta forma, a higiene contribuiu para construir uma representação cultural positiva das cidades, das escolas e das pessoas no Brasil e no Pará substituindo o ideário de cidades insalubres, sem, contudo, deixar de tomar como referência a racionalidade europeia e norte-americana. Porém, as prescrições da higiene não eram voltadas somente à aparência externa das escolas e demais instituições públicas, mas

⁶¹ O autor cita no artigo os nomes de três higienistas: Dr. Marigenot, Dr. Arnaud e Dr. Trellát. No entanto, ele não dá maiores informações sobre eles como o sobrenome, a obra publicada, o ano de publicação, etc. Pelos nomes estrangeiros é possível que eles sejam europeus. (CASTRO, 1900b, p. 26).

também se aplicavam ao conhecimento ensinado às pessoas no interior desses espaços sociais como será exposto a seguir.

4.4 O conhecimento e a Colonialidade do Saber

Este item aborda a formação intelectual e moral proposta no contexto educacional retratado nas revistas pedagógicas analisadas neste estudo. A interpretação que se buscou realizar a respeito das orientações higiênicas voltadas a aprendizagem dos alunos amazônidas parte de uma leitura decolonial que problematiza o processo pelo qual a educação promove a *colonialidade do saber*.

Desta forma, Lander (2000, p. 14, 15) contribui com esta reflexão ao discutir a colonização das formas de conhecimento:

[...] las formas del conocimiento desarrolladas para la comprensión de esa sociedad (europea) se convierten en las únicas formas válidas, objetivas, universales de conocimiento. Las categorías, conceptos y perspectivas [...] se convierten así no solo em categorías universales para el análisis de cualquier realidad, sino igualmente en proposiciones normativas que definen el *deber ser* para todos los pueblos del planeta. Estos saberes se convierten así en los patrones a partir de los cuales se pueden analizar y detectar las carências, los atrasos, los frenos e impactos perversos que se dan como produto de lo primitivo o lo tradicional en todas las *otras* sociedades. [...] Los más optimistas las ven como requiriendo la acción civilizadora o modernizadora por parte de quienes son portadores de una cultura superior para salir de su primitivismo o atraso. *Aniquilación o civilización impuesta* definen así los únicos destinos posibles para los *otros*.

Tendo em vista o saber como alvo da colonialidade no espaço escolar os homens de ciência, que divulgaram seus saberes nas revistas pedagógicas paraenses adotadas neste estudo, atuaram para disseminar um modelo educacional ancorado nos princípios da racionalidade médico-higiênica onde cada sujeito envolvido possui um determinado papel. Neste sentido, a higiene delimita as funções do médico, do professor e da família no processo de higienização da inteligência e da moral dos estudantes amazônidas de modo que o médico e o seu saber se tornem o eixo em torno do qual estão envolvidos diversos elementos que influenciam a formação dos referidos educandos: a família culpabilizada; o médico que classifica, hierarquiza e controla; o professor como exemplo e guia; a organização do tempo; o equilíbrio entre as atividades físicas e intelectuais; a reestruturação dos conteúdos e métodos de ensino e a definição do cardápio escolar.

No artigo intitulado “Hygiene dos internatos – Hygiene da inteligencia” de setembro, Pires (1892h, p. 113) aborda a ginástica cerebral a qual “[...] consiste em exercícios racionais e a pouco e pouco mais fortes, cujo fim é avigorar os diversos centros das nossas faculdades cefálicas”.

Pires (1892h, p. 113) inicia sua argumentação situando a evolução obtida pela ciência por meio da Teoria das “localizações cerebrais” desenvolvida por Franz Joseph Gall⁶². Desta forma, resume a teoria e suas implicações para a higiene da inteligência:

Segundo estas doutrinas, cada manifestação da nossa mentalidade, a inteligência, a memória, o pensamento, etc. tem no cérebro o seu respectivo centro gerador. Ora assim sendo, [...] o exercício apropriado e metódico das operações do encéfalo deve fortalecer-lhe os citados centros de localização.

Com base nesta teoria, Pires (1892h, p. 113) atribui ao mestre “[...] a tarefa de auxiliar e regularizar este desenvolvimento, tornando assim o homem cada vez *mais homem*.” Esta intervenção pedagógica se fazia necessária porque “[...] as diversas manifestações da inteligência vão despontando [...] á medida que os vários órgãos de uma entidade humana vão crescendo, alentando-se e avigorando-se”. Os argumentos de Pires (1892h) esclarecem que o desenvolvimento cerebral pode ser modificado pela atuação docente e que a concepção de “homem” implícita nesses escritos é de um indivíduo cujo intelecto está dentro dos padrões científicos da normalidade. O silenciamento em relação ao indivíduo que não se enquadra nesses parâmetros pode indicar que a educação defendida nesse artigo não só exclui os alunos considerados “anormais” como também se preocupa em prevenir e/ou evitar tais anormalidades. Gondra (2004, p. 353) verificou que os higienistas brasileiros dedicavam atenção à educação das faculdades intelectuais como uma necessidade para aqueles que ocupariam funções de “[...] direção moral, social e jurídica da grande sociedade”. Assim, compreende-se que a potencialidade e o desenvolvimento da inteligência, nesta representação, era privilégio de poucas pessoas, ou seja, deveria ser aperfeiçoada ao longo do processo educativo, porém o acesso à continuidade dos estudos era restrito.

A preocupação com um padrão de normalidade, na racionalidade médico-higênica, viabiliza uma hierarquização entre os alunos. O padrão utilizado para esta classificação, como

⁶² Franz Joseph Gall foi um médico alemão que desenvolveu e publicou a referida teoria em 1810. Ele estabeleceu relações entre estruturas corticais e o funcionamento de várias faculdades mentais, tendo criado mapas frenológicos que orientavam o exame dos crânios de pessoas e, assim, auxiliavam a identificar relações entre as protuberâncias craniais e determinadas características da personalidade. (LAMBERT; KINSLEY, 2006).

já exposto, tem influência de elementos de caráter biológico (o formato do crânio do indivíduo) que supostamente conduzem a determinados comportamentos no contexto social, mas também existem elementos da realidade social que determinavam a viabilidade de uma educação intelectual bem sucedida. A relação estabelecida entre a saúde, a educação e os problemas sociais diversos pode ter sido forjada a fim de construir uma representação da higiene como ciência que contribui em diferentes âmbitos sociais. Deste modo, se justifica sua importante atuação e o poder confiado às mãos de quem detinha esse conhecimento, a saber: médicos e professores. Neste sentido, podemos identificar a geopolítica do conhecimento, discutida por Grosfoguel (2008, p. 120), que problematiza a pretensão do homem ocidental de julgar seu conhecimento como sendo “[...] o único capaz de alcançar uma consciência universal”. Assim, a higiene revestia-se de legitimidade e reconhecimento, não só por sua natureza e origem, mas também por seu poder de determinar que tipo de “homem” se almejava formar e, conseqüentemente definir que indivíduo não possui as qualidades necessárias para esta formação.

Ainda sobre a ginástica do cérebro, Pires (1892h) elenca dois elementos de maior importância que são as disciplinas a serem ministradas e a distribuição do tempo. Com relação às disciplinas o professor aborda a qualidade da matéria, a extensão da tarefa e a variedade das disciplinas.

Ao tratar da qualidade da disciplina Pires (1892h, p. 114) a vincula ao grau de ensino (primário, secundário e profissional). Sobre isso o professor aponta conteúdos diversos que devem ser ministrados “[...] ao critério do mestre”, pois somente ele sabe definir “[...] qual convém melhor ao seu aluno, não só quanto à força intelectual que este já possui, como no sentido de augmentar-a sempre um pouco mais, dando-lhe um vigor novo que ainda não possui”. A extensão da tarefa, por sua vez, deve “[...] obedecer ao grau de robustez do intellecto do educando”. A adequação dos conteúdos à capacidade intelectual do aluno também foi discutida por Campos (1912, p. 140, grifo nosso): “Devem eles limitar-se ao necessário, adaptando-se com precisão ao conveniente, isto é, precisamente aos interesses positivos de **classe** e de **profissão** e ao **grão** de desenvolvimento mental e physico do estudante”.

A higiene da inteligência, neste contexto, considera a capacidade intelectual existente no aluno e a estimativa do grau de robustez intelectual que ele pode vir a alcançar. Isso nos leva a refletir sobre a suposição de que existam alunos que chegam à escola com maior e outros com menor capacidade intelectual, e que uma vez avaliados pelo professor são submetidos a um plano educativo considerado apropriado ao desenvolvimento de suas

faculdades intelectuais. Tendo em vista tais questões vale destacar o método das Lições de coisas adotado nas escolas do Pará, no fim do século XIX, que orientava sobre a divisão do tempo, os recursos e a forma adotada para ministrar os conteúdos curriculares. O *Regulamento Escolar: Programas e instruções pedagógicas para o ensino primário do Estado do Pará* aborda o método:

O espaço de tempo pode ser dividido tomando o mestre um **tempo curto** para as explicações que devem ser claras **sucintas** e precisas e dividindo o resto entre os diversos cursos [...]. Em summa, toda lição pode ser objeto de uma lição de coisas, não pelo facto, pelo espirito e pelo mhetodo. (PARÁ, 1890c, p. 39, grifo nosso).

Observa-se a preocupação com a diminuição do tempo destinado a explicações, o que possivelmente está ligado ao desenvolvimento da autonomia do aluno que deve prioritariamente exercitar os seus sentidos. Sobre o método vale citar França (2014) que pesquisou o Regulamento Geral da Instrução Pública do Pará, elaborado por José Veríssimo, identificando as lições de coisas como os fundamentos para o desenvolvimento das disciplinas. A bibliografia de referência adotada por José Veríssimo nesse documento destaca a obra “Primeiras Lições de coisas” (1861), escrita pelo professor norte-americano Norman Allison Calkins, que foi traduzida por Rui Barbosa resultando em sua publicação em 1884 no Brasil. Isso demonstra mais uma vez a dependência que os homens de ciência brasileiros tinham do saber produzido pelos países considerados mais civilizados. Deste modo, França (2009) identificou no projeto educativo de José Veríssimo a adoção do referido método que enfatizava o valor de experiências e do contato direto do aluno com os objetos do conhecimento de forma gradual em detrimento de métodos embasados em aulas expositivas longas e avaliações centralizadas na memorização.

O Regulamento Geral da Instrução Pública do Pará destaca que a “[...] instrução primaria não tem por fim ensinar tudo quanto se deve saber, si não tudo o que não é licito ignorar”. Observa-se que no método intuitivo a atenção está voltada para uma forma dinâmica de ensinar o que é considerado indispensável, em detrimento de um ensino baseado na memorização de elevada quantidade de conteúdos, o que poderia segundo higienistas como Américo Campos ocasionar a fadiga intelectual (CAMPOS, 1912; PARÁ, 1890b, p. 43).

As consequências nefastas de tarefas que sobrepõem a capacidade intelectual do aluno, apontadas por Pires (1892h, p. 114), foram “[...] a inteligência obtusa”, causada pela fadiga e o comprometimento do “[...] desenvolvimento natural de diversos órgãos corporaes diminuindo-lhes assim a resistência contra os acometimentos mórbidos e conseguintemente

encurtando-lhes a existência”. Deste modo, o professor Pires estabeleceu uma relação entre a educação, seus respectivos métodos pedagógicos e a saúde dos alunos, preparando o caminho para justificar a necessidade das orientações higiênicas no ambiente escolar.

Campos (1912, p. 140) demonstra em seu manual que esta representação de educação atrelada ao higienismo persistiu no Pará no início do século XX:

[...] não so a **duração** das classes, as horas em que ellas devem funcionar, o **numero** de matérias a armazenar e assimilar pelos alunos, etc. têm influencia sobre a saúde dos escolares; é necessário bem atender á **gradação do trabalho**, segundo a dificuldade das matérias ensinadas. É extremamente humanitário, pois, atender, conjuncta e egualmente, ao interesse do ensino e ao da saúde do alumno.

A variedade nas disciplinas foi outro elemento que Pires (1892h, p. 114, grifo nosso) destacou não somente como “[...] meio de descanso, mas também como uma das maneiras de cativar o gosto do aprendiz”. Para atingir tal finalidade o professor deve:

[...] amenizar a aridez das suas lições, variando-lhes os themas, citando casos apropriados ou referindo contos análogos, de maneira a fazer **descansar** de momentos a momentos a atenção do explicando, e a fazel-o mesmo ligar a parte da matéria explicada com a referencia feita, de modo que a lembrança d’esta traga, mais tarde, igualmente a d’aquella.

A partir das prescrições higiênicas expostas acima é possível observar que a higiene pretendia influenciar até mesmo elementos que, a primeira vista, eram estrita função do corpo docente como a definição do currículo escolar e dos métodos de ensino. Assim, verifica-se a onipresença da higiene no espaço escolar em seus diferentes âmbitos. Ao trabalhar conceitos como fadiga, sedentarismo e funcionamento da memória articulados ao contexto escolar a racionalidade médico-higiênica inseriu sua lógica e termos técnicos na linguagem pedagógica, um exemplo do que Chartier (1995) e Certeau (1998) discutem ao abordar o processo de apropriação.

Sobre a questão, Gondra (2004, p. 355) identificou orientações dos higienistas brasileiros para a conservação e aperfeiçoamento da inteligência: “[...] integração, exercício metódico, moderação, respeito ao desenvolvimento biológico, alternância de atividades, variação, prudência na organização do tempo escolar e sono”. Nas teses médicas analisadas, Gondra (2004, p. 357) também observou a representação da inteligência como “[...] algo a ser contruído, como uma dimensão plasmável e moldável, a higiene fornece substrato para a defesa da intervenção sistemática no desenvolvimento da mesma”. Desta forma, os higienistas

acreditavam no estabelecimento de uma desigualdade intelectual a partir das oportunidades educacionais que deveriam privilegiar os indivíduos destinados às funções de destaque na sociedade. Assim, se reforça a dualidade presente na educação brasileira: de um lado, a oferta da educação popular aos menos abastados; de outro a continuidade dos estudos para os membros da elite. Esse tipo de exclusão, atrelada ao conhecimento, está inclusa na lógica da *colonialidade do poder*, pois o acesso à educação permitia a ascensão social do indivíduo e não era conveniente que todos tivessem a mesma oportunidade, pois disso dependia a manutenção daquela sociedade (QUIJANO, 2002).

A organização do tempo no espaço escolar foi outro elemento regulado pela higiene. Para Pires (1892h, p. 114) esta regulação cabe aos diretores de internatos e deve estar atrelada “[...] à idade e constituição do aluno, como ao clima e temperatura da localidade”. O professor também indicou para os primeiros anos de ensino lições de curta duração que “[...] produzem melhor efeito e são de um resultado muito mais seguro, do que as prolongadas por um tempo a enfastiar o educando.” Os argumentos usados para tal posição estavam relacionados aos perigos gerados pela imobilidade física, pela fadiga e pelo “[...] desequilíbrio entre o desenvolvimento do cérebro e o dos demais órgãos”, o que supostamente levaria a formação de um indivíduo de constituição fraca, temperamento nervoso e gênio inadequado.

É possível perceber a importância do planejamento do tempo no Regulamento Geral da Instrução Pública do Pará (1890b) que estipula as atividades a serem realizadas nas escolas elementares cujas aulas deviam começar às 08h30min e terminar às 12:00h durando em média 30 minutos cada lição.

Sobre a questão Campos (1912, p. 142) elogia a reforma do ensino do Pará que prevê a realização das aulas no horário da manhã: “[...] os higienistas aconselham o trabalho de manhã porque, depois do sono reparador da noite, é muito mais activo e muito mais productivo.” O Dr. Campos (1912, p. 144) também abordou a duração das lições tendo como referência o Dr. Dufestel, higienista francês, que preconiza lições de 15 a 30 minutos com um intervalo de repouso:

[...] em nosso clima esta somma cotidiana de trabalho deve ainda ser reduzida sobretudo em relação às crianças de 7 a 8 annos, cujas classes e estudo não devem ultrapassar de 2:30 a 3 horas.

Nos climas quentes Pires (1892h, p. 114) recomenda que “[...] os estudos da manhã não devem exceder às duas horas nem as aulas a uma hora, para a infância e adolescência. À tarde [...] os estudos não convém ultrapassar a uma hora e meia”. Na sequência, o professor

indica que os recreios devem intercalar as atividades intelectuais. Durante o recreio é necessário que “[...] os exercícios físicos sejam regulados por pessoa habilitada, e tenham de duração nunca menos de uma hora”. Entre os perigos da não observância de tais orientações Pires (1892h) destaca a distração.

A recomendação de aliar os recreios à atividade física de forma a intercalar esses momentos com as atividades intelectuais era prática defendida entre os higienistas brasileiros, entre eles o professor Américo Campos (1912, p. 109) que esclarece:

Os recreios são indispensáveis aos meninos, tanto sob o ponto de vista da educação física, como sob o do preparo intelectual. Concorrem para auxiliar o desenvolvimento da musculatura e dificultar a adiposidade⁶³; tornam as crianças mais alegres, mais comunicativas e de temperamento mais brando, por sentirem-se felizes. Estes recreios, quando movimentados, devem ter lugar em um meio atmosférico puro.

Em face do exposto nesse artigo, observa-se o fenômeno que Gondra (2004) denominou de *higienização do tempo escolar* a partir de princípios da fisiologia. Faria Filho e Vidal (2000) vincularam o controle do tempo escolar a um processo de racionalização do tempo que objetivava o máximo aproveitamento do mesmo em consonância com as relações capitalistas que se estabeleciam na sociedade brasileira. As prescrições higienistas contribuíam, assim, para evitar o ócio e suas nefastas consequências (onanismo, vagabundagem, etc), estimular o amor ao trabalho e promover a higiene mental. (PYKOSZ, OLIVEIRA, 2009).

Após a discussão sobre higiene da inteligência tendo como elementos fulcrais as disciplinas ministradas e a distribuição do tempo escolar na REE, abordaremos a seção “Divagações” da revista “A Escola” que trouxe em novembro de 1901 o artigo intitulado “Escola, Família e Pátria” escrito pelo professor Augusto Pinheiro. Coelho (2003) indica que esse professor era autor de livros didáticos distribuídos pela diretoria de instrução do Pará, como a obra “Primeiro Livro”, recomendada em 1893.

Partindo da concepção de que escola, família e Estado atuam para “[...] o bem-estar da sociedade” Pinheiro (1901, p. 91) discorre sobre o papel de cada uma destas instituições sociais. Para os fins desta tese destacaremos a representação de educação construída por Augusto Pinheiro, bem como a relação estabelecida com a família e o Estado.

A escola, segundo Pinheiro (1900, p. 91, grifo nosso), “[...] é o **templo** augusto das futuras glórias pátrias”. Ela possui cinco elementos principais: “[...] os mestres, os discípulos,

⁶³ Adiposidade refere-se ao acúmulo de tecido gorduroso no corpo.

o estudo, a disciplina e a ordem”. Os mestres são “[...] **sacerdotes** do ensino, que tem a enorme responsabilidade de preparar o futuro dessa classe numerosa que se chama – a infância.” Como “fabricadores de espíritos” os “[...] **apóstolos** mais perseverantes e pensionados do Estado” carregam a “**cruz** do ensino”.

A representação de professor veiculada por Pinheiro (1900, p. 91) adota palavras utilizadas no meio religioso como sacerdotes, apóstolos e cruz. Esta aproximação poderia ser uma estratégia para incentivar o professor a ser obediente ao Estado promovendo a formação de cidadãos úteis á Patria, assim como ele aprendeu a ser obediente a Deus. Esse é possivelmente o reflexo do processo de colonização portuguesa que procurou civilizar o Brasil por meio da religião católica. Neste sentido, a palavra cruz é compreendida como forma de pagar uma dívida, sofrer no lugar de outra pessoa. Como servos obedientes os professores deveriam voltar-se a cumprir sua missão redentora por meio da educação, sendo assim comparados aos semeadores do evangelho. Coelho e Silva (2010) analisaram a representação de professor veiculada em revistas pedagógicas do Pará entre 1900 e 1919 verificando a configuração de um professor patriota, moderno, republicano, atualizado sobre os métodos educacionais mais avançados e compromissado com o progresso do país.

No Regulamento Geral da Instrução Pública do Pará o professor era representado como um agente privilegiado de divulgação da boa moral na escola. Desta forma, seu comportamento de cidadão higienizado era tido como um exemplo a ser imitado, conforme se observa no referido documento: “Quanto ao desempenho de suas funções: comparecer com pontualidade à escola [...] **decentemente** vestido [...] dar aos alunos [...] constantes exemplos de **moralidade** e **amor** às instituições.” (PARÁ, 1890b, p. 52, grifo nosso).

Nessa linha de pensamento cabia ao professor evitar hábitos prejudiciais em seu horário de trabalho: “Ao professor é expressamente vedado: [...] 4. Infligir castigos físicos aos alunos [...] 9. Fumar, mascar tabaco [...] satisfazer, enfim, qualquer **vício**, durante as horas de aula” (PARÁ, 1890b, art. 9, p. 51, 56). A constante preocupação em afastar os alunos dos vícios prejudiciais a moral e a saúde era tema caro aos higienistas brasileiros no fim do século XIX e início do século XX, como indicam Machado et al (1978). Compreende-se a partir da análise desse texto oficial que o professor, como referencial que era, deveria mostrar um comportamento idôneo e inquestionável assumindo, assim, sua missão: “[...] como um verdadeiro apostolado, de que ele deve procurar ser sempre digno”.

Pinheiro (1901, p. 92) afirma que a educação transmitida pela família ocorre desde o início da vida e confere às crianças “[...] a prática dos bons exemplos e dos mais profícuos ensinamentos”. A instrução escolar, por sua vez, “[...] começa a transmitir-se

verdadeiramente dos sete anos em diante, e [...] pode estender-se até a morte”. Assim, aos professores cabe “[...] aperfeiçoar a educação dada no lar”. Na análise realizada por Gondra e Garcia (2004) a representação da família e, particularmente da mãe como educadora natural da infância vinha ao encontro da necessidade de conferir papéis sociais definidos que permitissem à higiene estar presente na formação da criança desde a mais tenra idade, influenciar a concepção de família e promover a ordem social. Assim, os pais se sentiam participantes desse processo, sem, no entanto, estarem distantes das prescrições higiênicas para a rotina familiar. Na sequência, a racionalidade médico-higiênica trabalhou para convencer as pessoas de que havia uma idade ideal para o processo de escolarização. Sobre isso, Rocha e Gondra (2002) identificaram em teses médicas brasileiras do século XIX a recomendação de que somente aos 7 anos a criança poderia ser encaminhada ao espaço escolar. Deste modo, a representação de educação para Pinheiro (1901) é de um processo contínuo de aprendizagem e aperfeiçoamento.

A educação apregoada por Pinheiro (1901, p. 92, 93) deve formar “discípulos” cujas marcas mais expressivas sejam “[...] a **docilidade** na mais fiel obediência, o **amor** ao trabalho na mais comprovada compreensão de seus **deveres**, o gosto pela sciencia na mais eloquente **dedicação** ao estudo”. A aproximação entre os sentidos das palavras aluno e discípulo confere à escola o papel de “templo de ensinamento”, e ao aluno o dever de obedecer e respeitar docilmente as regras higiênicas como se dá em relação às leis sagradas de Deus. A higiene, então, assume as formas de uma espécie de religião promotora de indivíduos obedientes, trabalhadores e cultos. Jurandir Costa (2004, p. 67) analisou estratégias médico-higiênicas que atuaram sobre a sociedade brasileira a partir do século XIX inferindo que elas:

[...] tinham um propósito explícito: demonstrar que a incapacidade de amar o Estado era uma doença. E, por extensão, postular que a submissão do indivíduo ao governo estatal não era sintoma de anulação política, mas prova de boa saúde.

É necessário compreender que a ênfase dada à formação para o mundo do trabalho era diferenciada de acordo com o grupo social ao qual se destinava, do contrário não cooperaria para a manutenção do regime republicano. Para Pinheiro (1901, p. 93, 94) “[...] o estudo é o objetivo d’aquelles que se preparam para os altos cometimentos sociaes.” Em seguida aborda a importância da disciplina que é a “[...] origem da ordem”, “[...] a base do edifício social”. A metáfora do edifício nos remete a diferentes graus hierárquicos onde a disciplina “[...] vem estabelecer a norma de conducta para todos os cometimentos.” Desta forma, a educação

proposta colabora com a coesão social ao trabalhar “[...] destroçando completamente o inimigo do progresso, que é a ignorância.” Nesta lógica, se obedecer e manter a ordem é necessário a todos os níveis sociais, chegar aos mais elevados graus do edifício do status social não é para todos. Para ter uma ideia da exclusão vale citar o censo de 1900 apontando que 65,3% da população brasileira com 15 anos ou mais era analfabeta. Além disso, existiam apenas 521 profissionais liberais entre os 490.784 habitantes do Pará. A forma como tipos diferentes de educação são oferecidos a determinados grupos sociais produzindo uma divisão social do trabalho pode ser expressa como colonialidade do poder capitalista mundial (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1908; QUIJANO, 2000a).

Rizzini (2004, p. 212) realizou um estudo que abrangeu o período de 1850 a 1889 identificando alguns dos principais objetivos da educação ofertada na Amazônia aos filhos da população de menor poder aquisitivo: “[...] a formação do trabalhador moralizado e disciplinado.” Para a pesquisadora, apesar do intuito do governo de expandir a educação por meio da criação e manutenção de escolas primárias e internatos públicos voltados a esse fim, esta iniciativa não incluiu a maioria das crianças desvalidas. Em geral, esses alunos não davam continuidade aos estudos nas escolas primárias de segundo grau, reforçando a ideia de uma educação que se mostrou dualista. Desta forma, por meio desse projeto educativo a elite intelectual do período pretendia desmistificar a ideia de que a população da Amazônia fosse “selvagem” e, em contrapartida, construir uma representação civilizada para o povo amazônida.

O último item do qual trata Pinheiro (1901, p. 98) é a Pátria que aparece representada como “divindade” a qual todos devem se curvar e também como “mãe generosa” que desconhece distinção entre os seus filhos sejam eles “[...] o homem ou a mulher, o branco ou o preto, o rico ou o pobre, o grande ou o pequeno, a criança ou o velho, o nobre ou o plebeu, todos tem o mesmo valor para ella.”

Quijano (2005, p.107) questiona esta suposta igualdade existente nas nações latino-americanas ao situar a raça como categoria mental da modernidade que produziu identidades sociais e relações sociais hierárquicas:

Na medida em que as relações sociais que estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população.

A influência desta classificação social esteve presente nas discussões dos higienistas brasileiros, entre eles o Dr. Américo (1901a, p. 61) que foi o relator da comissão escolhida pelo Conselho Superior de Higiene do Pará para explicar as causas da mortalidade infantil no estado. Ele identificou em seu estudo uma taxa de mortalidade maior entre negros, índios, proletários e pobres em geral associando o fato a precária educação dos pais destas crianças, principalmente das mães, que foram representados como “ignorantes” a respeito dos cuidados higiênicos a serem tomados. Neste sentido, ainda que considerasse o elemento econômico como importante no acesso destas famílias ao atendimento médico e a uma boa alimentação, o médico salientou a necessidade de que os ensinamentos da higiene fossem amplamente divulgados para combater esta “ignorância”:

[...] nossa aspiração altruística e patriótica, sentir sobre ellas (as crianças) caírem os olhares de todos os cérebros. [...] sobejamente provado ficou ser causa importante da mortalidade infantil o ignorarem muitíssimos paes os melhores e mais uteis cuidados exigidos pelos recém-nascidos, aleitando e infante. Para obviar esta falta entendemos ser conveniente publicar, espalhando-as largamente, instrucções hygienicas, adaptadas ao caso, escriptas em linguagem simples, ao alcance da mais obtusa intelligência. (CAMPOS, 1901e, p. 114).

Ao estigmatizar os pais das crianças como ignorantes, Campos (1901e) expressa em seus escritos a *colonialidade do ser* que para Maldonado-Torres (2007) influencia tanto a percepção dos que são desumanizados, os pais, como daqueles que se julgam superiores, os higienistas. Esta desumanização é naturalizada como estratégia de colonização do “outro” fazendo com que os periódicos paraenses servissem ao propósito de construir representações diferentes e hierarquizadas: de um lado, os médicos como detentores do saber higiênico; de outro, a população subalterna que ignora esse saber.

Com base nesta representação de que os negros, os índios e os pobres são ignorantes, Campos (1900e, 1912) ministrou conferências, publicou artigos e até um manual de higiene com a finalidade de divulgar os preceitos da higiene entre a população paraense. Em seu manual intitulado “Noções geraes de Hygiene”, aprovado pelo governo do Pará e adotado no Colégio Paes de Carvalho, Campos (1912, p. 97) esclarece:

[...] as crianças [...] não possuem uma vontade consciente e clara, nem instrucção para avaliar a importância d’um conselho hygienico; [...] para os paes e responsáveis pela vida e pela saúde do infante é que forumual-se instrucções neste sentido.

As metáforas utilizadas por Pinheiro (1901, p. 98) que comparam a pátria á uma “santa mãe” remetem ao respeito pelo sagrado, ou seja, a obediência e “o amor à pátria” devem ser os mesmos que as pessoas devem dar a Deus. A Pátria é representada como “entidade moral” que, por cuidar de seus filhos de forma “igual”, supostamente merece a submissão e o cumprimento dos deveres. Assim, observa-se um silenciamento sobre os direitos dos cidadãos e, em contrapartida, uma ênfase no “dever cívico” de submissão.

Pelos argumentos expostos, Pinheiro (1901) vincula a educação a uma postura nacionalista sobre a qual Jurandir Costa (2004, p. 63) discute enfatizando que: “Todo o trabalho de persuasão higiênica desenvolvido [...] vai ser montado sobre a ideia de que a saúde e a prosperidade da família dependem de sua sujeição ao Estado”.

Partindo da representação da higiene como estratégia para contruir uma concepção ordeira, civilizada e higienizada de Belém e da pátria brasileira Campos (1901b, p. 72, 76,77, grifo nosso) também recorre ao patriotismo e a formação de uma autoestima entre os brasileiros por meio da educação:

[...] A hygiene nos será por socorro, pondo-se em pratica medidas preventivas. [...] Com patriotismo e vontade decidida tudo se vence, segura torna-se qualquer conquista no campo da sciencia! [...] Tratemos de **conhecer** o nosso meio e cotej-alo com o alheio para nos certificarmos de que nada temos a invejar. Assim nos encheremos de valor e convencer-nos-emos de que somos **adiantados e fortes**, - um povo pujante, novo, encarando o futuro, calmo, resoluto, desassombrado! [...] Torna-se forte quem intimamente se convence de que o é. [...] Não atingimos o apuro de Pariz porque principiamos agora. Chegaremos, porem! [...] Trabalhem para isso.

Em face deste contexto, Pinheiro (1901, p. 98, grifo nosso) finaliza seu artigo com a significativa exclamação: “Amemos, portanto, a Patria, **trabalhando** por ella, batalhando pela sua defesa, indo mesmo até ao sacrilégio da vida se necessário fôr.”

Wallerstein (2006, p. 30) problematiza esta retórica nacionalista existente na América Latina que impõe uma classificação hierárquica no mundo moderno colonial. Este nacionalismo, apesar de se apresentar nos escritos de intelectuais como uma proposta de igualdade de direitos entre os cidadãos, na realidade coloca os homens acima das mulheres, os brancos como sendo superiores aos negros, os adultos sendo representados como estando acima das crianças, os cultos enquanto sujeitos mais avançados em relação aos que não tem acesso à educação e os burgueses juntamente com os profissionais liberais como estando acima da massa de trabalhadores:

El nacionalismo assume com frecuencia la forma de vínculos entre los lados de cada antinomia fusionados em una categoria, para que uno pueda, por ejemplo, crear una norma que sostenga que los hombres blancos heterossexuais de etnias e religiones especificas son los únicos que pueden ser considerados “verdaderos” ciudadanos.

O referido artigo apresenta a apropriação, por parte de Pinheiro (1901), de representações que circulavam na religião cristã do período em questão estabelecendo um vínculo destas com o estado, a educação e a família. Ainda que a proposta educativa do regime republicano se considerasse laica, a produção desse homem de ciência indica que existia um forte apelo na tradição religiosa ao ponto de tornar possível uma negociação entre suas redes de significados. Desta forma, é possível observar a maneira como a matriz colonial de poder opera numa rede de relações que envolvem, segundo Mignolo (2003, p. 50), diversos âmbitos sociais. Entre eles destaca-se o âmbito do gênero/sexo dominado “[...] por la estructura de la ‘sagrada familia’ que revela la cumplicidad entre capitalismo, cristianismo y familia burguesa.” Assim, cada sujeito assume um papel adequado à manutenção deste sistema mundo moderno colonial: a família como base moral da criança e mantenedora da estabilidade social; a escola como templo sagrado onde os professores-sacerdotes ensinam aos alunos-cidadãos a obediência às regras sociais e o amor ao trabalho; a pátria como mãe e santa que precisa ser reverenciada, amada e defendida.

Uma vez tendo sido abordadas as representações de escola, família e pátria a partir da produção de um professor, vale destacar uma estratégia de modelar comportamentos no espaço escolar a partir da adoção de um método amplamente discutido no campo da saúde: a hipnose.

“O hypnotismo em pediatria e pedagogia” foi o título do artigo divulgado em dezembro na revista “A Escola”. O médico Francisco de Paula Fajardo Júnior, autor do artigo, publicou sua tese considerada a primeira obra sobre hipnose do Brasil em 1889, tendo tamanha repercussão que foi transformada no “Tratado de Hipnotismo”, publicado em 1896. Ele atuou como professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e foi um dos pioneiros em estudos de microbiologia no Brasil. (CÂMARA, 2003; FAJARDO JÚNIOR, 1901).

Fajardo Jr. (1901, p. 125) inicia seus argumentos em prol da hipnose conceituando o termo *sugestão*: “[...] até os actos os mais insignificantes praticados por uma influencia psychica qualquer; muitas vezes por um habito, o que quer dizer uma sugestão muito repetida.” Neste contexto, atividades comuns como dormir, acordar e comer em determinados horários são compreendidas como sugestões. A fim de se aproximar do contexto das crianças

o médico pergunta “O que é o trato dos paes com os filhinhos? Perenne sugestão ao cérebro crédulo da creança.”

Entre os benefícios do uso da hipnose Fajardo Jr. (1901, p. 126) alega que por meio dela é possível disciplinar as paixões e promover “[...] a diminuição da criminalidade, pela orthopedia moral”. Assim, o uso da “[...] orthopedia intelectual e moral” era indicado por Farjado com base nas pesquisas de médicos franceses como Edgar Bérillon e Paul Louis Ladame. A influência europeia no escrito de Farjado Jr. reforça a dependência dos higienistas brasileiros em relação aos saberes eurocentrados, demonstrando a *colonialidade do saber* e seu intuito de modelar as vontades das crianças consideradas anormais, “viciosas ou degeneradas” (FAJARDO JÚNIOR, p. 129).

Entre os casos nos quais a hipnose era indicada Fajardo Jr. (1901, p. 126) cita “[...] creanças viciosas, impulsivas, recalcitrantes, incapazes da menor atenção e da menor aplicação, manifestando propensão para os máos instintos”. Os casos “problemáticos” do trecho supracitado indicam a necessidade de prevenir ou corrigir deformações engendradas na mente dos educandos, configurando a representação da como ortopedia. (CARVALHO, 2003).

A preocupação em corrigir a criança em seus impulsos emocionais, segundo Elias (1994, p. 146) tem relação com “[...] os modelos historicamente mutáveis de formação de afetos”. Neste sentido, a representação de homem civilizado e higienizado requerida pelo regime republicano era a de cidadão dócil e útil à pátria, o que explica em parte a classificação de crianças que contestam esta ordem estabelecida como “anormais”. Desta forma, Elias esclarece:

A criança que não atinge o nível de controle das emoções exigido pela sociedade é considerada “doente”, “anormal”, “criminosa”, ou simplesmente “insuportável”, do ponto de vista de uma determinada casta ou classe e, em consequência excluída da vida da mesma.

Colocando como critério “[...] a competência tecnica” do hipnotizador Fajardo Jr. (1901, p. 127) se defende das acusações de que o hypnotismo possa “[...] provocar a hysteria.” Em seguida o médico descreve a técnica aplicada em crianças, conforme as instruções de Edgar Bérillon publicadas no “Congresso de Hypnotismo de 1889”: “[...] hypnotizar por sugestão, proceder assim, com voz baixa, doce e persuasiva. [...] Em geral a creança dorme logo e obedece á sugestões.” As apropriações feitas em relação a aplicação da hipnose, inicialmente realizada em adultos, mostram o esforço da medicina por controlar também as crianças que, por serem tratadas de seres compreendidos como sendo frágeis, precisavam de

maiores cuidados. Neste sentido, tomamos de empréstimo as palavras de Certeau quando afirma que “a leitura não tem lugar”, ou seja, os leitores médicos que se apropriaram desta técnica “caçaram” em “terras alheias” para utilizarem os princípios da hipnose no universo infantil (CERTEAU, 1998, p. 270).

A sessão de hipnose, de acordo com o Dr. Fajardo, deve ocorrer em local silencioso e ser acompanhada de ordens como “dorme [...] continua a dormir!”. Nos casos resistentes o médico recomenda “[...] fechar os solhos da criança, com os polegares [...] afirmando que as pálpebras estão coladas.” Pelos trechos destacados a mente infantil se torna também um alvo do controle e da disciplina, desta vez por meio de recursos que supostamente afetam o inconsciente automatizando práticas tidas como normais e ideais. Isso, porém, não impede que sejam combinadas estratégias que incidem sobre o corpo do aluno como fechar seus olhos com os dedos. Outro exemplo disso está na recomendação de Bérillon registrada por Fajardo Jr. de que a combinação de hipnose e “[...] exercícios gimnásticos regulares” pode ser adotada para tratar doenças como a “chórea⁶⁴”.

A fim de apontar os resultados positivos da hipnose em crianças Fajardo Jr indicou que o médico francês Ambroise-Auguste Libeault obteve “84% de sucesso” ao tratar crianças que apresentavam “[...] ticos nervosos de gagueira, [...] de **onanismo** irresistível, [...] de ataques convulsivos, de hysteria, de perturbações puramente funcionaes do sistema nervoso”. Com o mesmo objetivo Fajardo volta a citar os estudos de Bérillon que obteve bons resultados no tratamento de hábitos inadequados: “[...] tem-se curado creanças que apresentavam hábitos de mentira, [...] de kleptomania, de crueldade, de **onanismo**, de preguiça invencível, **de falta de asseio**, de indocilidade.” Interessante perceber que entre os maus hábitos das crianças representadas como “viciosas ou degeneradas” se encontram elementos ligados diretamente aos objetivos da racionalidade médico higiênica como evitar o onanismo e a falta de asseio, mostrando que existiam diferentes estratégias dos higienistas para “corrigir” determinadas falhas tidas como inaceitáveis (FAJARDO JÚNIOR, 1901, p. 128).

O Dr. Fajardo Jr. (1901, p. 129) sintetiza seu posicionamento explicando que “[...] a influencia moral que os homens exercem uns sobre os outros” depende de uma série de elementos como “[...] idade, sexo [...], estatura [...], compleição”. Esses fatores indicam que além da faixa etária, também estão presentes as questões de gênero e os aspectos biológicos

⁶⁴ A Coréia é uma manifestação de doença neurológica caracterizada por movimentos involuntários em todo o corpo, principalmente na face, braços e pernas. (SPITZ, 2010).

que influenciam o tipo físico dos indivíduos para determinar se as pessoas são mais frágeis moralmente em relação a outras representadas como mais fortes e resistentes. O Dr. Américo Campos (1901c, p. 89) explana sobre a fragilidade atribuída às crianças e a consequente necessidade de auxílio:

Privado de meios para suprir ás próprias necessidades, repetimos, com um organismo novo ainda e não aparelhado para a resistência, a creança esta exposta a todos os assaltos da moléstia, se a pessoa interessada [...] não auxiliar com sua intervenção tudo quanto milita em favor da vida do infante.

Esta classificação entre frágeis e fortes se configura como uma maneira de hierarquizar pessoas num processo de materialização da *colonialidade do poder* na formação de indivíduos que Maldonado-Torres (2007) discute: *a colonialidade do ser*. Além disso, Fajardo (1901, p. 129, grifo nosso) afirma que:

[...] as raças inferiores em gráo de civilização, v.g; os **negros**, os **índios**, são mais impressionáveis; [...] as **mulheres** são mais suceptíveis á influencia sugestiva, os seres debilitados ou fracos, e mais que todas, as **creanças** e os jovens; **provado** tudo isto, era de prever que a suggestao hypnotica fosse aproveitada na pedagogia, na educação em geral; tendo em vista corrigir as inclinações viciosas da creança e do adolescente particularmente, tendo-se em vista desenvolver certas faculdades mentaes, applical-as ao estudo, e assim por diante.

Ao classificar raças como sendo inferiores ou superiores de acordo com o processo de civilização, considerando também inferiores mulheres, crianças e jovens Fajardo Jr. (1901) se apropria de um processo de construção de identidades que estabelece relações sociais de dominação com base nos conceitos de raça e de gênero. Para Quijano (2000a) tais relações se associam ao estabelecimento de hierarquias sociais que colocam não somente os negros e os índios em posição de inferioridade, como também as mulheres e as crianças. Neste contexto, não são apenas determinadas características fenotípicas que foram desvalorizadas, mas também aspectos da cultura e da mentalidade de alguns grupos sociais. A tentativa de provar a “validade” das representações construídas pela racionalidade médico-higiênica a respeito desses grupos residia, provavelmente, na intenção de justificar a necessidade de intervenção sobre a saúde e a educação desses sujeitos por meio dos preceitos higiênicos. Neste contexto, Maldonado-Torres (2007) discute o conceito de *heterogeneidade colonial* ao tratar das diferentes formas de desumanizar pessoas levando em conta a ideia de raça.

A relação entre a moral e a higiene também foi estabelecida na análise de Elias (1994, p. 153):

Grande parte do que chamamos de razões da “moralidade” ou “moral” preenche as mesmas funções que as razões de “higiene” ou “higiênicas”: condicionar as crianças a aceitar determinado padrão social. A modelagem por esses meios objetiva a tornar automático o comportamento socialmente desejável, uma questão de autocontrole, fazendo com que o mesmo pareça à mente do indivíduo resultar de seu livre-arbítrio e ser de interesse de sua própria saúde ou dignidade humana.

Em face da discussão realizada verifica-se que a ênfase recai sobre as crianças e os adolescentes nos escritos de Fajardo Jr. (1901). O motivo pelo qual Dr. Fajardo (1901, p.130) confere tanta importância às crianças, além da revista “A Escola” ser voltada aos profissionais da educação, está esclarecido a seguir: “[...] na criança, como na cêra, podem-se imprimir as sugestões como quer que sejam, propositas ou eventuais.” Desta forma, a representação dos alunos das escolas brasileiras, crianças e adolescentes, é de indivíduos moldáveis e semelhantes a cera, facilmente manipuláveis pela *colonialidade do ser*. (MALDONADO-TORRES, 2007).

A problemática sobre os alunos que fugiam aos parâmetros da normalidade também foi assunto do artigo intitulado “A sugestão heterogenética em pediatria e pedagogia”, publicado em 1902 na revista “A Escola” pelo médico Arthur Vianna. Antes de explorar a discussão do Dr. Arthur Octavio Nobre Vianna, cabe decrivê-lo. Esse homem de ciência foi um paraense nascido em Belém no ano de 1873. Diplomado em Farmácia e Medicina no Rio de Janeiro, exerceu a função de jornalista publicando em diversos periódicos como *Mocidade*, *Folha do Norte* e *A Província do Pará*. Atuou no magistério nas áreas de Matemática e Ciências Naturais no Liceu Paraense⁶⁵ e foi diretor da Biblioteca Pública do Pará. (VIANNA, 1902, p.5).

O artigo se propôs a trazer uma possibilidade de atuação do docente para sanar os problemas apresentados pelo “[...] aluno vadio, rebelde, descuidado, insensível aos castigos de toda ordem,” por meio da sugestão heterogenética (VIANNA, 1902, p.5). Uma nova questão é discutida pela racionalidade médico-higiência quando se trata do uso da hipnose em discentes: a relação entre o comportamento moral das crianças e sua repercussão sobre a saúde e a aprendizagem. Neste sentido, vale ressaltar as considerações que Jurandir Costa (2004, p. 142) tece a respeito:

[...] a teoria da inter-relação entre o físico e o moral permitia essa oscilação do olhar médico do corpo ao sentimento. Toda lesão física repercutia sobre a emoção e vice-versa. A noção de <<paixão>> estabelecia o vínculo material

⁶⁵ O segundo estabelecimento de ensino oficial do Brasil criado em 1841 em Belém (Pará).

e teórico entre os dois fenômenos e legitimava a extensão da ação médica ao **comportamento e às emoções**. As manifestações emocionais costumavam provocar desequilíbrio orgânico, ameaçando a saúde.

O professor Arthur Vianna inicia sua argumentação trazendo exemplos de médicos franceses como Auguste Ambroise Liébault, Hippolyte Bernheim e Henri Etienne Beaunis que “[...] estudaram experimentalmente a aplicação do hypnotismo nas creanças”. Liébault fundou a Escola de Nancy em 1823 e defendia que a hipnose pode ser induzida em qualquer pessoa e não somente em pacientes histéricos como preconizava a escola de Salpêtrière comandada por Jean Charcot. Fajardo Júnior, citado no artigo anterior sobre hipnose, também tinha a mesma posição de Arthur Vianna (PEREIRA, 2010; VIANNA, 1902, p. 5).

Desta forma, Vianna (1902, p. 5) busca construir uma representação do hypnotismo como método reconhecido mundialmente a partir de exemplos de ações já empreendidas em países considerados mais avançados tornando explícita, desta forma, a *colonialidade do saber* em seus argumentos:

Em alguns países, onde a instrução publica se encontra em bela phase de progredimento, o hypnotismo é já um fator importante de moralização e educação; alunos, cujos actos revelavam um futuro desastroso [...] metamorphosearam-se completa e duradouramente; o professor começará sua tarefa em um terreno sáfaro.

Partindo destas referências Vianna (1902, p. 5-6, grifo nosso) problematiza o contexto brasileiro: “Nos meios **menos adiantados**, bem como o nosso, não tem o professor a seu lado o medico para operar a transformação desejada. [...] Não deve jamais o professor tentar o hypnotismo; falta-lhe a competência tecnica indispensável [...]”. O médico procura no trecho em destaque uma forma de conciliar a necessidade de intervenção médica na escola com a deficiência de profissionais que ali atuem. Como médico, ele não poderia atribuir ao professor a aplicação de uma técnica restrita aos profissionais de saúde, mas como professor ele desejava contribuir propondo uma solução. Esta se daria quando ele diferencia dentro do conjunto de recursos do hypnotismo a hipnose, a sugestão autogenética e a sugestão heterogenética:

A sugestão pode ser hypnotica, isto é, produzida pelo suggestionista durante o somno hypnotico; ou no estado de vigília, quando a produz a persuasão, a intimação, no individuo acordado. Esta ultima espécie de sugestão, denomina-se autogenética ou auto-sugestão, se parte do próprio cérebro do

paciente; e heterogenetica se constitue uma ideia concebida fora da percepção psychica do sugestionado. (VIANNA, 1902, p. 6).

De acordo com o trecho supracitado a sugestão hipnótica é acompanhada do sono hipnótico enquanto que a autossugestão e a sugestão heterogenética ocorrem com o indivíduo acordado. Para Vianna (1902) somente o médico pode aplicar a sugestão hipnótica, sendo a autossugestão, por sua vez, fruto do esforço do próprio indivíduo. Porém, ao professor cabe a aplicação da sugestão heterogenética:

É, pois, da sugestão heterogenetica que se deve servir o professor; o seu papel, perante o hypnotismo, é o de um **suggestionista**, porque a educação, como o ensino, não passa de uma sugestão continua, lenta, dia a dia infiltrada no cérebro do alumno. (VIANNA, 1902, p. 6).

O professor é representado acima como aquele que sugere comportamentos, seja pela sua aparência, ações e/ou conteúdos ministrados em sala. A educação, desta forma, é considerada por Vianna (1902) como sugestão diária que orienta modos de sentir, agir e pensar. Mignolo (2010a) auxilia a compreensão desse processo educativo que estabelece a *colonialidade do poder*, um padrão de poder, sustentado em dois pilares: 1) Na epistemologia ou no conhecer; 2) No sentir. É possível identificar esta matriz de poder no artigo 23 do Regulamento Geral da Instrução Pública do Pará:

Antes de começar a lição de escripta o professor **repetirá sempre** as regras de observação sobre a posição do corpo, da mão e do papel, corrigindo por si mesmo as posições defeituosas e contrarias á hygiene (PARÁ, 1890b, grifo nosso).

O regulamento citado indica que o docente deve repetir “sempre” as regras higiênicas que dizem respeito à postura corporal. O estabelecimento de uma rotina na qual os ensinamentos higiênicos assumem centralidade está presente em todo o Regulamento Geral da Instrução Pública do Pará. Isso aponta não somente o relevante papel exercido pela higiene na formação do cidadão amazônida, mas também a representação da educação como *sugestão* capaz de se materializar em comportamentos considerados naturais, quando na realidade são comportamentos cuidadosamente forjados por uma educação dos sentidos (PARÁ, 1890b).

Vianna (1902, p. 7) prossegue defendendo que o hábito é formado por sugestão, o que leva a crer que a substituição de maus hábitos por bons hábitos deve ser feita paulatinamente por meio da repetição da sugestão:

O habito que é um estado sugestivo, a que o individuo chegou dominado pela sugestão, só póde ser destruído por uma nova sugestão hypnotica,

autogenética ou heterogenética. [...] Cumpre repetir diariamente e mais de uma vez a mesma idéia, sugerir sempre o fato que se deseja realizar.

O professor Campos (1912, p. 145) também concorda com a assertiva de Arthur Vianna de que a higiene deve ser ensinada de forma contínua e oportuna. Deste modo, o professor deve atuar: “[...] aproveitando qualquer caso particular, tratará de chamar a atenção para elle, mostrando os perigos que tal inobservância hygienica pode determinar e indicando o que for acertado”. No entanto, é importante perceber que Vianna (1902, p. 7) se posiciona não apenas como médico, mas também como professor ao esclarecer que a atuação docente deve considerar o contexto para escolher os recursos que serão utilizados no processo educativo:

Não se pode traçar regras sobre os recursos que o professor deve empregar na produção da sugestão: dependem eles de uma infinidade de circunstancias directas e indirectas, particulares a cada caso, entre as quaes so a observação do mestre poderá escolher.

Sobre o estabelecimento de limites para a atuação do médico escolar e do professor Campos (1912, p. 122) esclarece:

Ora, se é ao professor que cabe a missão de cultivar as faculdades intellectuais, é ao medico escolar que assenta o dever de vigiar a evolução dos órgãos. [...] Professor e medico [...] são, pois, as duas engrenagens indispensáveis ao bom funcionamento da escola moderna.

É evidente pelos trechos destacados acima que havia uma preocupação em delimitar a atuação do médico e do professor sem, contudo, abrir mão da indispensável presença do médico na escola. De forma indireta os preceitos higiênicos orientavam sobre o que docente devia e sobre o que não devia fazer. Como exemplo disso Vianna (1902, p. 6) condena de forma sutil que o professor recorra aos castigos físicos como estratégia para corrigir alunos problemáticos: “Quando temos meio muito mais digno [...] como é o hypnotismo, será repugnante appellarmos para o indirecto processo do espancamento, que ainda mais alvita o character do castigado”. Neste contexto, é relevante problematizar a lógica do Dr. Vianna quando oferece a sugestão heterogenética como alternativa para corrigir alunos rebeldes. Campos (1912, p. 147) também condenou os castigos físicos na escola e explicou seus motivos: “O menino maltratado torna-se tímido [...], sobressalta-se com facilidade, tornando-se nervoso; [...] deixa de exercitar-se convenientemente, tornando-se fraco, desnutrido, anêmico”.

Jurandir Costa (2004, p. 198) também apontou alguns motivos pelos quais os higienistas condenavam os castigos corporais: “A punição degradava as crianças sem obter nenhum resultado positivo. O medo aos castigos físicos tornava-as mentirosas, hipócritas, pusilânimes e temerosas”.

Com a finalidade de tornar sua explicação mais didática aos leitores Vianna (1902, p. 7) contou a história de um aluno de 7 anos cujo cérebro era considerado “viciado e intratável”, pois ele se recusava a aprender a ler. Deste modo, seus pais chamaram o professor Z.C, que foi quem relatou esta experiência a Arthur Vianna, para aplicar-lhe a sugestão heterogênica. O professor observou no aluno um interesse pela jardinagem e aproximou-se dele sem se identificar como docente. Ao longo de vários dias mostrou formas diferentes de cuidar do canteiro de plantas existente na casa dos pais do menino, ganhando sua confiança, até que levou para ele um livro cheio de fotos e descrições sobre jardinagem:

Pela primeira vez lamentou o discípulo ser analfabeto. [...] Sequioso de beber as instruções tão preciosas que continham aquellas paginas, não teve repugnância em acceitar a cartilha [...] vencido e sugestionado, caminhou [...] de modo que os seus progressos dentro em breve começaram a ser notados com espanto pelos que o tinham conhecido intratável, violento e estúpido. (VIANNA, 1902, p. 9).

A partir da exposição realizada no artigo Vianna (1902, p. 9) se compromete a “[...] fazer nas columnas desta Revista a transcrição de vários trabalhos, reputados no mundo scientifico como de alto valor.” Apesar do médico não anunciar que trabalhos serão estes e o foco desta tese não ser a análise de transcrições de outros autores e sim de produções de homens de ciência brasileiros, podemos inferir que esse professor tem como principais referências os franceses da Escola de Nancy aos quais se referiu na abertura de seu artigo. Isso demonstra a frequente necessidade dos intelectuais que divulgaram suas ideias nas revistas pedagógicas analisadas nesse estudo de agregar valor às suas representações tomando como base a produção de saber eurocentrado.

Para finalizar seu artigo Vianna (1902, p. 9) esclarece o principal motivo da exposição desse tema que é a divulgação desse saber para educar e moralizar a população amazônica:

De toda a conveniência é ao nosso professorado a leitura do que modernamente se tem escrito sobre o hypnotismo em pediatria e pedagogia; O emprego deste novo elemento de moralização e educação attrae os esforços de grandes sábios, que o estudam minuciosamente, e as experiências dia a dia vão robustecendo a excellencia do processo sobre qualquer outro.

O interesse em moldar os sentidos dos alunos não poderia deixar de abordar o perfil de professor requerido para a materialização desse projeto educativo. Desta forma, “A missão do professor”, artigo escrito por Teodoro Rodrigues no periódico “Revista do Ensino”, discutiu explicitamente uma dada representação de professor para o contexto republicano brasileiro. Esse jornalista, professor e poeta, nascido em Vigia (Pará), produziu para diversos periódicos, entre eles: Revista Moderna de Paris; Revista Brasileira; Folha do Norte (Pará); Província do Pará e Jornal do Pará. Especificamente na “Revista do Ensino” o professor Rodrigues contribuiu na seção “Questões de Grammática e Philologia”, além de ter seus poemas regularmente publicados na revista. (COUTINHO; SOUSA, 2001).

Os países civilizados consideram que a missão do professor, segundo Rodrigues, T. (1912, p. 162), é “[...] a de maior vulto [...] e a que deve inspirar [...] o maior respeito [...]” Desta forma, “[...] o apóstolo da civilização” ou “operário sublime” possui um trabalho de “[...] construção do edifício social.” Por ter em suas mãos tal responsabilidade o mestre é “[...] quem maiores serviços presta á grandeza de uma pátria.” Com esta retórica nacionalista o professor inicia seu artigo comparando os docentes a operários e apóstolos.

O papel do governo diante desse quadro é prover aos professores “[...] todas as garantias materiais e moraes [...]” a fim de “[...] assegurar a felicidade e o futuro da nação.” Assim, os governantes devem considerar a escola como “[...] sagrada officina onde os pequenos operários, sob a acção dedicada e valiosa do mestre, preparam a base fundamental da civilisação humana”. Com tais afirmações Rodrigues, T. (1912, p. 162) anuncia o papel do governo e do professor como promotores do processo de civilização dos indivíduos por meio da educação. A partir de uma metáfora que compara a criança a uma “[...] planta mimosa”, a educação é representada por Rodrigues, T. (1912, p. 163) como o “[...] semear no campo da inteligência a sementeira da luz”.

Em face do exposto, se fazia necessário que o professor compreendesse a importância de sua atuação profissional:

Mas é preciso que o professor tenha a noção clara de sua missão [...]. É preciso que ele se convença de que o ensino é uma **sagrada religião** cujo templo é a escola, onde ele desempenha a missão [...] de supremo **sacerdote**. (RODRIGUES, T, 1912, p. 163, grifo nosso).

A aproximação entre a linguagem religiosa, a do mundo do trabalho e da educação conferem ao processo educativo uma missão redentora, assim como a religião se propõe a realizar na vida de seus seguidores, além de ressaltar outra finalidade crucial para o período em questão que é formar para o trabalho. Deste modo, a educação proposta abrange não

somente os aspectos da moralidade, mas também o desenvolvimento do intelecto e do físico como estratégia para preparar esses indivíduos a viver ordeiramente no regime republicano. Tais objetivos se coadunam a *colonialidade do poder* que, segundo Mignolo (2010a, p. 12), lança seus tentáculos sobre as formas como o homem age e pensa, estabelecendo assim “[...] el control de la economía y de la autoridad (la teoría política e econômica.” Costa (2011) encontrou resultados semelhantes ao analisar o periódico pedagógico paraense “A Escola”, durante os anos de 1900 a 1905, no qual identificou a representação do trabalho docente como sacerdócio com a finalidade de consolidar o regime republicano por meio do ensino de conteúdos morais e cívicos.

Desta forma, para Rodrigues, T. (1912, p. 164) o professor sacerdote se torna um exemplo a ser imitado pelo aluno na aparência e no comportamento “[...] o professor é o espelho do alumno que geralmente lhe assimila os hábitos”. A admiração, então surge quando o aluno tem a sua disposição um mestre “[...] superior, educado e culto”. Porém, não somente as qualidades interiores, mas também a “beleza plástica” estimula o aprendizado denotando um perfil civilizado de professor em sua totalidade:

[...] as suas sympathias [as do aluno] se voltam todas pressurosas para o mestre **limpo**, elegante, preparado. [...] O alumno **asseiado** anseia pelo momento [...] de ser chamado pela professora bonita e de formosos vestuários. (RODRIGUES, T, 1912, p. 164, grifo nosso).

A representação do professor republicano, como indicada por Rodrigues, T. (1912, p. 164), inclui a limpeza e o asseio como elementos indicativos de civilidade do mestre, gerando uma imagem atrativa para os alunos num ciclo onde o educando higienizado era representado como o que deseja e precisa de um professor também higienizado para lhe servir de exemplo e estímulo em seu processo de aprendizagem. Tavares Júnior (2012, p. 116, 117), ao analisar os critérios para a seleção de professores na Escola Normal do Pará no fim do século XIX e início do século XX aponta a representação de um professor “[...] cidadão de moralidade exemplar e comprovada [...] que demonstrasse no próprio corpo estar cumprindo os preceitos higiênicos recomendados pelos discursos hegemônicos [...]”

Em contrapartida Rodrigues, T. (1912, p. 164, grifo nosso) criticava tanto características internas do professor, “[...] indelicado, deselegante, relaxado, e sem o preparo suficiente que lhe da sempre a linha de superioridade” como sua aparência “[...] o professor mal vestido, mal penteado, mal calçado e **sujo** gera na criança um sentimento de repulsa [...] adquirindo vícios perigosos”.

Tavares Júnior (2012, p. 116) aponta em seu estudo sobre a Escola Normal do Pará, no período de 1890 a 1920, que a higiene norteava a formação docente, preparando o professor para implantar esse ideário em sua prática pedagógica:

No ensino de higiene procurava-se estudar as escolas na colocação de seu edifício, orientação, plano dos grupos escolares e escolas isoladas. Chegando às dimensões das classes; colocação das paredes, mobiliário escolar, atitudes defeituosas, desvios da coluna vertebral; locais de recreio, externatos e internatos, educação física, a questão dos livros, a escrita, a visão e profilaxia das moléstias contagiosas.

Esta representação de professor como sacerdote e operário lança a responsabilidade pelo “[...] preparo intelectual da infância” nas mãos de mestres que, em muitas situações, são considerados despreparados para exercer suas funções. Rodrigues, T. (1912, p. 164, 165) argumenta:

[...] conhecemos muitos professores titulados pelas escolas normaes que são de uma incompetencia pasmosa. [...] Compete ao professor cuidar incessantemente do seu preparo intellectual, completando, remodelando e aperfeiçoando o cabedal mal adquirido no curso normal. [...] O preparo do professor é a causa principal do progresso e do engrandecimento da escola.

O artigo de Rodrigues, T. (1912) se reveste de importância por se tratar de um professor que escreve sobre professores, de um homem de ciência que aceitou o desafio de construir representações a respeito da educação e dos atores sociais que dela participam. Interessante perceber que, embora não seja profissional da saúde, Teodoro Rodrigues destaca o valor do asseio, da limpeza e da aparência do docente no processo educativo, e em nenhum momento dissocia as qualidades externas das internas que o professor deve ter para assegurar o progresso da educação no Brasil. É possível que, para ele, o perfil do professor republicano seja esta rede entrelaçada de preparo intelectual, moral e físico a fim de que seja viável a formação de indivíduos igualmente “completos” em seus modos de parecer, ser e fazer.

A ação da colonialidade sobre a formação intelectual e moral dos educandos também inclui as recomendações higiênicas relacionadas à alimentação, visto que o desenvolvimento neuropsicomotor está atrelado, como veremos a seguir, ao corpo e a mente bem nutridos e, conseqüentemente saudáveis. Neste sentido, os artigos discutidos a seguir prescrevem orientações higiênicas para a alimentação dos alunos partindo de referências europeias, o que reforça a materialização da *colonialidade do saber*.

Na edição de Junho de 1892 destaca-se o artigo intitulado “Hygiene dos internatos – Da alimentação” onde o professor Octavio Pires aponta a utilidade e relevância da qualidade da alimentação ofertada aos educandos dos internatos do Pará. As prescrições higiênicas relacionadas à alimentação foram sistematizadas, em sua versão ocidental, em manuais de higiene que as denominaram *ingesta*, um dos pilares do modelo higienista francês. Gondra (2004) apontou que tal modelo foi referência para higienistas brasileiros durante o século XIX. Ao tratar da alimentação a racionalidade médico-higiênica destaca que esta é “[...] variável em virtude de climas, riqueza e civilização dos povos” e, deste modo, deve “configurar-se como um aspecto obrigatório na agenda dos higienistas, e para a qual o médico não poderia ficar indiferente, já que se encontrava intrinsecamente vinculado à questão da saúde pública [...]” (GONDRA, 2004, p. 191). Neste sentido, o referido artigo ressalta o valor do tema para a saúde dos alunos:

O assumpto é entretanto capitalissimo, sobretudo para as idades de que nos ocupamos, pois que se refere directamente á futura constituição physica do alumno, á sua maior ou menor robustez, ao seu vigor e saúde na virilidade, á sua propria vida, em uma palavra (PIRES, 1892f, p.81).

Observa-se no trecho em destaque a preocupação com a aparência e a constituição física do aluno associada a uma representação de homem/mulher saudável. Para tanto, as orientações relacionadas à alimentação dos alunos assumem papel central, uma vez que para Pires (1892f, p. 82) a infância e a puberdade são um período no qual o consumo do corpo tende a ser maior do que as reservas, podendo acarretar prejuízos ao desenvolvimento se não forem adotadas as orientações higiênicas. Na idade adulta ocorreria o equilíbrio entre lucros e perdas enquanto que na velhice o desperdício aumentaria, não ocorrendo mais economia, o que poderia gerar a falência do corpo, conforme explica no trecho seguinte:

[...] no velho [...] só uma fraca parte da alimentação ingerida é aproveitada, sendo a maior porção desprezada ou rejeitada: e dahi a causa da despeza maior que a receita; - no varão, a sua constituição toda se conserva no maior auge de vigor [...] de maneira que a potencia assimiladora ou absorvente utiliza do alimento dado o que é extractamente necessário [...] e dahi, o equilibrio entre a receita e a despeza; no adolescente, porém, e sobre tudo na criança, os seus vários sistemas orgânico, ainda em pleno desenvolvimento [...] empregam tudo o quanto é aproveitável da alimentação oferecida, deixando tão somente o que é absolutamente imprestável: e dahi o excesso da receita sobre a despeza. [...] claro fica que toda vez que a alimentação pessoal, nestas duas idades, não correspondera todas as suas necessidades de

despezas e de crescimentos corporaes, a organizaçáo inteira se ressentirá das suas funestas consequências: o individuo se enfraquece, debilita-se, emagrece; a sua calorificação diminue; torna-se menos resistente ás causas de moléstia, o systema nervoso toma um império excessivo, o sangue diminue em glóbulos vermelhos, a anemia se declara com todos os seus efeitos: as enfermidades por enfraquecimento do sangue, a escophula e a phtsyca o ameaçam.⁶⁶

O trecho destacado aponta o aproveitamento dos alimentos pelo corpo humano em diferentes faixas etárias como estratégia para justificar o destaque conferido à alimentação durante a infância e a adolescência. Entre os problemas decorrentes da má nutrição durante o período de crescimento são listadas doenças que afetam a imunidade do organismo como a tuberculose e patologias que alteram o funcionamento do sistema nervoso. É interessante observar que os efeitos deletérios repercutem também no estado físico do indivíduo produzindo emagrecimento. O corpo é representado não só como organismo no âmbito estritamente biológico que pode ser afetado pela má nutrição, mas também como uma “vitrine” que mostra quando uma pessoa está doente. Evidentemente, a representação do que é ser saudável inclui uma aparência robusta e viril, característica de um(a) homem/mulher civilizados, cidadãos úteis ao progresso da nação.

Campos (1901c, p. 90) abordou a questão da alimentação em sua série de artigos sobre a mortalidade infantil no Pará indicando a importância de cuidados higiênicos desde a mais tenra idade “[...] a alimentação defeituosa é uma das mais importantes causas de mortalidade infantil”.

Objetivando simplificar seus argumentos Pires (1892f, p. 82) compara o corpo humano a um banco onde há um livro de entradas e outro de saída. Observa-se que o professor reforça a representação do corpo humano como dependendo de um equilíbrio entre a alimentação e a excreção, o que reforça a importância da fisiologia para a defesa de seus argumentos e, conseqüentemente, do conceito de homeostase que é o controle de condições estáveis do organismo humano: “[...] no organismo humano, o livro de carga é representado pelas tres espécies de alimentação: gazoza, liquida e solida; o da descarga, pelas diversas excreções e secreções materiais expellidas”.

Uma das questões mais interessantes da metáfora do corpo como banco onde ocorrem transações monetárias é que cuidar do corpo e, conseqüentemente da alimentação das crianças, envolve cuidar de um capital humano que exercerá funções específicas no mundo do trabalho do regime republicano. Para tanto, era necessário estimular equilíbrio nas funções

⁶⁶ Phtsyca é a forma como médicos denominavam o que conhecemos hoje como tuberculose pulmonar.

orgânicas desses indivíduos, bem como igualar sua força e energia para garantir produtividade e eficiência no contexto do sistema mundo moderno colonial. Neste sentido, abordar a alimentação dos alunos na ótica da higiene era uma forma de materializar a colonialidade do poder.

Os castigos corporais e/ou de âmbito moral deveriam ser evitados na visão dos higienistas sob pena de prejudicarem o desenvolvimento dos alunos. O *Regimento interno das escolas públicas de ensino primário do Pará* (PARÁ, 1900f, art. 9, p. 51), por exemplo, proibia o professor de “[...] 4. Infligir castigos físicos aos alunos [...]”. Sobre a questão Octavio Pires criticou os jejuns semanais que as famílias impunham às crianças por motivos religiosos, bem como a privação alimentar como castigo por falhas cometidas pelos alunos no ambiente escolar.

O mester ou director de internato que, para castigar um seu alumno por não ter sabido a lição, ou para punil-o de qualquer infração regimental, priva-o de um lanche ou da merenda, prohibi-se a ceia ou um jantar, é simplesmente um bárbaro em face da sociedade, é um verdadeiro assassino perante as leis higienicas. (PIRES, 1892f, p. 82).

Na sequência Octavio Pires (1892f, p. 82) enumera requisitos para a boa alimentação na infância e adolescência:

Os Hygienistas estabelecem dois requisitos indispensáveis para a boa alimentação humana, especialmente na idade infantil e na adolescente: - a quantidade e a qualidade. Nós adicionamos [...] um terceiro: - a preparação culinária, que nos parece tão capital como os precedentes.

O trecho destacado permite identificar a preocupação com a alimentação no ambiente escolar desde o momento do seu preparo, incluindo a seleção de sua quantidade e de sua qualidade. Sobre a questão Gondra (2004) identificou direcionamentos dados pelos higienistas em relação à quantidade, à qualidade e variedade de alimentos e às condições das cozinhas. A *quantidade* era estipulada de acordo com a idade e o sexo do aluno para evitar doenças oriundas principalmente da escassez alimentar. A *qualidade e variedade alimentar* obedeciam aos critérios da substancialidade⁶⁷, da digestibilidade⁶⁸ e da variedade⁶⁹.

Sobre isso, destacam-se entre as recomendações que a carne seja grelhada para conservar suas qualidades e que a alimentação incluía elementos de origem vegetal e animal. Em relação aos condimentos e bebidas os médicos recomendaram a ingestão freqüente de

⁶⁷ Baseada na crença de que a alimentação deveria atender às demandas do desenvolvimento.

⁶⁸ Buscava manter o sistema digestivo em boas condições.

⁶⁹ Postulava que a variedade de alimentos possibilitava um melhor funcionamento do sistema digestivo.

água, chocolate, chá e café e a ingestão cuidadosa de sal, açúcar e vinagre. As bebidas alcoólicas foram desaconselhadas em colégios. (GONDRA, 2004).

Pires (1892f) finaliza seu artigo citando o professor europeu Aimé Riant como referência para a compreensão dos males inerentes a uma alimentação deficiente no período da infância e adolescência, demonstrando de forma recorrente a necessidade de adotar representações legitimadas sobre saúde, doença e higiene no espaço escolar. As recomendações higiênicas sobre alimentação não circularam apenas entre os médicos brasileiros, mas foram apropriadas também por professores como Otavio Pires e políticos como Antônio Lemos que se preocupavam com os perigos de uma má nutrição. Sarges (2002b) apontou que Antônio Lemos atribuía à má qualidade do leite e demais alimentos dados às crianças a elevada incidência de mortalidade infantil em Belém. Estas impressões de Lemos eram baseadas em seu contato com bibliografias produzidas por higienistas como Von Behring do Instituto Pasteur.

O tema da alimentação continua a ser abordado na publicação de julho de 1892 no artigo “Hygiene dos internatos – Da alimentação” no qual Pires (1892g) dedica-se a explanar sobre as três condições necessárias para os alimentos a serem servidos nos internatos, a saber: qualidade, quantidade e preparo.

Ao tratar da qualidade dos alimentos Pires (1892g, p. 97) classifica-os em três grupos mais importantes: O primeiro é o de *proteicos* representado por alimentos como “[...] a carnes, os ovos, o leite, o queijo, o milho, etc.”; O grupo dos alimentos *amylaceos*, por sua vez, contém “[...] o pão, a fécula, a batata, a farinha, o arroz, o feijão, etc.”; o terceiro grupo dos *graxos ou gordurosos*, que inclui “[...] a manteiga, os óleos, a gordura enfim sob qualquer forma.”

Entre os alimentos secundários ou fracos Pires (1892g, p. 97) destaca “[...] o peixe, as aves, os herbáceos, etc;”. O professor explica que é necessário utilizar tais alimentos de forma alternada com os alimentos considerados fortes como forma de evitar a fadiga do estômago. Para dosar esta questão as ações do médico e do diretor são importantes: “É preciso [...] saber manter um meio termo, atendendo-se sobre tudo à constituição e ao temperamento da criança ou adolescente. E só um directos cuidadoso o conseguirá eficazmente, guiado sempre pelos sábios e prudentes conselhos do médico.” Sem perder de vista o papel atribuído ao docente como executor do projeto higiênico, a representação construída sobre o médico é de guia sábio e prudente do qual a escola não pode abrir mão.

Como exposto até aqui a hierarquização dos saberes e dos papéis sociais é produto da dinâmica da *colonialidade do poder* e da *colonialidade do saber* onde o domínio exercido

sobre as pessoas parte de estratégias cada vez mais sutis e voltadas ao convencimento de que os a dinâmica colonizadora se faz necessária. Neste sentido, “[...] se puede afirmar que el núcleo de la colonialidad del saber consiste el gobierno de los otros y de sí em nombre de la verdad producida por el saber experto (del teólogo, filósofo, gramático o científico).” Desta forma, se estabelece uma organização escolar de modo que o professor depende dos sábios conselhos do médico, e os alunos, por sua vez, precisam da materialização desses preceitos higiênicos em sua vida escolar por meio da intervenção do professor para que recebam a formação adequada a uma vida saudável e produtiva, útil ao sistema-mundo capitalista. (RESTREPO; ROJAS, 2010, p. 137).

Com relação à quantidade de alimentos Pires (1892g, p. 97) elenca os principais elementos que irão influenciar a saúde neste aspecto: [...] a idade, a constituição mais ou menos robusta; o temperamento [...]; os exercícios corporais [...]; o trabalho [...]; o clima, a estação, a temperatura, etc.” Sobre a questão, o professor afirma que a criança precisa de uma menor quantidade de alimentos, pois seus “[...] órgãos têm pouca energia” em comparação com os adultos robustos “[...] cujos órgãos e funções são mais enérgicos e acelerados.” Na mesma lógica, as pessoas que mais se exercitam, trabalham ou executam labores manuais por muitas horas “[...] reclamam uma quantidade maior de alimento, do que quem submete-se a um regimen diferente.”

Apesar da obviedade destas prescrições, foi muito útil para os higienistas e seus adeptos alegar que a criança é frágil em sua constituição para, desta forma, justificar uma intervenção médica sobre sua formação. É necessário considerar que o ensino destas e de outras regras de higiene a esta faixa etária propiciaria não só a configuração de um futuro adulto higiênico, como também a multiplicação dese saber a outros que convivem com esse aluno. Jurandir Costa (2004, p. 144, grifo nosso) realiza uma reflexão sobre esse ponto fulcral:

A maneira como o indivíduo tinha sido tratado na sua infância era determinante de suas qualidades corporais e morais quando adulto. Uma criança submetida a uma má amamentação; a uma **alimentação insuficiente**; à falta de exercícios; a um regime anti-higiênico do vestuário; ou, ainda, a castigos brutais; [...] seria um adulto fraco, pusilânime, possuidor de uma saúde física e moral extremamente precária. Uma criança bem cuidada, pelo contrário, tornar-se-ia o perfeito **adulto higiênico**.

Na sequência a problemática do clima aparece no artigo como obstáculo que pode e deve ser contornado pela higiene, exposto no trecho a seguir, o que reforça a apropriação que

os intelectuais brasileiros fizeram desta discussão. (CHARTIER, 1995; CERTEAU, 1998). Embora admitindo a necessidade de cuidados específicos relacionados ao nosso clima, Pires (1892g, p. 97) se esforça por demonstrar a viabilidade de manter-se saudável em nosso país ao recomendar que:

[...] nos climas quentes, como o nosso, nas estações cálidas e nas horas de calor, o nosso organismo pede muito mais sobriedade, do que nos outros climas, nas outras estações e nas horas de outras temperaturas.

As comparações do Brasil, em seus diversos aspectos, com países tidos como civilizados não se restringem ao clima, mas também a outras questões relativas a alimentação no espaço escolar como se pode observar na longa citação do decreto ministerial da instrução pública francesa aprovado em 1853. O decreto especifica a quantidade de carne a ser disponibilizada em função do tamanho do aluno, a duração das refeições, bem como a necessidade do cardápio ser aprovado pelo médico. Em outro momento, o artigo transcreve um cardápio utilizado em um dos Liceus da França para justificar que era possível servir uma variedade de alimentos, sem que isso representasse um ônus inviável para o governo. (PIRES, 1892g).

A referência incansável aos exemplos oriundos do contexto europeu nesse e em outros artigos desta série de artigos demonstra como o eurocentrismo permeou a produção de Pires (1892g). Por outro lado, ele relata exemplos que são o oposto do que seja recomendável no espaço escolar, mas desta feita ocorridos em escolas públicas do Brasil: “[...] no próprio colégio do Governo, [...] temos nós ouvido referir, assim como chegam do mercado assim vão para as vastas caldeiras, sem a mais simples e rápida lavagem, sem uma dosagem conveniente dos temperos.” Com esses argumentos, Pires indica a necessidade de que esta situação precária não se prolongue nas escolas do Brasil. Neste sentido, vale ressaltar a contribuição de Quijano (2000a, p. 11) que reflete sobre o eurocentrismo ao compreendê-lo como:

[...] una específica racionalidad o perspectiva de conocimiento que se hace mundialmente hegemónica colonizando y sobreponiéndose a todas las demás, previas o diferentes, y a sus respectivos saberes concretos, tanto en Europa como en el resto del mundo.

Ao tratar do último item necessário a uma alimentação saudável, o preparo dos alimentos, Pires (1892g, p. 98) expõe os requisitos necessários: “O asseio, a consistência, a condimentação e a variedade.” O professor defende que é possível assegurar que tais

elementos sejam adotados, mesmo que o valor das pensões do alunado seja pequeno, defendendo a proporção adequada de alimentos e condimentos.

O que se pede, é que os adubos sejam de tal maneira regrados, que os acessórios entrem em uma proporcionalidade tal, a dar ao preparado um certo paladar aceitável e mesmo agradável ao aluno.

O destaque dado ao tema alimentação no espaço escolar pode ser verificado também quando Dr. Américo Campos (1912, p. 67) dedicou um item específico em sua obra já citada intitulado “higiene da nutrição” e conceituou a higiene da alimentação como:

[...] o estudo dos comestíveis, sob o ponto de vista das condições hygienicas que devem offerecer, de modo que a absorpcao delles, o possa ser útil ao nosso organismo.

Ao referir-se às bebidas recomendou o leite para a primeira infância bem como a água limpa diariamente: “[...] única bebida indispensável à nutrição, forçosamente será a potável.” Além disso, indicou cuidados com o exagero na ingestão de vinho, cerveja, chá, e café. O médico postulou que em lugar destas bebidas era preferível tomar chocolate que atua como um excelente diurético. (CAMPOS, 1912, p. 82).

Ao finalizar os dois artigos dedicados especificamente à alimentação Pires (1892f, 1892g) permite a reflexão sobre a representação conferida à alimentação. Esta abrangia não somente elementos de ordem biológica mas também culturais, sociais e econômicos. Agnolin (2005, p. 214) compreende as práticas alimentares como “um sistema simbólico” que expressa escolhas culturais e atua no processo da estruturação social dos grupos e de expressão de identidades. A partir desta perspectiva, a análise das práticas alimentares prescritas na *Revista de Educação e Ensino* busca indicar que, no contexto da alimentação como dado cultural, é possível entendê-las, também, como um processo educativo no qual saberes são divulgados e apropriados.

Levando em conta a importância conferida à alimentação é válido analisar o artigo “Ensino de Cousas” de Octavio Pires (1893b) do mês de junho que se deteve em propor uma forma de ensinar sobre o corpo humano. Esse artigo fez parte da coluna “Preleção aos meus alunos” que se dedicava a explicar sobre temas do currículo oficial das escolas públicas. Nessa publicação, o professor destaca a importância do aparelho digestivo e da alimentação considerada correta pelas prescrições higiênicas.

Pires (1893b, p. 83) inicia sua preleção explicando o conteúdo do corpo humano que “[...] compõe-se de diversos órgãos; [...] este se reúnem em aparelhos. [...] É do bom

funcionamento de todos os aparelhos do nosso corpo que provém a vida e a saúde. Se algum d'elles se desarranja temos a enfermidade.” Nesse trecho o corpo é apresentado como uma máquina cujo funcionamento gera a vida e a saúde, porém, o desequilíbrio no funcionamento pode ser afetado gerando a doença. A representação de saúde como ausência de doença a reduz a um processo influenciado fundamentalmente por questões de ordem biológica. Desta forma, a vida e a saúde se restringem a um elemento, desconsiderando a importância de implicações sociais, culturais e econômicas sobre a saúde. Backes (2009, p. 113) comenta sobre a concepção de doença no século XIX:

O conhecimento sobre o corpo é **fragmentado**, com perspectivas teóricas redutoras do conhecimento biológico, psíquico e social. Nesse sentido, o conceito moderno de doença compreende a análise estrutural da matéria/corpo, fundamentada na anatomopatologia.

No século XIX, as descobertas científicas centralizaram as atenções sobre o agente etiológico e nas formas de combatê-lo como vacinas e remédios. Nesta representação o corpo possuía um estado normal de funcionamento que não deveria ser abalado. A manutenção do equilíbrio das funções corporais era o desafio lançado pelas ciências médicas. As limitações desta concepção residem, como exposto no trecho acima, na fragmentação desse saber, de forma que não eram estabelecidas relações profundas entre os diversos elementos que possuem influência sobre a saúde. Desta forma, a ocorrência de doenças atribuía culpa às pessoas que não adotavam as prescrições médicas. Nesse processo existiam elementos que não eram considerados como as condições econômicas da maior parte da população, o acesso aos serviços médicos, as práticas culturais de cuidado tradicionais, entre outras.

Os aparelhos mais importantes do corpo são descritos por Pires (1893b) como “[...] o da digestão, o da respiração e o da circulação” com seus respectivos órgãos. É relevante observar que o aparelho digestivo é o primeiro da lista, o que vem comprovar a importância dada ao mesmo pelo professor. Na sequência, Pires (1893b, p. 83) anuncia o foco central de seus escritos que é a “[...] alimentação, elemento principal da nossa conservação e vida.”, pois dela “[...] depende a conservação da nossa saúde, e o equilíbrio das nossas forças, a nossa vida enfim.”

Lima Júnior (2014) problematiza a concepção ocidental de “corpo nomeado”, ou seja, aquele organizado em partes e sistemas. Para o pesquisador, esta foi uma estratégia usada para produzir um saber supostamente totalizante e que tinha urgência de ser assim considerado. A medicina, desta forma, esforçou-se por invisibilizar “outros modos” de compreender o

funcionamento e a saúde do corpo, prescrevendo do que a população devia ter medo como os miasmas e os odores. Assim, a solução prescrita para tais perigos só poderia vir da ciência, que considerava a Europa e os USA como “lugar de conhecimento” a partir do qual esse corpo humano foi reelaborado enfocando o pensamento e a razão em detrimento da relação entre o corpo e as emoções. Porém, Maldonado-Torres (2008) aponta a existência de possíveis lugares de conhecimento onde antes se acreditava não existirem. Neste sentido, a partir da teoria decolonial pode-se afirmar o Pará como um “lugar de conhecimento” onde os saberes a respeito da relação educação e saúde são construídos e reelaborados, assumem múltiplas formas.

Recorrendo a força da metáfora, Pires (1893b, p. 83) compara o funcionamento de uma máquina e a forma como é alimentada, com elementos fracos ou fortes, ao funcionamento do corpo humano: “[...] não nos oferecerá vantagem e pelo contrário dará **prejuízo**, áquella que fôr impulsionada por forças superiores á necessária para o seu regular funcionamento.” A apropriação da linguagem do mundo do trabalho, como máquina e prejuízo, para explicar sobre a saúde além de ser uma forma de facilitar o entendimento, também tem relação com o lugar ocupado pelos princípios do sistema mundo moderno capitalista. Afinal, nesta lógica o indivíduo saudável - assim como a máquina na indústria - produz mais, enquanto que o indivíduo que se alimenta mal trará prejuízos ao seu corpo e conseqüentemente produzirá menos no mercado de trabalho. Nesse trecho a ênfase foi no perigo do excesso alimentar e mais adiante Pires (1893b, p. 84) critica os “[...] meninos gulosos”, cuja prática alimentar “[...] não so perturba a digestão, como põe em risco a nossa vida.” Desta forma, é estabelecido um comportamento equilibrado, considerado ideal, cuja norma é ditada pela higiene.

Os perigos indicados por Octavio Pires em relação aos excessos na alimentação poderiam estar ligados também aos riscos de gerar indivíduos cujo corpo estivesse fora dos padrões normais. A obesidade produz alterações tanto no padrão estético do que pode ser considerado belo na concepção ocidental, como também no funcionamento do organismo, podendo ocasionar doenças que alterem a produtividade do aluno. Esta é uma forma de colonizar o corpo dos alunos expressando a *colonialidade do poder*, de forma mais geral e, a *colonialidade do ser* de maneira mais específica. (MIGNOLO, 2010a).

A quantidade e a qualidade aparecem como critérios para uma boa alimentação e os alimentos são classificados por Pires (1893b, p. 83) de acordo com a origem em “[...] animal, vegetal e mineral.” Após descrever quais são os alimentos contidos em cada grupo, Pires (1893b, p. 84) destaca os alimentos considerados “mais fortes” e os “mais fracos” de acordo

com a “[...] quantidade de suco nutritivo” que eles apresentam. A carne, por exemplo, é o alimento “[...] que mais vantagem oferece ao nosso corpo” quando bem conservada. A água, por sua vez, deve ser “[...] limpa, fria, bem arejada e sem gosto.”, além de ter origem em locais onde “[...] corre com velocidade sobre terreno accidentado e bem exposto ao ar.”

Ao tratar da qualidade dos alimentos, Pires (1893b, p. 84) salienta que de acordo com os “[...] principais higienistas, a alimentação mais vantajosa para nós é a variada.” A quantidade de alimentos foi estabelecida com base em uma tabela do higienista Baeumont que trata “[...] sobre os alimentos e o tempo preciso para a digestão”. Porém, o referido higienista postula que o processo digestivo varia de acordo com o organismo de cada pessoa. Em seguida, Pires (1893b) cita um trecho do “Tratado de Physiologia” de Louget no qual os alimentos são classificados quanto à sua digestão rápida ou vagarosa. Apesar dos dados bibliográficos a respeito dos autores citados não serem específicos, é provável que sejam estrangeiros, levando em conta que nos escritos de Octavio Pires analisados até aqui as referências à bibliografia europeia e, particularmente francesa, são recorrentes. Partindo desta suposição, observamos a *colonialidade do saber* atuando na produção intelectual brasileira. (LANDER, 2005).

Como últimas recomendações Pires (1893b, p. 85) aborda a importância da mastigação para a digestão e indica a prática de exercícios leves após as refeições. Semelhantes prescrições fez o Dr. Campos (1912) no item intitulado “A hygiene da digestão” de seu manual no qual recomendou comer devagar mastigando bem para facilitar a digestão.

A trituração ou mastigação dos alimentos; quanto mais triturado fôr o alimento, mais depressa se fará a digestão. Também é necessário depois das refeições os exercícios, não violentos, mas sim moderados. (PIRES, 1893b, p.85).

A preocupação com a alimentação dos alunos pode ser identificada também entre as autoridades desde o fim do século XIX. No artigo 91 do Regulamento Geral da Instrução Pública do Pará de 1890 estão previstas entre os conteúdos programáticos do curso superior do Ensino Primário orientações higiênicas sobre a alimentação: “I – Noções praticas de hygiene particular sobre os alimentos [...].”(PARÁ, 1890b). Vale destacar também as observações feitas por José Veríssimo na ocasião de sua visita ao Colégio do Amparo (1891, p. 170) sobre o refeitório e a cozinha desta escola:

[...] abafam, os refeitórios [...] tresandavam um fartum nauseabundo de comidas fermentadas [...] a cosinha, confiada á direção de uma negra boçal,

[...] era também como latrina addressada á qual ficava, infecta e repulsiva e o preparo da comida feito em um velho fogão [...].

O trecho do referido documento tece críticas ao que observa como pontos negativos no preparo dos alimentos na escola: ser dirigida por uma mulher negra; o odor das comidas; o fogão velho onde preparavam as comidas e os refeitórios abafados. É importante destacar aqui como as questões racial e ambiental se entrelaçavam nos argumentos de José Veríssimo. A discussão nutricional continuou sendo relevante nas primeiras décadas do século XX como podemos verificar no pronunciamento ocorrido em 1916 pelo Dr. Eneias Martins, governador do Estado do Pará, ao Congresso Legislativo do Pará a respeito do Instituto Lauro Sodré que possuía: “[...] alimentação farta e sã, os educandos, sem aumento da despesa, antes com economia, tem melhorado todo o regime educacional [...] com mais aula de gymnastica sueca e outra de exercícios militares, theoreticos e práticos” (PARÁ, 1916, p. 68-69). Observa-se no trecho destacado que pela associação da boa alimentação à atividade física os alunos obtiveram progresso. Desta forma, a concepção reinante era de que o cumprimento das orientações emanadas da higiene em conjunto contribuía para o desenvolvimento dos alunos de forma integral.

Como exposto nesse artigo Pires (1893b) prescreveu boas práticas alimentares ao tratar sobre “O corpo humano”, demonstrando que os cuidados com o sistema digestivo eram de suma relevância em seu “projeto” de higienização. Os elementos dos quais tratou dizem respeito á quantidade e qualidade dos alimentos, condenando os exageros e defendendo a ordem e o equilíbrio também no campo nutricional. O controle sobre o corpo, expresso nos artigos de Octavio Pires que tratam da alimentação escolar, ocorre embasado em argumentos higiênicos, refletindo um eixo norteador que envolve os múltiplos aspectos da vida dos educandos, o que Mignolo (2010a, p. 12) aponta ser uma materialização da “colonialidad del sentir, de los sentidos”, também conhecida como “aesthesis”. Desta forma, educar o aluno para degustar somente o que é saudável, para mastigar corretamente, para não ser obeso, mas para ser forte, é uma forma de dominação sobre os sentidos, sobre o corpo dos educandos. Como um quebra cabeça que, ao ser montado, assume uma representação de aluno saudável, cuja alimentação é regrada, os escritos de Octavio Pires se entrelaçam em uma diversidade de argumentos para construir um cidadão higienizado.

Neste sentido, os escritos de Pires prescrevem normas higiênicas para a conservação da vida das crianças, vida no sentido biológico, mas também representada por seu valor material, como aponta Campos (1901h, p. 175, grifo nosso): “Tudo se deve fazer por obter o

mínimo de mortalidade num paiz: uma vida poupada é uma **fonte de receita** conservada á comunhão social.”

Com a mesma intenção de colonizar os sentidos a revista “A Escola” publicou no mês de junho artigo do Dr. Castro (1900e, p. 289) que foi continuidade da série intitulada “Hygiene” focando desta vez a importância da água. O médico inicia o artigo com os seguintes questionamentos: “O que é a água?”; “É esta agua de que nos servimos para beber e para os outros miesteres da vida?” Ao buscar responder as questões o médico diferencia a água comum da água potável que “[...] tem uma composição mais complexa: além do oxygeneo e do hydrogeneo contém saes mineraes, matérias orgânicas e gases em dissolução.”

Após apontar os estados da água, Castro (1900e, p. 289) pergunta “Qual o seu estado normal?” e responde “O estado líquido”. Na sequência explica como a água muda de estado de acordo com a temperatura a qual é submetida e salienta a importância da água: “A água é indispensável aos seres vivos”. A explanação do médico vem ao encontro das recomendações higiênicas de saneamento das cidades e cuidados com os alimentos oriundos de higienistas brasileiros como Belisário Penna, inspetor de saúde do Rio de Janeiro, para quem as práticas de virtudes higiênicas como beber água limpa colaboravam para a civilização do país (SANTOS, 2012).

Em Belém o governador José Paes de Carvalho aprovou o decreto n. 647 de 25 de fevereiro de 1899 ordenando que fossem realizados estudos voltados ao saneamento da cidade por meio de uma comissão de engenheiros. Esta mesma comissão assumiu a “[...] execução e fiscalização das novas obras indispensáveis para o aumento do abastecimento d’agua.” (PARÁ, 1900d, p. 20). A política de saneamento da cidade, embasada nos preceitos da higiene, foi considerada fundamental pelo intendente Antônio Lemos (1904, p. 97): “A hygiene municipal é o fundamento de toda a administração edilitaria”. Para reforçar a validade de seus argumentos Antônio Lemos cita o higienista Paulo Strauss que defende o saneamento das cidades como preocupação primordial de todos os cidadãos a fim de que a mesma se torne segura e atraente aos estrangeiros, diminua os índices de mortalidade e de ocorrência de moléstias contagiosas. Isso mostra como o tema assume importância nos documentos oficiais do Pará nesse período, considerando que o referido governador era médico e o intendente claramente reconhecia a higiene como eixo orientador de políticas para construir uma representação civilizada e higienizada de Belém.

Esta discussão aponta que a alimentação escolar também foi alvo de prescrições higiênicas na Amazônia paraense e, portanto, tornou-se tema de relatórios e publicações que trataram da higiene escolar. A alimentação é uma prática cultural, momento no qual hábitos

são construídos objetivando assumir um perfil de homem/mulher saudável e configura-se como atividade que permite partilhar desse ideal do que é ser saudável com outros. Partindo da premissa de que existem várias maneiras de conceituar e aprender a ser saudável, a higiene demonstrou no item “O conhecimento e a colonialidade do saber” ter prescrições específicas direcionadas a esta questão, embora reste a dúvida sobre a materialização ou não desses encaminhamentos, especialmente na realidade educacional do Pará. É reconhecida a carência de recursos na América Latina para efetivar prescrições que dizem respeito ao contexto europeu e norte-americano que, desta forma, não atendem plenamente à demanda local e aos recursos dos quais dispunham os latino-americanos. Esta problematização é necessária para desconstruir a concepção de que a intervenção da medicina ocidental tenha sido suficiente e efetiva para responder às questões que a realidade educacional latino-americana possa ter apresentado.

A partir das contribuições da Teoria Decolonial, Castro-Gómez e Grosfoguel (2007, p. 21) propõem uma luta em prol de uma:

[...] *corpo-política del conocimiento* sin pretensión de neutralidade y objetividade. Todo conocimiento posible se encuentra incorporado, encarnado en sujetos atravesados por contradicciones sociales, vinculados a luchas concretas, enraizados en puntos específicos de observación (punto 1, punto 2, punto n...). La idea eurocentrada del “punto cero” obedece a una estrategia de dominio económico, político y cognitivo sobre el mundo [...]. Es por eso que, desde sus inicios, el grupo modernidade/colonialidad ha venido propugnado por una reestructuración, descolonización o postoccidentalización de las ciencias [...].

Neste contexto, esperamos ter contribuído para esse propósito ao apontarmos algumas das implicações que influenciaram os homens de ciência a produzirem nas revistas pedagógicas selecionadas argumentos em defesa da racionalidade médico-higiênica voltados ao ambiente escolar. Partindo do pressuposto de que esses intelectuais analisavam a realidade educacional brasileira à luz da ciência, ou de um “ponto zero” usando o termo discutido pela Teoria Decolonial, é possível inferir que eles pretendiam conquistar um lugar social de destaque e modelar a sociedade brasileira segundo as necessidades do sistema mundo colonial. No entanto, esse processo foi permeado por apropriações, conflitos e contradições uma vez que as produções destes homens de ciência não foram e nem poderiam ter sido neutras, objetivas e únicas. Esse estudo analisou apenas uma parte desta rede de poder configurada pelos homens de ciência brasileiros. Neste sentido, existem ainda muitos nós a serem desatados na rede de poder da colonialidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo versou sobre o tema Educação e Higienismo e objetivou analisar a relação entre educação e higienismo e sua materialização nos discursos de homens de ciência, veiculados em periódicos pedagógicos produzidos no Estado do Pará, Brasil, publicados entre os anos 1891 a 1912, para entender o sentido epistêmico que assumiram no contexto da colonialidade latino-americana.

A pesquisa se inseriu num período importante para o Brasil, e especificamente para o Pará, visto que se trata da implantação e consolidação do Regime Republicano. Desta forma, o país demandava a criação e/ou fortalecimento de instituições que apoiassem o ideário republicano e que fossem capazes de assegurar a materialização do projeto de desenvolvimento pensado pelos homens de ciência brasileiros. A educação, neste contexto, ocupou destaque nesta proposta de construir uma imagem positiva para o país. Imagem essa vinculada a representação do Brasil como nação civilizada, moderna e desenvolvida. Desta forma, os homens de ciência almejavam contribuir com seus saberes especializados para o êxito desta empreitada que partiu de um ideal ocidental de homem/mulher cristãos, heterossexuais, patriotas, trabalhadores, higienizados e civilizados.

O Pará viveu um surto econômico que caracterizou a chamada *Belle Époque*, momento no qual os homens de ciência e demais membros da elite paraense se mobilizaram para elaborar prescrições legais e publicações periódicas a respeito da saúde e da educação e, na medida do possível, concretizar seus encaminhamentos a fim de promover a configuração de uma região considerada salubre, onde habitassem pessoas saudáveis e civilizadas. Deste modo, os intelectuais acreditavam ser possível contrariar o estigma de nação e/ou estado pestilentos que circulava entre as nações consideradas mais desenvolvidas prejudicando as relações comerciais do país. Ainda que nem todos os planos tenham sido concretizados esse movimento da intelectualidade no Pará nos forneceu pistas para compreender os métodos adotados para impor determinadas concepções pedagógicas, modelos de atenção à saúde, comportamentos e rotinas para a sociedade.

Esta mobilização para instituir “verdades” a respeito da relação entre a educação e a saúde pôde ser analisada na revista *Pará Médico*, cujo conteúdo revelou a ânsia dos médicos atuantes no Pará em conquistar reconhecimento, valorização, espaço em diversos âmbitos sociais e controle sobre as formas de compreender e cuidar da saúde na Amazônia paraense. Neste processo, foi possível averiguar a especialização intelectual que foi influenciada pela formação acadêmica proposta na Europa, onde a maioria dos médicos brasileiros buscava

realizar e/ou aprofundar seus estudos. Além disso, a organização da classe médica em sociedades como a Sociedade Médico-Pharmaceutica do Pará, atuou de modo a impor a racionalidade médico-higiênica sobre os demais conhecimentos a respeito da saúde. A higiene, desta forma, passou a disputar com a família e a igreja a tarefa de formar os cidadãos para o regime republicano.

A legitimidade que a ciência produzida nos moldes europeu e norte-americano adquiriu viabilizou que os preceitos higiênicos pudessem ser aceitos e defendidos por muitas autoridades do Pará nesse período, até mesmo por governantes que não eram médicos como o intendente Antonio Lemos. Como se isso não bastasse muitos médicos ocuparam cargos de elevada importância no Pará nesse momento, como o Dr. Paes de Carvalho que exerceu o a função de governador do estado. Esta rede de poder na qual o higienismo se infiltrou permitiu a aprovação de marcos legais como o *Regulamento Geral da instrução pública e especial do ensino primário do Estado do Pará* (1890b), um dos documentos que definiu a proposta educacional do regime republicano tendo a influência marcante dos preceitos higiênicos.

Neste contexto, o governo se mobilizou para divulgar sua proposta educacional e suas realizações entre professores, alunos, pessoas da comunidade, de outros estados do Brasil e até mesmo entre outras nações por meio da criação e/ou incentivo às revistas pedagógicas que circularam no Pará entre 1891 e 1912. Como exemplo desse incentivo, podemos citar: a distribuição gratuita da “Revista de Educação e Ensino”; o Decreto n. 840 de 30 de abril de 1900 que ordena ao professor primário a assinatura da revista “A Escola”; a determinação do governador João Coelho em 1912 para que a “Revista do Ensino” fosse criada. (COELHO, 1912; REE, 1893; PARÁ, 1900e).

Os periódicos pedagógicos supracitados tiveram como fundadores, redatores e colaboradores homens de ciência que exerciam profissões liberais como a medicina, o direito e a docência, tendo em comum o intuito de estimular a valorização da ciência (em especial da higiene, nosso objeto nesse estudo), do trabalho e do amor à pátria entre seu público-alvo, destacando nesse grupo de leitores os professores.

Outra similaridade encontrada era o envolvimento desses sujeitos que escreviam nesses periódicos com o governo brasileiro, particularmente o governo do Pará. Entre estes políticos e ocupantes de outros cargos oficiais podemos citar o médico Alexandre Tavares (diretor da instrução pública – Pará); o Dr. Virgílio Cardoso (diretor da instrução pública do Pará e autor de livros adotados nas escolas do Pará, Pernambuco e Sergipe); o médico Geminiano de Lira Castro (Diretor do Serviço de Higiene Pública do Pará e do Serviço Sanitário Estadual do Pará, deputado e ministro da Agricultura) e o médico Acilino de Leão

Rodrigues (fundou a Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará onde foi diretor e professor, além de ter presidido a Academia Paraense de Letras). Neste sentido, as representações culturais veiculadas nesses periódicos que envolveram a relação educação e saúde foram permeadas por interesses políticos, econômicos e sociais (MEIRA, 1986; CHARTIER, 1987).

Foi possível identificar nesses periódicos pedagógicos críticas ao regime imperial e às mazelas que por ele supostamente foram deixadas na educação e na saúde paraense: infraestrutura precária, epidemias, falhas na fiscalização das escolas, métodos pedagógicos ultrapassados, professores com formação inadequada, etc. Concomitantemente, elogios às ações do governo republicano foram recorrentes, ainda que também existissem críticas sutis. Eses elogios vieram acompanhados do incentivo para que o avanço que o regime imperial não foi capaz de obter fosse alcançado por meio da intervenção dos homens de ciência tendo como referência a racionalidade médico-higiênica engendrada nos moldes de um saber eurocêntrico e norte-americano. Deste modo, a *colonialidade do poder* teceu sua rede ao estabelecer uma hierarquia entre pessoas que colocou em destaque o papel de médicos, professores e políticos considerados como “heróis” promotores da civilização no Brasil. Se por um lado a voz desses homens de ciência se colocava como a que “merecia” ser ouvida, por outro as práticas tradicionais de cuidado em saúde herdadas dos negros, índios, mestiços e mulheres da comunidade precisava ser folclorizada, invisibilizada e desumanizada por estes intelectuais para reforçar a pretensa superioridade do saber científico. Desse objetivo surge a necessidade de que o médico não seja apenas aquele que frequenta a enfermaria das escolas de forma esparsa, mas que controla o ambiente escolar desde a admissão do aluno até a sua saída para o mercado de trabalho. (ESCOBAR, 2003).

Seguindo a lógica da obtenção de reconhecimento e valorização para a classe médica observou-se a preocupação em divulgar a racionalidade médico-higiênica em associações, periódicos e palestras. Neste sentido, a colonialidade promove a formação de “exterioridades” que servem ao propósito de manter o *status quo* dos homens de ciência brasileiros, particularmente os médicos. Como recurso desta empreitada podemos ressaltar o argumento médico que culpabiliza os indivíduos por sua situação de saúde convencendo esses sujeitos de que era urgente e necessária uma postura de submissão e obediência aos direcionamentos emanados da higiene. Assim, a Higiene estabeleceu relação entre a educação e a ciência médica a fim de assegurar a valorização da categoria médica na sociedade paraense e introjetar a representação de que aderir a esta aliança era condição necessária para construir um *status* civilizado para o estado do Pará. (MIGNOLO, 2007).

Desta forma, a criação de instituições como a Faculdade de Medicina do Pará e a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará serviram ao propósito de estimular a especialização intelectual e a profissionalização da pesquisa científica conferindo aos homens de ciência atuantes neste estado a representação de detentores do saber científico considerado tão necessário para o desenvolvimento e a civilização do Brasil.

Neste contexto, a presença do médico e de seus saberes no ambiente escolar foi consenso entre os homens de ciência que escreveram nesses periódicos pedagógicos. Alguns reclamaram a intervenção médica de forma direta, outros de maneira mais sutil, mas todos defendiam que os princípios higiênicos fossem coerentemente adotados nas escolas do Pará recorrendo a muitos recursos para convencer os seus leitores. Entre eles podemos citar a frequente alusão ao exemplo das nações consideradas civilizadas, com destaque para a França e os USA. Nessa estratégia de convencimento fica evidente a *geopolítica do conhecimento* a partir da qual somente os saberes oriundos de determinados locais do mundo são considerados verdadeiros, neutros e, portanto universais. Neste sentido, a *colonialidade do saber* se expressa repetidamente quando os homens de ciência brasileiros citam os relatórios de Celestín Hippeau sobre a Inglaterra e os USA, além de manuais e tratados de higiene de médicos franceses como Aimé Riant. As referências estrangeiras citadas apontam para resultados satisfatórios nos locais onde as prescrições higiênicas foram adotadas, conferindo a essa ciência médica o atributo de melhorar e prolongar a vida por meio da prevenção e/ou tratamento de doenças. Esses ganhos alcançados foram metaforicamente comparados pelos intelectuais brasileiros ao equilíbrio gerado por corretas transações econômicas em bancos, bem como aos lucros obtidos por boas negociações.

A aproximação entre os termos utilizados na área comercial e na medicina não foi mera coincidência, já que a proposta de educação integral apregoada pelos homens de ciência que produziam para esses periódicos tinha entre suas finalidades formar um cidadão apto a contribuir com o mercado de trabalho. Para tanto, os médicos deveriam classificar os alunos desde o momento de sua entrada na escola de acordo com os padrões de normalidade reconhecidos pela racionalidade médico-higiênica. Os mais aptos deviam ser estimulados em seu desenvolvimento de modo a ocupar futuramente os cargos de maior prestígio no regime republicano. Os alunos de comportamento problemático e de estrutura física fraca, por sua vez, deviam ser disciplinados, vigiados e submetidos a exercícios físicos adequados à sua estrutura objetivando igualar sua força física a dos demais, porém, não convinha leva-los à fadiga requerendo deles um esforço além de sua *capacidade* mental e física.

As soluções prescritas pela higiene aos alunos considerados “anormais” iam desde orientações verbais diárias e rotina de fiscalização contínua até estratégias como a hipnose que, segundo defenderam os doutores Arthur Vianna (1902) e Fajardo Júnior (1901), poderia ser uma forma coerente de enquadrar os alunos nos padrões aceitos pela higiene. Deste modo, os intelectuais que produziram nos periódicos pedagógicos paraenses analisados estabeleceram um padrão de normalidade comportamental ou uma estética psíquica que justificasse a necessidade de controlar as emoções dos alunos. De forma geral, para esses homens de ciência a continuidade dos estudos e a conseqüente ascensão social não era um objetivo a ser alcançado por todos os estudantes amazônidas, mas somente por aqueles que possuíssem as potencialidades necessárias. Em face disso, compreende-se que a manutenção do regime político daquele período dependia da formação de uma mão-de-obra construída sob o controle de uma educação dualista e excludente na qual poucos sujeitos tinham acesso a muito e muitos sujeitos tinham acesso a pouco. Podemos inferir que a educação pensada na ótica da racionalidade médico-higiênica era um recurso para selecionar os alunos considerados mais aptos e estigmatizar os estudantes tidos como “anormais”, num processo de exclusão que segue uma lógica semelhante à da teoria evolucionista: a sobrevivência dos seres considerados mais fortes. Esta tentativa de *naturalizar* o que foi *fabricado* pela ciência, particularmente pelo ideário higienista no caso dos alunos tidos como normais e anormais, é uma manifestação da *colonialidade do ser*. Assim, compreendemos porque médicos como Acilino Rodrigues fizeram referência a Herbert Spencer e seu ideário positivista ao discutir a relação entre educação e higienismo nos periódicos pedagógicos do Pará.

Deste modo, a pedagogia como ortopedia que embasava os escritos dos homens de ciência das revistas pedagógicas paraenses procurava identificar os desvios de ordem intelectual, física e moral e corrigí-los quando possível. Aliado a esse princípio corretivo vinha a constante preocupação com a prevenção de vícios de todos os tipos como o onanismo, além de doenças como a miopia, a varíola e os desvios posturais. Neste sentido, o professor é representado como mestre-escola e apóstolo, cuja missão patriótica e sagrada é assegurar a formação de discípulos dóceis e saudáveis, cidadãos úteis à sagrada mãe: a pátria brasileira.

Na racionalidade médico-higiênica presente nesses periódicos os alunos são comparados à cera e às plantas por serem frágeis e influenciáveis pela ação dos adultos. Desta forma, a higienização do espaço, do tempo e das atividades escolares visou moldar as mentes e os corpos das crianças e adolescentes num processo onde a *colonialidade do poder* se manifestou em seus âmbitos epistemológico (*colonialidade do saber*) e ontológico

(*colonialidade do ser*) para desembocar na consolidação de um regime político permeado pela *colonialidade*: o regime republicano.

Neste estudo a análise dos periódicos pedagógicos que foram divulgados no Pará entre 1891 e 1912 apontou consensos a respeito da concepção educativa que era desejada pelos homens de ciência que produziam nestas revistas: o método intuitivo – considerado o que havia de mais avançado entre as propostas pedagógicas dos países tidos como civilizados. Atrelada a esta questão pedagógica a racionalidade médico-higiênica inseriu sua linguagem e princípios nos artigos publicados para vulgarizar entre os professores, os alunos e suas famílias os preceitos higiênicos. No entanto, também existiram peculiaridades nos argumentos adotados pelos intelectuais brasileiros que, na tentativa de adaptar suas recomendações à realidade da Amazônia paraense naquele período, se apropriaram dos conhecimentos científicos da higiene produzindo novas representações culturais a respeito da saúde, da doença, da prevenção, do tratamento e da higienização dos alunos. Como exemplo disso, podemos citar a discussão sobre o determinismo climático, a arquitetura escolar e a prática de exercícios físicos em climas tropicais. Ainda que o clima tropical da maioria das nações latino-americanas supostamente não favorecesse a saúde, como preconizavam os higienistas europeus, os intelectuais brasileiros deram recomendações higiênicas para convencer o público-alvo dos periódicos de que era possível ser saudável e ter um bom desenvolvimento neuropsicomotor nas escolas da Amazônia paraense. Para tanto, sugeriram prescrições higiênicas específicas para a arquitetura dessas escolas e para a prática de exercícios físicos entre seus alunos.

Com base na pesquisa realizada inferimos que a circulação e a divulgação de periódicos médicos e pedagógicos, bem como de manuais que abordaram a higiene no período supracitado objetivava formar um perfil de cidadão higienizado cujos comportamentos e conhecimentos servissem ao bom funcionamento do regime republicano. Neste contexto, o ideário higienista corrobora a educação como instrumento de dominação. Deste modo, Certeau (1995) nos leva a refletir sobre as diferentes formas de apropriação desses materiais, bem como a consequente distinção social que é inerente aos detentores desse saber científico. Neste sentido, é relevante considerar que sobre os leitores destas produções pairou a influência de muitos fatores que possivelmente determinaram a viabilidade da execução de tais recomendações higiênicas como a infraestrutura, os bens e os serviços aos quais eles tinham acesso, bem como os conhecimentos que já possuíam ao entrarem em contato com esses novos saberes.

Portanto, a tese defendida neste estudo é que a racionalidade médico-higiênica materializada nos discursos de homens de ciência presentes nos periódicos pedagógicos produzidos no Estado do Pará, Brasil, publicados entre os anos 1891-1912 corroborou a Colonialidade que se instaurou na América Latina.

Longe de pretender abarcar a diversidade de estratégias adotadas pela racionalidade médico-higiênica para colonizar pessoas durante o regime republicano brasileiro, a análise realizada nessa tese fez um recorte focando nos periódicos pedagógicos que circularam no Pará entre 1891 e 1912. Enfrentamos limitações relacionadas à disponibilidade e estado de conservação dos materiais estudados, além da organização dos acervos documentais nas instituições onde os dados foram coletados, mas isso não impediu que nossa interessante e rica jornada rumo ao conhecimento nos agregasse importantes reflexões que serão cruciais para nossa formação enquanto pesquisadora. A expectativa é que esta iniciativa influencie outros estudos que possam aprofundar e desenvolver a pesquisa em história da educação na Amazônia paraense.

A Teoria Decolonial nos auxiliou a compreender que, a despeito da imposição de uma identidade disciplinar por parte da modernidade/colonialidade que atuou para inserir o higienismo no ambiente escolar da Amazônia paraense no fim do século XIX e início do século XX, existem epistemologias decoloniais pluriversais que oportunizam formas diversas de pensar tendo como ponto de partida a posição epistêmica subalterna. Ressaltar a maneira sutil com a qual os homens de ciência atuantes no Pará buscaram ocultar e marginalizar os “outros saberes” é uma forma de “desobediência epistêmica” a partir da qual seja possível “desaprender” a construir conhecimentos embasados unicamente no ideário eurocêntrico. (MIGNOLO, 2008). Surgem então, múltiplas alternativas e representações sobre a saúde e os cuidados necessários para sua manutenção no contexto educacional brasileiro do fim do século XIX e início do século XX que demandam estudos e debates a respeito de suas nuances, conflitos, contradições, silenciamentos e consensos. Neste sentido, seria proveitoso que futuras pesquisas englobassem outros periódicos paraenses especializados, em diferentes períodos, e até mesmo analisassem como o tema educação e higienismo foi abordado em periódicos das demais regiões do Brasil e da América Latina. É possível que existam especificidades em cada produção.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Revista de educação e ensino. Belém, v. 1, n. 8, p. 1-2, out. 1891.

Revista de educação e ensino. Belém, v. 2, n. 1, p. 1-2, jan. 1892a.

Revista de educação e ensino. Belém, v. 2, n. 2, p. 17-18, fev. 1892b.

Revista de educação e ensino. Belém, v. 2, n. 3, p. 33-35, mar. 1892c.

Revista de educação e ensino. Belém, v. 2, n. 4, p. 59-51, abr. 1892d.

Revista de educação e ensino. Belém, v. 2, n. 5, p. 65-66, Mai. 1892e.

Revista de educação e ensino. Belém, v. 2, n. 6, p. 82-81, jun. 1892f.

Revista de educação e ensino. Belém, v. 2, n. 7, p. 97-99, jul. 1892g.

Revista de educação e ensino. Belém, v. 2, n. 8, p. 113-114, ag. 1892h.

Revista de educação e ensino. Belém, v. 2, n. 9, set. 1892i.

Revista de educação e ensino. Belém, v. 2, n. 10, out. 1892j.

Revista de educação e ensino. Belém, v. 2, n. 11, p. 163-164, nov. 1892L.

Revista de educação e ensino. Belém, v. 3, p.97-98, jul. 1893a.

Revista de educação e ensino. Belém, v. 3, n.6, p. 83-85, jun. 1893b.

Revista do ensino. v. 5, n.7, p. 47, jul. 1895.

A Escola: Revista de Ensino, Belém, v.1, n.1, p. 34-36, Abr. 1900a.

A Escola: Revista de Ensino, Belém, v.1, n.6, p. 665-666, set. 1900b.

A Escola: Revista de Ensino, Belém, v.1, n.6, p. 23-26, set. 1900c.

A Escola: Revista de Ensino, Belém, v.1, n.2, p. 171, mai. 1900d.

A Escola: Revista de Ensino, Belém, v.1, n.3, p. 289, jun. 1900e.

A Escola: Revista de Ensino, Belém, v.1, n. 4, p. 424, set. 1900f.

A Escola: Revista de Ensino, Belém, p. 23-26, mai. 1900g.

A Escola. Belém, v.4, n. 20, p. 91-98, nov. 1901.

A Escola, Belém, n.1, p. 3-6, mai. 1900.

Revista do ensino. Belém, v.1, n.1, set, 1911.

Revista do Ensino. Belém, v.1, n.1, p. 1-3, jan, 1911.

Revista do Ensino. Belém, v.1, n.1, p. 16-20, set. 1911a.

Revista do Ensino. Belém, v.1, n.2, p. 72-77, out. 1911b.

Revista do Ensino. Belém, v.1, n.12, p. 65-70, abr. 1912.

Revista do Ensino, Belém, v.1, n. 9, p. 162-165, mai. 1912.

REFERENCIAS

ABREU JÚNIOR, J. M. C. A Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará: da fundação à federalização 1919-1950. **Rev Pan-Amaz Saude**, Ananindeua, v. 4, n.1, p.11-16, 2010a. Acesso em: <<http://revista.iec.pa.gov.br>>. Consulta realizada em: 10 jun. 2012.

_____. **Memória histórica da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará**. De fundação à federalização. 1919-1950. Belém: ed. Autor, 2010. 520p.

ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA. **História**. Acesso em: <<http://www.anm.org.br/missao.asp>>. Consulta realizada em: 10 jun. 2012.

ACADEMIA PARAENSE DE LETRAS. Acesso em: <<http://www.apl-pa.org.br/academia.html>>. Consulta realizada em: 26 dez. 2013.

AGNOLIN, A. **O apetite da antropologia, o sabor antropofágico do saber antropológico: alteridade e identidade no caso Tupinambá**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

AMARAL, A. **Vamos a vacina? Doenças, saúde e práticas médico-sanitárias em Belém (1904 a 1911)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

ANDRADE, S. Estratégias de divulgação do campo pedagógico: a Revista do Ensino em Minas Gerais (1886-1889), 2006. In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2006, Uberlândia. **Anais (...)**. Acesso em: <<http://www.faced.ufu.br>> Consulta realizada em: 10 jun. 2012.

ARAÚJO, S. Educação republicana sob a ótica de José Veríssimo. **Educar em revista**. Paraná, n.2, p. 303-318, 2010.

_____. **Um estudo comparado do pensamento educacional na América Latina – Brasil e Venezuela (1819-1928)**. Universidade Federal do Pará. Projeto de investigação submetido ao Edital Universal nº 14/2011, 2011.

ASSUNÇÃO, M. Revista do Ensino de Minas Gerais: Formando e Modelando Professores. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 2, 2003, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: EDUFU, 2004. p. 378-388.

BACKES, M. T. S. et al. Conceitos de saúde e doença ao longo da história sob o olhar epidemiológico e antropológico. **Rev. Enferm.** UERJ, Rio de Janeiro, n. 17, v. 1, p.111-7, jan/mar. 2009.

BARBOSA, C. **Personagens ilustres do Amapá.** Macapá: Imprensa oficial, 1998.

BARBOSA, M.; MATOS, P.; COSTA, M. Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje. **Psicologia e Sociedade**, v. 23, n.1, p. 24-34, 2011.

BARREIROS, L. Higiene Escolar. **Revista do Ensino.** Belém, v. 1, n. 12, p. 450-455, Set. 1912.

BASTOS, M. H. C. **Manual para os jardins de Infância.** Porto Alegre: Redes Editora, 2011.

BHABHA, H. **O local da cultura.** Belo Horizonte: editora UFMG, 1998.

_____. Narrando la nación. In: FERNANDES BRAVO, A. (Compilador). **La invención de la Nación.** Lecturas de la identidad de Herder a Homi Bhabha. Buenos Aires, 2000, p. 211-219, 2000. Acesso em: < www.cholonautas.edu.pe > Consulta realizada em: 12 jun. 2013.

BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BORGES, R.; BOARINI, M. A Pedagogia de Manoel Bonfim: uma proposta higienista na educação. Congresso Luso Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia. **Anais.** Acesso em: <<http://www.faced.ufu.br>> Consulta realizada em: 10 jun. 2012.

BRAGA, M. F. **Arquitetura e espaço escolar na “Atenas Mineira”:** os grupos escolares de Juiz de Fora (1907-1927). 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

BUENO, E. **História da Higiene pessoal no Brasil.** São Paulo: Gabarito, 2007.

BURKE, P. **A revolução Francesa da Historiografia:** A Escola dos Annales (1929- 1989). 3. ed. São Paulo:UNESP, 1991.

_____. A Nova História: seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. (Org.) **A escrita da história.** Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CAMPOS, Américo de. Mortalidade Infantil. **Revista Pará Médico,** Pará, ano 1, n. 2, p. 27-35, dez. 1900a.

_____. Mortalidade Infantil: causas de morte. **Revista Pará Médico,** Pará, ano 1, n. 3, p. 57-63, jan., 1901a.

- ____. Hygiene de Belem. Discurso pronunciado no Lyceu Paraense em 6 de dezembro de 1900. **Revista Pará Médico**, Pará, ano 1, n. 3, p. 68-79, jan. 1901b.
- ____. Mortalidade Infantil (continuação). **Revista Pará Médico**, Pará, ano 1, n. 4, p. 88-91, fev.1901c.
- ____. Discurso do Dr. Américo Campos. **Revista Pará Médico**, Belém, p. 106-107, fev.1901d.
- ____. Mortalidade Infantil (continuação). **Revista Pará Médico**, Pará, ano 1, n. 5, p. 114-120, Març. 1901e.
- ____. A cidade de Belém em 1900: Hygiene. **Revista Pará Médico**, Pará, ano 1, n. 6, p. 132-138, Abr. 1901f.
- ____. Noticia sobre a pathologia medica do Pará. **Revista Pará Médico**, Pará, ano 1, n. 7, p. 167-170, Maio/ Jul. 1901g.
- ____. Assistencia publica. **Revista Pará Médico**, Pará, ano 1, n. 7, p. 175-177, Maio/ Jul. 1901h.
- ____. Morte Natural. **Revista Pará Médico**, Pará, ano 1, n. 7,0, p. 178-182, Maio/Jul. 1901i.
- ____. **Noções Geraes de Hygiene**. Belém: Livraria Escola, 1912.
- CÂMARA, P. F. Instituição da psicoterapia brasileira: 1887-1889. **Psychiatry on line Brasil**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, set, 2003. Acesso em: <<http://www.polbr.med.br/>>. Consulta realizada em: 10 set. 2014.
- CARVALHO, M. M. C. **A escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- CASPARD, P. Imprensa pedagógica e formação contínua de professores primários (1815-1939) In: CATANI, B. D.; BASTOS, M. H. C (Org.). **Educação em Revista**. São Paulo: Escrituras, 2002.
- CASTRO. L. C. Da Hygiene Escolar. **A Escola: Revista de Ensino**, Belém, v.1, n.1, p. 34-36, Abr. 1900a.
- ____. Hygiene (A varíola). **A Escola: Revista de Ensino**, Belém, v.1, n.6, p. 665-666, set. 1900b.
- ____. Hygiene Escolar. **A Escola: Revista de Ensino**, Belém, v.1, n.6, p. 23-26, set. 1900c.
- ____. Hygiene. **A Escola: Revista de Ensino**, Belém, v.1, n.2, p. 171, mai. 1900d.
- ____. Hygiene. **A Escola: Revista de Ensino**, Belém, v.1, n.3, p. 289, jun. 1900e.
- ____.Hygiene: O pé. **A Escola: Revista de Ensino**, Belém, v.1, n. 4, p. 424, set. 1900f.
- ____. Hygiene Escolar. **A Escola: Revista de Ensino**, Belém, p. 23-26, mai. 1900g.

CASTRO-GÓMEZ, S. La hybris del punto cero: ciência, raza e ilustración em la Nueva Granada (1750-1816). Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005a.

____. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005b. Acesso em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>>. Consulta realizada em: 10 jun. 2014.

CASTRO-GÓMEZ, S. Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. Prólogo: Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.) **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre editores, 2007.

CATANI, D. B.; FARIA FILHO, L. M. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPEd (1985-2000). **Revista Brasileira de Educação**. n. 19, jan/fev/mar/abr. 2002.

CATANI, B. D.; BASTOS, M. H. C. **Educação em Revista**. São Paulo: Escrituras, 2002.

CAPONI, S. Entre miasmas y microbios. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, n. 18, v. 6, p. 1665-1674, nov/dez. 2002.

CARVALHO, M. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, C. (Org.) **História Social da infância no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2003. 334 p.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **História cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. v.5. n. 11, p. 173-191, 1991.

____. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 7. n. 13, p. 97-113, 1994.

____. “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-192, 1995.

____. Aula inaugural do Collège de France. In: ROCHA, J. C.C. (Org.) **Roger Chartier**: a força das representações. p. 249-285. Chapecó: Grandes Temas, 2011.

CHALHOUB, S. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo, Cia da Letras, 1996.

COELHO, M. O. Uma história dos livros escolares no Pará (1890-1910). In: COLE - CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 14; COHILILE - CONGRESSO DA HISTÓRIA DO LIVRO E DA LEITURA NO BRASIL, 2. Campinas, **Anais** (...), julho, Campinas, 2003.

____. **A escola primária no Estado do Pará (1920-1940)**. 2008. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

COELHO, M. O.; SILVA, R. A. Fazer o mestre e o discípulo cidadão: Revistas Pedagógicas e a identidade do professor republicano (1900-1919). In: IX Jornada do Grupo de estudos e pesquisas "história, sociedade e educação no Brasil" - HISTEDBR. **O nacional e o local na história da educação**, UFPA, 2010.

COELHO, J. A. L. **Mensagem dirigida em 7 de Setembro de 1910 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antônio Luiz Coelho governador do Estado**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1910.

____. **Mensagem dirigida em 7 de Setembro de 1911 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antônio Luiz Coelho governador do Estado**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1911.

____. **Mensagem dirigida em 7 de Setembro de 1912 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antônio Luiz Coelho governador do Estado**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1912.

CORBIN, Alain. **Saberes e Odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CORRÊA, L. O caráter civilizatório das práticas higienistas no século XIX. p. 1-12. In: ENCUENTRO DE GÉOGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, XIII, **Anais** (...), 25 a 29 de julho, Costa Rica, 2011.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

COSTA, R. **A formação de professores da primeira República no Pará (1900-1904)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). 2011. Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará. Belém, 2011.

COUTO, A. M. **Dicionário da maior parte dos termos Homônimos e equívocos da Língua Portuguesa**. Lisboa: Tipografia de Antonio José da Rocha, 1842.

COUTINHO, A; SOUSA, J. **Enciclopedia de Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, ABL, 2001.

DIEHL, A. **Do método histórico**. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Recenseamento de 1900. In: **Relatório apresentado ao Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida Ministro da Indústria, Viação e**

- Obras públicas pelo Dr. José Luiz Carvalho (Diretor Geral de Estatística).** Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1908.
- DUAS palavras ao professorado. **A Escola: Revista Oficial de Ensino.** Pará, v.7, n. 44, p. 65-66, Jun. 1903.
- DURÃES, A. S. J. Aprendendo a ser professor no século XIX. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 37, n.3, p. 465-180, set/dez. 2011.
- DUSSEL, E. **El encubrimiento del otro.** Hacia el origen del mito de la modernidad. La Paz: Plural Editores - Centro de Información para el desarrollo – CID, 1994.
- _____. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas.** pp. 41-53. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- ELIAS, N. **O processo civilizador.** Trad. Ruy Jungman. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación de modernidad/colonialidad Latinoamericano. **Tabula Rasa.** Colombia, n.1, p. 51-86, en./dic. 2003.
- FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ. **Relatório do ano de 1944.** Belém: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1945.
- FAJARDO JÚNIOR, F. O hypnotismo em pediatria e pedagogia. **Revista A Escola.** Belém, v. 4, n. 21, p. 125-130, dez. 1901.
- FARIA FILHO, L.; VIDAL, D. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação.** n.14, p. 19-33, maio/jul/ag, 2000.
- FERREIRA, A. J. A; GONDRA, J. Idades da vida, infância e a racionalidade médico-higiênica em Portugal e no Brasil (século 17 e 19). **R. bras. Est. pedag.,** Brasília, v. 87, n. 216, p. 119-134, maio/ago. 2006.
- FIGUEIREDO, C. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** Lisboa: Livraris Editora Tv ares Cardoso e Irmão, 1899.
- FIGUEIREDO, A. M. Esculápios bélicos: a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará e as efemérides cívicas da nação brasileira, 1914-1922. In: **Documentos Culturais.** Belém: Conselho Estadual de Cultura; p. 46-7, 2006.
- _____. **A cidade dos encantados:** pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia, 1870-1950. Belém: Edufpa, 2009. 320p
- FILHO PALMA, J. C. A República e a educação no Brasil. UNESP. In: PALMA FILHO, J. C. **Pedagogia Cidadã.** Caderno de formação. História da educação. 3. ed. SP: PROGRAD/UNESP/Santa Clara editora, 2005.

FOUCAULT, M. **O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault**. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

FRANÇA, M. P. S. G. S. A. **Raízes históricas do ensino secundário público na província do Grão Pará: o Liceu Paraense (1840-1889)**. Dissertação (Mestrado em Educação). 1997. Departamento de Filosofia e História da educação, UNICAMP, São Paulo, 1997.

____. **José Veríssimo (1857-1916) e a Educação Brasileira Republicana: raízes da Renovação Escolar Conservadora**. Tese (Doutorado em educação). 2004. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004.

____. O pensamento e a prática escolar de José Veríssimo no Colégio Americano (1884-1890). **Revista COCAR**. v.3, n.6, p.113-123, 2009.

____. José Veríssimo e a educação de crianças nas escolas públicas elementares e populares no início do regime republicano. In: II Seminário de História da Infância na Amazônia. **História da infância, Educação e Práticas Culturais**. 22 a 24 de Outubro, Belém, 2014.

FRANÇA, N. F. **A historia da educação física no ensino primário no Estado do Pará (1889-1900)**. Dissertação (Mestrado em educação). 2012. Centro de Ciências Sociais e da Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2012.

FRANÇA, M.; FRANÇA, S. Colégio Nossa senhora do amparo: casa de oração, educação e trabalho. **Revista HISTEDBR**, Campinas, p. 175-186, out. 2011.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. **Fundo Renato Kehl: inventário**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. Acesso em: < <http://basearch.coc.fiocruz.br> > .Consulta realizada em: 10 jun. 2013.

GIL, C. A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo:Atlas, 1991.

GOELLNER, S. Jean-Jacques Rousseau e a educação do corpo. **Lecturas: Educacióm Física y deportes**. Buenos Aires, n.8, dez. 1997.

GOIS JUNIOR, E. **Os higienistas e a Educação Física**. Dissertação (Mestrado em Educação Física). 2000. Programa de Pós-graduação em Educação Física. Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2000.

____. Movimento Higienista na história da vida privada no Brasil: do homogêneo ao heterogêneo. **ConScientiae Saúde**, Universidade Nove de Julho n. 1, pp. 47-52, 2002.

GODINHO, J. Noticiário: Sociedade Medico-pharmaceutica do Pará. **Pará Médico**. Belém, p. 102 -106, fev. 1901.

GOODY, Jack. **O roubo da história: como os ocidentais se apropriaram das ideias e invenções do Oriente**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

GONDRA, J. Olhos na América. Uma leitura dos relatórios de C. Hippeau. **Educar em Revista**, Paraná, n.19, p. 161-185, 2002.

____. Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 23, n. 59, Apr. 2003a. Acesso em: <<http://www.scielo.br/scielo>> Consulta realizada em: 23 jun. 2013.

____. Medicina, Higiene e educação escolar. In: LOPES, E.; FARIA FILHO, L.; VEIGA, C.(Org.) **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003b.

____. **Artes de civilizar**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

GONDRA, J.; GARCIA, I. A arte de endurecer “miolos moles e cérebros brandos”: a racionalidade médico-higiênica e a construção social da infância. **Revista Brasileira de Educação**, n.26, p. 69-182, maio/ag. 2004.

GROSGOUEL, R. La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales. Transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. **Tabula Rasa**, Colombia, n.4, p.17-48, En./Jun., 2006.

____. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, mar. 2008.

GROSGOUEL, R.; MIGNOLO, W. Intervenciones decoloniales: una breve introducción. **Tabula Rasa**, Colômbia, n. 9, p. 29-37, jul/dec. 2008.

GUSMAO, S.; SILVEIRA, R. L.; CABRAL FILHO, G. Broca e o nascimento da moderna neurocirurgia. **Arq. Neuro-Psiquiatr.** v.58, n.4, pp. 1114-1152, 2000, ISSN 0004-282X. Acesso em: < www.scielo.br > Consulta realizada em: 10 jun. 2013.

HACQUARD, G. **Dicionário de mitologia grega e romana**. Porto: Edições Asa, 1996.

INSPECTORIA Geral do Serviço Sanitário. **Revista Pará Médico**, Pará, ano 1, n. 1, p. 26, nov. 1900b.

ISKANDAR, J. ; LEAL, M. Sobre positivismo e educação. **Revista Diálogo Educacional**, Paraná, v.3, n.7, p. 1-6, set/dez. 2002.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Rev Brasileira de História da Educação**. Campinas, n. 1, p. 9-43, jan/jun. 2001.

KARNAL, L.; TATSCH, F. A memória evanescente. In: PINSKY, C; LUCA, T. (Orgs.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

LAMBERT, K; KINSLEY, C.H. **Neurociência clínica**: as bases neurobiológicas da saúde. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LANDER, E. **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000. ISBN 950-9231-51-7

____. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: **Enciclopedia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, v.1. (Memória- História).

LIMA JÚNIOR, L. Cuidado em saúde e colonialidade do ser: perspectivas para um saber-fazer corporificado. In: SEMINÁRIO HUMANIDADES EM CONTEXTO: SABERES E INTERPRETAÇÕES. **Anais (...)**. Universidade Federal do Mato Grosso. 11 a 14 de Novembro, p. 1-12, Cuiabá, 2014.

LIMA, S. FRANÇA, M. O olhar historiográfico às mensagens do governador Augusto Montenegro sobre a disseminação dos grupos escolares no Pará (1901- 1910). In: X Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação (X), **Anais...** p.1-13, agosto, Porto Alegre, 2014.

LIMA, A; PONTES, J. Arquitetura moderna para uma escola higiênica: um estudo a partir de manuais de higiene escolar. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 8. **Cidade Moderna e Contemporânea**. 01 a 04 de setembro, Rio de Janeiro, 2009. Acesso em: <<http://www.docomomo.org.br/indexfutura.htm>>. Consulta realizada em: 10 jun. 2012.

LOPES, M. A. Pena e espada: sobre o nascimento dos intelectuais. In: LOPES, M.A. (Org.) **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.

LUCA, T. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. ET AL. (Orgs.) **Fontes Históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

LUSSAC, R. Apontamentos iniciais sobre os tipos de movimentos. **Revista Digital Efdeportes**. Buenos Aires, n. 130, ano 1, mar. 2009. Acesso em: <www.efdeportes.com>. Consulta realizada em: 10 jun. 2013.

MACHADO, R. et al. **Danação da norma: Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S. y GROSGUÉL, R. (Orgs.), **El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. pp. 127-167. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007.

_____. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. Tradução de Inês Ferreira. **Revista de Ciências Sociais**, n. 80, p. 71-114, març. 2008.

MARQUES, V. **Medicalização da Raça**. Campinas: Edunicamp, 1997.

MARQUES, V.; FARIAS, F. Façamos dessa gente um elemento seguro do nosso progresso material e moral: a inspeção médico-escolar no Paraná dos anos 1920. **Educ. rev.** [online]. v.26, n.1, pp. 287-302. 2010. Acesso em: <<http://dx.doi.org>> Consulta realizada em: 10 jun. 2012.

MEIRA, C. **Médicos de outrora no Pará**. Belém: Granfisa, 1986.

MENEGHELLI, U. Influência da medicina egípcia na medicina racional grega. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA MEDICINA, XI, **Anais (...)**. Goiânia, 18 a 21 de outubro, 2006. Acesso em: <<http://www.sbhm.org.br/>> Consulta realizada em: 10 jun. 2012.

MIGNOLO, W. Introducción. In: MIGNOLO, W. (Org.). **Capitalismo y geopolítica del conocimiento: El eurocentrismo y la filosofía de la liberación en el debate intelectual contemporáneo**. Buenos Aires: Signo-Duke University, 2001.

____. Prefacio a la edición castellana “Un paradigma otro”: colonialidad global, pensamiento fronterizo y cosmopolitismo crítico. In: MIGNOLO, W. (Org.). **Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal. 2003.

____. Silêncios da autoridade: a colonialidade do ser e do saber. **Grial Revista Galega de Cultura**, n. 165, p. 26-31, 2005.

____. **La idea de América Latina**. La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa. 2007.

____. Desobediência epistêmica. **Cadernos de Letras da UFF**. Tradução Ângela Lopes Norte, n. 34, p. 287-324, 2008. Dossiê: Literatura, língua e identidade.

____. **Desobediência epistêmica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Colección Razón Política. Argentina: Ediciones del signo, 2010a.

____. Desobediência epistêmica (II), pensamiento independiente y libertad de-colonial. Tradução de Maria Bossani. **Revista de estudos críticos Outros Logos**. Argentina, n.1, v. 1, p. 8-42, dez. 2010b.

MIRANDA, A. G.A medicina no Estado do Pará, Brasil: dos primórdios à Faculdade de Medicina. **Rev Pan-Amaz Saude**, Ananindeua, v.1 n.3, Set. 2010. Acesso em: <<http://scielo.iec.pa.gov.br/>>. Consulta realizada em: 10 jun. 2012.

MIRANDA, A.; ABREU JÚNIOR, J. **Memória histórica da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, 1919-1950: da fundação à federalização**. Belém: Fadesp, 2009.

MIRANDA, A.; ABREU JÚNIOR, J. M. **Paraenses na Academia Nacional de Medicina**. Norte Ciência, v. 2, n. 2, p. 55-59, 2011.

____. As primeiras sociedades médicas do Estado do Pará, Brasil. **Revista Pan-Amaz Saúde**. v.2, n. 4, p. 11-17, 2013.

MORAES, F. T. **A educação no primeiro governo de Lauro Sodré (1886-1897)**. Dissertação (Mestrado em Educação). 2011. Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

MOTA, D. F.; CRUZ, MONTEIRO, D.; PIMENTA, C. Fadiga: uma análise do conceito. **Acta paul. enferm.** v.18, n.3, pp. 285-293, 2005. ISSN 1982-0194. Acesso em: <<http://dx.doi.org>> . Consulta realizada em: 25 jun. 2013.

NEVES, D. P. **Parasitologia Dinâmica**. São Paulo: Editora Atheneu, 2006.

NÓVOA, A. A imprensa de educação e ensino. In: CATANI, B. D.; BASTOS, M. H. C. (Org.) **Educação em Revista**. São Paulo: Escrituras, 2002.

NUNES, A. H. M. *et al.* Biblioteca pública Arthur Vianna: perfil histórico e funcional da biblioteca pública de maior destaque do estado do Pará. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, **Anais (...)**. 16 a 22 de janeiro, Maranhão, 2011.

OLIVEIRA, A. Epígrafe. In: **A Escola**, Capa da revista, Belém, v. 1, abr/set, p. 1, 1900.

OLIVEIRA, M. A. T.; PYKOSZ, L. C. A escolarização das práticas corporais no estado do Paraná (1846-1926): perscrutando o acervo de periódicos da biblioteca pública do Paraná. História da Educação, In: ASPHE/FaE/UFPEL, **Anais (...)**, Pelotas, v. 13, n. 29 p. 115-142, set/dez. 2009. Acesso em: <<http://fae.ufpel.edu.br/asphe>>. Consulta realizada em: 10 jun. 2012.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OZELIN, J. R. **Periódicos educacionais da Escola Normal de São Carlos: educação moral, civismo e higiene (1911-1923)**. 2010. 126f. Dissertação (Mestrado). 2010. Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

PARÁ. **Relatório com que o Exm. Sr. General Visconde de Maracajú passou a administração da província ao segundo vice-presidente Exm. Sr. Dr. José Araujo Roso Danin no dia 24 de junho de 1884**. Belém: Typografia de Francisco da Costa Junior, 1884.

____. Relatório da Inspetoria de Higiene. In: **Fala com que o exm. Sr. Dr. Miguel José d'Almeida Pernambuco presidente da província abriu a segunda sessão da 26 legislatura da Assembleia legislativa provincial do Pará em 02 de fevereiro de 1889**. Belém: Typografia A. F da Costa, 1889a.

____. **Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Antonio José Ferreira Braga presidente da Provincia abriu a sessão extraordinária da 26 legislatura da Assembléia Legislativa Provincial do Pará em 18 de setembro de 1889**. Belém: Typ. De A. Fructuoso da Costa, 1889b.

____. Decreto n. 247 de 18 de dezembro de 1890. **Approva o Codigo de Posturas da Intendencia Municipal de Belem**. In: Decretos e Actos do Governo do Estado do Pará. Belém: Typografia da Provincia do Pará, 1890a.

____. Direção Geral de Instrução Pública do ensino Primário. **Regulamento Geral da instrução pública e especial do ensino primário do Estado do Pará**. Belém: Imprensa Tavares Cardoso e C&A, 1890b.

- ____. Direção Geral de Instrução Pública do ensino Primário. **Regulamento Escolar:** programas, horário e instruções pedagógicas para as escolas públicas do Pará. Belém: Imprensa Tavares Cardoso e C&A, 1890c.
- ____. **A Instrução pública no Estado do Pará.** Relatório apresentado ao Governador Justo Leite Chermont, por José Veríssimo, diretor geral da instrução pública. Pará: Tipografia de Tavares e Cardoso, 1891.
- ____. **Mensagem dirigida pelo Sr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em 1 de Fevereiro de 1893.** Belem: Typografia do Diario Official, 1893.
- ____. **Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Sr. Dr. José Paes de Carvalho Governador do Estado em 07 de abril de 1898.** Belém: Typ. Do Diario Official, 1899.
- ____. **Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho governador do Estado em 01 de fevereiro de 1900.** Belém: Typografia do Diário Official, 1900a.
- ____. **Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho governador do Estado em 5 de fevereiro de 1900.** Belem: Typografia do Diario Official, 1900b.
- ____. **Relatório Geral da Administração apresentada ao Dr. José Paes de Carvalho pelo Sr. Augusto Olympio de Araujo e Souza. Secretario do Estado,** Belém: J. Chiatti & Cia Editores, 1900c.
- ____. **Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr, José Paes de Carvalho governador do Estado em 5 de fevereiro de 1900.** Belém: Typografia do Diario Official, 1900d.
- ____. Decreto n° 840 de 30 de abril de 1900. **Declara obrigatória ao professor primário a assinatura da revista de ensino “A Escola”.** In: A Escola. n. 2, Maio, p. 215, 1900e.
- ____. **Regimento Interno das Escolas Publicas do Ensino Primário – deveres dos professores.** Diretoria geral de instrução pública do Estado do Pará, na figura de seu Diretor Virgilio Cardoso de Oliveira. 1900f. In: A Escola: Revista official do Ensino no Estado do Pará. Belém, Imprensa oficial. Anno 1, n.2, maio. 1900, p 221.
- ____. Decreto n° 625, de 2 de Janeiro de 1899. **Reorganiza o ensino primário do Estado.** In. Atos e Decisões do Governo de 1889. Imprensa Oficial: Belém, 1901.
- ____. **O Municipio de Belem:** relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1904 pelo intendente senador Antônio José de Lemos. Pará: Typografia de Alfredo Augusto Silva, 1904.
- ____. **Álbum do Estado do Pará:** mandado organizar por S. Exc. Snr. Dr. Augusto Montenegro, governador do Estado, 1901-1909, Paris: Imprimerie Chaponet, 1908.

____. **Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1910 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr João Antônio Luiz Coelho governador do Estado.** Belém: Imprensa oficial do estado do Pará, 1910.

____. **Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1911 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr João Antônio Luiz Coelho governador do Estado.** Belém: Imprensa oficial do estado do Pará, 1911.

____. **Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1912 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr João Antônio Luiz Coelho governador do Estado.** Belém: Imprensa oficial do estado do Pará, 1912.

____. **Mensagem dirigida em 01 de agosto de 1916 ao Congresso legislativo do Pará pelo Dr. Eneias Martins governador do Estado.** Belém: Imprensa oficial do estado do Pará, 1916.

PARÁ Médico (Editorial). **Revista Pará Médico**, Pará, ano 1, n. 1, p. 1, nov. 1900a.

PEREIRA, F. Um breve esboço da história e das teorias da hipnose: do mesmerismo aos herdeiros de Erickson no Brasil. **UNESC em Revista**. Espírito Santo. n. 27, p. 101 -112, jan/jun. 2010.

PICCININI, W. História da Psiquiatria. **Psychiatry on line**. v.7 , n. 8, Ago. 2006. Acesso em: <<http://www.polbr.med.br>> . Consulta realizada em: 10 jun. 2013.

PINHEIRO, A. Escola, Família e Patria. **Revista A Escola**. Belém, v.4, n. 20, p. 91-98, nov. 1901.

PINTO, C. A Escola: apresentação e explanação dos fins da revista. **Rev. A Escola**, Belém, n.1, p. 3-6, mai. 1900.

PYKOSZ, L. OLIVEIRA, M. A higiene como tempo e lugar da educação do corpo. **Currículo sem fronteiras**, v. 9, n. 1, pp. 135-158, jan./jun. 2009. Acesso em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/>>. Consulta realizada em: 10 jun. 2014. ISSN 1645-1384.

PIRES, O. Hygiene escolar e suas vantagens. **Revista de educação e ensino**. Belém, v. 1, n. 8, p. 1-2, out. 1891.

____. 1892. **Revista de educação e ensino**. Belém, v. 2, n. 1, p. 1-2, jan. 1892a.

____. Hygiene dos internatos (aos directores de collegios): da localização. **Revista de educação e ensino**. Belém, v. 2, n. 2, p. 17-18, fev. 1892b.

____. Hygiene dos internatos: da edificação. **Revista de educação e ensino**. Belém, v. 2, n. 3, p. 33-35, mar. 1892c.

____. Hygiene dos internatos: do numero de alumnos em relação ao edificio. **Revista de educação e ensino**. Belém, v. 2, n. 4, p. 59-51, abr. 1892d.

- ____. Higiene dos internatos: do numero de alumnos em relação ao edifício. **Revista de educação e ensino**. Belém, v. 2, n. 5, p. 65-66, Mai. 1892e.
- ____. Higiene dos internatos: Da alimentação. **Revista de educação e ensino**. Belém, v. 2, n. 6, p. 82-81, jun. 1892f.
- ____. Higiene dos internatos: Da alimentação. **Revista de educação e ensino**. Belém, v. 2, n. 7, p. 97-99, jul. 1892g.
- ____. Higiene dos internatos: Higiene da inteligencia. **Revista de educação e ensino**. Belém, v. 2, n. 8, p. 113-114, ag. 1892h.
- ____. Higiene dos internatos: Dos recreios. **Revista de educação e ensino**. Belém, v. 2, n. 9, set. 1892i.
- ____. Higiene dos internatos: Dos exercícios phisicos. **Revista de educação e ensino**. Belém, v. 2, n. 10, out. 1892j.
- ____. Higiene dos internatos: das precauções a tomar sobre a saude de cada educando. **Revista de educação e ensino**. Belém, v. 2, n. 11, p. 163-164, nov. 1892L.
- ____. A nossa distribuição gratuita. **Revista de educação e ensino**. Belém, v. 3, p.97-98, jul. 1893a.
- ____. Ensino de Cousas. **Revista de educação e ensino**. Belém, v. 3, n.6, p. 83-85, jun. 1893b.
- POZO, J. **História da América Latina e do Caribe**: dos processos de Independência aos dias atuais. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.
- PRADO, M, L. **A formação das nações latino-americanas**. 22. ed. São Paulo: Atual Editora, 2009.
- PRIORI, Â.; PEREIRA, A. **Dilemas do desenvolvimento brasileiro**: ideias, política e economia no Brasil do século XIX. Curitiba: Instituto Memória, 2009.
- PROST, A. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, J.; SIRINELLI, J. (Orgs.) **Para uma história cultural**. Rio de Janeiro: Estampa, 1998.
- QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad-racionalidad. In: BONILLA, H. (Org.). **Los conquistados. 1492 y la población indígena de las Américas**. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1992.
- ____. “Raza”, “etnia” y “nación” en Mariategui: cuestiones abiertas. In: MARIATEGUI, J. C. **Europa**. Lima: Editorial Amauta, 1993.
- ____.Populismo y Fujimorismo”, In: Felipe Burbano de Lara (Org.) **El fantasma del populismo**: Aproximación a un tema siempre actual, Caracas: Nueva Sociedad / ILDIS, 1998, pp. 171-205.

____. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **La Colonialidad del saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas.** Caracas: CLACSO, 2000a.

____. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-System Research.** n. 2, v. 6, p. 342-386, 2000b.

____. Colonialidade, poder, globalização e democracia. Tradução de Lida Kinoshita. **Novos rumos**, n.37, v. 17, 2002.

____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLASCO, 2005.

RABINBACH, A. **The Human Motor.** Los Angeles, University of California Press, 1992.

RAGO, L. M. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890/1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMOS, M. E. T. História da educação pelas revistas periódicas. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, **Anais (...).** Londrina, 2005. Acesso em: <<http://anpuh.org/anais>> .Consulta realizada em: 10 jun. 2012.

REVEL, J. **A Invenção da Sociedade.** Lisboa: Difel, 1990. Coleção: Memória e Sociedade. ISBN: 9789722902069.

REVISTA DE EDUCAÇÃO E ENSINO. Capa. **Revista do ensino.** v. 5, n.7, p. 47, jul. 1895.

REVISTA DO ENSINO. Capa da revista. **Revista do ensino.** Belém, v.1, n.1, set, 1911.

RESTREPO, E; ROJAS, A. **Inflexion Decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos.** Colômbia: Editorial Universidad del Cauca, 2010.

RIANT, A . L'higiène et l'éducation dans les internats. Paris: Hachette & Cia, 1877. In: PIRES, O. Hygiene dos internatos: da edificação. **Revista de educação e ensino.** Belém, v. 2, n. 3, p. 33-35, março, 1892c.

RIBEIRO, F. A revista do ensino. **Revista do Ensino.** Belém, v.1, n.1, p. 1-3, jan, 1911.

RIBEIRO JÚNIOR., W. A. Aspectos reais e lendários da biografia de Hipócrates, o "pai da medicina". **Jornal Brasileiro de História da Medicina,** v. 6, n. 1, p. 8-10, 2003.

____. RIZZINI, I. **O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial.** Tese (Doutorado em História Social). 2004. Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

RIZZINI, I. SCHUELER, A. O Instituto do Prata. **Currículo sem Fronteiras,** v.11, n.2, pp.86-107, jul./dez. 2011. Acesso em: <www.curriculosemfronteiras.org>. Consulta realizada em: 10 jun. 2012.

ROCHA, H. H. **Higienização dos Costumes: educação escolar e saúde no Projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)**, Campinas, Mercado de Letras, 2003.

____. A educação da infância: entre família, escola e medicina. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 26, n.1, p.235-262, Abr. 2010.

ROCHA, M. A. **Educação Física Escolar: história da inserção e consolidação na capital Cearense**. 2008. Tese (Doutorado em Educação). 2008. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

ROCHA, H. GONDRA, J. A escola e a produção de sujeitos higienizados. **Perspectiva**, Florianópolis, v.20, n.02, p.493-512, jul./dez. 2002.

RODRIGUES, A. L. Hygiene Social. **Revista do Ensino**. Belém, v.1, n.1, p. 16-20, set. 1911a.

____. Hygiene Social. **Revista do Ensino**. Belém, v.1, n.2, p. 72-77, out. 1911b.

____. Hygiene Escolar. **Revista do Ensino**. Belém, v.1, n.12, p. 65-70, abr. 1912.

RODRIGUES, T. A missão do professor. **Revista do Ensino**, Belém, v.1, n. 9, p. 162-165, mai. 1912.

RODRIGUES, H. O intelectual no Campo cultural francês: do caso Dreyfus aos tempos atuais. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, jul. 2005.

RODRIGUES, S. Esculápios Tropicais: a institucionalização da Medicina no Pará (1889-1919). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Belém, 2008.

ROUSSEAU, J.**Emílio ou da Educação**. São Paulo: Defusão Européia do Livro, 1968.

ROUSSEAU, J.Émile ou de L'éducation. 1762. In: PIRES, O. Hygiene dos internatos: Dos recreios. **Revista de educação e ensino**. Belém, v. 2, n. 9, set. 1892i.

ROSEN, G. **Uma História da Saúde Pública**. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec, Unesp, Abrasco, 1994.

SÁ de, M. D. **A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. Coleção História da Saúde.

SABINO, E. **A assistência e a educação de meninas desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão Pará (1869-1889)**. 2012. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SANTOS, R. O Plano de Educação Higiénica de Belisário Penna: 1900-1930. **Dynamis**, Granada, Barcelona, v. 32, n. 1, 2012. Acesso em: <<http://scielo.isciii.es>>. Acesso em 29 out. 2014.

SARGES, M.N. **Memórias do Velho Intendente Antonio Lemos 1869-1973**. Doutorado (História Social). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1998.

_____. **Belém: riquezas produzindo a belle-époque**. Belém: Pakatatu, 2002a.

_____. **Memórias do Velho Intendente Antonio Lemos (1969-1973)**. Belém: Pakatatu, 2002b.

SCHUELER, A. F. M.; RIZZINI, I. Tradições inventadas de uma Belle Époque Paraense: expansão da escola primária e modernidade republicana no Estado do Pará. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, VI, 2011, Vitória. **Anais (...)**. Vitória: SBHE/UFES, 2011. v. 1. p. 1-15.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 158. (verbete fonte histórica).

SIRINELLI, J. F. As elites culturais. In: RIOUX, J. P.; SIRINELLI, J. P. (Orgs.) **Para uma nova história cultural**. Rio de Janeiro: Estampa, 1998.

SOCIEDADE Médico-Pharmaceutica do Pará. **Revista Pará Médico**, Pará, ano 1, n. 2, p. 53, dez. 1900c.

SOUZA, R. C. **Sujeitos da Educação e Práticas disciplinares: uma leitura das reformas educacionais mineiras a partir da Revista do Ensino (1925-1930)**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação). 2001. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

SOUZA, E.; VAGO, T. M. A nova LDB: repercussões no ensino de educação física. **Revista Presença Pedagógica**. Belo Horizonte, v.3, n. 16, p. 19-29, jul./ag. 1997.

SKIDMORE, T. **Preto no Branco**. Raça e Nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

SPITZ, M. Doença de Huntington e outras Coreias. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, jan./jun. 2010. Acesso em: < <http://revista.hupe.uerj.br> >. Consulta realizada em: 10 jun., p. 29-38, 2014.

STRECK, D. R. **Fontes da Pedagogia Latinoamericana: uma antologia**. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.

STRECK, D.; ADAMS, T. Pesquisa em educação: os movimentos sociais e a reconstrução epistemológica num contexto de colonialidade. **Educ. Pesq.** São Paulo, v. 38, n.1, p. 243-257, Fev. 2012.

TAVARES JÚNIOR, R. **Um viveiro de mestres: A Escola Normal de Belém do Pará em tempos de modernização (1890-1920)**. Doutorado (História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.

THIELEN, E. Belisario Penna: notas fotobiográficas. **Hist. Cienc. Saúde Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.9, n.2, mai./ago. 2002. Acesso em: <<http://www.scielo.br>>. Consulta realizada em: 10 jun. 2013.

TURKIEWICZ, Maria. **História da Enfermagem**. Paraná, ETECLA, 1995.

VIANA, L. **Estudo sobre o curso de Fisioterapia no Estado do Pará no contexto das reformas curriculares vigentes**. Especialização (Docência no Ensino Superior). Instituto de Educação. Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

_____. **Educação do campo e saúde**: refletindo sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais e sua relação com o currículo de uma escola multisseriada do município de Marapanim. Mestrado em Educação. Instituto de Educação. Universidade Federal do Pará, Belém, 2010a.

_____. **Educação nutricional**: uma intervenção no Ensino Fundamental. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia). Universidade Luterana do Brasil. Belém, 2010b.

WALSH, C. ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. **Nómadas**. n. 26, p. 102-113, 2007.

WALLERSTEIN, I. **Análisis de Sistemas-Mundo**: Uma introducción. Mexico: SIGLO XXI, 2006.

VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.

_____. **A Educação Nacional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

VEIGA, C. G. A escolarização como projeto de civilização. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 21, Dec. 2002. Acesso em: <<http://www.scielo.br>>. Consulta realizada em: 18 jun. 2014.

VIANNA, A. A sugestão heterogenética em pediatria e pedagogia. **Revista A Escola**, Belém, v. 5, n. 5, p.5-9, abr.1902.

VILLELA, H. O mestre escola e a professora. In: LOPES, E. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VIEIRA, D. **Grande Dicionário Português ou Tesouro da Língua Portuguesa**. v. 5. Porto: Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871.

ZUCOLOTO, P. C. S. V. O médico higienista na escola. **Rev Bras Crescimento Desenvolvimento Humano**. v. 1, n.17, p. 136-145, 2007.